

A large, white, three-story building with arched windows and balconies, identified by a sign as 'PRACA REPUBLICA'. The building features classical architectural details like a balustrade on the roof and decorative moldings. A person is walking in the foreground on a paved plaza.

FICHA TÉCNICA

Título: Diagnóstico Social do Concelho de Odemira 2024

Entidade Promotora



Câmara Municipal de Odemira

Praça da República

7630-139 Odemira

<https://www.cm-odemira.pt/>

Documento elaborado por



Logframe, Consultoria e Formação, Lda.

Travessa dos Capuchinhos, 61, Bloco A, 2C

2400-519 Leiria

www.logframe.pt

Colaboração

Rede Social de Odemira

Aprovação em Sessão Plenária do CLAS

23 de julho de 2024

Edição, Propriedade e Reprodução

Câmara Municipal de Odemira

Índice

Índice	3
Índice de Tabelas, Gráficos e Figuras	4
Lista de Siglas	12
1. Apresentação	14
2. Nota Introdutória	15
3. O Programa Rede Social	17
4. Nota Metodológica	21
5. Síntese Diagnóstica	23
6. O Contexto Nacional	30
7. Retrato Municipal	32
8. O Concelho de Odemira: Contexto de Intervenção	36
8.1. O território - Análise Demográfica	37
8.2. Economia e rendimento	44
8.3. Ação Social	56
8.4. Saúde	75
8.5. Educação, Formação e Qualificações Profissionais	84
8.6. Habitação	96
8.7. Mobilidade	108
8.8. Cidadania e Participação	119
8.9. Segurança	133
8.8. Grupos Vulneráveis	140
8.8.1. Famílias.....	140
8.8.2. Crianças e Jovens.....	145
8.8.3. Pessoas Idosas	154
8.8.4. Migrantes e Minorias Étnicas	159
8.8.5. Pessoas com deficiência e/ou incapacidade.....	170
9. Áreas Prioritárias de Desenvolvimento Social	175
9.1. Saúde	175
9.2. Habitação	188

9.3. Mobilidade	191
9.4. Crianças e jovens	193
9.5. Migrantes	201
9.6. Pessoas Idosas	203
9.7. Pessoas com Deficiência	209
10. Referências Bibliográficas e Sites Consultados	215
11. Anexos	220

Índice de Tabelas, Gráficos e Figuras

Tabela 1 – Densidade populacional por território, nos anos de 2001, 2011 e 2021 e sua variação.....	39
Tabela 2 – População residente (nº) por freguesia, por sexo, 2021	40
Tabela 3 – População residente no concelho de Odemira, segundo o género, nos anos de 2001, 2011 e 2021 (N.º)	40
Tabela 4 – Variação percentual dos grupos etários 2001-2011 e 2011-2020 (%)	41
Tabela 5 – Indicadores de população (2022).....	42
Tabela 6 – Indicadores de empresas nos municípios da Região do Alentejo Litoral (2021).....	44
Tabela 7 – Empresas e pessoal ao serviço, por atividade económica, em Odemira, no ano 2021 (N.º)	45
Tabela 8 – Desemprego registado no concelho de Odemira, segundo o sexo, o tempo de inscrição e a situação face à procura de emprego (situação no fim do mês de março de 2023) (N.º).....	49
Tabela 9 – Pensões pagas, por 100 residentes, a nível nacional, regional e por municípios da Região do Alentejo Litoral (2020) (%).....	56
Tabela 10 – Pensionistas da Segurança Social na região do Alentejo Litoral, segundo o tipo de pensão (a 31 de dezembro de 2021) (N.º).....	57
Tabela 11 – Pensionistas da Segurança Social do concelho de Odemira, por sexo (a 31 de dezembro de 2021) (N.º).....	57
Tabela 12 – Indicadores de prestações sociais da Segurança Social, por municípios da Região do Alentejo Litoral (2021) (€).....	58
Tabela 13 – Prestações de desemprego da Segurança Social, por 100 residentes, a nível nacional, regional e por municípios da Região do Alentejo Litoral (2021) (%)	59
Tabela 14 – Pessoas em situação de desemprego inscritas no IEFP, região do Alentejo Litoral, 2021, (N.º)	60
Tabela 15 – Beneficiárias/os de subsídios de desemprego da Segurança Social, (total e novas/os beneficiárias/os) segundo o sexo, 2021, (N.º)	61

Tabela 16 – Duração média do subsídio de desemprego, por local de residência, 2021, (N.º de dias)	62
Tabela 17 – Beneficiários de RSI, no total da população residente com 15 ou mais anos, a nível nacional, regional e por municípios da Região do Alentejo Litoral (2021) (%)	65
Tabela 18 – Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, segundo sexo, em 2021 (N.º)	65
Tabela 19 – Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, segundo grupo etário, em 2021 (N.º).....	66
Tabela 20 – Principais prestações familiares da Segurança Social, região Alentejo Litoral (N.º) (2021).....	68
Tabela 21 – Número de beneficiários e descendentes ou equiparados de abono de família, por municípios da Região do Alentejo Litoral (2021) (nº)	68
Tabela 22 – Valor e beneficiários da prestação social para a inclusão, por idade e local de residência (N.º e Milhares de €) (2021)	70
Tabela 23 – Subsídio parental inicial da Segurança Social, segundo o sexo (2021) (N.º e €) ..	72
Tabela 24 – Subsídios por doença da Segurança Social, na região do Alentejo Litoral, segundo o sexo (N.º e €) (2021).....	73
Tabela 25 – Indicadores de saúde nacional, regional e concelho de Odemira	75
Tabela 26 – Rede de Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados – sedeadas no concelho de Odemira (2022).....	76
Tabela 27 – Profissionais nas unidades da Rede de Cuidados de Saúde - Concelho de Odemira (2022)	76
Tabela 28 – Utentes inscritos, com e sem médico de família, na UCSP de Odemira (N.º/%) ...	77
Tabela 29 – Morbilidade - Proporção de inscritos por diagnóstico ativo, no Continente, ARS Alentejo e ULS Litoral Alentejano, por sexo (2019) (%)	81
Tabela 30 – Fatores de risco para a saúde: excesso de peso e obesidade, consumo diário de tabaco e consumo diário de álcool, % da população nacional e na Região do Alentejo, 2019	81
Tabela 31 – Taxas de incidência de SIDA, HIV e Tuberculose (%) no Continente e ARS Alentejo e ULS Litoral Alentejano, 2017.....	82
Tabela 32 – Distribuição dos estabelecimentos de ensino público, por agrupamento e freguesia.	85
Tabela 33 – Distribuição dos estabelecimentos de ensino privado, por freguesia e níveis de ensino.....	86
Tabela 34 – Número de alunos com necessidades educativas especiais por agrupamento e nível de ensino	87
Tabela 35 – Distância das subunidades educativas à escola sede do Agrupamento de escolas de Odemira.....	88
Tabela 36 – Distância das subunidades educativas à escola sede do Agrupamento de escolas de Colos	88

Tabela 37 – Distância das subunidades educativas à escola sede do Agrupamento de escolas de Saboia	89
Tabela 38 – Distância das subunidades educativas à escola sede do Agrupamento de escolas de São Teotónio	89
Tabela 39 – Distância das subunidades educativas à escola sede do Agrupamento de escolas de Vila Nova de Milfontes	89
Tabela 40 – Alunas/os inscritos nos estabelecimentos públicos por nível de ensino em 2021/22 (N.º).....	90
Tabela 41 – Estabelecimentos e alunas/os residentes em Odemira, matriculados segundo o nível de ensino e a natureza institucional do estabelecimento (N.º)	90
Tabela 42 – Indicadores de Educação (2020/2021) (%)	92
Tabela 43 – N.º de Edifícios de habitação familiar nos Concelhos da Região do Alentejo Litoral, em 2021	96
Tabela 44 – Edifícios no concelho de Odemira, por freguesia, em 2021, número (N.) e variação face a 2011 (%)	97
Tabela 45 – Tipologia de alojamentos do concelho de Odemira (2021)	98
Tabela 46 – Tabela comparativa dos alojamentos familiares clássicos (n.º), por forma de ocupação, nos municípios da Região do Alentejo Litoral, entre 2011 e 2021.....	98
Tabela 47 – Total de alojamentos e agregados familiares domésticos no concelho de Odemira, por freguesia (2021) (N.º)	99
Tabela 48 – Alojamentos vagos no concelho de Odemira, por freguesia (2021) (N.º e %)	100
Tabela 49 – Regime de ocupação dos alojamentos familiares clássicos, em 2021 (n.º).....	101
Tabela 50 – Edifícios e fogos de habitação social por município da Região do Alentejo Litoral, (N.).....	102
Tabela 51 – Apoios ao arrendamento no concelho de Odemira – agregados familiares por freguesia (N.º)	104
Tabela 52 – Agregados a apoiar através de Soluções habitacionais a promover no âmbito do 1.º Direito pelo Município de Odemira	105
Tabela 53 – Agregados a apoiar através de soluções habitacionais a promover no âmbito do 1.º Direito enquanto beneficiários diretos – reabilitação de habitação própria	106
Tabela 54 – Proporção da população residente empregada ou estudante, segundo o modo de transporte utilizado nas deslocações pendulares, por município da Região do Alentejo Litoral (2021) (%).....	109
Tabela 55 – Duração média dos movimentos pendulares (min) da população residente empregada ou estudante, por município da Região do Alentejo Litoral (2021) (minutos).....	109
Tabela 56 – Proporção da população residente que sai e entra no concelho (movimentos pendulares), por município da Região do Alentejo Litoral (2021) (%).....	110
Tabela 57 – Número de viagens diárias (total e motorizadas) realizadas nos dias úteis da semana (por concelho, n.º) e número médio de viagens por residente (>14 anos).....	110

Tabela 58 – Número de viagens diárias realizadas nos dias úteis da semana, por motivo da viagem (por concelho, nº)	111
Tabela 59 – Número de viagens diárias realizadas nos dias úteis da semana, por meio de transporte utilizado (nº)	112
Tabela 60 – Transporte escolar assegurado por circuitos de transporte público	116
Tabela 61 – Taxa de Abstenção nas eleições para as Câmaras Municipais (%), por local de residência	120
Tabela 62 – Taxa de Abstenção nas eleições para as Assembleias Municipais (%), por local de residência	121
Tabela 63 – Taxa de Abstenção nas eleições para a Assembleia da República (%), por local de residência	121
Tabela 64 – Taxa de Abstenção nas eleições para a Presidência da República (%), por local de residência	122
Tabela 65 – Taxa de Abstenção nas eleições para o Parlamento Europeu (%), por local de residência	123
Tabela 66 – Idosas/os isolados nas freguesias do concelho de Odemira em 2023 (N.)	136
Tabela 67 – Núcleos familiares monoparentais, por grupo etário, no concelho de Odemira (2021) (N.º)	141
Tabela 68 – Núcleos familiares monoparentais, residentes no concelho de Odemira, por nível de escolaridade (2021) (N.º)	142
Tabela 69 – Taxa de variação da população residente no concelho de Odemira, 2011-2021, por grupo etário até 24 anos (N.)	146
Tabela 70 – População residente no concelho de Odemira, até aos 14 anos de idade, por freguesia (N.º e %) (2021)	147
Tabela 71 – Índice de Dependência de Jovens Nacional, Regional e Municipal, Odemira (2001, 2011, 2021) (%)	148
Tabela 72 – Volume processual da CPCJ de Odemira (N.)	148
Tabela 73 – Distribuição das principais problemáticas signalizadas nos processos transitados, instaurados e reabertos da CPCJ de Odemira nos anos 2017 a 2021 (N.º)	150
Tabela 74 – Crianças/ Jovens acompanhados pela CPCJ de Odemira no ano 2021 por grupo etário e problema diagnosticado (N.º)	151
Tabela 75 – Crianças/ Jovens acompanhados pela CPCJ de Odemira no ano 2021 por nacionalidade (N.º)	152
Tabela 76 – Variação percentual da população residente no concelho de Odemira, com 65 ou mais anos de idade, por grupo etário	155
Tabela 77 – População residente no concelho de Odemira, com 65 ou mais anos de idade, segundo o sexo (N.º e %) (2021)	156
Tabela 78 – Índice de Dependência de Idosas/os e Índice de Envelhecimento a nível nacional, regional e municipal (2001, 2011, 2021Pro) (%)	157
Tabela 79 – Cenários futuros do saldo migratório (projeções 2025, 2030, 2035)	160

Tabela 80 – População estrangeira residente nos municípios do distrito de Beja, com Título de Residência (2011, 2013, 2015, 2017, 2019 e 2021) (N.º)	161
Tabela 81 – População estrangeira residente no concelho de Odemira, por sexo e nacionalidade (2021) (N.º).....	162
Tabela 82 – População residente no concelho de Odemira segundo a nacionalidade da população, por freguesia (2021) (N.º)	164
Tabela 83 – Alunos estrangeiros no concelho de Odemira, por agrupamento/ colégio (2021/2022) (N.º)	165
Tabela 84 – População residente no concelho de Odemira, com pelo menos uma dificuldade, por sexo (2021) (N.º e %)	170
Tabela 85 – População residente no concelho de Odemira, com 15 e mais anos de idade e com pelo menos uma dificuldade, segundo o principal meio de vida (2011) (N.º).....	172
Tabela 86 – Proporção de utentes com registo de demências, perturbações da ansiedade e perturbações depressivas entre as/os utentes inscritos ativos em Cuidados de Saúde Primários (%), por região de saúde (2011-2018)	178
Tabela 87 – Necessidades e/ou problemas identificados na área da Saúde.....	187
Tabela 88 – Necessidades e/ou problemas identificados no âmbito da Habitação.....	191
Tabela 89 – Necessidades e/ou problemas identificados no âmbito da Mobilidade.....	192
Tabela 90 – Índice de dependência de jovens nos concelhos do Alentejo Litoral em 2001, 2011 e 2021 (%).....	194
Tabela 91 – Respostas sociais para Infância e Juventude no concelho de Odemira (N.º).....	197
Tabela 92 – Necessidades e/ou problemas identificados no âmbito da intervenção com Crianças e Jovens	200
Tabela 93 – Necessidades e/ou problemas identificados no âmbito da intervenção com migrantes	202
Tabela 94 – Indicadores de população (Portugal)	204
Tabela 95 – Respostas sociais para pessoas idosas no concelho de Odemira (N.º).....	205
Tabela 96 – Capacidade e ocupação das respostas sociais para pessoas idosas no concelho de Odemira (N.º)	205
Tabela 97 – Necessidades e/ou problemas identificados no âmbito das Pessoas Idosas	207
Tabela 98 – Necessidades e/ou problemas identificados no âmbito da Deficiência	213
Tabela 94 – Associações de Desenvolvimento do concelho de Odemira.....	222
Tabela 95 – Associações Humanitárias e de Caráter Social do concelho de Odemira.....	223
Tabela 96 – Associações Juvenis do concelho de Odemira	225
Tabela 97 – Associações Culturais, Recreativas e Desportivas do concelho de Odemira.....	225
Tabela 98 – Associações de Columbofolia de Odemira.....	228
Tabela 99 – Associações do Setor Agrícola de Odemira.....	228
Tabela 100 – Associações de Caçadores e Pescadores de Odemira.....	229
Tabela 101 – Associações de Pais de escolas do concelho de Odemira	230
Tabela 102 – Associações de Moradores existentes no concelho de Odemira	230

Gráfico 1 – População residente no concelho de Odemira, segundo grupos etários, nos anos de 2011 e 2021 (N.º)	41
Gráfico 2 – Evolução do n.º de empresas no concelho de Odemira, entre 2010 e 2020 (N.º)..	46
Gráfico 3 – Evolução do n.º médio anual de pessoas em situação de desemprego no concelho de Odemira, inscritas no Centro de Emprego, segundo o sexo (N.º)	47
Gráfico 4 – Evolução do n.º médio anual de pessoas em situação de desemprego no concelho de Odemira, inscritas no Centro de Emprego, segundo o tempo de inscrição e a situação face à procura de emprego (N.º)	48
Gráfico 5 – Evolução da % de desempregadas/os inscritos no centro de emprego face à população residente em idade ativa, por território, entre 2013 e 2021 (%).....	49
Gráfico 6 – Desemprego registado no concelho de Odemira, segundo o grupo etário (situação no fim do mês de março de 2023) (N.º).....	50
Gráfico 7 – Desemprego registado no concelho de Odemira, segundo os níveis de escolaridade (situação no fim do mês de março de 2023) (N.º).....	50
Gráfico 8 – Ganho médio mensal no concelho de Odemira, Região Alentejo Litoral, Alentejo e Portugal (2021).....	51
Gráfico 9 – Evolução do n.º de Pensões da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações pagas no município de Odemira, desde 2009 (N.º)	58
Gráfico 10 – Beneficiárias/os de subsídio de desemprego da Segurança Social, por concelho da região do Alentejo Litoral e sexo (2021) (N.º)	60
Gráfico 11 – Beneficiárias/os de subsídio de desemprego da Segurança Social dos concelhos do Alentejo Litoral, segundo a idade (2021) (N.º)	61
Gráfico 12 – Evolução do n.º de beneficiários de subsídio de desemprego e de subsídio social de desemprego, no concelho de Odemira, desde 2009 (N.º).....	63
Gráfico 13 – Beneficiários de subsídio de desemprego, no concelho de Odemira, em 2021, por nacionalidade (N.º)	63
Gráfico 14 – Beneficiários de subsídio de desemprego, no concelho de Odemira, em 2021, por freguesia (N.º)	64
Gráfico 15 – Evolução do n.º de beneficiários de Rendimento Social de Inserção, no concelho de Odemira, desde 2009 (N.º)	66
Gráfico 16 – Beneficiários do Rendimento Social de Inserção, no concelho de Odemira, em dezembro de 2021, por freguesia (N.º).....	67
Gráfico 17 – Evolução do n.º de crianças e jovens abrangidas pelo abono de família, no concelho de Odemira, desde 2009 (N.º)	69
Gráfico 18 – Beneficiárias/os da prestação social para a inclusão, por local de residência (nº)	70
Gráfico 19 – Beneficiárias/os do complemento solidário para Idosos, por freguesia (dez. 2019 a dez. 2021) (nº).....	71
Gráfico 20 – Evolução da taxa bruta de mortalidade, fecundidade e natalidade (‰)	78

Gráfico 21 – Evolução do nº de Nados-Vivos, por município de residência da mãe (N.º).....	78
Gráficos 22 e 22a - Evolução da taxa quinquenal de mortalidade infantil e neonatal a nível nacional, regional e no concelho de Odemira (‰).....	79
Gráfico 23 - Mortalidade proporcional, por grandes grupos de causas de morte, no triénio 2012-2014, para todas as idades em ambos os sexos.....	80
Gráfico 24 – Taxa de retenção e desistência no ensino básico (%) por local de residência entre os anos letivos 2014/2015 e 2020/2021 (%).....	93
Gráfico 25 – População residente no concelho de Odemira, segundo os níveis de escolaridade completos (2001, 2011 e 2021) (%)	94
Gráfico 26 – Densidade de alojamentos na Região do Alentejo Litoral (N.º de Alojamentos/Km²).....	100
Gráfico 27 – Evolução da taxa de criminalidade no concelho de Odemira, entre 2016 e 2021 (‰).....	133
Gráfico 28 – Taxa de criminalidade, por área de residência e por categoria de crime em 2021 (‰).....	134
Gráfico 29 – Evolução dos crimes registados pelas autoridades no concelho de Odemira entre 2011 e 2021 (N.).....	134
Gráfico 30 – Evolução dos crimes registados pelas autoridades no concelho de Odemira entre 2011 e 2021, por tipologia de crime mais comum (N.).....	135
Gráfico 31 – Evolução dos crimes registados pelas autoridades no concelho de Odemira entre 2011 e 2021, por categoria de crime mais comum (N.).....	136
Gráfico 32 – Evolução dos crimes de violência doméstica contra cônjuge ou análogos registados no concelho de Odemira entre 2011e 2021 (N.).....	137
Gráfico 33 – Processos na CPCJ de Odemira em que uma das, ou a problemática sinalizada é a “violência doméstica”, entre os anos de 2017 e 2021 (N.)	138
Gráfico 34 – Famílias clássicas segundo a dimensão (2011 - 2021) (N.º).....	142
Gráfico 35 – População residente no concelho de Odemira, menores até aos 14 anos de idade, entre os anos 2001 e 2021 (N.º)	145
Gráfico 36 – População residente no concelho de Odemira, até aos 14 anos de idade, por grupos etários, entre 2001 e 2021 (N.º)	146
Gráfico 37 – Volume processual por grupo etário, de 2017 a 2021 (nº).....	149
Gráfico 38 – Crianças e jovens acompanhados pela CPCJ de Odemira entre os anos 2017 e 2021, por sexo (N.).....	150
Gráfico 39 – % da população residente no concelho de Odemira, com 65 ou mais anos de idade, entre os anos 2001 e 2021 (%).....	154
Gráfico 40 – População residente no concelho de Odemira, com 65 ou mais anos de idade, por grupos etários, entre 2001 e 2021 (N.º).....	155
Gráfico 41 – População residente no concelho de Odemira, com 65 ou mais anos de idade, por freguesia (2021) (% em relação ao total da pop. Residente da freguesia)	156

Gráfico 42 – Saldo Migratório no Concelho de Odemira e em Portugal, entre 2013 e 2022 (%)	159
Gráfico 43 – População estrangeira residente no concelho de Odemira, segundo o sexo (2022) (N.º)	162
Gráfico 44 – População estrangeira residente no concelho de Odemira, segundo a nacionalidade, 2021	163
Gráfico 45 – Alunos estrangeiros no concelho de Odemira, por ano curricular (2021/2022) (N.º)	165
Gráfico 46 – Alunos estrangeiros a frequentar o ensino obrigatório em Odemira, segundo a nacionalidade, 2021/2022 (N.º)	166
Gráfico 47 – Estrangeiros a frequentar formação profissional em Odemira, segundo a nacionalidade, 2022 (N.º)	166
Gráfico 48 – População residente no concelho de Odemira, com pelo menos uma dificuldade, por grupo etário (2021) (N.º)	171
Gráfico 49 – População residente no concelho de Odemira, com pelo menos uma dificuldade, por tipo e grau de dificuldade (2021) (N.º)	171
Gráfico 50 - Consultas médicas na unidade de consulta externa de Psiquiatria dos hospitais públicos e em parceria público-privada região Alentejo 2013 e 2020 (N.º)	179
Gráfico 51 – Mortes no município de Odemira por suicídio entre 2001 e 2020 (%)	180
Gráfico 52 – Algumas causas de morte (lista OCDE adaptada) da população residente na região do Alentejo Litoral entre 2015 e 2020 (N.º)	180
Gráfico 53 – % de população residente no concelho de Odemira, por grandes grupos etários, entre os anos 2001 e 2021 (%)	193
Gráfico 54 – Idade média da mãe ao nascimento de um filho em Portugal, 1960-2020	195
Gráfico 55 – Sinalizações na CPCJ, em 2019, 2020 e 2021, por tipologia de perigo (N.º)	198
Figura 1 – NUTS III	37
Figura 2 – Concelho de Odemira	37
Figura 3 – Freguesias do concelho de Odemira, após a reorganização administrativa de 2013	38

Lista de Siglas

ADBES – Associação desenvolvimento e bem-estar social
ACeS – Agrupamento de Centros de Saúde
APPACDM – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental
ARS – Administração Regional de Saúde
CACI – Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão
CATL – Centro Atividades de Tempos Livres
CAVV – Centro de Atendimento de Apoio à Vítima de Violência Doméstica
CC – Centro de Convívio
CD – Centro de Dia
CEB – Ciclo de Ensino Básico
CIF – Classificação Internacional de Funcionalidade
CLAIM – Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes
CLAS – Conselho Local de Ação Social
CLDS – Contrato Local de Desenvolvimento Social
CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
CRI – Centro de Recursos para a Inclusão
CSF – Comissão Social de Freguesia
CSIF – Comissão Social Inter-Freguesias
CSP – Cuidados de Saúde Primários
CVP – Cruz Vermelha Portuguesa
DGS – Direção Geral da Saúde
EFA - Curso de Educação e Formação de Adultos
ENEAS – Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável
ERPI – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas
ETAV - Estrutura Técnica Territorializada de Apoio à Vítima
GAE – Gabinete de Apoio ao Emigrante
GAF – Gabinete de Atendimento à Família
GAPRIC – Gabinete de Apoio a Programas Incluídos na Comunidade
IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional
IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana
INE – Instituto Nacional de Estatística
ISS, IP – Instituto da Segurança Social, I.P.
NPISA – Núcleo de Planeamento e Intervenção dos Sem Abrigo
NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
ONG – Organização Não Governamental
PACT - Parque do Alentejo de Ciência e Tecnologia

PAVMVD – Plano de Ação para a Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres e à Violência Doméstica

PDM – Plano Diretor Municipal

PDS – Plano de Desenvolvimento Social

PIB – Produto Interno Bruto

PNAI – Plano Nacional de Ação para a Inclusão

PNI – Plano Nacional para a Igualdade

P.P. - Pontos percentuais

RCM – Resolução de Conselho de Ministros

RNCCISM – Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental

RRMD – Redução de Riscos e Minimização de Danos

RSI – Rendimento Social de Inserção

SAD – Serviço de Apoio Domiciliário

SIDA – Síndrome de Imunodeficiência Adquirida

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SNS – Serviço Nacional de Saúde

TMP – Taxa de Mortalidade Padronizada

UCC – Unidade de Cuidados na Comunidade

UCP – Unidade de Saúde Pública

UCSP – Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados

UDF – União de facto

ULS – Unidade Local de Saúde

URAP – Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados

URIDI - Unidade de Rede para a inclusão e Diálogo Intercultural

URSA – Unidade de Rede dos Sem Abrigo

USF – Unidade de Saúde Familiar

USAG – Unidade de Serviços e Apoio Geral

VIH – Vírus da Imunodeficiência Humana

1. APRESENTAÇÃO

O concelho de Odemira, caracterizado pela sua diversidade, tem assistido nos últimos anos a alterações significativas das suas dinâmicas sociais mantendo, contudo, características associadas aos territórios de baixa densidade.

Se por um lado a sua população cresceu e rejuvenesceu com a chegada da população migrante, caracterizada essencialmente por pessoas em idade ativa com origem em mais de 80 países, mantém ainda uma população tendencialmente envelhecida, com uma percentagem significativa a viver dispersa pelo território, com situações de isolamento social.

Os desafios, atuais e futuros, são muitos num território que encerra diferentes contextos sociais sobre a mesma área administrativa, com uma transformação em constante mudança e cada vez mais acelerada.

A informação e conhecimento das dinâmicas demográficas, com enfoque nos grupos de população associados a maior vulnerabilidade como as crianças e jovens, pessoas idosas, migrantes e pessoas com deficiência e/ou incapacidade, assim como, a caracterização do contexto de intervenção nas áreas da economia e rendimento, educação, formação e qualificação profissional, habitação, saúde, segurança e ação social são essenciais para o planeamento futuro do território, com definição de ações e priorização de investimentos.

Este documento é o resultado de um processo de recolha de informação sobre o território, que contou com a colaboração dos parceiros da Rede Social do concelho de Odemira. Com a sua participação pretendeu-se ter uma visão alargada do território e das diferentes perspetivas sobre o mesmo, dos seus principais desafios, com o objetivo de caminharmos para uma cobertura equitativa de serviços, equipamentos e respostas sociais, para todas e todos.

O conhecimento é a base sobre a qual se desenha as políticas públicas do território - estratégias, plano e atividades. Na dimensão social, o Diagnóstico Social constitui-se como o primeiro documento estratégico. Cabe-nos agora a responsabilidade de transformar este conhecimento em sabedoria, com o desenvolvimento do novo Plano de Desenvolvimento Social, com a definição de um plano de ação objetivo para o desenvolvimento do nosso concelho.

Vereadora Isabel Palma

Presidente do Conselho Local de Ação Social de Odemira

2. NOTA INTRODUTÓRIA

O Diagnóstico Social do concelho de Odemira, sendo parte integrante de um processo de planeamento de intervenção e desenvolvimento social de âmbito concelhio, reveste-se como um instrumento de planeamento, cuja atualização sistemática é essencial para uma atuação eficaz face à realidade do território. Um diagnóstico social é assim, pela sua natureza dinâmica, um documento que não encerra um processo, mas antes é desencadeador de outros, devendo estar permanentemente aberto a novos contributos e atualizações. Não obstante, perante os principais constrangimentos e vulnerabilidades do território, e das suas comunidades em matéria de inclusão social, é relevante produzir, periodicamente “pontos de situação” que diagnostiquem e materializem os processos de levantamento de problemas e necessidades, bem como de identificação de recursos e potencialidades existentes no território. O presente documento constitui, precisamente, a concretização deste processo. Para tal, efetuou-se de uma forma muito sucinta o retrato do território, seja a nível nacional (ponto 6), seja a nível municipal (ponto 7), partindo-se no ponto 8 para uma análise dos dados quantitativos das áreas de intervenção social. No ponto 9 do documento, são apresentadas de uma forma mais pormenorizada e profunda, aquelas que foram identificadas pelos diversos atores sociais auscultados em todo este processo, como sendo as áreas prioritárias de intervenção social no território.

O conteúdo do Diagnóstico Social de Odemira resulta de um processo de maturação e reflexão no seio da Rede Social, o qual deu origem a um conjunto de processos de recolha de informação e de contributos recolhidos junto das diversas entidades locais interessadas que foram mobilizados para este processo, cruzados e complementados por um leque alargado de indicadores que foi possível recolher junto dos parceiros do Conselho Local de Ação Social (CLAS), bem como de fontes oficiais como o Instituto Nacional de Estatística (INE) ou outros órgãos da administração pública, como Ministérios e as suas Direções Gerais e documentos internos fornecidos pelos diferentes serviços do município. A abordagem metodológica utilizada valorizou a experiência daqueles que mais próximo estão dos problemas e de quem os vive, as instituições locais e os seus técnicos e dirigentes.

Com a implementação deste processo de planeamento pretende-se que o Município e as entidades parceiras que constituem a Rede Social passem a ter: um Diagnóstico Social que seja resultado da reflexão e participação dos *stakeholders* locais e onde

todos se revejam; um instrumento de suporte a candidaturas a programas e medidas; clareza estratégica quanto ao percurso de desenvolvimento social do concelho; um instrumento de trabalho que potencie o aproveitamento cabal das oportunidades de financiamento e apoio para projetos e respostas na área social.

3.O PROGRAMA REDE SOCIAL

O Programa Rede Social foi concebido pelo governo português à data de 1997 e formalizado através da Resolução de Conselho de Ministros (RCM) 197/97 de 18 de novembro. Posteriormente foram publicados o Despacho Normativo N.º 8/2002, de 12 de fevereiro, e o Decreto-Lei N.º 115/2006, de 14 de junho.

O Programa assume um contexto societal pós-moderno, marcado por um novo entendimento dos processos de mudança e desenvolvimento social, traduzido no conceito de 'sociedade em rede'.

Esta RCM designa por Rede Social "... o conjunto das diferentes formas de entreajuda, bem como das entidades particulares sem fins lucrativos e dos organismos públicos que trabalham no domínio da ação social e articulam entre si e com o governo a respetiva atuação, com vista à erradicação ou atenuação da pobreza e exclusão social e à promoção do desenvolvimento social", alicerçando o conceito na "... tradição secular de entreajuda familiar e de solidariedade mais alargada" do país.

Tendo por base a ideia descrita, o Programa procura estimular a criação de redes locais de cooperação (de base concelhia ou interconcelhia), que reconheçam a multidimensionalidade dos fenómenos e a complementaridade entre os setores público e privado e promovam a participação ativa das populações e seus representantes nos processos de tomada de decisão sobre o desenvolvimento local. Deste modo, estas redes locais devem estar aptas a: i) unir os esforços das diversas organizações com intervenção na esfera social, de modo a obter ganhos de eficácia; ii) alinhar meios, procedimentos e agentes de resposta a nível local; iii) rentabilizar os recursos endógenos aos territórios e, por conseguinte, às organizações que neles operam e às populações que neles habitam (ou trabalham); iv) promover inovações na concretização das políticas sociais; v) fomentar relações de confiança e partilha com proveitos e mais-valias para todas as partes.

Estes objetivos traduzem o reconhecimento da impossibilidade de trabalhar de forma fragmentada, não coordenada e, acima de tudo, não participada, e procuram evitar o desperdício de recursos e sinergias dos atores sociais quando se desenvolvem ações isoladas.

No plano metodológico, o Programa situa-se no quadro de desenvolvimento de novas formas de pensar a intervenção social, tendendo à superação definitiva do paradigma

assistencialista, com as suas lógicas de intervenção centradas em situações pontuais e individualizadas.

Correspondendo ao reconhecimento do carácter multidimensional das situações de pobreza e exclusão social, algumas ideias têm vindo progressivamente a impor-se, designadamente a corresponsabilização do Estado e da Sociedade Civil no combate aos fenómenos de pobreza e exclusão, traduzida no desenvolvimento de culturas de parceria e de trabalho em rede e de responsabilidade social.

É com base nesta perspetiva que foi proposto aos concelhos que implementam o Programa que desenvolvam os seguintes produtos:

Formalização das estruturas de parcerias: Conselhos Locais de Ação Social (CLAS), Comissões Sociais de Freguesia (CSF) ou Comissões Sociais Inter Freguesias (CSIF) e outros grupos de trabalho ou temáticos, de acordo com a realidade de cada concelho.

Os CLAS e as CSF são as formas organizativas que materializam a Rede Social, enquanto plataformas de planeamento e coordenação da intervenção social, respetivamente, a nível concelhio e a nível de freguesia. Estas estruturas são formalizadas através de Regulamentos Internos próprios e autónomos, que devem contemplar os princípios e orientações gerais do Programa. Quanto à sua natureza, ambos os órgãos não possuem personalidade jurídica, assumindo a figura de órgãos de concertação entre os seus membros.

Diagnóstico Social e Sistema de Informação Local

A elaboração do diagnóstico concorre para um maior conhecimento dos recursos existentes (endógenos e exógenos) e das capacidades dos territórios para o recenseamento dos problemas, o esclarecimento das carências, a determinação de prioridades e as estratégias a adotar.

O desenho e implementação de um sistema de informação local apoia-se no trabalho desenvolvido para elaborar o diagnóstico social. Trata-se de construir um sistema de recolha de informação permanente que permita a atualização periódica do conhecimento da realidade social nas freguesias e no concelho, servindo de base à atualização e aprofundamento do diagnóstico social.

Plano de Desenvolvimento Social (PDS)

Estes planos desenvolvem-se a partir dos diagnósticos elaborados e da consequente definição de prioridades e linhas estratégicas para a intervenção local. A elaboração do PDS deve ser um processo participado, negociado e contratualizado entre os parceiros, assim como o processo de elaboração do diagnóstico social. Desta forma, garante-se a representação de sensibilidades diversificadas quanto aos problemas e objetivos em presença e, por outro lado, assegura-se a viabilidade e concretização do plano.

É, desta forma, possível aumentar a capacidade de identificação e resolução de problemas, gerando respostas concretas, incrementar o número de projetos locais com base na reunião de recursos e capacidades das organizações, melhorar os níveis de participação dos destinatários dos programas e projetos de intervenção social que lhes dizem respeito, numa lógica de empoderamento (individual, coletivo e organizacional).

Modelo de articulação entre as parcerias existentes no território concelhio

Este modelo tem por objetivo equacionar propostas locais de articulação entre as parcerias que já existem no terreno, assumindo a Rede Social o papel de parceria enquadradora. Este desafio pretende dar resposta ao problema da multiplicação de parcerias de diversos âmbitos no plano local, as quais por vezes contribuem para a multiplicação de reuniões e para a dispersão de esforços dos técnicos das várias entidades. Este modelo deverá ter como impactos: 1) rentabilização da ação dos agentes locais pertencentes às diferentes entidades locais com intervenção social; 2) transformação da cultura e práticas dos serviços e instituições locais, no sentido de uma maior transparência e da abertura às outras entidades e às populações. Esta articulação deverá traduzir-se, ainda, numa simbiose entre instrumentos de planeamento local (Plano Diretor Municipal, Planos Estratégicos, etc.) e nacional (PNI, Plano Nacional de Emprego, Plano Nacional de Saúde, Estratégia Nacional de Combate à Pobreza, etc.) com vista à promoção das dinâmicas de desenvolvimento local.

Rede Social de Odemira

A Rede Social de Odemira, foi constituída em outubro de 2004, sendo composta pelo Conselho Local de Ação Social de Odemira (CLASO) e o respetivo Núcleo Executivo. O CLASO é constituído por representantes de 121 Entidades ou Organismos do setor público, IPSS, ONG's, Associações, Cooperativas e Juntas de Freguesia. O CLASO tem como principais objetivos:

1. Combater a pobreza e a exclusão social e promover a inclusão e coesão sociais;
2. Promover o desenvolvimento social integrado;
3. Promover o planeamento integrado e sistemático, potenciando sinergias, competências e recursos;
4. Integrar os objetivos dos programas nacionais de ação para a inclusão e da promoção da igualdade de género, nos instrumentos de planeamento;
5. Garantir uma maior eficácia e uma melhor cobertura e organização do conjunto de respostas e equipamentos sociais ao nível local;
6. Criar canais regulares de comunicação e informação entre os parceiros e a população em geral.

4. NOTA METODOLÓGICA

A metodologia utilizada na elaboração do Diagnóstico Social de Odemira foi concebida e executada em torno de dois tipos de informação distinta e complementares entre si. As percepções dos profissionais e intervenientes políticos que trabalham e intervêm nas diversas áreas de âmbito social, no concelho de Odemira, e os dados estatísticos oficiais e fornecidos pelas entidades parceiras, relativos às áreas que são abordadas e aprofundadas no presente documento.

As percepções das/os profissionais dos diversos parceiros da Rede Social, relativamente aos seus territórios e áreas de atuação, foram fundamentais para a elaboração e estruturação do atual diagnóstico. Esta informação foi produzida e recolhida em duas etapas distintas do trabalho realizado. Por um lado, foi realizado um inquérito *online* (ver anexo I), aplicado a todos os parceiros da Rede Social. Através deste instrumento, as entidades tiveram a possibilidade de identificar as áreas prioritárias para o concelho, de acordo com as suas percepções e conhecimento do território (foram validadas 34 respostas ao questionário). Num segundo momento, e simultaneamente com a aplicação desta ferramenta *online*, foram realizados workshops presenciais com atores locais, tendo participado no total 25 atores, bem como workshops *online*, com uma participação de 15 atores locais, nos quais foram identificados e priorizados os principais problemas do território, as suas causas, os recursos que podem potenciar a solução dos mesmos e ainda as propostas de intervenção mais adequadas.

Complementarmente à recolha de percepções referidas nas duas etapas anteriores, foi recolhido um conjunto de informações específicas junto dos diversos setores de intervenção presentes no CLASO, o que permitiu obter informação detalhada e produzida localmente, que não se encontra disponível nos dados oficiais já publicados.

Para além do levantamento de todas estas percepções e dados setoriais, foi realizada a análise documental de um conjunto alargado de estatísticas oficiais de referência, instrumentos de planeamento, planos e relatórios referentes às várias áreas que integram o presente Diagnóstico Social, para além das referências bibliográficas identificadas, fundamentais para a produção deste documento. Enquanto limitações sentidas na realização deste Diagnóstico, destacamos a dificuldade de mobilização e participação dos vários parceiros, a qual pode dever-se a fatores como: a dimensão do concelho de Odemira, o que faz com que os parceiros estejam muito dispersos no

território; o facto de o Diagnóstico ser realizado após o período de pandemia, em que as sessões de trabalho foram em menor número e muito operacionais, sendo por isso difícil o retomar das sessões de trabalho neste âmbito, bem como as diversas e inúmeras solicitações a que os parceiros são chamados a participar. Por forma a minimizar este constrangimento foram convocados os parceiros para workshops presenciais, organizados por território, bem como para workshops *online* em horário laboral e pós-laboral, assim como foi pedido a sua participação e contributo em documento síntese sobre as áreas prioritárias definidas em inquérito e workshops.

Após a recolha dos dados foi feita a sua interpretação e análise, resultando de uma abordagem de complementaridade e triangulação de perspetivas entre informações de naturezas distintas, o que possibilitou, para além da caracterização do território de Odemira, a identificação dos principais constrangimentos para os quais será prioritário encontrar estratégias de atuação adequadas, as quais poderão constituir a componente fundamental do que será o Plano de Desenvolvimento Social.

5. SÍNTESE DIAGNÓSTICA

Um diagnóstico social pretende fornecer um conjunto de informações importantes que permita a eficiência, eficácia e impacto da intervenção e nesse sentido quer contribuir com conteúdos que facilitem a clareza estratégica para o percurso de desenvolvimento social do concelho.

Começando por uma apresentação sumária das áreas trabalhadas e refletidas no processo de elaboração do diagnóstico, apresenta-se alguns dados chave de cada uma das áreas e as problemáticas e/ou necessidades mais identificadas pelos participantes neste processo.

Posteriormente, são apresentadas as áreas prioritárias de desenvolvimento para o concelho, as quais resultam da análise técnica efetuada à informação recolhida nas diferentes fontes.

Os dados, que poderão ser consultados com maior detalhe nos capítulos que se seguem, apresentam informações, que ainda que não sejam absolutamente novos, são significativos para compreender a realidade social do concelho. De forma a sintetizar graficamente alguns destes dados apresenta-se também uma infografia, que intitulámos por “Retrato Municipal”.

Economia e Rendimento 	Odemira tem vindo a desenvolver parte significativa da sua economia com base na agricultura, turismo e comércio. Em 2021, a maioria dos/as trabalhadores/as encontrava-se afeta ao setor da ‘agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca’ (61,3%), sendo também neste setor que se regista um maior número de empresas sediadas no concelho (1188 empresas), seguindo-se o ‘alojamento, restauração e similares’ e o ‘comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos’ (583 e 540 empresas, respetivamente). No mesmo ano, o ganho médio mensal da população foi de 974,70€. Em março de 2023 encontravam-se inscritos no Centro de emprego, cerca de 18% da população entre os 15 e os 64 anos (2.713 pessoas). Entre os problemas identificados pelos atores locais que afetam a área da economia e rendimento destacam-se: a dificuldade de
---	---

	acesso aos postos de trabalho, e por consequência ao rendimento, devido à insuficiente rede de transportes, bem como os elevados custos para acesso a bens essenciais, como por exemplo a habitação.
Ação Social 	Em 2021, 7.907 pessoas estavam a receber pensões da segurança social, sendo a maioria por velhice, ainda que Odemira seja o município do litoral alentejano onde se regista uma menor % de pensões por residente (33.7%). Nas prestações de apoio à família, Odemira tinha, em 2021, 2.937 beneficiárias(os) de abono de família. O Rendimento Social de Inserção apoiava, em 2021, 317 indivíduos, principalmente homens (165). Entre os problemas identificados pelos atores locais, ao nível da Ação Social, foi a insuficiente capacidade de resposta em Creche, ERPI e ao nível de cuidados paliativos, o que mais foi salientado. As competências parentais, recursos de apoio às famílias e respostas para pessoas adultas com deficiência e doença mental foram também referidos como sendo deficitários.
Saúde 	Com um rácio de aproximadamente 1,2 médicos e de 2 enfermeiros por 1000 habitantes, em 2021, Odemira tem assim um registo inferior ao nacional e da região do Alentejo. Ainda assim, em dezembro de 2022, encontravam-se inscritos na UCSP, 32.762 utentes, tendo cerca de 76% médico de família atribuído. As doenças do aparelho circulatório, os tumores malignos e as doenças do aparelho respiratório foram consideradas as principais causas de morte na ULS Litoral Alentejo. A taxa de mortalidade tem vindo a diminuir desde 2019, ano em que registou a maior per milagem dos últimos 10 anos - 16‰. Os atores locais identificaram como problema principal na área da saúde a insuficiente resposta face às necessidades existentes. Para isso contribuem a) aspetos ligados aos Recursos humanos: insuficientes e sobrecarga de trabalho nos RH, bem como a dificuldade de recrutamento dos mesmos; b) áreas a descoberto ou com necessidades prementes, como a saúde mental, reabilitação ou planeamento familiar, a dificuldade de acesso aos serviços de saúde, nomeadamente de especialidade; e o tempo de resposta ser demasiado longo.

Educação, Formação e Qualificação 	O nível de escolaridade da população residente, no concelho de Odemira, tem vindo a aumentar, ainda que em 2021 20,3% da população tivesse apenas concluído o 1ºCEB e 15,2% não tivesse concluído qualquer nível de ensino. No ano letivo 2020/2021 a taxa bruta de escolarização no ensino básico foi de 121,1% e, a taxa de retenção e desistência no ensino básico (3,6%) a qual foi superior à registada a nível nacional e no litoral alentejano. Os atores locais destacam como principais problemas/necessidades neste âmbito, a insuficiente rede de creches, as dificuldades de inclusão adequada de alunos com especificidades, como alunos migrantes, com necessidades educativas especiais e/ou com deficiência. Também a fragilidade das competências parentais, e a insuficiente oferta de respostas e espaços para uma saudável ocupação dos tempos não letivos, são outros dos aspetos de identificados pelos atores locais.
Habitação 	Odemira concentra cerca de 34% do total de edifícios de habitação familiar da Região do Litoral Alentejano. A maioria dos alojamentos são utilizados como residências habituais, ainda assim existem 3.963 alojamentos vagos (aumento de 536 alojamentos vagos, comparativamente com o ano 2011). Para os atores locais a dificuldade de acesso a habitação é o principal problema nesta área. Neste domínio salientam-se problemas relacionados com o próprio mercado habitacional (compra e/ou arrendamento), bem como questões ligadas às condições e infraestruturas existentes, verificando-se que a maioria dos alojamentos vagos se encontram sem condições de habitabilidade e/ou indisponíveis para venda ou arrendamento.
Mobilidade 	Odemira é o concelho da Região do Alentejo Litoral em que a maior percentagem da população utiliza o transporte coletivo nas suas deslocações para o local de trabalho ou estudo (20,3%). É também o território da região que regista a menor proporção de população, tanto a entrar como a sair do concelho, durante os seus movimentos pendulares diários. Para os atores locais, a dificuldade de acesso a serviços e ao mercado de trabalho, são as principais consequências para os problemas ao nível da mobilidade, os quais se relacionam com o défice de horários e percursos, bem como a inadequação da tipologia de veículos existentes para as necessidades da população.

Cidadania e Participação 	A abstenção nos vários atos eleitorais foi superior a 30% no território de Odemira. Ainda assim, no que se refere ao movimento associativo, verifica-se uma forte dinâmica a este nível, existindo: 12 associações de desenvolvimento, 6 associações juvenis, 36 associações humanitárias e de carácter social, 5 associações de moradores, 2 associações de columbofilia, 83 associações culturais, recreativas e desportivas, 7 associações do setor agrícola, 20 associações de caçadores e pescadores, bem como 5 associações de pais. Neste domínio identifica-se a fraca envolvência da população, a qual pode ser também condicionada pelas dificuldades ao nível da mobilidade, as quais podem colocar em causa e condicionar as questões no domínio da cidadania e participação.
Segurança 	Em 2021 a taxa de criminalidade no concelho de Odemira foi de 26,5‰, valor que tem vindo, gradualmente, a diminuir desde 2019. Entre os crimes mais frequentes encontram-se crimes contra o património e contra a integridade física. Neste domínio, foi identificado o insuficiente policiamento de proximidade, bem como a demora no tempo de resposta aos pedidos de assistência. Este último aspeto foi justificado pelo extenso território a que as forças de segurança têm de dar resposta, verificando-se que nem sempre as infraestruturas contribuem para a celeridade da resposta.
Famílias 	Existiam, em 2021, 1.238 núcleos familiares monoparentais, correspondendo a 11% do número de famílias residentes. Dasquelas, 83% são famílias monoparentais femininas. Para além das famílias monoparentais, residiam no concelho, 887 famílias com 5 ou mais pessoas, correspondendo a 7,8% do total de agregados. Entre 2019 e 2021, o número de famílias apoiadas por ajuda alimentar, aumentou 148%. Os atores locais destacaram a disfuncionalidade de alguns agregados familiares residentes no concelho, bem como a dificuldade de acesso a serviços.

Crianças e jovens 	De acordo com os dados dos Censos 2021, residem no concelho 2.999 crianças até aos 14 anos de idade (10% do número total de residentes). Um valor que tem vindo a aumentar gradualmente desde 2018. O número de sinalizações de crianças e jovens na CPCJ de Odemira, foi em 2021 de 200 processos, 86 dos quais novos. Entre os principais motivos de sinalização encontram-se situações de exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança, seguido pelo facto da criança/jovem assumir comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento, sem que os pais se oponham de forma adequada. Para além dos casos apoiados pela CPCJ, em 2021, 121 crianças foram apoiadas pela Intervenção Precoce e 73 pelo CRI (Centro de Recursos para a Inclusão). Como principais problemas e necessidades identificadas neste âmbito, por parte dos atores locais, destaca-se a existência de crianças e jovens sem acesso a respostas adequadas, o que se prende com a insuficiência de respostas de creche bem como a falta de respostas e equipamentos para uma saudável ocupação dos seus tempos livres.
Pessoas Idosas 	O envelhecimento populacional é uma realidade transversal a todo o território nacional, registando-se em 2021, que 22,6% da população residente no concelho tinha 65 ou mais anos de idade, sendo a maioria do sexo feminino. Em 2021, o índice de dependência de idosas/os no concelho (33,5%) foi inferior ao registado a nível nacional (36,9%), na Região Alentejo (44,6%) e na Região Alentejo Litoral (42%). Ao nível do índice de envelhecimento regista-se um aumento desde 2001, o que reflete o aumento da população idosa face ao número de crianças e jovens residentes no concelho. Os atores locais destacam a dificuldade de acesso à resposta social ERPI e o isolamento da população como os principais problemas associados à população idosa.

Migrantes e Minorias 	A população estrangeira residente no concelho de Odemira, em 2021, representava 28,16% do total da população residente, para além deste valor significativo, o saldo migratório do concelho de Odemira, em 2022, é de 86,8, um valor ligeiramente inferior do que em 2021, mas enquadrado numa tendência global de subida que se verifica desde 2017. Para as dinâmicas do território importa ainda salientar que no ano letivo 2021/2022, Odemira tinha 788 alunos estrangeiros e que é na freguesia de São Teotónio que reside a maior proporção dos cidadãos estrangeiros residentes no concelho (8.699, ou seja, 29,5% dos estrangeiros residentes). Os atores locais identificam como principal problema existente ao nível da população migrante, as inadequadas condições de vida, em vários domínios como a habitação, trabalho, acesso à saúde e educação; bem como a difículdade de integração da população migrante na comunidade, identificando vários os contributos para que tal suceda, como: elevado nº de migrantes, o não domínio da língua, sazonalidade no território, dificuldades de integração de crianças no sistema de ensino, culturas de proveniência e a própria política migratória atual.
Pessoas com Deficiência 	No ano de 2021, 16,5% da população residente no concelho de Odemira, tinha pelo menos uma dificuldade. As questões relativas ao autocuidado, à mobilidade e à comunicação foram identificadas em maior número como não sendo possíveis de executar pelas pessoas que as reportaram. A maioria da população que relatou essas dificuldades tinha 70 ou mais anos. Os atores locais destacaram como principais problemas existentes neste âmbito a insuficiência de respostas sociais para pessoas com deficiência e a existência de barreiras à mobilidade de pessoas com deficiência. Salienta-se ainda o facto de não existirem respostas adequadas a esta população após concluírem a escolaridade obrigatória.

No âmbito dos momentos de auscultação realizados com os parceiros do CLASO e com os atores sociais que intervêm no concelho de Odemira foi efetuado um exercício de priorização das necessidades e problemas identificados pelos mesmos.

Através da análise da informação recolhida e da priorização realizada foi possível identificar as áreas de intervenção social prioritárias e os problemas mais emergentes, segundo estes atores, os quais se apresentam em seguida:



Saúde

Insuficiente resposta face às necessidades existentes (recursos humanos insuficientes e em sobrecarga de trabalho; dificuldades de acesso a áreas específicas ou especializadas, pela sua inexistência ou acessibilidade).



Habitação

Dificuldade de acesso à habitação (oferta insuficiente e condições de compra e arrendamento acima das possibilidades de quem procura; falta de oferta de habitação social).



Mobilidade

Dificuldade de acesso a serviços e mercado de trabalho (frequência, horários e percursos desajustados face às necessidades; transportes não adaptados a pessoas com mobilidade reduzida).



Crianças e Jovens

Crianças e jovens sem acesso a respostas adequadas (insuficiente oferta de creches e espaços de lazer e desporto; respostas pouco adequadas a crianças e jovens com deficiência; inexistência de respostas pós e não letivas para crianças a partir do 2º ciclo do ensino básico; e insuficiência de respostas de Atividades de Animação e Apoio à Família nas Interrupções letivas desde o pré-escolar).



Migrantes

Inadequadas condições de vida dos migrantes (dificuldades no acesso a habitação, saúde e educação; falta de condições de trabalho).
Dificuldades de integração na comunidade (fraco domínio do português; dificuldades de adaptação ao sistema de ensino).



Pessoas Idosas

Isolamento social das pessoas idosas (Envelhecimento da população, densidade populacional, falta de rede de suporte).

Insuficiente cobertura de respostas sociais (nomeadamente em ERPI).



Pessoas com Deficiência

Dificuldade de acesso a respostas adequadas (insuficientes respostas no território).

Dificuldades de inclusão adequada de alunos com necessidades educativas especiais e/ou com deficiência (Inexistência de estruturas e recursos específicos).

Dificuldades de mobilidade e acessibilidade para pessoas com deficiência (existência de barreiras à mobilidade).

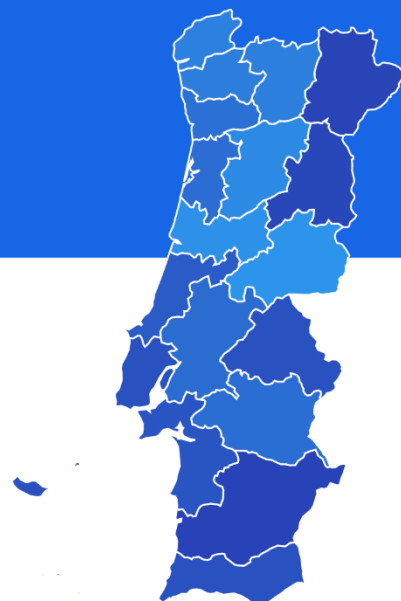
6. O CONTEXTO NACIONAL

No início do ano 2020, Portugal encontrava-se num período marcado por uma tendência de retoma e crescimento da economia, após um período de austeridade (com a intervenção do Fundo Monetário Internacional, do Banco Central Europeu e da Comissão Europeia) que afetou o contexto económico e social do país.

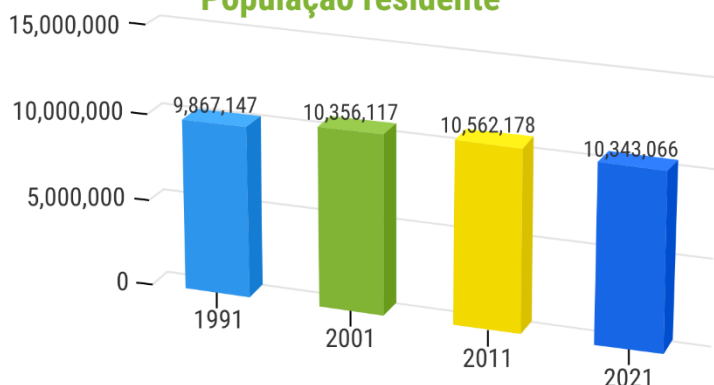
Em março de 2020, com o início da implementação de medidas, sociais e financeiras por consequência da pandemia por Covid-19 e, mais recentemente, com o início do conflito na Ucrânia em fevereiro de 2022, existem outras preocupações com as repercussões sociais e económicas, as quais se começam desde já a evidenciar bem como se irão repercutir no futuro. Assim, é importante ter em consideração as vulnerabilidades e constrangimentos, de diversa ordem, que persistem ao nível do desenvolvimento do país, destacando-se, pela relevância que assumem em matéria de coesão social (domínio que enquadra o presente documento de diagnóstico).

De entre esses domínios destacamos os indicadores socioeconómicos que se seguem:

Contexto Nacional



População residente



2011
↓
2021
-2,1%

Famílias

- Em 2021 são **4.149.096 famílias** em Portugal (+2,6% em relação a 2011)
- 9,9%** da população residente **vive só** (+1,7 p.p. face a 2011)
- 11,8%** dos agregados familiares eram de pessoas de mais de **65 anos a viverem sós**
- 41%** da população é **casada** (-5,7 p.p. face a 2011)

Educação

- Taxa de analfabetismo** é de **3,1%** em 2021 (-2,1 p.p. face a 2011)
- 23,5% da pop. com 15 ou mais anos tem o 12º ano (+7,8 p.p. face a 2011) e **19,8%** tem o **ensino superior** (+5,9 p.p.)
- Em 2021 a taxa de abandono escolar foi de 6%

Proteção Social

- Em 2021 existia 1,6 contribuinte da seg. social por cada pensão de velhice, invalidez ou sobrevivência
- Em 2021 foram **793.172 famílias** beneficiárias de **abono de família**
- 60,4% dos inscritos no Centro de emprego foram beneficiários de subsídio de desemprego em 2021
- Em 2021 foram **262.210** os beneficiários de **RSI**, destes 41% tinham menos de 25 anos

Habitação

- Existem em 2021 **3.573.416 Edifícios** (+0,8% que em 2011)
- Contabilizam-se 5.970.677 apartamentos e moradias em 2021 (+1,9% que em 2011)
- 69,4%** das habitações são de **residência habitual** (+1,3 p.p. face a 2011)
- 30% são habitações próprias com encargos de compra
- 12,7%** das habitações estão **sobrelotadas**

Condições de Vida

- Em 2021 o **Índice global de bem-estar** era de **45,7** (+11,8 em relação a 2011)
- Em 2021, **6%** da população estava em **privação material e social severa**

Trabalho

- Taxa de desemprego** em 2021 foi de **8,1%**, sendo maior no sexo feminino
- Em 2021 a **taxa de atividade** foi de **53,5%** (-2,4 p.p. face a 2011)
- A taxa de atividade apresenta valores mais elevados entre os 25 e 54 anos (superiores a 83%)
- A remuneração base média em 2021 foi de 1.082,8€
- A diferença no salário médio entre mulheres e homens em % foi de -16, em 2021



7. RETRATO MUNICIPAL

A partir dos dados do INE, nomeadamente no anuário estatístico e nos dados dos censos 2021, apresenta-se um conjunto de indicadores relevantes para a caracterização socioeconómica do concelho de Odemira, bem como a partir de outros dados estatísticos fornecidos pelo CLAS, pareceu-nos importante apresentar o que designámos como “Retrato Municipal” pela leitura rápida que fornece.

Neste “retrato municipal” os dados estão atualizados, sempre que existam disponíveis, a dezembro de 2022 e incluem uma visão sobre alguns dos principais dados que integram as dimensões: território e população, atividade económica e indicadores demográficos e sociais.

No capítulo seguinte abordaremos de forma mais detalhada as dimensões referenciadas neste retrato.

Concelho de Odemira



Área 1720,6 km²

População residente 29.538

Densidade populacional 17,2

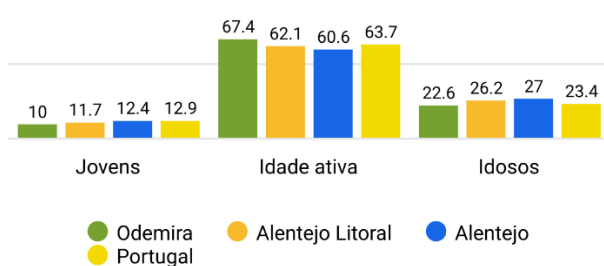
Saldo populacional total 33,4 (por 1000 hab.)

Taxa Bruta de Natalidade 9,1

Taxa Bruta de Mortalidade 12,8

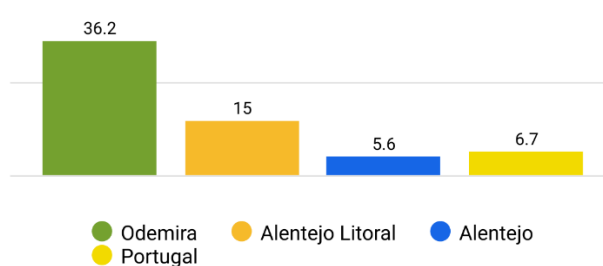


% de população por grandes grupos etários (2021)



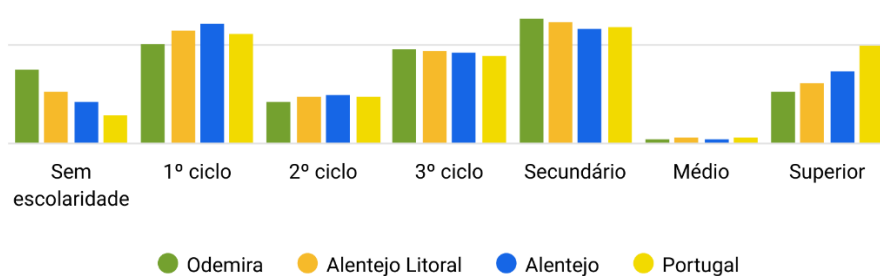
Odemira destaca-se pela população que tem no seu território em idade ativa, tendo uma percentagem superior à registada a nível nacional e regional.

% de cidadãos estrangeiros no total da população(2021)



Odemira é um concelho com uma grande % de cidadãos estrangeiros, ligados sobretudo ao setor económico da agricultura.

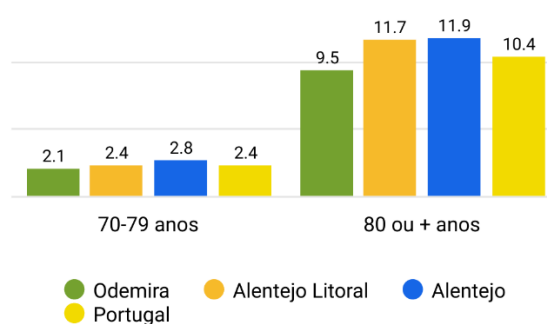
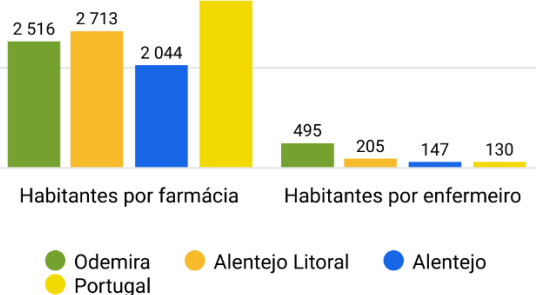
% de população, com mais de 15 anos, por nível escolar completo mais elevado(2021)



Odemira tem ainda uma % elevada de população sem qualquer nível de escolaridade (15,2%), quando em Portugal a percentagem é de 5,9.

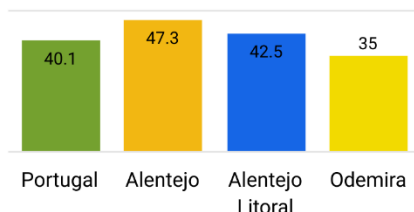
São ainda poucos os residentes com ensino superior completo (10,7%)

Taxa de mortalidade Sénior (2021)



% de beneficiários do RSI da Segurança Social no total da população residente com 15 ou mais anos (2011 e 2021)

Os beneficiários de RSI diminuíram em todos os territórios, em muito devido às alterações de acesso a este apoio. Odemira regista uma % inferior quer em relação à registada a nível nacional ou local.

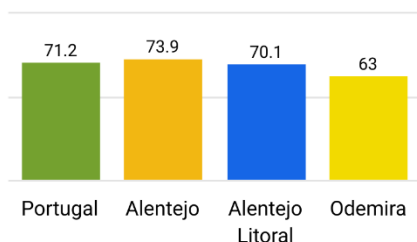
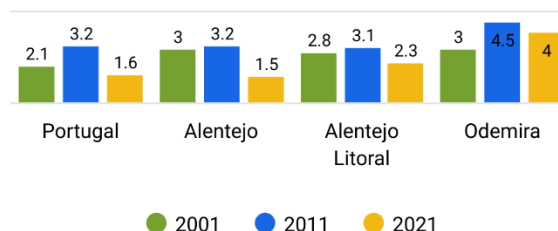


% de pensões pagas, por residentes com 15 anos ou mais (2021)

Comparando com os dados nacionais e regionais Odemira é um território onde a % de pensões pagas por população ativa é menor - 35%. Em 2021 eram pagas 9.062 pensões pela Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações

% de beneficiários de subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego, por residentes com 15 ou mais anos (2021)

Odemira apresenta ao longo dos anos percentagens superiores às registadas a nível nacional e regional.

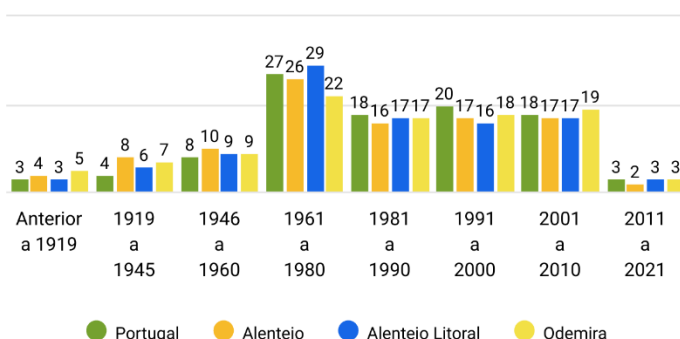


% de alojamentos ocupados pelos proprietários (2021)

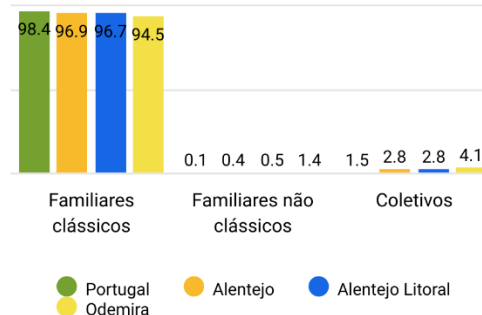
Odemira apresenta uma % de alojamentos ocupados pelos proprietários inferior à nacional e regional, podendo este fator estar relacionado com duas realidades coexistentes no território: a existência de 2ª habitação ou habitações para exploração turística e, o grande número de imigrantes que procuram o mercado de arrendamento para se alojarem.



% de alojamentos por época de construção (2021)



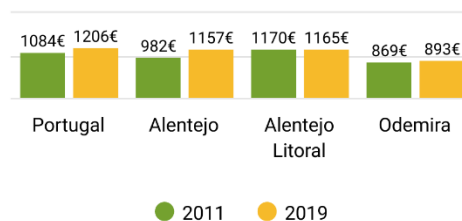
% de alojamentos por tipologia (2021)



- A maioria dos alojamentos em Odemira foram construídos entre 1961 e 1980, à semelhança do que acontece em Portugal e nas regiões do Alentejo e Alentejo Litoral.
- A maioria dos alojamentos em Odemira são familiares clássicos (94,5%), embora tenha uma % de alojamentos coletivos superior ao que se regista a nível nacional e regional.

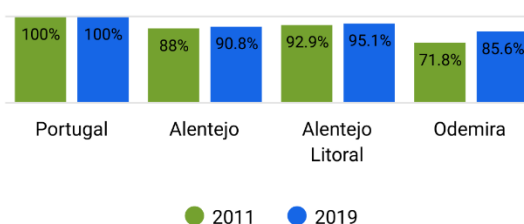
Ganho médio (2011 e 2019)

Entre 2011 e 2019, os residentes em Odemira aumentaram o seu ganho médio mensal de 869€ para 893€. Esta foi a tendência verificada a nível nacional e na região do Alentejo, contudo na sub-região do Alentejo Litoral verificou-se uma redução de cerca de 5€ mensais, no ganho médio dos residentes



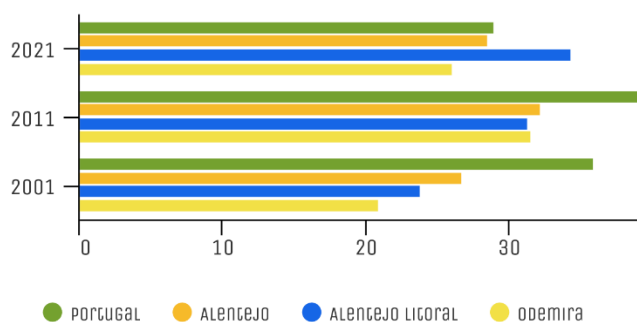
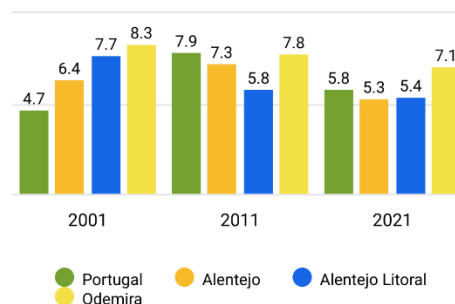
Poder de compra per capita (2011 e 2019)

As pessoas residentes no concelho de Odemira aumentaram, entre 2011 e 2019 o seu poder de compra. Ainda assim o poder de compra dos residentes do território é ainda inferior ao que se regista a nível regional e nacional.



Desempregados inscritos no IEFP no total da pop. residente entre os 15 e 64 anos (%)

Odemira, apresentou nas 3 últimas décadas, uma percentagem superior de população em idade ativa inscrita no Centro de Emprego, à registada a nível nacional e regional.



Crimes registados, por 1000 habitantes

Os crimes registados no território de Odemira, por 1000 habitantes, tem sido, nas últimas décadas, inferior ao registado a nível nacional e regional.



8. O CONCELHO DE ODEMIRA: CONTEXTO DE INTERVENÇÃO

Este capítulo pretende caracterizar o concelho de Odemira no que se considera serem as principais dimensões de análise ao nível da intervenção, nomeadamente nas seguintes áreas: demografia, economia e rendimento, educação, formação e qualificação profissional, habitação, saúde, segurança e ação social, mas também ao nível de grupos de população considerados de maior vulnerabilidade, como as crianças e jovens, as pessoas idosas, migrantes e minorias e as pessoas com deficiência e/ou incapacidade, entre outras.

Para todas estas áreas e domínios de atuação social, apresenta-se neste capítulo os dados estatísticos disponíveis quer de fontes nacionais, quer de fontes locais, nomeadamente dos parceiros do CLASO que atuam nesses domínios e que, forneceram dados o mais atualizados possível, garantindo dessa forma uma maior aproximação e conhecimento da realidade existente no território.

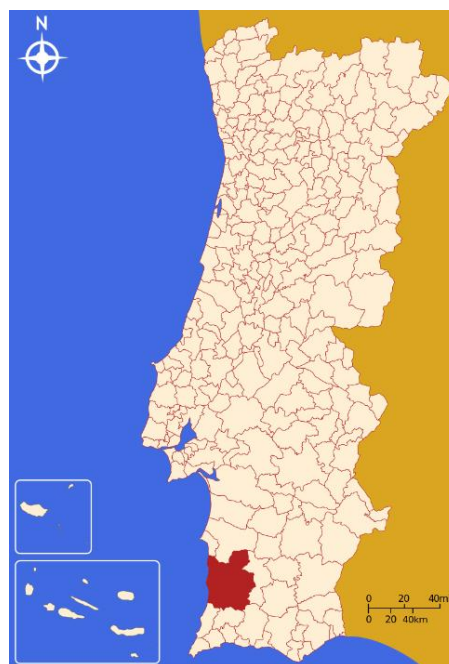
8.1. O território - Análise Demográfica

O território de Odemira localiza-se na Região Alentejo (NUTS II) e na Sub-Região do Alentejo Litoral (NUTS III). Com um total de 1.720 km², sendo, em área, o maior concelho do país.

Figura 1 – NUTS III



Figura 2 – Concelho de Odemira



O município de Odemira é limitado a nordeste pelo município de Sines, a norte por Santiago do Cacém, a leste por Ourique, a sudeste por Silves, a sul por Monchique, a sudoeste por Aljezur e a oeste tem litoral Atlântico.

Figura 3 – Freguesias do concelho de Odemira, após a reorganização administrativa de 2013



Após a reorganização administrativa do território das freguesias (Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro), o concelho encontra-se subdividido em 13 Freguesias, nomeadamente, Relíquias, Sabóia, São Luís, São Martinho das Amoreiras, Vila Nova de Milfontes, Luzianes-Gare, Boavista dos Pinheiros, Longueira/Almogrove, Colos, Santa Clara-a-Velha, São Salvador e Santa Maria, São Teotónio e Vale Santiago.

No ano de 2021, o número médio de habitantes por Km², no concelho de Odemira é de 17,2 hab/ Km², sendo em 2021 o 3º município com maior densidade populacional da Região do Alentejo Litoral, apenas precedido pelos municípios de Sines e Santiago do Cacém, com 69,8 e 26,2 habitantes por Km², respetivamente.

Tabela 1 – Densidade populacional por território, nos anos de 2001, 2011 e 2021 e sua variação

Território	Densidade populacional (N.º de habitantes por Km ²)			Variação (%)	
	2001	2011	2021	2001 – 2011	2011 – 2021
Portugal	112,4	114,5	112,2	1,9	-2,1
Região Alentejo	24,6	24,0	22,3	-2,5	-7,0
Região do Alentejo Litoral	18,9	18,4	18,2	-2,2	-1,5
Odemira	15,2	15,1	17,2	-0,1	13,3

Fonte: PORDATA

Entre 2001 e 2011 verificou-se um aumento da densidade populacional a nível nacional, embora já nesse período a região do Alentejo tenha registado uma variação negativa, a qual se acentuou no período 2011-2021, passando de uma variação percentual de -2,5 entre 2001 e 2011, para -7,0 entre 2011 e 2021.

O município de Odemira, embora tenha registado também uma variação negativa ligeira entre 2001 e 2011, contraria de forma clara a tendência nacional entre 2011 e 2021, tendo-se registado um aumento de 13,3% no valor da densidade populacional, sendo mesmo o único concelho do Alentejo Litoral que apresenta uma variação positiva neste período, seguido de Sines, onde se verifica uma redução de -0,3%.

Analisando o município em maior detalhe, verifica-se que em 2021, a freguesia com maior número de habitantes era a freguesia de São Teotónio, com 8699 residentes, seguida das freguesias de Vila Nova de Milfontes e São Salvador e Santa Maria, com 5660 e 3373, respetivamente.

Tabela 2 – População residente (nº) por freguesia, por sexo, 2021

Território	Nº de residentes		
	Total	Homem	Mulher
Odemira (concelho)	29 538	16 367	13 171
Boavista dos Pinheiros	1 975	1 028	947
Colos	820	411	409
Longueira/Almogrove	2 334	1 489	845
Luzianes-Gare	374	200	174
Relíquias	995	508	487
Sabóia	922	474	448
Santa Clara-a-Velha	633	332	301
São Luís	1 883	916	967
São Martinho das Amoreiras	1 047	508	539
São Salvador e Santa Maria	3 373	1 792	1 581
São Teotónio	8 699	5 322	3 377
Vale de Santiago	823	413	410
Vila Nova de Milfontes	5 660	2 974	2 686

Fonte: INE

De acordo com os resultados dos Censos 2021, residiam no concelho de Odemira 29.538 habitantes, 44,6% dos quais mulheres (13.171) e 55,4% homens (16.367).

Entre os anos 2011 e 2021 registou-se uma maior variação percentual na população masculina (mais 24,3 homens em cada 100), comparativamente com a população feminina, cujo aumento foi de apenas 2,1%.

Tabela 3 – População residente no concelho de Odemira, segundo o género, nos anos de 2001, 2011 e 2021 (N.º)

Território	2011		2021		Variação 2011-2021 (%)	
	H	M	H	M	H	M
Odemira	13.171	12.895	16.367	13.171	24,3	2,1

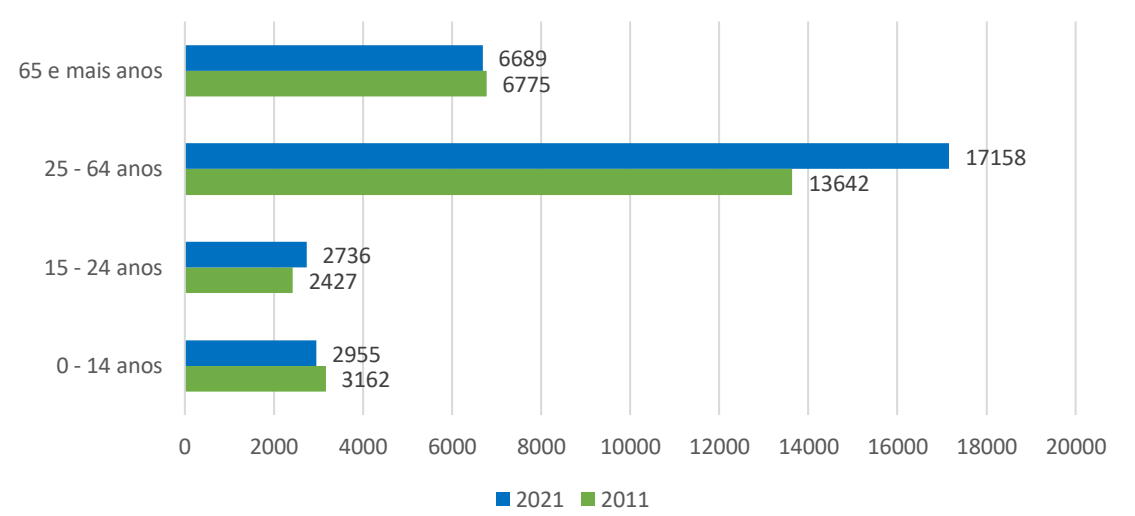
Fonte: PORDATA

No que se refere à distribuição etária da população é no grupo entre os 25 e os 64 anos que se encontra a maior parte da população (17.158, 58,1%, em 2021), seguido do grupo dos 65 e mais anos (6.689, 22,6%, em 2021) sendo os grupos etários mais novos,

os que têm menor representatividade no território: 10,0% entre os 0 e os 14 anos e 9,3% para as idades entre os 15 e os 24 anos.

Destaca-se ainda o facto de, apesar da população residente, apenas os escalões etários entre os 15 e os 24 e entre os 25 e os 64 anos, aumentam, verificando-se uma diminuição da população acima dos 64 anos e abaixo dos 15.

Gráfico 1 – População residente no concelho de Odemira, segundo grupos etários, nos anos de 2011 e 2021 (N.º)



Fonte: INE, Censos

Tabela 4 – Variação percentual dos grupos etários 2001-2011 e 2011-2020 (%)

Grupos etários	Variação percentual do número de residentes	
	2001 – 2011	2011 – 2021
0 – 14 anos	-6,2	-6,5
15 – 64 anos	-1,1	23,8
65 e mais anos	5,2	-2,1

Fonte: PORDATA

Relativamente à variação do número de residentes por grupo etário, observa-se no território, desde o ano 2001, uma diminuição continuada na faixa etária abaixo dos 15 anos e a inversão da tendência nos escalões etários dos 15 aos 64 e com 65 ou mais anos. No primeiro caso, passamos de uma descida de 1,1%, entre 2001 e 2011, para um aumento significativo de 23,8%, entre 2011 e 2021. No grupo etário acima dos 64 anos, a um aumento de 5,2%, sucede-se uma redução de 2,1%, entre 2011 e 2021.

Tabela 5 – Indicadores de população (2022)

Território	Taxa de crescimento efetivo ¹ %	Taxa bruta de natalidade ² ‰	Taxa bruta de mortalidade ³ ‰
Portugal	0,44	8,0	11,9
Alentejo	0,16	7,5	15,9
Alentejo Litoral	0,82	8,0	14,0
Odemira	2,57	7,6	12,2

Fonte: INE

O concelho apresenta, em 2022, uma taxa de crescimento efetivo positiva (2,57), sendo o município da região do Alentejo Litoral, com o maior crescimento, seguido dos municípios de Sines e Santiago do Cacém, os quais apresentam também um crescimento positivo de 0,6 e 0,1, respetivamente.

Ao nível da taxa bruta de natalidade, Odemira registou, em 2022, o valor de 7,6 o qual é inferior ao registado quer na região, quer a nível nacional, sendo o quarto município (penúltimo) da região do Alentejo Litoral com maior taxa bruta de natalidade, precedido de Sines, Santiago do Cacém e Grândola, com taxas brutas de natalidade de 9,0, 8,0 e 7,9, respetivamente.

No que se refere à taxa bruta de mortalidade, Odemira é o município da Região com a segunda menor taxa (cerca de 12,2 mortos em cada mil habitantes) ainda que a mesma seja ligeiramente superior ao que se regista a nível nacional. Na região, o valor mais baixo regista-se em Sines, com 10,7.

¹ **Taxa de crescimento efetivo:** Variação populacional observada durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (INE)

² **Taxa bruta de natalidade:** Número de nados vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (INE)

³ **Taxa bruta de mortalidade:** Número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (INE)



Território e demografia - em síntese:



Área: 1.720 km²

Maior concelho do país em área

13 Freguesias

Densidade populacional: 17,2 hab/Km²

29.538 Residentes

A densidade populacional do concelho de Odemira aumentou entre 2011 e 2021

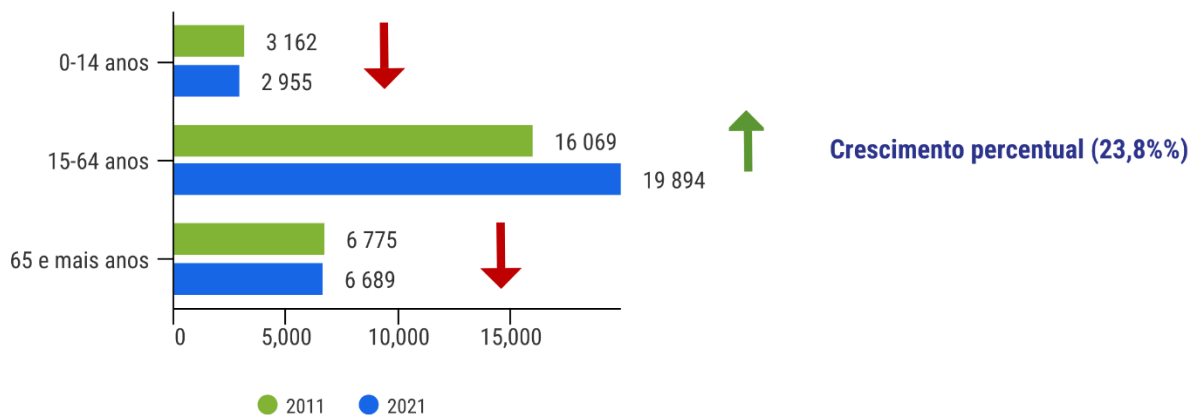


13.171

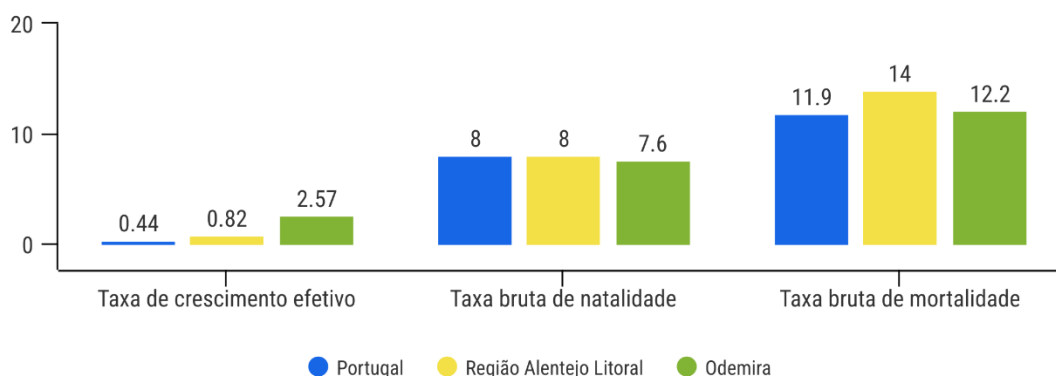


16.367

N.º de residentes no concelho de Odemira segundo o grupo etário



Indicadores de população (2022)



8.2. Economia e rendimento

Dinâmica empresarial do concelho de Odemira

As empresas sediadas no concelho de Odemira, representavam, no ano 2021, cerca de 20,7% do volume de negócios da região do Alentejo Litoral. Ao nível da criação de empresas não financeiras, em 2021, o município tinha a maior percentagem (31,8%) entre os municípios do Alentejo Litoral (seguido de Santiago do Cacém (24,5%) e Grândola (17,7%). Ao nível da balança comercial, no ano 2022, as empresas registaram um maior volume de exportações que de importações (as primeiras cobrem as segundas em 433,8% - dados preliminares do INE), tendo as exportações do município representado 14,4% das efetuadas pela Região Alentejo Litoral.

No município, o tipo de bens que mais se evidenciam ao nível das exportações, são os 'produtos do reino vegetal', sendo responsáveis por 459.609.848€ das exportações. Desagregando este valor pelos principais produtos incluídos naquela categoria, temos as 'frutas' com 324.698.024€, as 'plantas vivas e produtos de floricultura' com 76.199.318€ e os 'produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos' com 58.593.470€ no volume das exportações tomadas no seu conjunto, 'comércio internacional', 'intra-EU' e 'extra-EU'.

Em 2021, Odemira era o município do Alentejo Litoral que tinha mais trabalhadores no sector da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca. O número de trabalhadores atingia mesmo 76,3% do total de trabalhadores deste setor em todo o Alentejo Litoral.

Em 2021, Odemira era o terceiro município da Região do Alentejo Litoral com maior rácio de empresas por cem habitantes (13 por 100 habitantes), sendo precedido por Alcácer do Sal e Grândola, com 15,9 e 14,8 empresas por 100 habitantes.

Tabela 6 – Indicadores de empresas nos municípios da Região do Alentejo Litoral (2021)

Território	Densidade de empresas	Proporção de empresas com menos de 10 trabalhadores
Portugal	14,6	96,2
Região Alentejo Litoral	2,4	96,2
Odemira	2,3	94,9

Fonte: Anuário Estatístico Regional 2021

Em 2021 encontravam-se sediadas no concelho 3.925 empresas, enquadrando-se a maioria no sector da 'agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca' (30,3%); 'alojamento, restauração e similares' (14,9%) e 'comércio por grosso e a retalho e reparação de veículos automóveis e motociclos' (13,8%).

Tabela 7 – Empresas e pessoal ao serviço, por atividade económica, em Odemira, no ano 2021 (N.º)

Atividade (CAE-Rev.3)	Número de empresas	Pessoal ao serviço (N.º)
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	1188	10 394
Indústrias extrativas	0	//
Indústrias transformadoras	125	291
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	7	7
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	0	//
Construção	245	830
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	540	1 570
Transportes e armazenagem	85	164
Alojamento, restauração e similares	583	1 478
Atividades de informação e de comunicação	23	28
Atividades imobiliárias	83	117
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	202	348
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	420	1 124
Educação	85	133
Atividades de saúde humana e apoio social	113	152
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	78	89
Outras atividades de serviços	148	240
Total	3925	16965

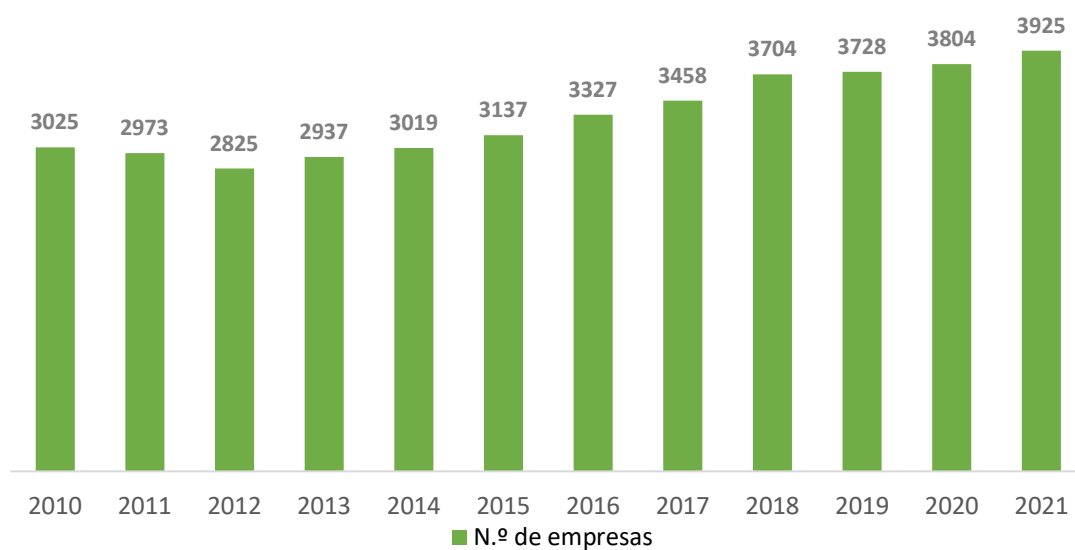
Fonte: INE

Analisando o pessoal ao serviço das empresas, por atividade económica, verificamos que a maioria está na 'agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca' (61,3%) e no comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos (9,3%).

O número de empresas sediadas em Odemira tem vindo gradualmente a aumentar desde o ano 2013, verificando-se uma tendência continuada até 2021. Não se verificando, ao contrário de outros territórios do Alentejo Litoral, qualquer inversão da tendência com a crise pandémica de 2019/2020.

Gráfico 2 – Evolução do n.º de empresas no concelho de Odemira, entre 2010 e 2020 (N.º)

Fonte: PORDATA

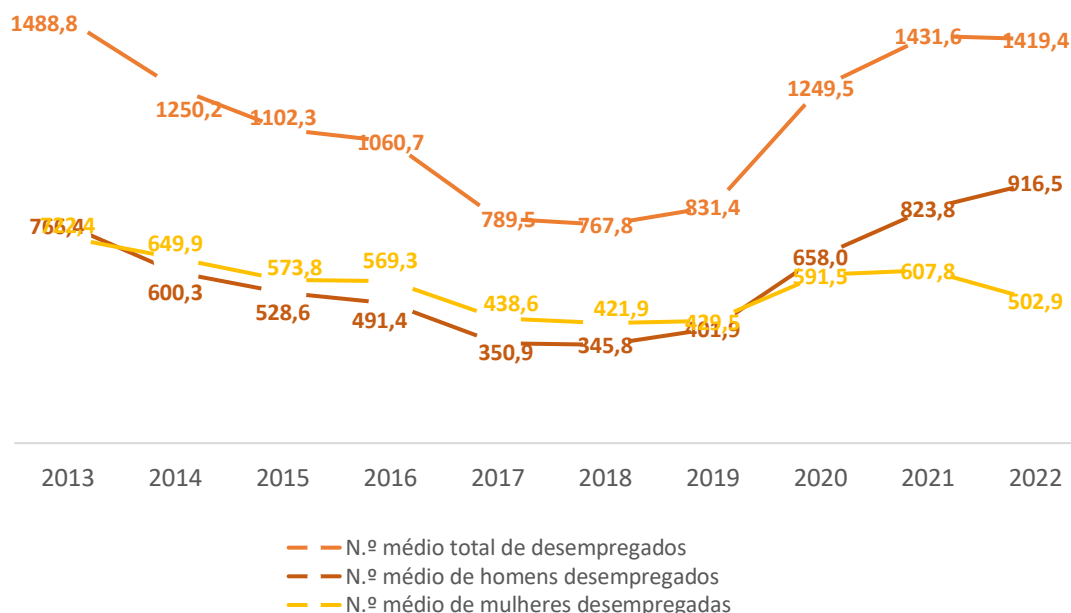


No que respeita à dimensão, a maioria das empresas sediadas no concelho são pequenas ou médias, 94,9% têm menos de 10 trabalhadores e apenas 9 empresas têm 250 ou mais trabalhadores (representando 0,2% das empresas sediadas no concelho). Em média as empresas do município empregam 4,3 pessoas, a segunda média mais elevada do Alentejo Litoral, a seguir a Sines que apresenta um número médio de 4,5 pessoas ao serviço, por empresa.

Mercado de trabalho e emprego

Relativamente ao mercado de trabalho o concelho de Odemira, registava em 2021 uma taxa de desemprego de 5,1%, a qual, era inferior à registada a nível nacional (8,1%), na Região Alentejo (6,9%) e na região do Alentejo Litoral (6,2%).

Gráfico 3 – Evolução do n.º médio anual de pessoas em situação de desemprego no concelho de Odemira, inscritas no Centro de Emprego, segundo o sexo (N.º)

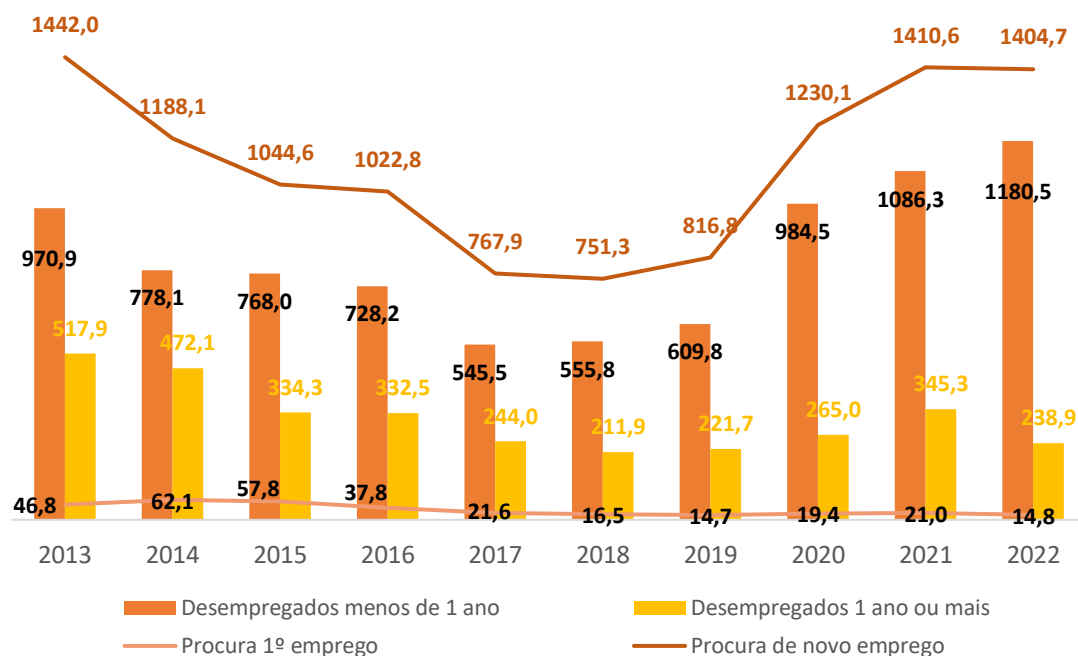


Fonte: PORDATA

Em média, o número de pessoas em situação de desemprego no concelho de Odemira, e que se encontram inscritas no Centro de Emprego, reduziu de forma continuada entre 2013 e 2018. A partir de 2019, inverteu-se a tendência anterior, sendo que, em 2022 volta a verificar-se um decréscimo do valor, apesar de ser uma descida muito ligeira, relativamente ao ano anterior, apenas menos 0,9%.

No que respeita ao sexo, entre 2013 e 2019, são as mulheres que, em média, se encontram em situação de desemprego em maior número, no entanto, entre 2020 e 2022, verifica-se uma clara inversão desta tendência. Em particular, em 2022, o número de mulheres desempregadas, inscritas no centro de emprego, representam apenas 54,9% do número de homens inscritos no mesmo período.

Gráfico 4 – Evolução do n.º médio anual de pessoas em situação de desemprego no concelho de Odemira, inscritas no Centro de Emprego, segundo o tempo de inscrição e a situação face à procura de emprego (N.º)

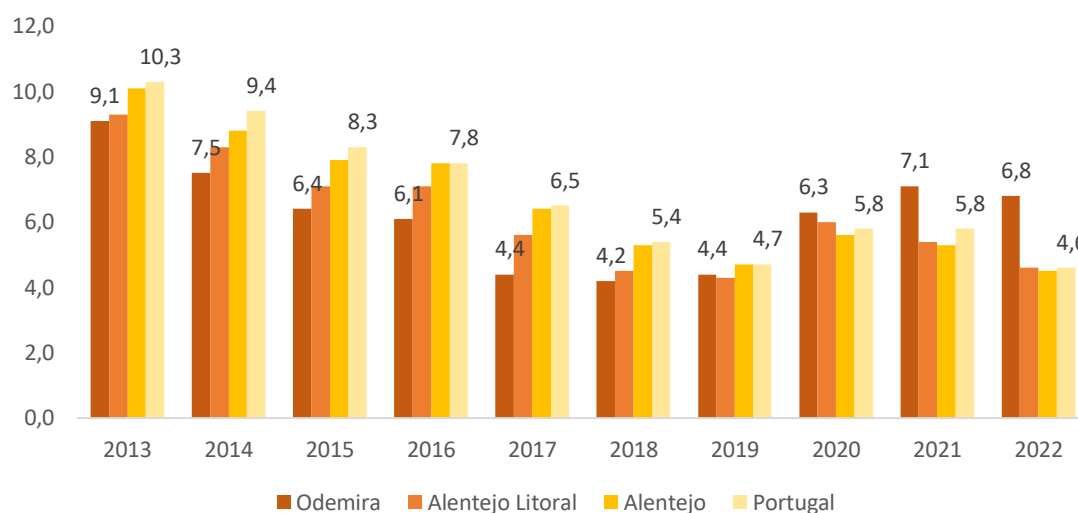


Fonte: PORDATA

Analisando os dados entre 2013 e 2022, constata-se que a maioria das pessoas que se encontravam inscritas no Centro de Emprego, estavam em situação de desemprego há menos de um ano e procuravam um novo emprego. Sendo sistematicamente inferior o número de pessoas que se encontravam desempregadas há um ou mais anos e também aquelas que procuravam o seu primeiro emprego.

Se analisarmos a percentagem de desempregadas/os inscritos no centro de emprego face à população residente em idade ativa, verificamos que até 2018 o valor apresentado no território de Odemira é sempre inferior ao registado ao nível da região Alentejo, Alentejo Litoral ou a nível nacional. Tendência esta que se começa a inverter em 2019 e que se consolida entre 2020 e 2022, passando o território concelhio a apresentar uma maior percentagem da população ativa inscrita no centro de emprego, comparando com os valores nacionais, do Alentejo e do Alentejo Litoral.

Gráfico 5 – Evolução da % de desempregadas/os inscritos no centro de emprego face à população residente em idade ativa, por território, entre 2013 e 2021 (%)



Fonte: PORDATA

De acordo com os relatórios estatísticos do IEFP, em março de 2023, estavam inscritas no centro de emprego 2.713 pessoas, cerca de 18,0% da população com idade compreendida entre os 15 e os 64 anos, residente no concelho (censos 2021).

Tabela 8 – Desemprego registado no concelho de Odemira, segundo o sexo, o tempo de inscrição e a situação face à procura de emprego (situação no fim do mês de março de 2023) (N.º)

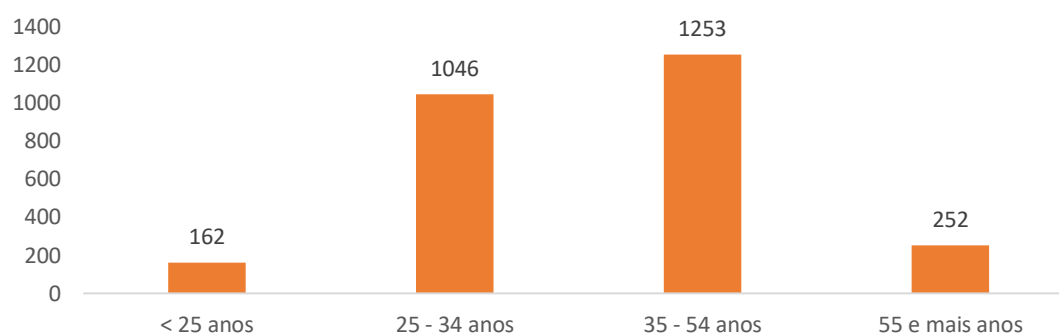
Território	Homens	Mulheres	Tempo de inscrição		Situação face à procura		Total
			< 1 Ano	1 Ano e +	1º Emprego	Novo Emprego	
Odemira	1899	814	2500	213	23	2690	2713

Fonte: IEFP (Estatísticas Mensais por Concelhos)

Das/os desempregadas/os residentes no concelho de Odemira, inscritas/os no Centro de Emprego em março de 2023, verifica-se que são em maior número aqueles que procuram um novo emprego e que se encontram inscritos há menos de um ano.

Ao nível da faixa etária a maioria das/os desempregadas/os, inscritos no Centro de Emprego, tem entre 35 e 54 anos de idade (1.253), representando 46,2% das pessoas nessa situação.

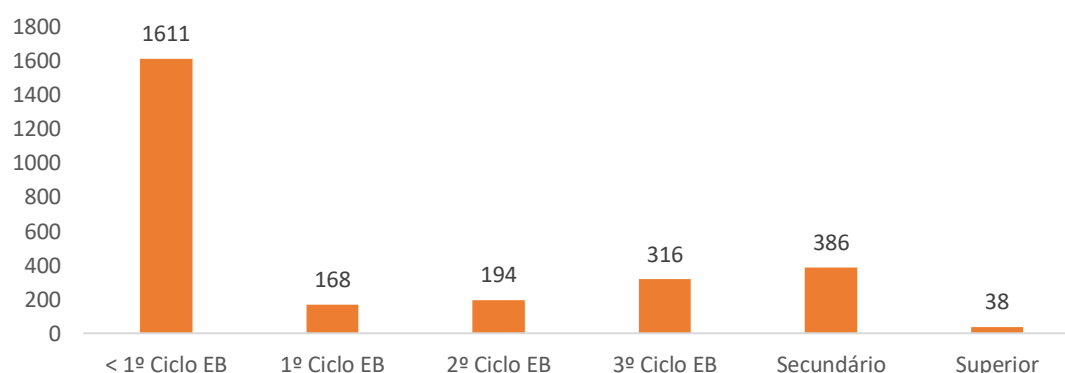
Gráfico 6 – Desemprego registado no concelho de Odemira, segundo o grupo etário (situação no fim do mês de março de 2023) (N.º)



Fonte: IEFP (Estatísticas Mensais por Concelhos)

Quanto à qualificação das pessoas em situação de desemprego, a maioria possui menos que o 1º ciclo do ensino básico completo, seguindo-se a população com ensino secundário e com o 3º ciclo do ensino básico, sendo a população com ensino superior a que se encontra em menor número, à data de março de 2023.

Gráfico 7 – Desemprego registado no concelho de Odemira, segundo os níveis de escolaridade (situação no fim do mês de março de 2023) (N.º)



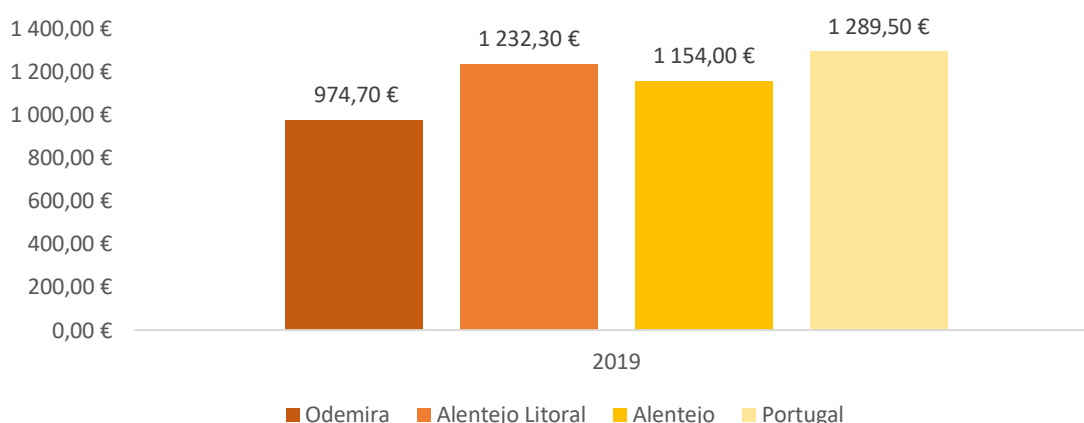
Fonte: IEFP (Estatísticas Mensais por Concelhos)

Rendimentos da população

Em 2021 o ganho médio mensal dos residentes no território era de 974,70€ existindo uma disparidade de 1,8% no ganho médio mensal por razão do sexo e uma disparidade de 23,1% por motivo do nível de habilitações.

Estes valores, ainda que reflitam desigualdades existentes, são ambos inferiores às disparidades registadas a nível nacional, quer em razão do sexo, quer em razão das habilitações literárias (8,5% e 31,3%, respetivamente). No primeiro caso, verifica-se mesmo um valor significativamente mais baixo do que os 10,4%, de disparidade no ganho mensal entre sexos, registado no conjunto dos territórios que constituem o Alentejo Litoral.

Gráfico 8 – Ganho médio mensal no concelho de Odemira, Região Alentejo Litoral, Alentejo e Portugal (2021)



Fonte: INE, Anuário Estatístico Regional 2021

Em 2020, o município de Odemira tinha 23.949 sujeitos passivos, declarando um rendimento médio bruto de 9.926€ e 19.024 agregados fiscais, com um rendimento bruto anual declarado de 12.495€.

Comparando com o território nacional, as/os residentes em Odemira, tinham, em 2019, o indicador do poder de compra per capita de 85,58, valor esse abaixo do da região do Alentejo Litoral (95,05) e do da região do Alentejo (90,77).

Dados de 2021, indicam uma taxa de risco de pobreza para os residentes na região do Alentejo (NUTS II) de 14,9%, ligeiramente inferior ao nível nacional, onde essa percentagem é de 16,4%.

Programa Incorpora

O Incorpora é um programa de integração socio laboral destinado a pessoas em situação ou risco de exclusão social. Em Odemira, esta resposta supramunicipal está disponível através da TAIPA, que integra a Rede Incorpora desde 2021.

A estratégia de integração socio profissional passa pela coordenação entre dois atores principais. Por um lado, as entidades sociais que acompanham e formam aquelas pessoas, e garantem a mediação para que aquelas consigam aceder ao mercado laboral, por outro lado, as empresas socialmente responsáveis que, apostando na incorporação de pessoas em risco ou situação de exclusão social nos seus quadros, maximizam o seu impacto social.

Até ao final de 2022, o Incorpora, através da intervenção coordenada pela TAIPA: acompanhou 52 pessoas; visitou 58 empresas; vinculou 22 empresas ao Programa; e contribuiu para a inserção profissional de 39 pessoas.

Das 52 pessoas atendidas, na sua maioria com o ensino secundário concluído, 65% são do sexo feminino e 35% do sexo masculino. Quanto às integrações, que foram garantidas num conjunto muito diversificado de áreas/sectores de atividade, também o sexo feminino está em maioria, representando 67% dos casos. Importando salientar ainda que, dos casos bem sucedidos de integração, 15% são processos de empreendedorismo/criação do próprio emprego.

Odemira Empreende

O Município de Odemira dispõe do Programa Municipal de Empreendedorismo e Emprego “Odemira Empreende”, que visa a promoção do desenvolvimento económico no Concelho e que tem como objetivo apoiar, dinamizar e impulsionar o tecido empresarial.

Considerando que o espírito empreendedor é um dos principais motores de inovação, competitividade e crescimento da economia, este Programa é implementado com uma postura pró-ativa de estímulo ao empreendedorismo, de forma a impulsionar o espírito empreendedor e por essa via catapultar o desenvolvimento económico do território concelhio.

Tendo como objetivos gerais, a promoção do crescimento económico, a captação de novos investimentos, a criação de emprego, a qualificação do tecido empresarial, e o contributo para a coesão territorial, o Programa estrutura-se em três eixos:

- EIXO I – Atração de Novas Iniciativas Empresariais;

- EIXO II – Apoio às Atividades Económicas e à Criação de Emprego;
- EIXO III – Estímulo à Inserção e Valorização Profissional.

Entre outras medidas, no âmbito da implementação dos três eixos destacam-se as infraestruturas de apoio, nomeadamente o Ninho de Empresas, e o Incentivo ao Investimento.

O Ninho de Empresas, com espaço de incubação na Oficina do Empreendedor em Odemira (e brevemente com espaço de incubação de empresas na Moagem de Sabóia) aposta no crescimento económico e no empreendedorismo. Trata-se de uma medida de apoio à fixação de jovens empreendedores e jovens empresas no concelho de Odemira, contribuindo para a dinamização do tecido empresarial e a revitalização dos centros urbanos. Pretende promover e acompanhar projetos de empresas na sua fase pré start-up e de start-up, disponibilizando espaço físico e pondo ao dispor destas, um conjunto de gabinetes e serviços, contribuindo para a sua inserção num ambiente empresarial e proporcionando as condições necessárias ao sucesso na fase inicial da sua atividade.

As candidaturas a esta medida decorrem de forma permanente e espontânea (através de formulário próprio), e apresenta como objetivos:

- Estimular a inovação, o espírito empreendedor e a capacidade criativa;
- Proporcionar os apoios necessários à constituição ou ao desenvolvimento de empresas e projetos, concedendo-lhes maiores probabilidades de sucesso no início de atividade.

E destinando-se a:

- Empresas ou empresários em nome individual legalmente constituídas há menos um ano, ou em fase pré start-up;
- Empreendedores, que tenham uma ideia de negócio ou projeto inovador, com potencial empresarial, ou identificados pelo Observatório das Políticas Educativas do Concelho de Odemira;
- Jovens empreendedores, entre os 18 e os 35 anos, enquanto promotores da ideia empreendedora e criativa premiada pelo Prémio Espírito Empreendedor;
- E empresas spin-off, com o objetivo de explorar novos produtos ou serviços de base tecnológica ou inovadora, criadas em parceria com universidades ou empresas.

Relativamente ao **Apoio Financeiro ao Investimento** para a instalação ou remodelação de negócios, este surge da necessidade de incentivar o investimento empresarial, nomeadamente, o que seja relevante para o desenvolvimento sustentado, que contribua para a criação de novos postos de trabalho, apostando na qualificação profissional, na inovação e nas novas tecnologias. Priorizando-se, os investimentos nos núcleos antigos, nas áreas de reabilitação urbana, nas zonas industriais classificadas no PDM e nos parques empresariais municipais.

Esta medida destina-se assim a conceder incentivos ao empreendedorismo e à criação do próprio emprego, abrangendo iniciativas empresariais privadas que visem a instalação, remodelação, ampliação ou realocação no Município, desenvolvidas por sociedades comerciais ou por empresários em nome individual. Neste âmbito o apoio poderá ser concedido das seguintes formas: apoio financeiro; incentivo à fixação de empresas nos parques empresariais; benefícios fiscais; isenção de taxas municipais; agilização processual; ou apoio técnico.



Economia, emprego e rendimento - em síntese:



5,1%

Taxa de desemprego no concelho de Odemira (2021)

→ Inferior à taxa de desemprego a nível nacional (8,1%) e na Região do Alentejo (6,9%) e Alentejo Litoral (6,2%)

→ Em março de 2023, estavam inscritas no Centro de Emprego **2.713** pessoas (18% da pop. com idade compreendida entre os 15 e os 64 anos)

→ A maioria das pessoas inscritas no Centro de Emprego, em março de 2023, têm entre **35 e 54 anos**, têm um nível de escolaridade inferior ao 1º ciclo do ensino básico, encontram-se inscritas há menos de 1 ano e procuram um novo emprego



Volume de negócios das empresas de Odemira, face à Região Alentejo Litoral

20,7% (2021)



Peso das exportações do município na região do Alentejo Litoral

14,4% (2022)



% das exportações face às importações

433,8% (2022)



Nº de pessoas empregadas em média nas empresas de Odemira

4,3



974,70€

Ganho médio mensal da população residente em Odemira (2021)



85,58

Poder de compra per capita 2019 (valor abaixo do registado na Região da Alentejo Litoral e Alentejo)



14,9%

Taxa de risco de pobreza na Região Alentejo (valor inferior ao nível nacional)

8.3. Ação Social

No domínio da ação social, irá neste subcapítulo analisar-se o território de Odemira em comparação com os concelhos da sub-região Alentejo Litoral, região do Alentejo e território nacional. Irão analisar-se os indicadores de prestações e apoios sociais prestados pela Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações em vários domínios e etapas de vida da população.

Analisando os dados referentes às pensões da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações no total da população residente com mais de 15 anos, é possível verificar que Odemira regista a menor percentagem de pensões pagas, nos concelhos do Alentejo Litoral, registando uma percentagem inferior à registada em Portugal, na região do Alentejo e do Alentejo Litoral.

Tabela 9 – Pensões pagas, por 100 residentes, a nível nacional, regional e por municípios da Região do Alentejo Litoral (2020) (%)

Território	
Portugal	⊥ Pre 40,1
Alentejo	⊥ Pre 46,8
Alentejo Litoral	⊥ Pre 42,0
Alcácer do Sal	⊥ Pre 54,5
Grândola	⊥ Pre 46,3
Odemira	⊥ Pre 33,7
Santiago do Cacém	⊥ Pre 46,2
Sines	⊥ Pre 37,4

*⊥ Pre – Quebra de Série e valor preliminar

Fonte: PORDATA

Odemira, à semelhança do que se verifica a nível nacional e regional, regista a maior percentagem de pensionistas na pensão por velhice (68,4%), seguindo-se a pensão por sobrevivência (26,6%). É de destacar que é o concelho da região Alentejo Litoral com a maior percentagem de pensionistas por invalidez (5%).

Tabela 10 – Pensionistas da Segurança Social na região do Alentejo Litoral, segundo o tipo de pensão (a 31 de dezembro de 2021) (N.º)

Território	Total	Invalidez		Velhice		Sobrevivência	
	N.º	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Portugal	2 872 999	167 639	5,8%	2	69,6%	705 265	24,5%
Alentejo	239 471	16 956	7,1%	160 919	67,2%	61 596	25,7%
Alentejo Litoral	30 411	1 275	4,2%	21 108	69,4%	8 028	26,4%
Alcácer do Sal	4 590	189	4,1%	3 146	68,5%	1 255	27,3%
Grândola	4 747	172	3,6%	3 335	70,3%	1 240	26,1%
Odemira	7 907	393	5,0%	5 409	68,4%	2 105	26,6%
Santiago do Cacém	9 390	341	3,6%	6 617	70,5%	2 432	25,9%
Sines	3 777	180	4,8%	2 601	68,9%	996	26,4%

Fonte: INE

Tendo em conta o ano de 2021, é possível ainda verificar que no concelho de Odemira a maioria dos pensionistas é do sexo feminino, registando-se apenas na pensão por invalidez um maior número de pensionistas do sexo masculino.

Tabela 11 – Pensionistas da Segurança Social do concelho de Odemira, por sexo (a 31 de dezembro de 2021) (N.º)

Território	Invalidez		Velhice		Sobrevivência	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Odemira	212	181	2626	2783	375	1730

Analisando os dados referentes ao valor médio das pensões, por tipologia, verifica-se que o maior valor processado é nas pensões de velhice, seguindo-se a pensão de invalidez. Verifica-se ainda que em 2021, o valor médio das pensões, subsídio de desemprego e de doença, pagas a residentes do concelho de Odemira, foi inferior ao valor médio nacional e regional.

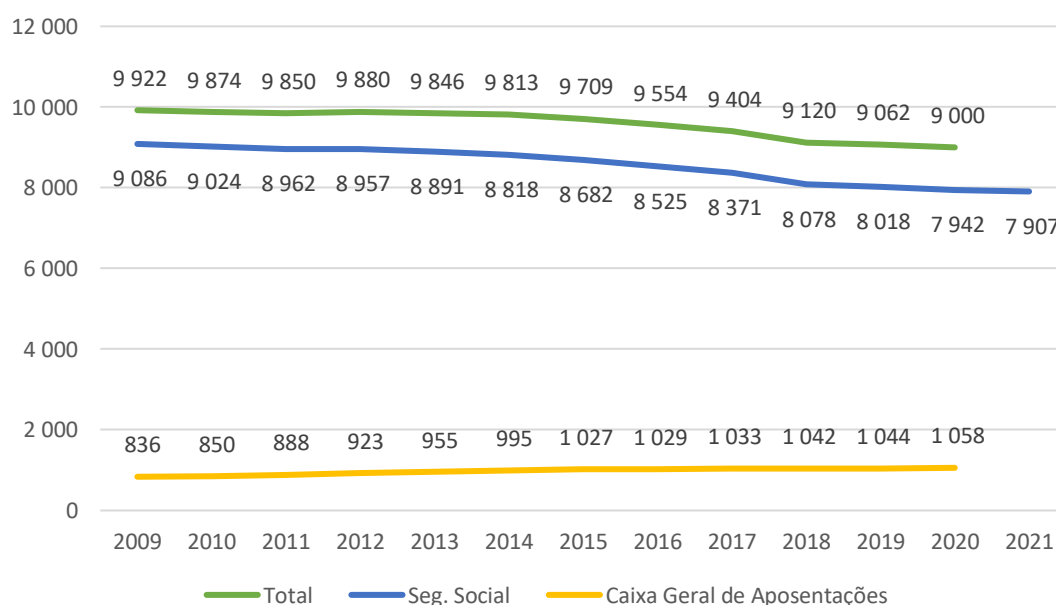
Tabela 12 – Indicadores de prestações sociais da Segurança Social, por municípios da Região do Alentejo Litoral (2021) (€)

Território	Valor médio anual das pensões			Valor médio de subsídios de desemprego	Valor médio de subsídios de doença
	Invalidez	Velhice	Sobrevivência		
Portugal	5 634	6 717	3 474	3 200	1 211
Alentejo	5 704	5 962	3 093	2 774	1 249
Alentejo Litoral	5 732	6 463	3 155	2 590	1 348
Alcácer do Sal	4 892	5 641	2 922	2 598	1 515
Grândola	5 630	5 641	2 863	2 766	1 341
Odemira	5 023	5 175	2 763	2 159	794
Santiago do Cacém	6 807	7 673	3 472	3 155	1 619
Sines	6 180	8 168	3 882	2 976	1 624

Fonte: INE

No que se refere à evolução global das pensões, sejam elas de velhice, aposentação, reforma, invalidez ou sobrevivência, denota-se, desde 2009 que existe uma diminuição do número total de pensões pagas a residentes do concelho de Odemira.

Gráfico 9 – Evolução do n.º de Pensões da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações pagas no município de Odemira, desde 2009 (N.º)



Fonte: PORDATA

Outro domínio da proteção social é ao nível do desemprego, verificando-se que o concelho de Odemira é o que apresenta uma maior percentagem de residentes com mais de 15 anos a beneficiar de prestação de subsídio de desemprego e de subsídio social de desemprego de entre os concelhos do Alentejo Litoral. Odemira apresentava, em 2021, 4,1% da sua população com mais de 15 anos a beneficiar de subsídio de desemprego, um valor bastante superior ao registado a nível regional (Alentejo regista 1,5%) e nacional (Portugal registou 1,6%)

Tabela 13 – Prestações de desemprego da Segurança Social, por 100 residentes, a nível nacional, regional e por municípios da Região do Alentejo Litoral (2021) (%)

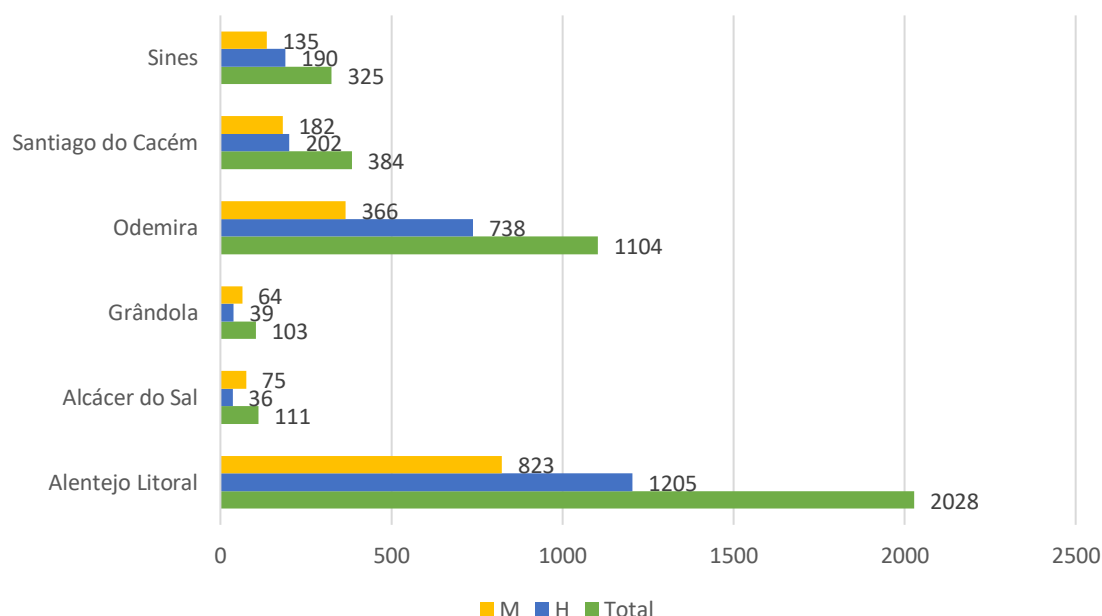
Território	Subsídio social de desemprego	Subsídio de desemprego
Portugal	Pre 0,1	Pre 1,6
Alentejo	Pre 0,1	Pre 1,5
Alentejo Litoral	Pre 0,1	Pre 2,4
Alcácer do Sal	Pre 0,1	Pre 1,1
Grândola	Pre 0,1	Pre 0,8
Odemira	Pre 0,2	Pre 4,1
Santiago do Cacém	Pre 0,1	Pre 1,6
Sines	Pre 0,2	Pre 2,6

* Pre –Valor preliminar

Fonte: PORDATA

Verifica-se assim que é no concelho de Odemira onde existem mais beneficiários do subsídio de desemprego, de entre os concelhos da sub-região, sendo notório o diferencial existente entre homens (67% dos beneficiários) e mulheres (33%).

Gráfico 10 – Beneficiárias/os de subsídio de desemprego da Segurança Social, por concelho da região do Alentejo Litoral e sexo (2021) (N.º)



Fonte: PORDATA

Em dezembro de 2021, os residentes em Odemira inscritos no IEFP, representavam 44% dos inscritos da sub-região Alentejo Litoral.

Tabela 14 – Pessoas em situação de desemprego inscritas no IEFP, região do Alentejo Litoral, 2021, (N.º)

Território	N.º de pessoas em situação de desemprego inscritas no IEFP	
	Dezembro 2021	Média anual
Alentejo Litoral	3.806	3.263,8
Alcácer do Sal	185	220,3
Grândola	258	281,1
Odemira	2.022	1.431,6
Santiago do Cacém	711	717,9
Sines	630	613,0

Fonte: PORDATA

Verifica-se ainda que 49% dos beneficiários homens do subsídio de desemprego são novos beneficiários, enquanto nas mulheres a percentagem é inferior (36%). Ao nível da sub-região, apenas no concelho de Grândola a percentagem de novos beneficiários é superior nas mulheres (38%) do que nos homens (33%).

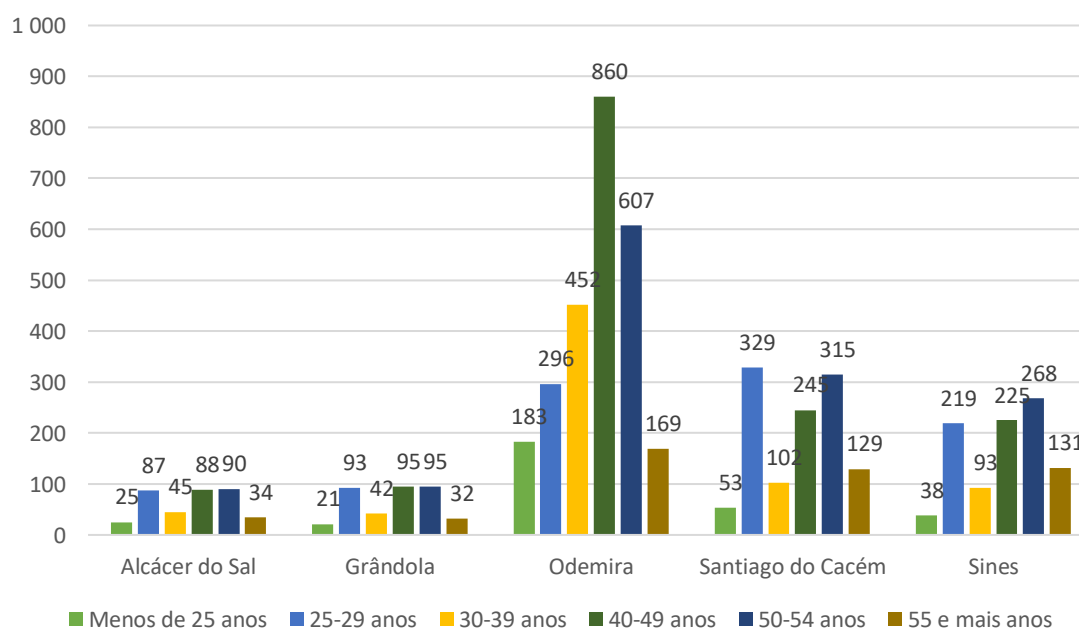
Tabela 15 – Beneficiárias/os de subsídios de desemprego da Segurança Social, (total e novas/os beneficiárias/os) segundo o sexo, 2021, (N.º)

Território	Sexo			
	H		M	
	Total	Novos beneficiários	Total	Novas beneficiárias
Alentejo Litoral	3 146	1 407	2 315	863
Alcácer do Sal	141	60	228	94
Grândola	167	55	211	80
Odemira	1 593	783	974	354
Santiago do Cacém	633	241	540	201
Sines	612	268	362	134

Fonte: INE

No que se refere à idade dos beneficiários do subsídio de desemprego, em Odemira a maioria tem entre 40 e 49 anos (34%), seguindo-se os que têm entre 50 e 54 anos (24%).

Gráfico 11 – Beneficiárias/os de subsídio de desemprego da Segurança Social dos concelhos do Alentejo Litoral, segundo a idade (2021) (N.º)



Fonte: INE

Observando o número médio de dias processados do subsídio de desemprego em 2021 verifica-se que o concelho de Odemira é onde se regista o menor número de dias de entre os concelhos do Alentejo Litoral. O número é ainda inferior ao registado a nível nacional, onde se verifica o processamento médio de 178 dias, enquanto no concelho é de 130 sendo este um dado que se verifica desde 2014. Foi em 2019 o ano em que se registou o menor número de dias médios processados ao nível do subsídio de desemprego (127), tendo-se verificado uma diminuição gradual de dias de 2014 até 2019.

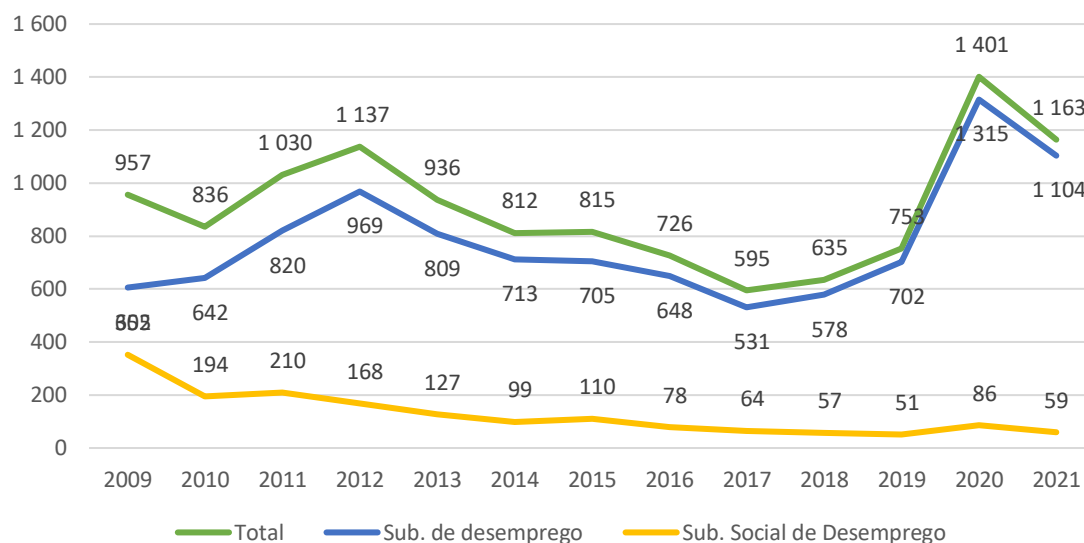
Tabela 16 – Duração média do subsídio de desemprego, por local de residência, 2021, (N.º de dias)

Território	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Portugal	211	194	185	176	172	170	179	178
Alentejo	193	180	171	161	156	153	164	159
Alentejo Litoral	185	173	166	150	143	138	150	144
Alcácer do Sal	197	171	162	145	151	138	153	151
Grândola	191	172	185	162	156	157	165	156
Odemira	173	162	150	139	137	127	130	130
Santiago do Cacém	193	183	179	159	148	147	170	165
Sines	181	176	166	149	135	136	158	148

Fonte: INE

Analisando a evolução das prestações de desemprego, verifica-se no concelho de Odemira, uma diminuição gradual entre 2012 e 2017, sendo de salientar o aumento acentuado entre 2019 e 2020, o qual se deve possivelmente a fatores decorrentes da pandemia por covid-19.

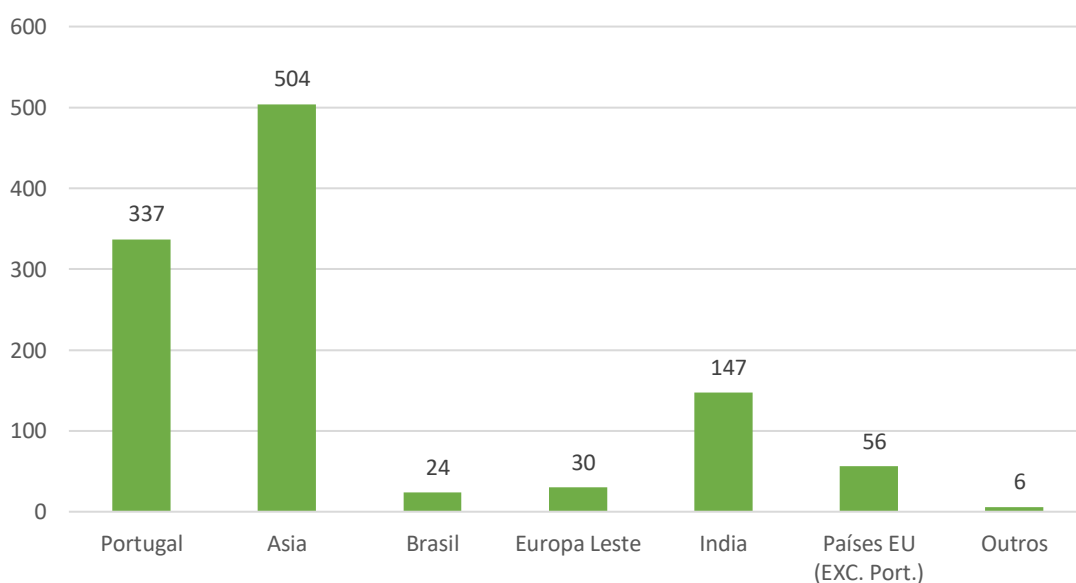
Gráfico 12 – Evolução do n.º de beneficiários de subsídio de desemprego e de subsídio social de desemprego, no concelho de Odemira, desde 2009 (N.º)



Fonte: PORDATA

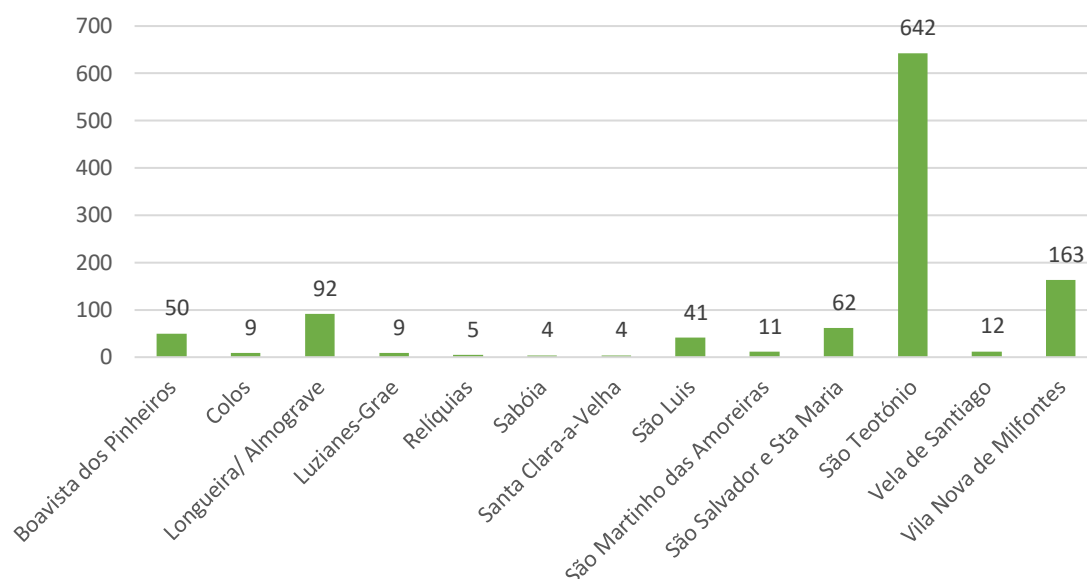
Dos 1104 beneficiários de subsídio de desemprego de Odemira, em 2021, a maioria era de proveniente de países asiáticos. A sua distribuição pelo concelho está concentrada sobretudo nas freguesias de S. Teotónio e Vila Nova de Mil Fontes.

Gráfico 13 – Beneficiários de subsídio de desemprego, no concelho de Odemira, em 2021, por nacionalidade (N.º)



Fonte: ISS, IP – Centro Distrital de Setúbal – UAD-NAGPGI

Gráfico 14 – Beneficiários de subsídio de desemprego, no concelho de Odemira, em 2021, por freguesia (N.º)



Fonte: ISS, IP – Centro Distrital de Setúbal – UAD-NAGPGI

O apoio prestado a pessoas que se encontram em situações de carência, nomeadamente em situações de pobreza extrema, é o rendimento social de inserção o qual, através de uma prestação em dinheiro tenta apoiar as pessoas no sentido de assegurar as suas necessidades mínimas. Neste âmbito é implementado um contrato no qual estão estabelecidas ações, de acordo com as características e condições do indivíduo e/ou agregado familiar, por forma a que seja possível uma progressiva inserção social e comunitária.

Analisando os últimos dados disponíveis, verifica-se que o concelho de Odemira é o que regista uma menor percentagem de população a beneficiar de RSI em comparação com os restantes concelhos da Região do Alentejo Litoral. Verifica-se que em 2021 a percentagem de pessoas de Odemira a receber RSI, atendendo à população residente, era menor do que a que se regista a nível nacional e regional.

Tabela 17 – Beneficiários de RSI, no total da população residente com 15 ou mais anos, a nível nacional, regional e por municípios da Região do Alentejo Litoral (2021) (%)

Território	%
Portugal	Pre 2,9
Alentejo	Pre 3,0
Alentejo Litoral	Pre 1,7
Alcácer do Sal	Pre 1,4
Grândola	Pre 2,2
Odemira	Pre 1,2
Santiago do Cacém	Pre 1,3
Sines	Pre 3,0

Fonte: INE

Dos beneficiários de RSI no concelho de Odemira, verifica-se que são mais os beneficiários homens, apesar da diferença ser de apenas 13 pessoas, em relação ao número de mulheres beneficiárias. Odemira é na sub-região Alentejo Litoral o único concelho onde tal se regista, uma vez que em todos os restantes são as mulheres as que são em maior número de beneficiárias.

Tabela 18 – Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, segundo sexo, em 2021 (N.º)

Território	Total	Sexo	
		H	M
Alentejo Litoral	1 419	681	738
Alcácer do Sal	140	68	72
Grândola	269	131	138
Odemira	317	165	152
Santiago do Cacém	325	150	175
Sines	368	167	201

Fonte: INE

No que se refere à idade dos beneficiários de RSI, residentes no concelho de Odemira, a maioria tem menos de 25 anos (28,7%) seguindo-se os beneficiários com 55 e mais

anos (28,1%). Esta é a tendência na maioria dos concelhos da sub-região Alentejo Litoral, ainda que se registem diferenciais maiores entre estas faixas etárias.

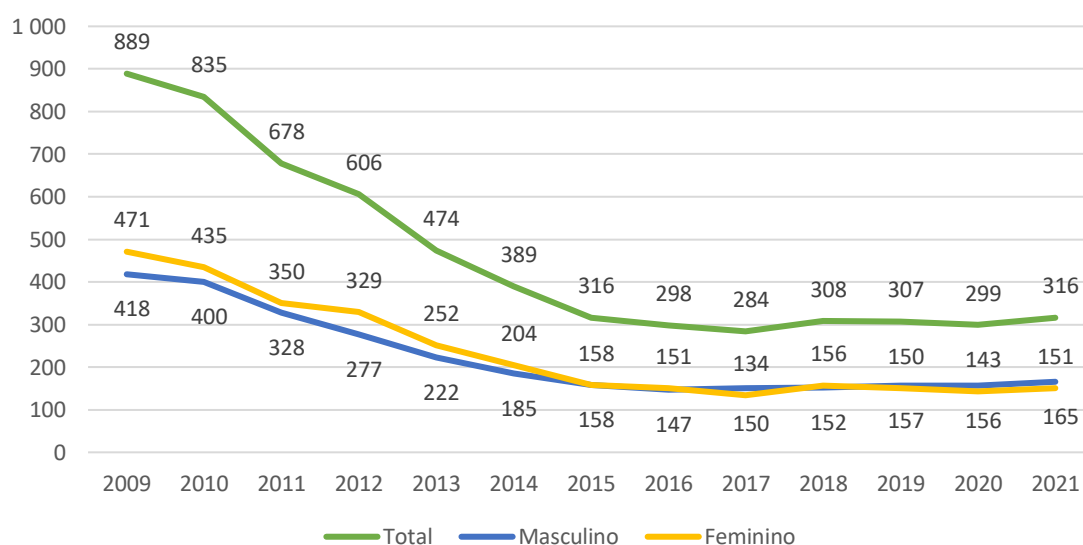
Tabela 19 – Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, segundo grupo etário, em 2021 (N.º)

Território	Total	Grupo Etário			
		Menos de 25 anos	25-39 anos	40-54 anos	55 e mais anos
Alentejo Litoral	1 419	553	231	304	331
Alcácer do Sal	140	62	19	29	30
Grândola	269	110	43	52	64
Odemira	317	91	51	86	89
Santiago do Cacém	325	115	47	69	94
Sines	368	175	71	68	54

Fonte: INE

Ainda neste domínio, RSI, e analisando os dados desde 2009, verifica-se uma diminuição de beneficiários até 2017, tendo a partir de 2018 o número de beneficiários sido mais constante.

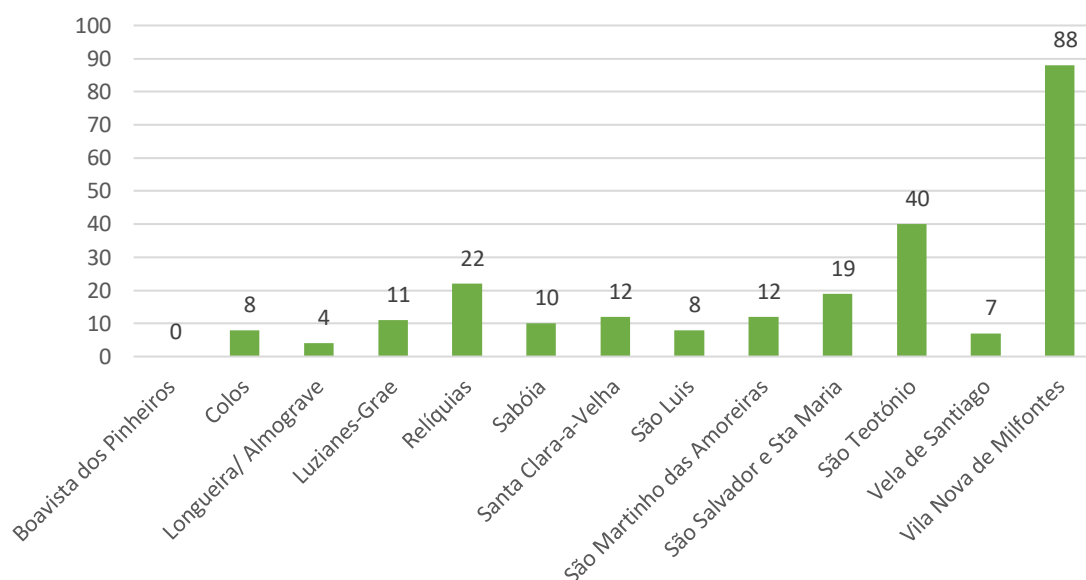
Gráfico 15 – Evolução do n.º de beneficiários de Rendimento Social de Inserção, no concelho de Odemira, desde 2009 (N.º)



Fonte: PORDATA

De acordo com os dados fornecidos pelo Centro distrital de Setúbal do Instituto da Segurança Social, I.P., a 31 de dezembro de 2021 dos 246 beneficiários, 126 eram do sexo masculino e residiam sobretudo na freguesia de Vila Nova de Milfontes.

Gráfico 16 – Beneficiários do Rendimento Social de Inserção, no concelho de Odemira, em dezembro de 2021, por freguesia (N.º)



Fonte: ISS, IP – Centro Distrital de Setúbal – UAD-NAGPGI

Destes beneficiários, a maioria são de nacionalidade portuguesa (225) seguindo-se os nacionais de outros países da EU (16).

As principais prestações familiares atribuídas pela Segurança Social contemplam o abono de família para crianças e jovens, o subsídio por assistência de 3ª pessoa e o subsídio de funeral.

Odemira é, em 2021, o município do Alentejo Litoral que tem mais descendentes ou equiparados a receberem abono de família, representando 29% do total desta sub-região, seguido do concelho de Santiago do Cacém, com 26,7%.

Tabela 20 – Principais prestações familiares da Segurança Social, região Alentejo Litoral (N.º) (2021)

Território	Abono de família para Crianças e Jovens	Subsídio por assistência de 3ª pessoa	Subsídio de funeral
	Descendentes ou equiparados	Beneficiários	Beneficiários
Alentejo Litoral	10 133	90	75
Alcácer do Sal	1 173	9	8
Grândola	1 598	18	10
Odemira	2 937	17	20
Santiago do Cacém	2 703	28	21
Sines	1 722	18	16

Fonte: INE

No que se refere às crianças e jovens abrangidos pelo abono de família, e comparando os dados do concelho de Odemira com os restantes da região do Alentejo Litoral, verifica-se que é neste concelho onde existe o maior número de beneficiários e de descendentes ou equiparados, no ano de 2021.

Tabela 21 – Número de beneficiários e descendentes ou equiparados de abono de família, por municípios da Região do Alentejo Litoral (2021) (nº)

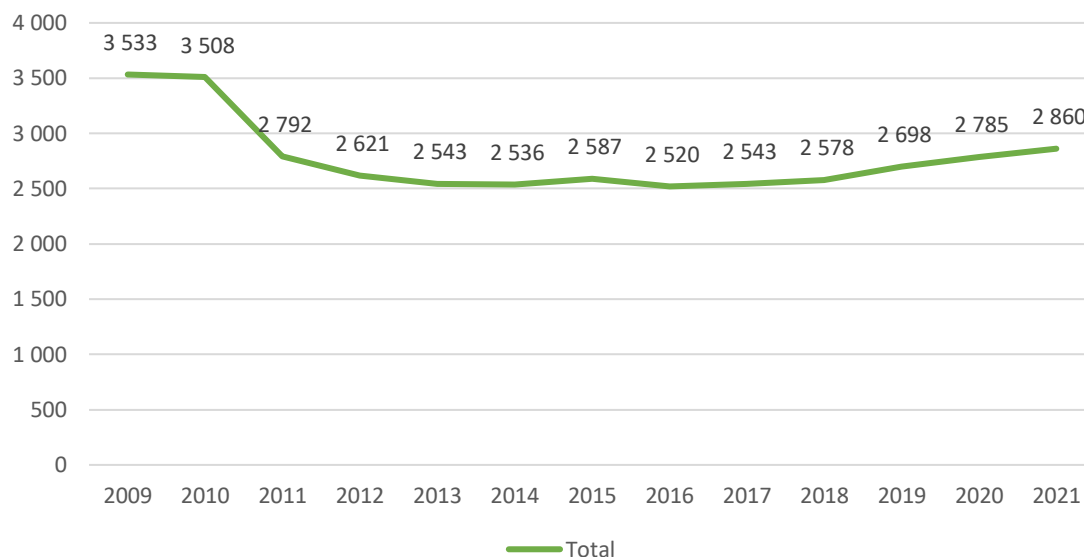
Território	Beneficiários	Descendentes ou equiparados
Portugal	792 048	1 177 200
Alentejo	55 903	82 634
Alentejo Litoral	6 915	9 926
Alcácer do Sal	802	1 139
Grândola	1 115	1 579
Odemira	1 996	2 860
Santiago do Cacém	1 819	2 658
Sines	1 183	1 690

Fonte: PORDATA

Analisando a evolução dos dados referentes a crianças e jovens abrangidos pelo abono de família, destaca-se uma grande redução entre 2010 e 2011, continuando o número

de beneficiários a diminuir até 2014. A partir de 2016 a tendência inverteu-se, verificando-se um aumento progressivo do número de beneficiários.

Gráfico 17 – Evolução do n.º de crianças e jovens abrangidas pelo abono de família, no concelho de Odemira, desde 2009 (N.º)



Fonte: PORDATA

É ainda possível identificar, em dezembro de 2021, 77 crianças ou jovens com bonificação do abono por deficiência, bem como 16 beneficiários de subsídio por assistência de terceira pessoa.

O subsídio mensal vitalício, também ele considerado prestação familiar, foi revogado em 2017, passando desde então a vigorar a Prestação Social para a Inclusão (PSI), bem como, foi nessa altura, alargado o complemento solidário para idosos aos titulares de pensão de invalidez.

O concelho de Odemira é o segundo do Alentejo Litoral com maior número de beneficiários da prestação social para a inclusão (319), apenas precedido de Santiago do Cacém com 360 beneficiários. Em Odemira a maioria dos beneficiários é do sexo masculino (57%). Analisando a idade dos beneficiários a maioria tem entre 30 e 39 anos, seguindo-se os beneficiários com 55 anos ou mais.

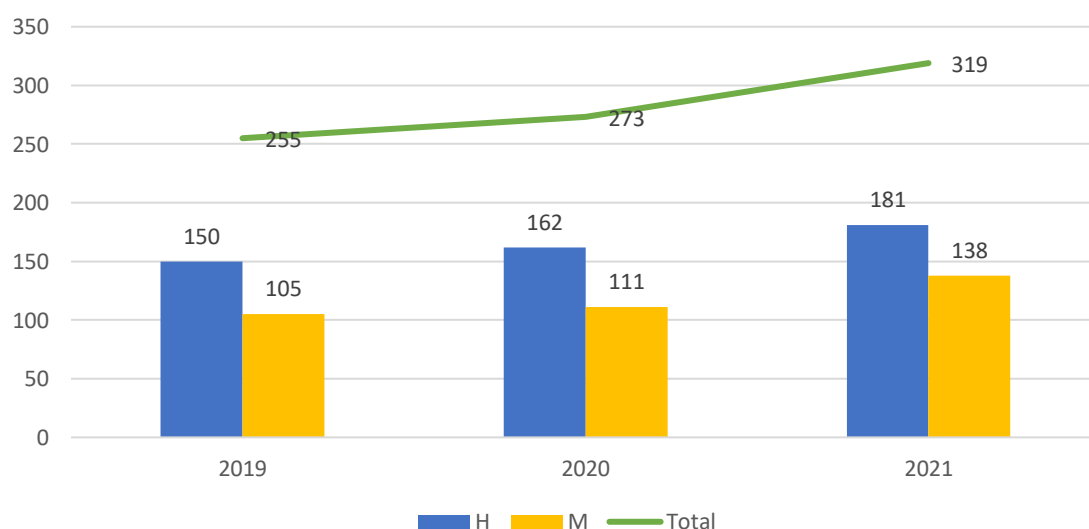
Tabela 22 – Valor e beneficiários da prestação social para a inclusão, por idade e local de residência (N.º e Milhares de €) (2021)

Território	Beneficiários	IDADE						Valor Processado
	Total	Menos de 25 anos	25-29 anos	30-39 anos	40-49 anos	50-54 anos	55 e + anos	Milhares €
Alentejo Litoral	1 243	107	58	339	185	213	341	4 187
Alcácer do Sal	192	17	7	60	26	34	48	699
Grândola	212	24	7	52	35	36	58	724
Odemira	319	28	15	92	49	53	82	1 041
Santiago do Cacém	360	18	18	102	48	62	112	1 187
Sines	160	20	11	33	27	28	41	537

Fonte: INE

Em Odemira, verifica-se que esta prestação social tem vindo a aumentar o seu número de beneficiários, registando-se em 2021, 319 beneficiários, a sua maioria do sexo masculino.

Gráfico 18 – Beneficiárias/os da prestação social para a inclusão, por local de residência (nº)

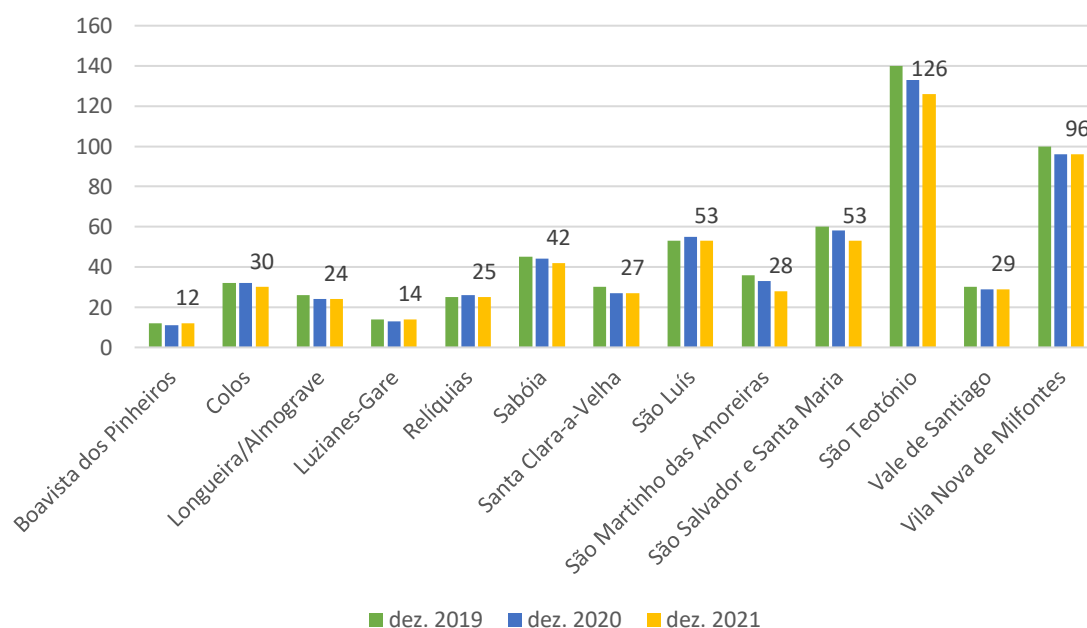


Fonte: INE

Ao nível do complemento solidário para idosos, registava-se em dezembro de 2021, 559 beneficiários no concelho de Odemira, sendo na sua maioria mulheres (349) e com 85 ou mais anos (113 mulheres e 73 homens).

Observando a sua distribuição por freguesia, é possível verificar que em 2021 é na freguesia de São Teotónio onde existem mais beneficiários deste complemento no território do concelho de Odemira.

Gráfico 19 – Beneficiárias/os do complemento solidário para Idosos, por freguesia (dez. 2019 a dez. 2021) (nº)



Fonte: INE

No que respeita ao subsídio parental inicial, verifica-se que o concelho de Odemira é o que teve maior número de beneficiárias/os quando comparado com os restantes concelhos do Alentejo Litoral, ainda que não seja o concelho com o maior valor processado, o qual foi Santiago do Cacém, com 949 milhares de euros, quando em Odemira foram processados 805 milhares de euros. Em todos os concelhos do Alentejo Litoral verifica-se que existe um maior valor processado a mulheres, do que a homens.

Tabela 23 – Subsídio parental inicial da Segurança Social, segundo o sexo (2021) (N.º e €)

Território	Beneficiárias/os (N.º)			Valores processados (milhares de euros)		
	Total	H	M	Total	H	M
Alentejo Litoral	1 435	663	772	3 081	864	2 216
Alcácer do Sal	146	63	83	300	73	227
Grândola	222	98	124	489	109	380
Odemira	441	209	232	805	205	600
Santiago do Cacém	383	185	198	949	313	636
Sines	243	108	135	539	165	373

Fonte: INE

Ao nível da doença, é possível verificar que, em 2021, Odemira foi o segundo concelho do Alentejo Litoral com maior número de beneficiários, 1378; valores processados, 1093 milhares de euros e nº médio de dias processados (66044 dias), todos estes indicadores foram superiores apenas no município de Santiago do Cacém.

Analisando os dados com maior pormenor, verifica-se que a maioria dos beneficiários em Odemira eram Mulheres, ainda que os valores processados sejam superiores nos homens.

Tabela 24 – Subsídios por doença da Segurança Social, na região do Alentejo Litoral, segundo o sexo (N.º e €) (2021)

Território	Beneficiárias/os (N.º)			Valores processados (milhares de euros)			N.º médio de dias da prestação
	Total	H	M	Total	H	M	N.º
Alentejo Litoral	5 230	2 219	3 011	7 048	3 348	3 700	350 595
Alcácer do Sal	617	246	371	935	288	647	52 664
Grândola	797	289	508	1 068	387	681	62 436
Odemira	1 378	675	703	1 093	571	523	66 044
Santiago do Cacém	1 591	655	936	2 576	1 333	1 242	109 907
Sines	847	354	493	1 376	769	607	59 544

Fonte: INE

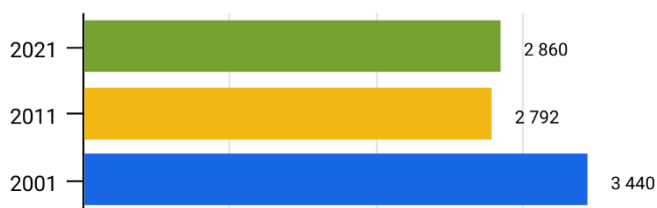
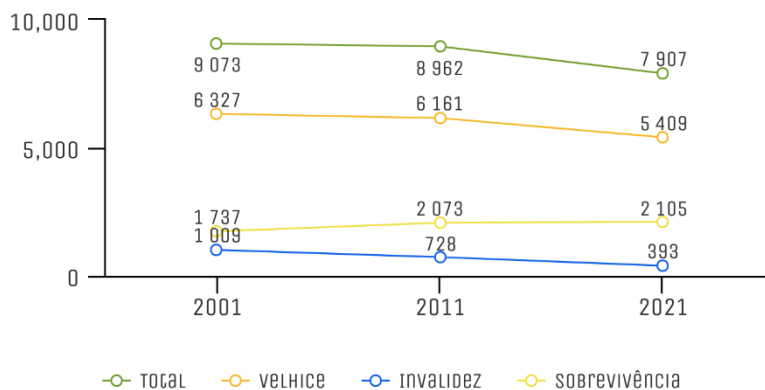
Ainda no domínio da ação social, Odemira tinha em dezembro de 2021, 307 destinatários elegíveis ativos para o Programa Operacional de Apoio às Pessoas mais carenciadas. Tendo sido servidas no ano 2021, 4303 refeições no âmbito do programa de emergência alimentar.



Ação Social - em síntese:

Pessoas a receberem pensões da Segurança Social, por tipo (2001, 2011 e 2021)

De uma forma global, o número de pessoas a receber pensões tem vindo a **diminuir** desde 2001. Exceção feita à pensão por sobrevivência que aumentou neste intervalo de tempo.

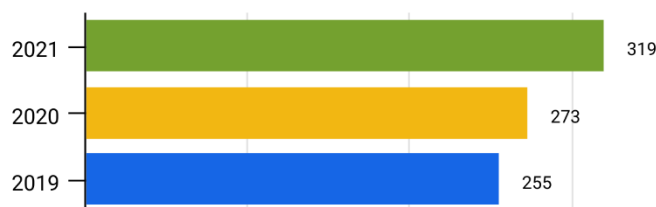
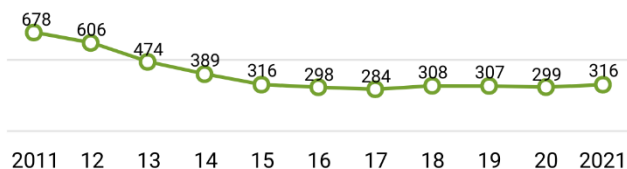


Crianças e jovens a receber Abono de família (2001, 2011 e 2021)

Entre os anos 2011 e 2021, verifica-se um ligeiro aumento do nº de crianças e jovens beneficiários de abono de família

nº de beneficiários do RSI da Segurança Social (2011 e 2021)

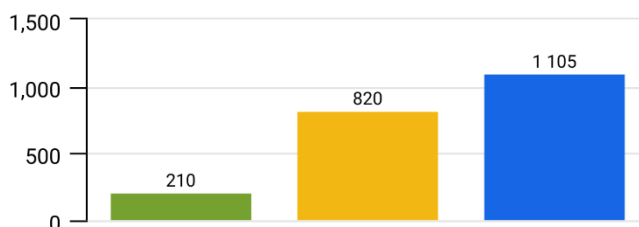
Os beneficiários de RSI têm vindo tendencialmente a diminuir em Odemira desde 2011.



Beneficiários da Prestação Social para a Inclusão (2019, 2020 e 2021)

O nº de beneficiários tem vindo a aumentar no concelho de Odemira

Beneficiários de subsídio de desemprego (2001, 2011 e 2021)



O nº de beneficiários do subsídio de desemprego no território de Odemira, tem vindo a aumentar nos últimos 20 anos

8.4. Saúde

Caracterização dos recursos em Saúde

O concelho de Odemira, apresenta um défice em relação ao número de médicos por 1.000 habitantes (1,2), um valor abaixo da média nacional (5,7) e da sub-região Alentejo Litoral (2,1). Esse défice é também acentuado no que se refere ao número de enfermeiros por 1000 habitantes (2,0), comparativamente aos valores do país (7,8), sendo o concelho do Alentejo Litoral com menos enfermeiros por 1000 habitantes. No concelho existem, em média, 0,4 farmácias por cada 1.000 habitantes, valor semelhante ao registado no Alentejo Litoral e superior ao registado a nível nacional.

Tabela 25 – Indicadores de saúde nacional, regional e concelho de Odemira

Território	Médicas/os por 1000 habitantes (2021)	Enfermeiras/os por 1000 habitantes (2021)	Farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1000 habitantes (2021)
Portugal	5,7	7,8	0,3
Região Alentejo	3,2	6,8	0,5
Região Alentejo Litoral	2,1	4,9	0,4
Alcácer do Sal	0,9	2,7	0,5
Grândola	1,6	2,4	0,4
Odemira	1,2	2,0	0,4
Santiago do Cacém	3,7	11,5	0,4
Sines	2,5	2,4	0,2

Fonte: INE

Odemira tem como hospital de referência da rede pública a Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, situada no concelho de Santiago do Cacém. O Hospital do Litoral Alentejano HLA, sede da ULSLA, presta cuidados assistenciais diferenciados em regime de ambulatório ou internamento, tendo cinco serviços – Medicina (Área Médica), Cirurgia Geral, Ortopedia (Área Cirúrgica), Anestesiologia e Urgência, e conta com mais de uma dezena de especialidades médicas em regime de ambulatório.

Ao nível local, estão sedeadas em Odemira a Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP), com 10 polos distribuídos por diferentes freguesias e a Unidade de Cuidados Continuados (UCC) a qual tem uma unidade móvel para uma resposta de maior proximidade entre os diferentes territórios do concelho.

Tabela 26 – Rede de Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados – sedeadas no concelho de Odemira (2022)

Denominação das Unidades de Cuidados de Saúde	
1 UCSP	Unidade Cuidados Saúde Personalizados de Odemira (sede)
10 Polos UCSP	Polos: - Vila Nova de Milfontes - Vale de Santiago - São Martinho das Amoreiras - São Luís - São Teotónio - Almogrove - Colos - Relíquias - Sabóia - Santa Clara-a-Velha
1 UCC Odemira	Unidade de Cuidados na Comunidade
1 Unidade Móvel UCC	

Fontes: SNS-BI-CSP (consultado em dezembro de 2022)

Ao nível dos recursos humanos afetos às Unidades de Saúde de Odemira, verifica-se a existência de 30 médicos entre as duas unidades e 38 enfermeiros, bem como a existência de técnicos superiores ao nível de: psicologia clínica e de saúde (1), serviço social (2) e fisioterapia (2).

Tabela 27 – Profissionais nas unidades da Rede de Cuidados de Saúde - Concelho de Odemira (2022)

Profissionais	UCSP	UCC
Médicas/os	28	2
Enfermeiras /os	30	8
Secretárias/os clínicas/os	19	1
Assistentes operacionais	3	1
Psicóloga/o clínica/o e de saúde		1
Técnicas/os de Serviço Social	1	1
Fisioterapeutas	1	1

Fontes: SNS-BI-CSP (consultado em dezembro de 2022)

O número de utentes inscritos na UCSP de Odemira, em dezembro de 2022, era de 32.762, tendo a sua maioria médico de família (75,71%).

Tabela 28 – Utentes inscritos, com e sem médico de família, na UCSP de Odemira (N.º/%)

N.º total de inscritos	C/ médico de família		S/ médico de família		S/ medico de família por opção	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
32.762	24.803	75,71%	7.486	22,85%	473	1,44%

Fonte: SNS-BI-CSP (consultado em dezembro de 2022)

Indicadores de Saúde

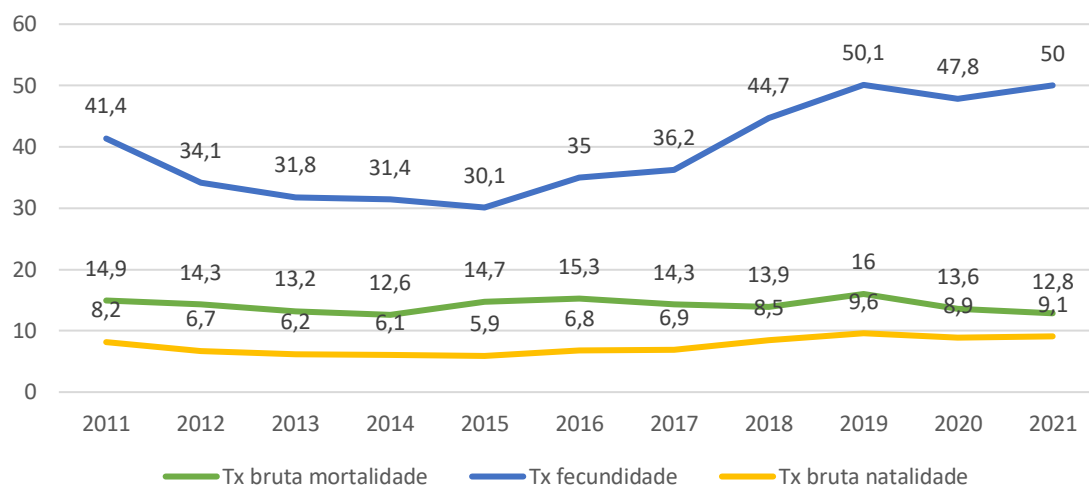
As taxas de natalidade, mortalidade e fecundidade⁴ são indicadores demográficos, relacionados com a saúde da população.

Em Odemira verifica-se que a taxa de mortalidade tem vindo a diminuir desde 2019, ano em que registou a maior permilagem dos últimos 10 anos - 16‰. Comparando os dados da taxa de mortalidade do município com a realidade nacional, dos últimos 10 anos, verifica-se que a ‰ registada no concelho é sempre superior à nacional. A nível nacional o valor mais elevado registado nos últimos dez anos é de 12‰, em 2021, ano em que se registou uma taxa de mortalidade de 12,8‰ em Odemira.

Ao nível da taxa de fecundidade verificou-se em Odemira um crescimento no último ano, de 47,8‰ em 2020 para 50‰ em 2021, uma realidade inversa ao que se verifica a nível nacional, em que a taxa de fecundidade diminuiu entre 2020 e 2021 de 37,5‰ para 35,8‰. É ainda de registar que a taxa de fecundidade no concelho tem valores bastante superiores à registada a nível nacional. Este aumento, entre 2020 e 2021, verificou-se também ao nível da taxa de natalidade em Odemira, que aumentou de 8,9‰ em 2020 para 9,1‰ em 2021, tendo-se verificado, ao nível nacional, o inverso com uma diminuição de 8,2‰ para 7,7‰. Também na taxa de natalidade se verificam valores superiores no concelho do que aqueles que se registam a nível nacional.

⁴ **Taxa de fecundidade geral:** Número de nados vivos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao efetivo médio de mulheres em idade fértil (entre os 15 e os 49 anos) desse período (INE).

Gráfico 20 – Evolução da taxa bruta de mortalidade, fecundidade e natalidade (‰)

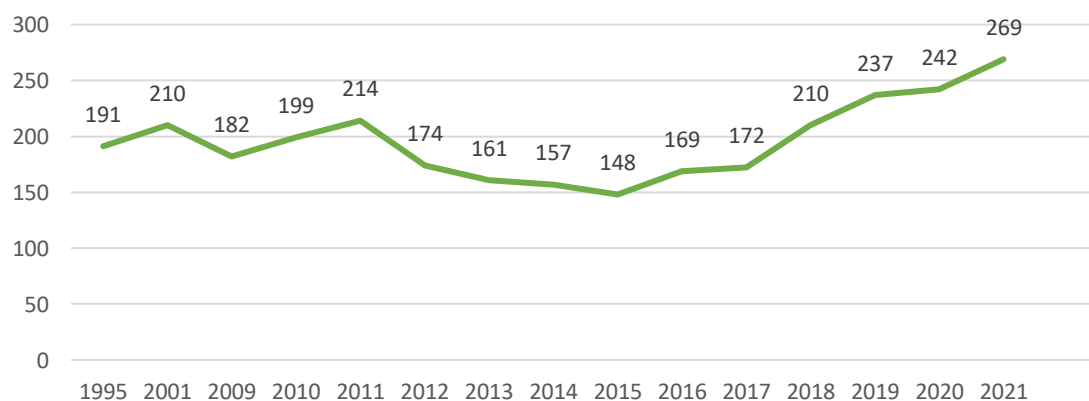


Fontes: PORDATA

De acordo com os últimos dados disponíveis (2021), no concelho de Odemira nasceram 269 crianças, registando-se o maior número de nascimentos na Freguesia de São Teotónio (88), seguindo-se a Freguesia de Vila nova de Milfontes. No sentido inverso, as freguesias com menor número de nascimentos em 2021 foram a de Colos e Luzianes-Gare, com apenas 1 nascimento em cada uma delas e na freguesia de Sabóia, onde se registaram 2 nascimentos.

Desde 2015 que o número de nados-vivos tem vindo a aumentar no concelho, ano em que se registou o menor número de nascimentos dos últimos 15 anos - 148. Esta é uma tendência que não se verifica a nível nacional, onde desde 2018, o número de nados-vivos tem vindo a diminuir.

Gráfico 21 – Evolução do nº de Nados-Vivos, por município de residência da mãe (N.º)



Fonte: PORDATA

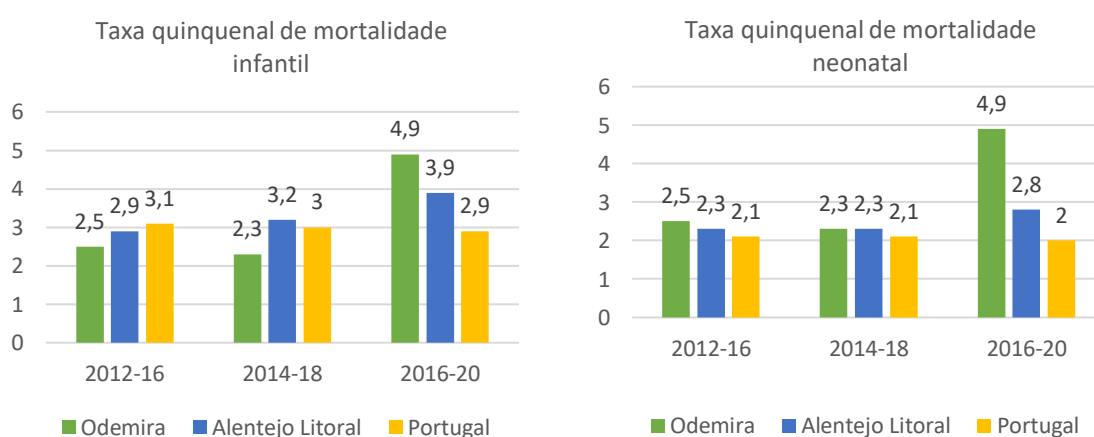
A taxa de mortalidade infantil está relacionada com a evolução qualitativa dos cuidados de saúde e das condições socioeconómicas em Portugal, que se refletem no maior cuidado com a higiene e com a alimentação e com o maior acesso à informação por parte das famílias (DGS – Comunicado sobre Mortalidade Infantil, 2019⁵).

O número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade, bem como o número de óbitos de crianças com menos de 28 dias de idade, aumentou no concelho de Odemira, entre os quinquénios 2012-2016 e 2016-2020 (de 2,5‰ no quinquénio 2012/2016 para 4,9‰ entre 2016/2020).

Odemira registava uma taxa quinquenal de mortalidade infantil inferior à registada a nível nacional e na Região Alentejo Litoral nos quinquénios 2012-2016 e 2014-2018, contudo esse valor aumentou em muito no quinquénio 2016-2020, registando um valor superior ao nacional e regional.

Relativamente à taxa quinquenal de mortalidade neonatal Odemira, nos anos analisados sempre registou taxas mais elevadas que as nacionais, contudo enquanto a nível nacional a mesma tem vindo a diminuir, no concelho de Odemira e a nível do Alentejo Litoral a mesma aumentou entre os quinquénios 2014-2018 e 2016-2020.

Gráficos 22 e 22a- Evolução da taxa quinquenal de mortalidade infantil⁶ e neonatal⁷ a nível nacional, regional e no concelho de Odemira (‰)



Fonte: INE, Mortalidade e esperança de vida

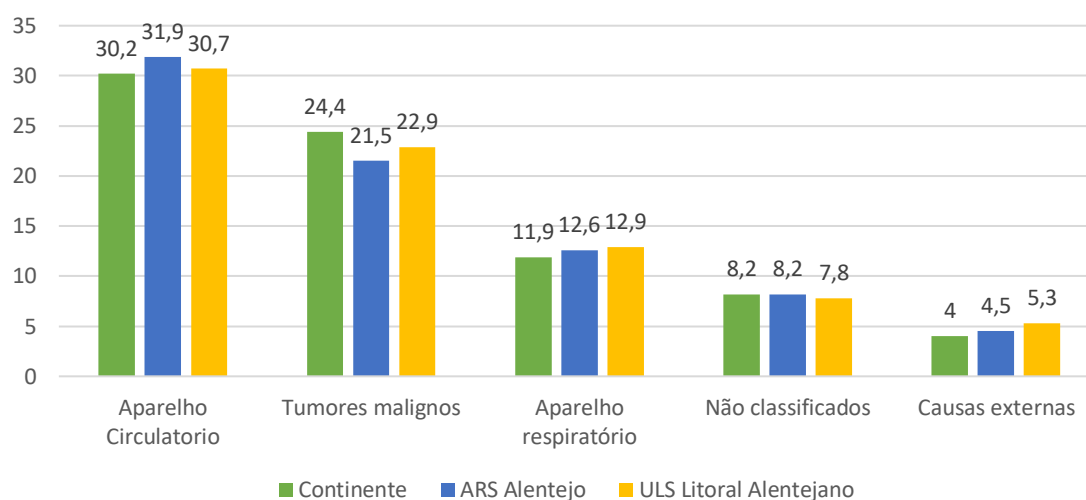
⁵ Comunicado n.º C153_01_v1, DGS, 2019

⁶ **Taxa quinquenal de mortalidade infantil:** número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade observado no período relativo aos últimos cinco anos, referido ao número de nados vivos do mesmo período (INE).

⁷ **Taxa quinquenal de mortalidade neonatal:** número de óbitos de crianças com menos de 28 dias de idade observado no período relativo aos últimos cinco anos, referido ao número de nados vivos do mesmo período (INE).

No que diz respeito às principais causas de morte na ULS Alentejo Litoral, constata-se que estas são devido a doenças do aparelho circulatório e a tumores malignos, sendo as doenças do aparelho respiratório a terceira causa de morte, tal como se verifica a nível nacional e regional. De destacar que a taxa de mortalidade proporcional devido a doenças do aparelho circulatório, respiratório e por causas externas é superior à registada a nível nacional.

Gráfico 23 - Mortalidade proporcional⁸, por grandes grupos de causas de morte, no triénio 2012-2014, para todas as idades em ambos os sexos



Fonte: Perfil Local de Saúde, Alentejo, 2019

Através da análise dos diagnósticos ativos na ULS Litoral Alentejano, verifica-se que os utentes nela inscritos, comparativamente com as percentagens registadas em Portugal Continental e nos utentes inscritos na ARS Alentejo, apresentam uma maior percentagem de hipertensão (29,1%), alterações do metabolismo dos lípidos (27,9%) e diabetes (9,8%), sendo a incidência maior nos utentes do sexo feminino para os dois primeiros fatores de risco.

Em termos da proporção de utentes inscritos com perturbações depressiva, verifica-se uma percentagem superior à registada a nível nacional (11,3% para 10,4% a nível nacional).

⁸ **Mortalidade Proporcional** - (Nº de óbitos por determinada causas/ Nº de óbitos por todas as causas, numa determinada área geográfica e num determinado período de tempo) x 100 (Perfil Local de Saúde, Alentejo, 2019)

Tabela 29 – Morbilidade - Proporção de inscritos por diagnóstico ativo, no Continente, ARS Alentejo e ULS Litoral Alentejano, por sexo (2019) (%)

	Continente			ARS Alentejo			ULS Litoral Alentejo		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Hipertensão	22,2	20,5	23,8	27,8	24,7	30,7	29,1	25,7	32,3
Alterações do metabolismo dos lípidos	21,3	20,6	22,0	25,8	23,4	28,1	27,9	24,2	31,4
Perturbações depressivas	10,4	4,4	15,8	13,4	5,4	20,8	11,3	4,4	17,8
Obesidade	8,0	6,7	9,2	11,6	9,3	13,5	10,2	7,9	12,4
Diabetes	7,8	8,2	7,3	9,7	9,9	9,5	9,8	9,9	9,7

HM – Homens e Mulheres; H – Homens; M – Mulheres

Fonte: Perfil Local de Saúde, Alentejo 2019

A proporção de população do Alentejo com obesidade e excesso de peso, bem como com consumo diário de tabaco, dois fatores de risco, é superior do que a que se regista a nível nacional, como se pode observar na tabela seguinte.

Tabela 30 – Fatores de risco para a saúde: excesso de peso e obesidade, consumo diário de tabaco e consumo diário de álcool, % da população nacional e na Região do Alentejo, 2019

	Portugal % população	Alentejo % população
Obesidade e excesso de peso (maiores de 18 anos)	53,6% H - 58,6% M - 49,3%	58,3% H - 63,6% M - 53,5%
Consumo diário de tabaco (maiores de 15 anos)	14,2% H - 20,2% M - 9%	16,6% H - 23,3% M - 10,6%
Consumo diário de álcool (maiores de 15 anos)	20,5% H - 33% M - 9,7%	13,8% H - 25,7% M - 3,1%

H – Homens; M - Mulheres

Fonte: INE

A taxa de incidência da infeção VIH tem vindo a diminuir ao nível de Portugal Continental e tem oscilado na ARS Alentejo e na ULS Litoral Alentejano. No ano 2017, a referida taxa registou valores superiores ao observado na ARS Alentejo (5,3%,

comparativamente com 2,9%), sendo de destacar que a taxa de incidência de SIDA que a nível nacional também tem vindo a diminuir, em 2017 registava na ULS Litoral Alentejano um valor superior ao registado a nível de Portugal continental e da ARS Alentejo, com uma taxa de 4,3%. O mesmo se verifica para a taxa de incidência da tuberculose, que em 2017 era de 23,4% na ULS Litoral Alentejano e a nível nacional de 17,1%.

Tabela 31 – Taxas de incidência de SIDA, HIV e Tuberculose (%) no Continente e ARS Alentejo e ULS Litoral Alentejano, 2017

	Portugal Continental	ARS Alentejo	ULS Litoral Alentejano
Taxa de incidência de SIDA	2,3	1,7	4,3
Taxa de incidência de infeção por HIV	10,3	2,9	5,3
Taxa de Incidência de Tuberculose	17,1	11,8	23,4

Fonte: Perfil de Saúde, Alentejo 2019



Saúde- em síntese:



Médicos por 1000 habitantes

5,8 Portugal

1,2 Odemira



Enfermeiros por 1000 habitantes

7,8 Portugal

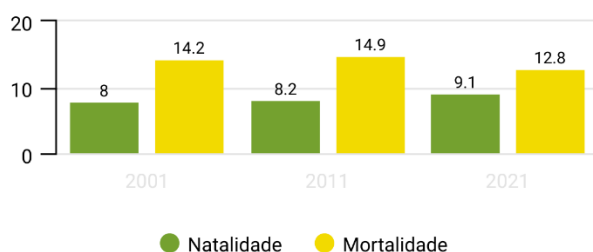
2,0 Odemira



Farmácias por 1000 habitantes

0,3 Portugal

0,4 Odemira



Taxa bruta de natalidade e mortalidade (2001, 2011 e 2021)

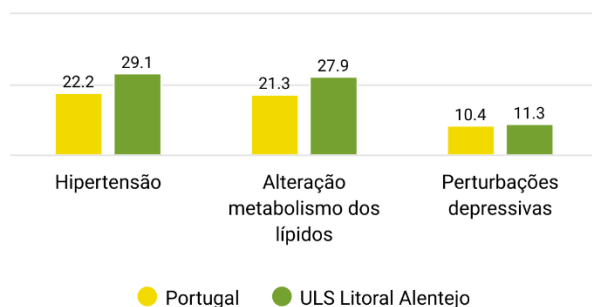
A taxa de natalidade tem vindo a aumentar no território, desde 2001, ao contrário do que se regista com a taxa de mortalidade que diminuiu entre 2011 e 2021.

Mortalidade Proporcional, por causas de morte

As principais causas de morte na ULS Litoral Alentejano coincidem com as do continente.



Proporção de inscritos por diagnóstico ativo (2019)



A % de inscritos na ULS Litoral Alentejo com diagnósticos ativos de hipertensão, alteração do metabolismo dos lípidos e perturbações depressivas é sempre superior à registada a nível nacional.

76%

Utentes inscritos na UCSP
com médico de Família

8.5. Educação, Formação e Qualificações Profissionais

A educação é um domínio muitas vezes considerado central quer ao nível político, quer ao nível da qualidade de vida das populações, daí que os níveis de escolaridade da população, o insucesso e abandono escolar e cobertura territorial dos estabelecimentos de ensino, sejam indicadores importantes a considerar.

No domínio da educação importa realçar que a alteração à escolaridade obrigatória, alargando a mesma a 12 anos de escolaridade (até aos 18 anos), data de 2 de agosto de 2012, com o Decreto-Lei nº176/2012. Este é um fator a ter em conta ao analisar os dados dos últimos censos de 2011, período no qual a escolaridade obrigatória era ainda de 9 anos de escolaridade (até aos 16 anos).

De acordo com a Carta Educativa, a rede escolar de Odemira tem atualmente 5 agrupamentos (4 verticais e 1 horizontal) nos quais é possível encontrar todos os níveis de ensino desde o Pré-escolar ao ensino secundário. Para além dos agrupamentos de escolas, existe uma escola não-agrupada com contrato de associação (Colégio Nossa Sr.^a da Graça, Vila Nova de Milfontes – com educação pré-escolar, 2º e 3º ciclos do ensino básico e ensino secundário); uma escola profissional (EPO-Escola Profissional de Odemira, com os níveis 2, 3 e 4 do quadro nacional de qualificações); 3 equipamentos de JI da rede privada e 4 equipamentos com a resposta social de creche também na rede privada. No território contabilizam-se assim: 4 creches, 24 JI (20 da rede pública), 19 Escolas de 1º Ciclo, 5 Escolas de 2/3 Ciclo, 2 Escolas Secundárias e 1 Escola Profissional.⁹

Analisando os dados disponíveis na DGEEC, em junho de 2022, o agrupamento que tinha mais alunos inscritos era o de Odemira, com 742 alunos, seguido do Agrupamento de escolas de São Teotónio, com 670 alunos.

No território de Odemira, o ensino do 1º ciclo e a educação pré-escolar, são efetivamente de proximidade, verificando-se a existência de estabelecimentos com estes níveis de educação em todas as freguesias do concelho.

⁹ In: OdeTe: Odemira Território educativo (junho 2015); Projeto de Desenvolvimento Sociocomunitário de Educação - Carta Educativa

Tabela 32 – Distribuição dos estabelecimentos de ensino público, por agrupamento e freguesia.

Agrupamento	Freguesia	Estabelecimentos	Nível de Ensino	Nº ALUNOS 21/22 (06/2022)
Colos	Colos	Escola Básica Aviador Brito Paes*	Pré-escolar	18
			1º ciclo	147
			2º 3º ciclos	
	Relíquias	JI de Relíquias	Pré-escolar	15
		EB1 de Relíquias	1º ciclo	17
	São Martinho das Amoreiras	JI de S. Martinho das Amoreiras	Pré-escolar	9
		EB1 S. Martinho das Amoreiras	1º ciclo	19
		EB1 de Bicos	1º ciclo	15
Odemira	Santa Maria/ Salvador	JI de Bicos	Pré-escolar	6
		JI de Odemira	Pré-escolar	25
		EB1 de Odemira	1º ciclo	130
		EB 2,3 Damião de Odemira	2º e 3º ciclos Unidade de Apoio à Multideficiência	388
		Secundária Dr. Manuel Candeias Gonçalves de Odemira*	regular secundário; profissional nível 4;	303 (regular)
			unidade especializada de apoio à multideficiência	48 (profissional)
	Longueira/ Almogrove	JI de Almogrove	Pré-escolar	28
		EB1 de Longueira	1º ciclo	35
	Boavista dos Pinheiros	JI de Boavista dos Pinheiros	Pré-escolar	25
		EB1 de Boavista dos Pinheiros	1º ciclo	111
Sabóia	Sabóia	JI de Sabóia	Pré-escolar	20
		Escola Básica Integrada de Sabóia nº1*	2º e 3º ciclos	67
		Escola Básica de Sabóia nº2	1º ciclo	22
		Escola Básica de Santa Clara-a-Velha	1º ciclo	5
	Luzianes Gare	JI de Luzianes-Gare	Pré-escolar	9
		Escola Básica de Luzianes-Gare	1ºciclo	15
São Teotónio	São Teotónio	JI de São Teotónio	Pré-escolar	74
		JI de Brejão	Pré-escolar	17
		JI de Cavaleiro	Pré-escolar	11
		JI de Zambujeira do Mar	Pré-escolar	26
		EB1 de São Teotónio	1º ciclo	130
		EB1 de Zambujeira do Mar	1º ciclo	38
		EB 2,3 Eng.º Manuel Rafael Amaro da Costa, SãoTeotónio*	2º e 3º ciclos	374
Vila Nova de Milfontes	Vila Nova de Milfontes	JI Vila Nova de Milfontes	Pré-escolar	118
		EB1 de Vila Nova de Milfontes*	1º ciclo	154
		EB1 das Brunheiras	1º ciclo	29
		EB1 de Foros do Galeado	1º ciclo	35
	S. Luís	JI Castelão	Pré-escolar	24
		JI de S. Luís	Pré-escolar	16

Agrupamento	Freguesia	Estabelecimentos	Nível de Ensino	Nº ALUNOS 21/22 (06/2022)
		EB1 de S. Luís	1º ciclo	33

*Escola Sede de Agrupamento

Fonte: OdeTE – Odemira Território Educativo; Projeto de Desenvolvimento Sociocomunitário de Educação
- Carta Educativa, Projetos Educativos dos Agrupamentos de Escolas e DGEEC

Em junho de 2022, encontrava-se inscritos nos estabelecimentos de ensino público de Odemira 2454 alunos entre os níveis pré-escolar e secundário, dos quais 25 se encontravam em regime de ensino doméstico.

No que se refere aos estabelecimentos de ensino privado, com ou sem contrato de associação, verifica-se que a maioria da oferta está vocacionada para as creches e jardins de infância, existindo também a oferta ao nível do ensino profissional, 2º e 3º ciclos e ensino secundário. Verifica-se, contudo que a distribuição dos estabelecimentos privados, está centralizada em 4 freguesias, sendo em Vila Nova de Milfontes onde se encontra uma maior oferta ao nível das respostas existentes.

Tabela 33 – Distribuição dos estabelecimentos de ensino privado, por freguesia e níveis de ensino.

Freguesia	Estabelecimentos	Nível de Ensino
Santa Maria/Salvador	Escola Profissional de Odemira	Profissional nível 4
	Creche Nossa Senhora da Piedade	Creche
	JI Nossa Senhora da Piedade	Pré-escolar
Boavista dos Pinheiros	JI Maria Luísa	Pré-escolar
	Creche Beatriz Gamboa	Creche
Vila Nova de Milfontes	Colégio N. S. Da Graça	Pré-escolar
		2º e 3º ciclos
		Secundário
		Profissional nível 4
	Creche Lápis de Cor	Creche
São Teotónio	JI Lápis de Cor	Pré-escolar
	Creche “Os Calculinhos”	Creche

Fonte: OdeTE – Odemira Território Educativo; Projeto de Desenvolvimento Sociocomunitário de Educação
- Carta Educativa

Na Escola Secundária Dr. Manuel Candeias Gonçalves, funciona ainda, desde novembro de 2022, o 1º curso Técnico Superior Profissional de Desporto, Lazer e Bem-estar, uma parceria entre a CM de Odemira e o Instituto Politécnico de Beja, que dá início à existência de ensino superior no território, uma oferta que se pretende alargar no futuro, quer ao nível de áreas científicas, quer ao número de alunos abrangidos.

O Agrupamento de escolas de Odemira é também a unidade escolar de referência da Intervenção Precoce no concelho de Odemira. Pertencem assim ao agrupamento os docentes que integram a Equipa Local de Intervenção Precoce de Odemira (ELI). A Associação de Paralisia Cerebral de Odemira (APCO) é a instituição local de suporte da Equipa Local de Intervenção de Odemira. Esta equipa “apoia crianças dos 0 aos 6 anos que apresentem alterações ao nível do seu desenvolvimento, que limitem a sua participação nas atividades típicas para a sua idade e contexto social ou em risco grave de atraso de desenvolvimento, bem como as suas famílias. Os apoios prestados são centrados na família, nas rotinas e nos contextos naturais de vida da criança: domicílio, creche, jardim de infância ou ama. As docentes com mobilidade para a IP, atualmente em número de três, integram o departamento de Educação Especial do Agrupamento.”¹⁰ Nos últimos anos esta equipa acompanhou: 90 crianças em 2018; 108 em 2019; 122 em 2020; 121 em 2021; e por fim, 118 crianças em 2022.

No que diz respeito aos alunos com necessidades educativas especiais, Odemira, no ano letivo 2022/23, apresentava um total de 176 casos.

Tabela 34 – Número de alunos com necessidades educativas especiais por agrupamento e nível de ensino

Agrupamentos	Pré-Escolar	1º Ciclo	2º e 3º Ciclo	Secundário	Total
AE S. Teotónio	2	12	28	na	42
AE Colos*	0	7	17	na	24
AE Saboia	2	0	12	na	14
AE Odemira	0	16	39	20	75
AE Milfontes	7	14	na	na	21

Fonte: Câmara Municipal de Odemira

* Correspondendo a 24 alunos com medidas seletivas RTP (relatório técnico-pedagógico) e 6 destes com medidas adicionais RTP + PEI (programa educativo individual)

Sendo o concelho de Odemira um território com mais de 1700km² com uma grande diversidade paisagística, e uma rede de transportes públicos limitada para uma circulação ágil entre todo o território, analisa-se em seguida a distância entre as diferentes escolas e a sede de agrupamento, as quais nos permitem perceber a

¹⁰ Projeto educativo Agrupamento de escolas de Odemira 21-24

dificuldade de acesso a determinados serviços existentes para os alunos que não estão nas sedes de agrupamento.

Dos dados disponibilizados, verifica-se que nos agrupamentos de escolas de Odemira, Colos e Saboia a maior distância entre escolas é de 20 km (entre Almogrove e Odemira), contudo, devido às infraestruturas existentes esta distância pode significar um percurso de cerca de 1 hora em transporte público.

Tabela 35 – Distância das subunidades educativas à escola sede do Agrupamento de escolas de Odemira

Escolas	Distância à escola sede
Escola Sec. Dr. Manuel Candeias Gonçalves	Escola sede
Escola Básica 2,3 Damião de Odemira	200 m
Escola Básica de Odemira	1 km
Centro Escolar de Boavista dos Pinheiros	5 km
Escola Básica de 1.º Ciclo de Longueira	18 km
Jardim de Infância do Almogrove	20 km

Fonte: Projeto educativo Agrupamento Escolas de Odemira 2021-2024

Tabela 36 – Distância das subunidades educativas à escola sede do Agrupamento de escolas de Colos

Escolas	Distância à escola sede
Escola Básica Aviador Brito Paes	Escola sede
Escola Básica de Bicos	11 km
Escola Básica de S. Martinho de Amoreiras	11 km
Escola Básica de Relíquias	8 km

Fonte: Projeto educativo Agrupamento Escolas de Colos 2021-2023

Tabela 37 – Distância das subunidades educativas à escola sede do Agrupamento de escolas de Saboia

Escolas	Distância à escola sede
JI de Saboia	
Escola Básica Integrada de Saboia nº1*	Escola sede
Escola Básica de Saboia nº2	
JI de Santa Clara-a-Velha	
Escola Básica de Santa Clara-a-Velha	
JI de Luzianes-Gare	18 km
Escola Básica de Luzianes-Gare	18 km

Fonte: Projeto educativo Agrupamento Escolas de Odemira 2021-2024

Tabela 38 – Distância das subunidades educativas à escola sede do Agrupamento de escolas de São Teotónio

Escolas	Distância à escola sede
Escola Básica de São Teotónio	Escola sede
Escola Básica de Zambujeira do Mar	8 km
JI de Brejão	10 km
JI de Cavaleiro	20 km
JI de São Teotónio	1 km
JI de Zambujeira do Mar	8 km

Fonte: Câmara Municipal de Odemira

Tabela 39 – Distância das subunidades educativas à escola sede do Agrupamento de escolas de Vila Nova de Milfontes

Escolas	Distância à escola sede
Escola EB1 de Vila Nova de Milfontes	Escola sede
JI de Vila Nova de Milfontes	
Escola EB1 de Brunheiras	4 km
Escola EB1 de Foros do Galeado	4 km
Escola EB1 de São Luís	4 km
JI de São Luís	4 km

Fonte: Câmara Municipal de Odemira

No ano letivo 2021/22 verificava-se que era no 1º ciclo de ensino básico onde se encontravam mais alunos inscritos (35% do total de alunos inscritos nas escolas de Odemira), seguindo-se os alunos inscritos no 3º ciclo, os quais representavam 19,9% dos alunos inscritos. O ensino doméstico é uma realidade que no território apenas existe

no 1º e 2º ciclos, não se registando alunos inscritos nesta modalidade a partir do 3º Ciclo do ensino básico. No ensino secundário registam-se 48 alunos inscritos no ensino profissional, representando 13,5% dos alunos do secundário inscritos na escola secundária pública de Odemira.

Tabela 40 – Alunas/os inscritos nos estabelecimentos públicos por nível de ensino em 2021/22 (N.º)

Nível Escolar e tipo ensino	Nº alunos	Distribuição por nível de ensino
Pré - Escolar	383	100,0%
1º Ciclo Ens. Básico (Total)	841	100,0%
1º Ciclo Ens. Básico - Doméstico	21	2,5%
1º Ciclo Ens. Básico - Geral	820	97,5%
2º Ciclo Ens. Básico (Total)	347	100,0%
2º Ciclo Ens. Básico - Doméstico	7	2,0%
2º Ciclo Ens. Básico - Geral	340	98,0%
3º Ciclo Ens. Básico - Geral	478	100,0%
Secundário (Total)	355	100,0%
Secundário - Profissional	48	13,5%
Secundário – Regular CH	307	86,5%

Fonte: DGEEC

Relativamente aos estabelecimentos da rede privada, verifica-se que é no ensino secundário onde se encontram o maior número de alunos inscritos (489, representando cerca de 57% dos alunos inscritos neste nível de ensino).

Tabela 41 – Estabelecimentos e alunas/os residentes em Odemira, matriculados segundo o nível de ensino e a natureza institucional do estabelecimento (N.º)

	Total		Rede pública		Rede privada	
	Estab.	Alunas/os 2020/2021	Estab.	Alunas/os 2020/2021	Estab.	Alunas/os 2020/2021
Educação Pré-escolar	21	603	17	410	4	193
1º CEB	16	886	16	886	0	0
2º CEB	5	458	4	326	1	132
3º CEB	6	749	4	487	2	262
Secundário	3	860	1	371	2	489

Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais - 2021

No que respeita ao Centro Qualifica, este desenvolve a sua atividade no Alentejo Litoral desde 2018 e é financiado pelo POCH (Programa Operacional Potencial Humano), tem aprovação de financiamento até 31/12/2022. O centro tem como público-alvo, pessoas com idade superior a 18 anos e tem por objetivo contribuir para o aumento das qualificações escolares de 50% da população portuguesa com o 12º ano de

escolaridade. Desenvolve, sobretudo, processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) com pequenos grupos e procura realizar um trabalho individualizado com cada um/ dos/as seus/suas candidatos/as.

Ao nível da caracterização dos candidatos, estes são 2018, com idades entre os 24 e 54 anos, sobretudo do sexo feminino (60%) e empregados (95%).

O centro desenvolveu ainda a ação de português, Língua de Acolhimento, a qual é financiada pelo POISE (Programa Operacional Inclusão Social e Emprego), iniciou a sua execução em novembro de 2021 e terminou a 31 de dezembro de 2022. Esta ação destina-se a população imigrante do concelho de Odemira e tem por objetivo capacitar a população estrangeira, que pretende fixar-se no concelho, com conhecimentos de língua portuguesa, para que assim possa realizar-se uma integração e inclusão efetivas, sem barreiras linguísticas. Possibilita, ainda, que os formandos vejam reconhecidas as suas competências escolares e/ou profissionais através do desenvolvimento de processos no Centro Qualifica. Esta ação teve um total de 209 formandos, com idades entre os 24 e 44 anos, sendo a sua maioria do sexo masculino (89%) e provenientes sobretudo do Bangladesh e Nepal.

Comparando os dados existentes, Odemira regista uma taxa de retenção e desistência no ensino básico (3,6%) superior à registada a nível nacional e na região Alentejo Litoral (3,1% e 3,5% respetivamente) ainda que inferior à da região do Alentejo (4,6%).

No que se refere à taxa de transição / conclusão do ensino secundário, verifica-se que esta é no concelho de Odemira inferior ao que se regista a nível nacional e regional.

Já ao nível das taxas brutas de escolarização, são todas (pré-escolar, ensino básico e secundário) acima dos 100%, o que está provavelmente relacionado com a comunidade migrante presente no território.

Tabela 42 – Indicadores de Educação (2020/2021) (%)

Território	Taxa bruta de pré-escol. 11	Taxa bruta de escolarização ¹²		Taxa de retenção e desistência no ensino básico ¹³				Taxa de transição/ conclusão (Ensino Secundário)
		Ensino básico	Ensino sec	Total	1º CEB	2º CEB	3º CEB	
Portugal	95,2	107,8	123,4	3,1	2,1	3,3	4,3	91,7
Região Alentejo	105,6	113,4	119,5	4,6	3,6	4,5	5,8	91,7
Alentejo Litoral	110,4	114,3	117,1	3,5	1,8	4,4	5,1	91,0
Odemira	120,8	121,1	132,7	3,6	2,3	5,3	4,2	90,6

Fonte: INE

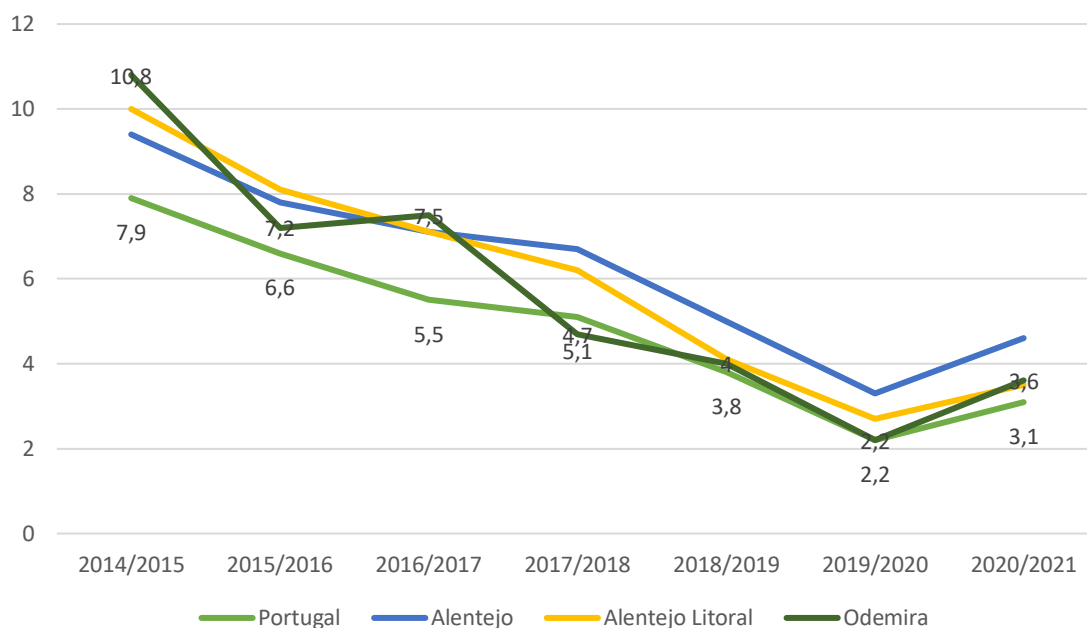
Relativamente à retenção e desistência, é possível verificar que Odemira teve no ano letivo 2020/21 uma taxa de 3,6%, valor superior ao nacional (3,1%) e da região do Alentejo (3,5%). De salientar que esta taxa tem vindo a diminuir no território desde 2016/2017, tendo entre 2019/2020 subido mais de 1 p.p. em Odemira, algo que foi transversal aos vários territórios e para o qual a pandemia e o ensino à distância contribuíram.

¹¹ **Taxa bruta de pré-escolarização:** Relação percentual entre o número total de alunos matriculados no ensino pré-escolar e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudo (entre os 3 e os 5 anos) (INE).

¹² **Taxa bruta de escolarização:** Relação percentual entre o número total de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos (independentemente da idade) e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudo (INE).

¹³ **Taxa de retenção e desistência:** Relação percentual entre o número de alunos do ensino básico regular que permanecem, por razões de insucesso ou de tentativa voluntária de melhoria de qualificações, no mesmo ano de escolaridade e o número de alunos matriculados no ensino básico regular, nesse ano letivo (INE).

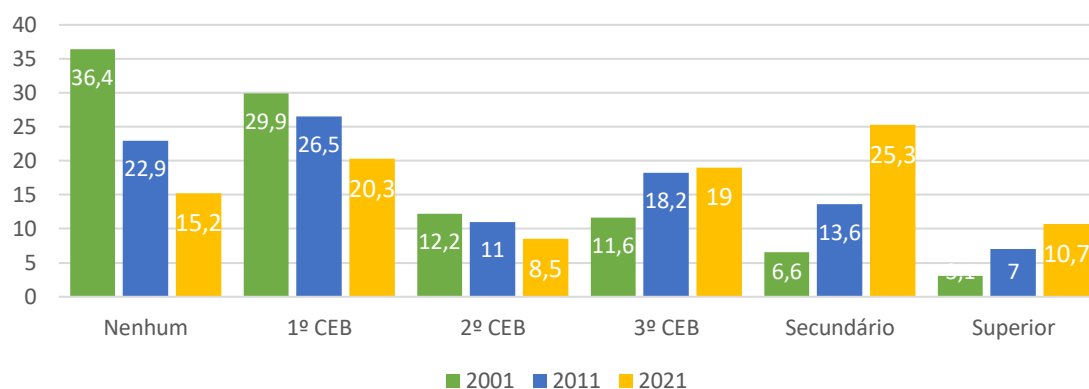
Gráfico 24 – Taxa de retenção e desistência no ensino básico (%) por local de residência entre os anos letivos 2014/2015 e 2020/2021 (%)



Ao nível de escolaridade da população residente no concelho, verifica-se que existe ainda uma percentagem significativa sem qualquer nível de escolarização concluído (15,2%) ou apenas com o 1º Ciclo de Ensino Básico (20,3%), ainda que seja de salientar a evolução decrescente desta percentagem desde 2001.

No entanto, os dados deverão ser interpretados com cautela, visto que se encontra incluído o grupo etário até aos 8 anos, o qual ainda não concluiu o 1º CEB devido à sua idade. Ainda assim, verifica-se, entre os anos em análise, uma diminuição significativa da proporção da população sem nenhum nível de escolaridade concluído e um aumento da proporção da população com o ensino secundário e com o ensino superior completos.

Gráfico 25 – População residente no concelho de Odemira, segundo os níveis de escolaridade completos (2001, 2011 e 2021) (%)



Fonte: INE, Censos 2011 e 2021



Educação, formação e qualificação - em síntese:

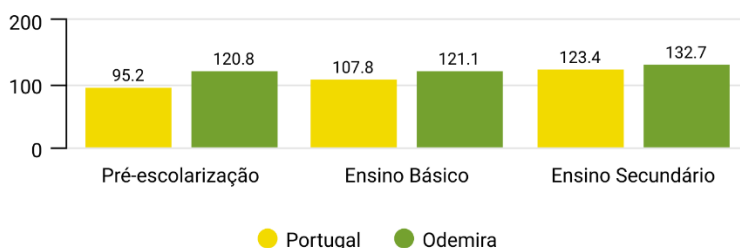
Equipamentos

- Educação Pré-escolar: **18**
- 1º CEB: **16**
- 2º e 3º CEB: **4**
- Secundário: **1**



Alunos em 2021/2022

- Educação Pré-escolar: **383**
- 1º CEB: **841**
- 2º CEB: **347**
- 3º CEB: **478**
- Secundário: **307** (ens. regular) **48** (ens. prof)



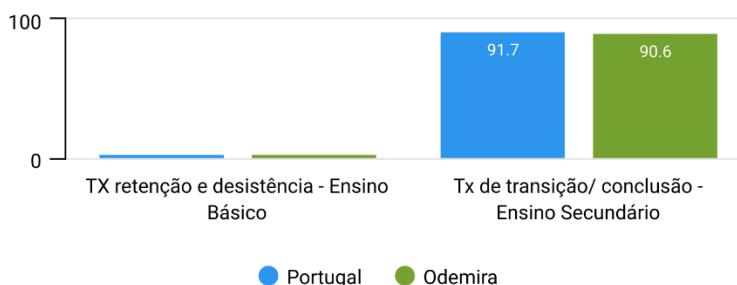
Taxa bruta de escolarização (2020/2021)

Odemira apresenta taxas brutas de escolarização superiores às registadas a nível nacional em todos os níveis de ensino

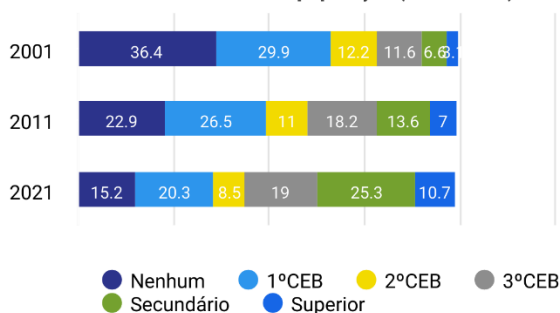


Taxa de retenção e desistência vs de transição/ conclusão (2020/2021)

A taxa de transição no ensino secundário, em Odemira é inferior à nacional. Já a taxa de retenção no ensino básico é superior em 5 décimas.



Nível de escolaridade da população (2001-2021)



2.105

Pessoas de Odemira, eram em 2021 analfabetas

A escolaridade da população residente em Odemira tem vindo a aumentar ao longo dos anos.

8.6. Habitação

Edifícios

Com 18.653 edifícios de habitação familiar clássica, em 2021, Odemira é o concelho com mais edifícios da sub-região Alentejo Litoral, concentrando no seu território 34% dos edifícios do Alentejo Litoral. Se atendermos conjuntamente aos concelhos de Odemira e de Santiago do Cacém, 59% dos edifícios de habitação familiar da sub-região estão aqui concentrados.

Tabela 43 – N.º de Edifícios de habitação familiar nos Concelhos da Região do Alentejo Litoral, em 2021

Território	N.º de Edifícios
Alentejo	390 107
Alentejo Litoral	54 726
Alcácer do Sal	7 685
Grândola	9 739
Odemira	18 653
Santiago do Cacém	13 617
Sines	5 032

Fonte: INE, Censos de 2021

Através da análise do quadro seguinte podemos observar que existiam, em 2021, um total de 19.070 edifícios no concelho de Odemira, verificando-se um aumento do edificado (3,4%) face ao ano de 2011.

Contrariando a tendência ao nível do concelho, verifica-se que em quatro freguesias, Santa Clara-a-Velha, São Luís, São Martinho das Amoreiras e Vale de Santiago, o número de edifícios diminuiu.

Entre as freguesias que contribuíram para um aumento do número de edifícios, destaca-se Relíquias, que apresenta o aumento percentual mais significativo, 15,3%.

Tabela 44 – Edifícios no concelho de Odemira, por freguesia, em 2021, número (N.) e variação face a 2011 (%)

Território	Edifícios em 2021 (N.)	Variação face a 2011 (%)
Odemira (concelho)	19 070	3,4%
Boavista dos Pinheiros	788	5,8%
Colos	789	0,5%
Longueira/Almogrove	1 171	3,9%
Luzianes-Gare	420	2,7%
Relíquias	880	15,3%
Sabóia	888	1,1%
Santa Clara-a-Velha	842	-4,2%
São Luís	1 660	-2,4%
São Martinho das Amoreiras	951	-0,7%
São Salvador e Santa Maria	1 814	3,5%
São Teotónio	4 224	3,3%
Vale de Santiago	797	-1,1%
Vila Nova de Milfontes	3 846	8,2%

Fonte: PORDATA

Alojamentos

Os resultados dos Censos de 2021 registam, no concelho de Odemira, um total de 22.396 alojamentos (clássicos e não clássicos), o que representa um acréscimo de 6,7% face a 2011. Destes, a esmagadora maioria (99,7%), são alojamentos familiares clássicos, existindo um n.º residual de alojamentos coletivos, um valor que baixou significativamente, de 108 para 76 entre 2011 e 2021.

Tabela 45 – Tipologia de alojamentos do concelho de Odemira (2021)

Território	Total	Alojamentos familiares		Alojamentos coletivos	
		2021	Variação face a 2011	2021	Variação face a 2011
Odemira (concelho)	22.396	22.320	6,7%	76	-29,6%

Fonte: INE, Censos 2021

Tabela 46 – Tabela comparativa dos alojamentos familiares clássicos (n.º), por forma de ocupação, nos municípios da Região do Alentejo Litoral, entre 2011 e 2021

Território	2021				2011			
	Total	Resid. habitual	Resid. sec.	Vago	Total	Resid. habitual	Resid. sec.	Vago
Portugal	5970655	4142581	1104881	723215	5859540	3991112	1133300	735128
Alcácer do Sal	8867	4699	2440	1728	8798	5151	2213	1434
Grândola	12531	5635	5208	1688	12025	5886	4332	1807
Odemira	22129	11186	6980	3963	20851	10805	6619	3427
Santiago do Cacém	18522	12196	3836	2490	18387	12212	3576	2599
Sines	8653	5902	1705	1046	8291	5530	1802	959

Fonte: INE, Censos de 2021

Odemira é o concelho do Alentejo Litoral com um maior n.º de alojamentos no seu território. Seguindo-se Santiago do Cacém e Grândola.

Na última década observou-se a uma menor ocupação da habitação no concelho, na medida em que, os alojamentos vagos passaram de 16,4% do total dos alojamentos, em 2011, para 17,9% em 2021. Ou seja, o aumento dos alojamentos familiares vagos verificou-se tanto em valores absolutos como percentualmente. No entanto, estes valores não garantem a superação dos problemas relacionados com o mercado habitacional (compra e/ou arrendamento), na medida em que se verifica que a maioria dos alojamentos vagos se encontram sem condições de habitabilidade e/ou indisponíveis para venda ou arrendamento (sendo uma parte significativa alojamento destinado a períodos de férias e lazer dos seus proprietários ou terceiros), mantendo-se a dificuldade de acesso a habitação como um dos principais problemas do território.

É a análise por freguesias (na tabela abaixo) que permite perceber onde vivem os habitantes do concelho de Odemira. As diferenças de distribuição da população no território estão bem patentes, ao analisarmos a percentagem de alojamentos por freguesia.

Temos duas freguesias que se destacam, Vila Nova de Milfontes e São Teotónio, já que juntas têm cerca de 46,4% dos alojamentos do concelho. Seguem-se as freguesias de São Salvador e Santa Maria com 9,5%, São Luís com 8,0% e Longueira/ Almogrove com 5,8%. Luzianes-Gare e Colos são, por sua vez, as freguesias com menor percentagem do total de alojamentos, nomeadamente 2,0% e 3,6%.

Analisando os dados referentes aos agregados familiares domésticos existentes no território, face ao nº de alojamentos existentes em cada freguesia, verifica-se que em todas elas existe capacidade de alojamento suficiente para o número de agregados familiares residentes.

Tabela 47 – Total de alojamentos e agregados familiares domésticos no concelho de Odemira, por freguesia (2021) (N.º)

Freguesia	N.º Alojam.	N.º Agreg.
Odemira (concelho)	22129	11399
Boavista dos Pinheiros	932	721
Colos	803	361
Longueira/ Almogrove	1275	617
Luzianes-Gare	453	195
Relíquias	894	506
Sabóia	926	418
Santa Clara-a-Velha	851	319
São Luís	1779	863
São Martinho das Amoreiras	1028	552
São Salvador e Santa Maria	2104	1322
São Teotónio	5105	2923
Vale de Santiago	814	389
Vila Nova de Milfontes	5165	2213

Fonte: INE, Censos 2021

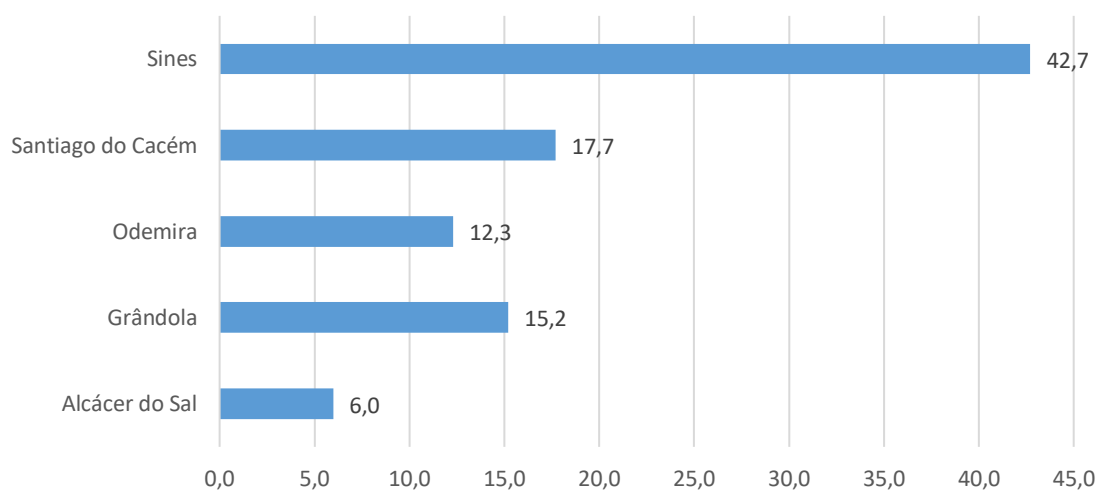
Tabela 48 – Alojamentos vagos no concelho de Odemira, por freguesia (2021) (N.º e %)

Freguesia	N.º	%
Odemira (Concelho)	3963	100,0
Boavista dos Pinheiros	98	2,5
Colos	235	5,9
Longueira/Almograve	159	4,0
Luzianes-Gare	74	1,9
Relíquias	149	3,8
Sabóia	295	7,4
Santa Clara-a-Velha	256	6,5
São Luís	363	9,2
São Martinho das Amoreiras	369	9,3
São Salvador e Santa Maria	425	10,7
São Teotónio	923	23,3
Vale de Santiago	218	5,5
Vila Nova de Milfontes	399	10,1

Fonte: INE, Censos 2021

A mesma análise feita relativamente aos alojamentos vagos mostra que as freguesias de São Teotónio, São Salvador e Santa Maria e Vila Nova de Milfontes, concentram 44,1% dos alojamentos vagos do concelho.

Gráfico 26 – Densidade de alojamentos na Região do Alentejo Litoral (N.º de Alojamentos/Km²)



Fonte: INE, Censos 2021

Da observação do gráfico anterior depreendemos que Odemira é, a seguir a Alcácer do Sal, o segundo concelho com menor densidade de alojamentos por km² na Região do Alentejo Litoral, o que é facilmente entendível perante a elevada extensão geográfica do concelho.

Tabela 49 – Regime de ocupação dos alojamentos familiares clássicos, em 2021 (n.º)

Território	Total	Alojamentos com proprietário ou coproprietário (n.º / %)	Alojamentos com arrendatário ou coarrendatário (n.º / %)	Outras situações (n.º / %)
Odemira	11186	7711 / 68,9%	1914 / 17,1%	1561 / 14,0%

Fonte: INE, Censos 2021

No que respeita à forma de ocupação desses alojamentos, percebemos que a maioria são de propriedade de quem neles habita (68,9%), sendo apenas cerca de 17,1% aqueles que estão em regime de arrendamento.

Habitação social

No que concerne à habitação social, o concelho de Odemira, em 2011, concentrava apenas 3,5% do total de edifícios de habitação social da região do Alentejo Litoral. No que respeita ao total de fogos em arrendamento habitacional os números são igualmente pouco expressivos, pois em 2012, apenas 4,2% do total de fogos de habitação social arrendados na região do Alentejo Litoral estavam no concelho de Odemira.

Tabela 50 – Edifícios e fogos de habitação social por município da Região do Alentejo Litoral, (N.)

Território	Edifícios de habitação social	Fogos de habitação social
	Total 2015	Total Arrendados 2012
Portugal	26195	118334
Alentejo	3034	4524
Alentejo Litoral	433	616
Alcácer do Sal	74	90
Grândola	42	155
Odemira	15	26
Santiago do Cacém	111	156
Sines	191	189

Fonte: INE

O Município de Odemira, no âmbito das suas atribuições ao abrigo da alínea i), do artigo 23º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, tem como missão a promoção de políticas de habitação que visem dar resposta às necessidades do território e que se constituam como resposta à fixação e à melhoria da qualidade de vida da população. Neste sentido, a Estratégia Local de Habitação assume-se como um instrumento de planeamento que visa dar respostas concretas e de forma estruturada às necessidades da população. Um concelho como Odemira vive o complexo e estimulante desafio de fixar pessoas ao seu território. O acesso à habitação é tido como um dos grandes obstáculos para quem pretende formar família e viver no concelho. Dentro de um conjunto de soluções habitacionais da nova geração e políticas de habitação, o arrendamento apoiado e o arrendamento acessível em habitações municipais constituem-se como uma opção viável de resposta às necessidades de habitação no concelho.

O regime do arrendamento apoiado é aplicável às habitações detidas, a qualquer título, por entidades das administrações direta e indireta do Estado, das regiões autónomas, das autarquias locais, do setor público empresarial e dos setores empresariais regionais, intermunicipais e municipais, que por elas sejam arrendadas ou subarrendadas com rendas calculadas em função dos rendimentos dos agregados familiares a que se destinam. Este regime aplica-se, ainda, ao arrendamento de habitações financiadas com apoio do Estado que, nos termos de lei especial, estejam sujeitas a regimes de renda fixada em função dos rendimentos dos arrendatários (fonte IHRU).

Relativamente ao arrendamento acessível considera-se acessível quando é compatível com o rendimento mensal disponível do agregado familiar, e de acordo com as taxas de esforço fixadas pelo Município de Odemira, conforme enquadramento legal vigente.

Não obstante o facto de não ser habitação social, considera-se relevante fazer menção ao apoio ao arrendamento e programas de acesso a melhorias habitacionais, enquanto respostas municipais no âmbito da habitação. Considerando a demografia da população residente no município de Odemira, aliada à expressão do parque urbanístico habitacional, verifica-se uma crescente procura de apoios no âmbito do apoio ao arrendamento, sendo que este apoio constitui uma comparticipação por parte do Município de Odemira, por seis meses (podendo ser sujeito a renovação), no valor da renda dos munícipes que detenham contrato de arrendamento e cumpram os requisitos de admissão. No que respeita pedidos de apoio no âmbito das melhorias habitacionais, nomeadamente a execução de pequenas obras de reparação, restauro e melhoramento das condições de segurança, acessibilidade e conforto em habitação detida pelo munícipe requerente, verifica-se que tem havido um decréscimo dos pedidos.

No ano de 2023 beneficiaram do apoio ao arrendamento 23 agregados familiares, sendo que destes, 6 são agregados unipessoais, 3 agregados constituídos por duas pessoas adultas casais, e 14 agregados familiares constituídos por pelo menos uma pessoa adulta e dependente(s).

No que respeita a distribuição geográfica verifica-se que a predominância de agregados familiares beneficiários deste apoio se situa no litoral, predominando as freguesias de Vila Nova de Milfontes e São Teotónio, com 9 e 5 casos, respetivamente.

Tabela 51 – Apoios ao arrendamento no concelho de Odemira – agregados familiares por freguesia (N.º)

Freguesia	Arrendamento apoiado
Vila Nova de Milfontes	9
São Teotónio	5
São Salvador e Santa Maria	4
Sabóia	2
São Luís	1
----	2

Fonte: Câmara Municipal de Odemira, 2023

Estratégia Local de Habitação

O Município de Odemira, face aos problemas da habitação do território, tanto vividos pelas famílias migrantes, como pelas famílias que vivem em condições indignas ou com rendimentos intermédios que não conseguem aceder a uma habitação a custos acessíveis no mercado de arrendamento, considera a Estratégia Local de Habitação (ELH) como um instrumento determinante para dar uma resposta objetiva às carências habitacionais do concelho.

A Estratégia Local de Habitação de Odemira é assumida como um instrumento de planeamento que visa dar uma resposta aos problemas de habitação do município e que não se esgota no 1.º Direito, estruturando-se a partir do planeamento existente, designadamente as Áreas de Reabilitação Urbana, o Programa Odemira Reabilita e a Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas.

Os problemas habitacionais de Odemira estão correlacionados com o crescente dinamismo das atividades agrícolas, em particular as atividades de produção hortofrutícola na área de Aproveitamento Hidrográfico do Mira. Na origem destes problemas está o crescimento da procura por habitação provocado pela enorme exigência de mão-de-obra, maioritariamente pouco qualificada, das atividades agrícolas e pela crescente pressão provocada pela procura de alojamento decorrente do aumento do número de empresas de “prestação de serviços” que potenciaram o surgimento de

um elevado volume de condições de habitabilidade indigna, associadas à sobrelotação, insalubridade e insegurança.

Na Estratégia Local de Habitação são identificadas e quantificadas as seguintes carências habitacionais:

Tabela 52 – Agregados a apoiar através de Soluções habitacionais a promover no âmbito do 1.º Direito pelo Município de Odemira

Origem	Condição habitacional indigna	Número de famílias	Número de elementos
Pedidos de habitação Núcleos dispersos (habitação arrendada)	Precariedade	16	40
	Precariedade (vítimas de violência doméstica)	21	52
	Sobrelotação	686	1483
Pedidos de habitação Núcleos dispersos (habitação cedida)	Inadequação	4	9
	Insalubridade e insegurança	59	105
	Precariedade	4	6
	Precariedade (vítimas de violência doméstica)	8	18
Pedidos de habitação Núcleos dispersos (habitação própria)	Insalubridade e insegurança	7	9
	Sobrelotação	1	6
	Precariedade (vítimas de violência doméstica)	5	14
	Precariedade (Plano de Urbanização -Área de Fracionamento Ilegal da Propriedade Rústica - Vila Nova de Milfontes)	117	293
Pedidos de habitação Outras situações	Insalubridade e insegurança	19	28
	Insalubridade e insegurança – Núcleos degradados	15	27
	Insalubridade e insegurança – Núcleos precários	7	11
	Precariedade	5	12
	Sobrelotação	770	780
Total		1.744	2.893

Fonte: Estratégia Local de Habitação de Odemira

Tabela 53 – Agregados a apoiar através de soluções habitacionais a promover no âmbito do 1.º Direito enquanto beneficiários diretos – reabilitação de habitação própria

Origem	Condição habitacional indigna	Número de famílias	Número de elementos
Habitação própria	Inadequação	2	7
	Insalubridade e insegurança	37	64
Total		39	71

Fonte: Estratégia Local de Habitação de Odemira



Habitação - em síntese:

Edifícios - 19.070

+ 3,4% face a 2011

Edifícios de habitação familiar clássica - 18.653

34% do total na Região do Alentejo Litoral

Edifícios nas freguesias

Santa Clara-a-Velha, São Luís, São Martinho das Amoreiras e Vale de Santiago diminuíram o nº de edifícios na última década

Freguesia de Relíquias teve um **aumento** de edifícios de **15,3%**

Alojamentos - 22.396

+ 6,7% face a 2011

Alojamentos familiares clássicos - 22.129

+ 6,1% face a 2011

Odemira é o concelho do Alentejo Litoral com um maior n.º de alojamentos no seu território



68,9%

Alojamentos habitados pelo proprietário



17,1%

Alojamentos no mercado de arrendamento

3,5%

do total de edifícios de habitação social do Alentejo Litoral estão localizados no concelho de Odemira



12,3

Densidade de Alojamentos / km²

26

Fogos de habitação social

23

Agregados familiares com apoio ao arrendamento

8.7. Mobilidade

Os últimos anos têm sido caracterizados por uma alteração dos padrões de mobilidade, apoiando-se num aumento da utilização de automóvel nas deslocações quotidianas.

A utilização massificada do transporte individual tem origem no aumento da taxa de motorização da população e tem sido acompanhada de uma redução progressiva da oferta de transporte público, o qual tem vindo a reduzir progressivamente a sua cobertura horária e territorial, levando a situações de ausência de oferta, principalmente em áreas rurais, onde estes serviços se constituíam como o único modo de transporte disponível para as deslocações de uma população mais envelhecida e com menor acesso a viatura própria.

O uso intensivo do transporte individual implica também impactos negativos a nível ambiental e de ocupação do espaço público, favorecendo ainda um potencial aumento da sinistralidade.

As atuais orientações europeias e nacionais para o setor recomendam, como forma de reduzir o consumo de combustíveis fósseis e os impactos ambientais provocados pelos transportes que, no atual cenário de crise e aumento crescente do custo dos combustíveis fósseis, se aposte em estratégias de gestão da mobilidade que contribuam para um aumento da utilização de meios de transporte elétricos, com fomento da utilização de transportes públicos e outros modos suaves de mobilidade (como a pedonal e ciclável).

Movimentos pendulares e viagens diárias

No que respeita aos movimentos pendulares da população, é possível verificar que Odemira se evidencia como o concelho da Região do Alentejo Litoral em que a maior percentagem da população utiliza o transporte coletivo nas suas deslocações para o local de trabalho ou estudo (20,3%), sendo também o território da região onde a menor proporção da população opta pelo transporte individual para essas deslocações (56,5%).

Tabela 54 – Proporção da população residente empregada ou estudante, segundo o modo de transporte utilizado nas deslocações pendulares, por município da Região do Alentejo Litoral (2021) (%)

Território	Proporção da população residente empregada ou estudante que utiliza nas deslocações pendulares:		
	Transporte coletivo	Transporte individual	Modo pedonal
Alentejo Litoral	13,0	63,5	23,1
Alcácer do Sal	11,7	66,3	21,5
Grândola	8,8	65,2	25,6
Odemira	20,3	56,5	22,9
Santiago do Cacém	9,9	68,5	21,1
Sines	8,4	65,4	25,9

Fonte: INE

A opção de utilização de transportes coletivos ou individuais, corresponde, em Odemira, a deslocações com tempos médios de 24,24 minutos, no primeiro caso, e de 18,28 minutos no caso da utilização de transporte individual. Com estes valores, o município evidencia ter o segundo tempo médio mais baixo da região, no que respeita às deslocações em transporte coletivo, sendo superado apenas pelo concelho de Sines.

Tabela 55 – Duração média dos movimentos pendulares (min) da população residente empregada ou estudante, por município da Região do Alentejo Litoral (2021) (minutos)

Território	Duração média dos movimentos pendulares (min) da população residente empregada ou estudante (2021) (em minutos)		
	Média global	Transporte coletivo	Transporte individual
Alentejo Litoral	16,58	27,09	17,05
Alcácer do Sal	18,20	31,95	18,76
Grândola	17,65	35,95	18,33
Odemira	17,32	24,24	18,28
Santiago do Cacém	16,39	29,68	16,63
Sines	13,42	22,47	13,43

Fonte: INE

Outro indicador relevante relativo aos movimentos pendulares, prende-se com a proporção da população residente que diariamente sai e entra no concelho. Neste caso,

verificamos que, em Odemira, as proporções são relativamente aproximadas, existindo algum equilíbrio entre a proporção de população que sai e que entra no concelho (7,22% e 5,07% respetivamente). Para além deste relativo equilíbrio, Odemira destaca-se na Região do Alentejo Litoral, por apresentar a menor proporção de população, tanto a entrar como a sair do concelho, durante os seus movimentos pendulares diários.

Tabela 56 – Proporção da população residente que sai e entra no concelho (movimentos pendulares), por município da Região do Alentejo Litoral (2021) (%)

Território	Proporção da população residente que sai e entra no concelho (movimentos pendulares) (2021) (%)	
	Entram no concelho	Saem do concelho
Alcácer do Sal	9,94	12,49
Grândola	10,73	10,40
Odemira	5,07	7,22
Santiago do Cacém	7,00	16,96
Sines	31,59	8,28

Fonte: INE

No concelho, realizam-se aproximadamente 51.578 viagens diárias, sendo 76% destas, realizadas de forma motorizada.

Tabela 57 – Número de viagens diárias (total e motorizadas) realizadas nos dias úteis da semana (por concelho, nº) e número médio de viagens por residente (>14 anos)

Território	Total de viagens	Viagens motorizadas	% de viagens motorizadas	Número médio de viagens
Alentejo Litoral	192.553	136.731	71%	2,25
Alcácer do Sal	24.340	18.696	77%	2,14
Grândola	28.505	19.392	76%	2,19
Odemira	51.578	34.875	76%	2,25
Santiago do Cacém	57.516	41.508	72%	2,21
Sines	30.615	22.261	73%	2,52

Fonte: Inquérito à mobilidade dos residentes - Plano de Mobilidade Urbana Sustentável do Alentejo Litoral, 2017

Os principais motivos para estas deslocações diárias são, as deslocações entre casa e trabalho, as necessidades de saúde e a realização de compras. O estudo/escola surge apenas em sexto lugar, mas esta posição relativa deve-se fundamentalmente ao facto do inquérito à mobilidade ter abrangido apenas residentes com 15 ou mais anos.

Tabela 58 – Número de viagens diárias realizadas nos dias úteis da semana, por motivo da viagem (por concelho, nº)

Território	Alcácer do Sal	Grândola	Odemira	Santiago do Cacém	Sines	Alentejo Litoral
Ir para o trabalho	8.937	10.204	18.434	18.434	8.143	58.661
Saúde	3.871	4.559	10.812	10.812	4.599	32.314
Compras	4.116	7.201	10.240	10.203	6.634	38.394
Assuntos pessoais	2.339	2.260	8.340	5.418	2.697	21.054
Desporto/ Lazer	1.242	1.602	3.978	3.978	3.332	13.488
Estudo/ escola	1.389	1.483	2.434	2.434	1.763	9.321
Transportar a família	941	615	2.255	2.255	1.796	6.961
Visita a familiares/ amigos	1.113	134	1.741	1.741	786	6.055
Refeição	103	211	1.161	1.161	466	2.703
Ir para casa	196	235	634	634	0	1.929
Em serviço	92	0	446	446	399	1.674

Fonte: Inquérito à mobilidade dos residentes - Plano de Mobilidade Urbana Sustentável do Alentejo Litoral, 2017

Como foi referido anteriormente, a viatura própria é o principal meio de transporte utilizado nestas deslocações diárias, seguindo-se o meio pedonal e a utilização de transportes públicos.

É de salientar que Odemira é o concelho do Alentejo Litoral com uma menor proporção de residentes (61%), com mais de 14 anos, que não possuem meio de transporte alternativo ao público (seja por não possuírem viatura própria, não terem carta de condução ou que, tendo carta, não conduzem). Comparativamente, Sines é o concelho com a maior proporção (69%).

Tabela 59 – Número de viagens diárias realizadas nos dias úteis da semana, por meio de transporte utilizado (nº)

Meios de transporte utilizado nas viagens diárias, em Odemira	
Carro (condutor)	20.902
A pé	16.516
Carro (passageiro)	9.310
Autocarro (empresa privada)	1.419
Táxi	1.086
Motorizada	803
Autocarro da junta de freguesia	588
Bicicleta	187
Comboio	94
Autocarro de serviço expresso	50
Outro	623

Fonte: Inquérito à mobilidade dos residentes - Plano de Mobilidade Urbana Sustentável do Alentejo Litoral, 2017

Atendendo às deslocações diárias (com origem e/ou destino em Odemira) realizadas na região do Alentejo Litoral, 96% são dentro do próprio município, 3% entre Odemira e Santiago do Cacém, e 1% entre Odemira e Sines (de acordo com os resultados do Inquérito à mobilidade dos residentes - Plano de Mobilidade Urbana Sustentável do Alentejo Litoral, 2017)

Se atendermos às deslocações diárias de todos os concelhos da região, com origem ou destino fora do Alentejo Litoral, as deslocações entre Odemira e Lisboa e entre Odemira e Beja, representam, respetivamente, 11% e 8% do total das viagens externas aos concelhos do Alentejo Litoral.

Rede rodoviária

No que diz respeito à rede rodoviária do Alentejo Litoral esta é constituída pelas seguintes vias:

- IP1 – Valença / Castro Marim – integrado na rede Europeia de Estradas - E 01, inicia-se em Valença, na fronteira norte do País, distrito de Viana do Castelo,

passando nas proximidades de Braga, Porto, Aveiro, Coimbra, Leiria, Santarém, Lisboa, Montijo, Setúbal, Aljustrel e Faro, terminando junto a Castro Marim, no sul de Portugal. Neste itinerário integram-se as autoestradas A1, A2, A3 e A22, apresentando ainda um troço comum com o IP7. O IP1 atravessa o país de norte a sul, junto ao litoral, entre Valença e Lisboa, e tornando-se mais interior entre Lisboa e Faro, essencialmente;

- IP8 – Sines / Vila Verde de Ficalho – inicia-se em Sines, no litoral alentejano do país, distrito de Setúbal, e atravessa o país no sentido oeste – este, passando junto a Santiago do Cacém, Beja e Serpa, e terminando em Vila Verde de Ficalho, na fronteira este do país. Esta rodovia atravessa o IP1/A2 e o IP2.

Integram a rede rodoviária complementar do Alentejo Litoral os seguintes Itinerários Complementares:

- IC1 – Valença / Guia – Este eixo longitudinal, o mais próximo do Atlântico, tem a sua origem em Valença atravessa longitudinalmente o país passando pelo Porto, Espinho, Aveiro, Figueira da Foz, Leiria, Caldas da Rainha, Lisboa, Marateca, Grândola, Ourique e termina na Guia (IC4). Integram este Itinerário parte de várias Autoestradas como a A28 (entre Vilar de Mouros e o Porto), a A29 (entre o Vila Nova de Gaia e Estarreja), a A17 (entre Cacia (IP5) e Marinha Grande) e a A8 (entre Marinha Grande e Lisboa (IC17));
- IC4 – Sines / Faro – atuando ainda como eixo de articulação com o IP8 e o IP1, tem a sua origem em Sines e atravessa o Litoral Alentejano e Algarvio com uma orientação aproximadamente norte – sul na costa alentejana e oeste – este na costa algarvia, terminando em Faro. Integram este Itinerário parte da A22, no troço compreendido entre Lagos e o final da A2, nas proximidades da Guia. Entre Sines e Faro, prevê-se que sejam atravessados os seguintes municípios: Santiago do Cacém, Odemira, Aljezur, Lagos e Portimão;
- IC33 – Sines / Évora – Este itinerário tem a sua origem em Sines e termina em Évora (IP7) passando Grândola. Encontra-se em exploração apenas o trecho Sines (IP8) / Grândola (IC1).

Para além dos referidos Itinerários Complementares, integram igualmente a rede complementar as seguintes Estradas Nacionais:

- EN121 (entre Santiago do Cacém e Ferreira do Alentejo);

- EN263 (entre Odemira e Aljustrel).

A rede rodoviária do Alentejo Litoral é completada pela seguinte rede de Estradas Regionais:

- ER120 (entre Santiago do Cacém e Tanganheira);
- ER120-3 (entre Tanganheira e Porto Covo);
- ER123 (entre Odemira e Ourique-IC1);
- ER253 (entre Comporta e Alcácer do Sal-IC1);
- ER253-1 (entre Tróia e Comporta);
- ER261 (entre Comporta e Aljustrel, passando por Santiago do Cacém);
- ER261-2 (entre Melides e Grândola);
- ER261-5 (entre Cidade Nova de Santo André e Sines);
- ER266 (entre Estação Odemira e Nave Redonda, continuando até Monchique);
- ER389 (entre Cercal do Alentejo e Garvão);
- ER390 (entre Vila Nova de Milfontes e Cercal);
- ER393 (entre Vila Nova de Milfontes e Odemira).

A rede rodoviária da região é ainda complementada pela rede de estradas e caminhos municipais da responsabilidade dos diversos municípios.

Entre os concelhos do Alentejo Litoral, Odemira é o que apresenta a maior extensão de estradas (417 km; 34%), o que se compreende perante a sua maior área territorial (1.721 km²).

Comparando com os restantes municípios do Alentejo Litoral, Odemira apresenta desvantagens nas distâncias dos acessos aos nós de ligação ao IP1/A2. Nomeadamente, 90 Km do nó de Grândola (cerca de 60 min), 50 km do nó de Ourique (cerca de 45 min) e aproximadamente 60 km do nó de Aljustrel (cerca de 55 min).

O município de Odemira destaca-se ainda pela inexistência de residentes a menos de 15 minutos de qualquer um dos nós do IP1/A1, só 12% se encontram entre 15 a 30 minutos e 78% estão a mais de 45 minutos. Comparativamente, na totalidade do Alentejo Litoral, apenas 20% da população se encontra a mais de 45 minutos do acesso aqueles nós.

Acessibilidades inter e intraconcelhias

Odemira é o concelho do Alentejo Litoral com menores vantagens em termos de acessibilidades rodoviárias, apresentando elevados tempos de ligação à generalidade dos restantes municípios (superiores a 50 minutos). Atendendo à sua posição geográfica na região e à sua extensão territorial, apresenta tempos elevados de ligação às sedes dos restantes concelhos e também uma maior distância a outros centros urbanos externos, como Beja, Évora, Setúbal e Lisboa.

Sendo o maior concelho do país, mesmo nas acessibilidades intraconcelhias, verifica-se a existência de freguesias e aglomerados populacionais que distam entre 30 a 45 minutos da sede do município, nomeadamente Sabóia e Santa Clara-a-Velha.

Transportes públicos rodoviários e transporte escolar

A oferta de transporte público rodoviário no Alentejo Litoral e em Odemira, à semelhança de muitas outras regiões do país, encontra-se significativamente suportada na procura escolar.

A oferta existente para as populações é muito diferente, consoante se esteja em período escolar ou não escolar. Nesta medida, o transporte escolar tem uma influência estruturante na mobilidade da população, já que suporta a existência de uma oferta de transporte público regular em freguesias mais rurais com menor densidade, apesar desta oferta reduzir de forma significativa quando se registam fases do calendário que correspondem a períodos não escolares.

Apesar desta realidade, estima-se que, mesmo em período escolar, em Odemira, cerca de 18% da população não disponha de serviço regular de transporte público, valor que

ascende aos 28% no período não escolar¹⁴. Correspondendo, respetivamente a 27 lugares sem acesso, que aumentam para 49 durante os períodos não escolares.

Durante o fim-de-semana esta proporção agrava-se para 100%, na medida em que não existe qualquer oferta de transporte público rodoviário.

Verifica-se assim a existência de diversas zonas de baixa densidade de concentração de população e povoamento disperso onde a oferta de transporte coletivo não consegue assegurar as necessidades de mobilidade da população residente, refletindo-se na ausência ou fraca oferta de serviço regular.

A ausência de transportes para pessoas com mobilidade reduzida, incluindo os transportes escolares foi também identificada pelos parceiros. Nomeadamente, o transporte de alunos com necessidades específicas/mobilidade reduzida é muitas vezes assegurado pelos meios próprios das famílias, seja através de táxis ou utilização de viatura própria.

Apesar desta realidade, complementarmente à oferta de serviços de transporte, a maioria das freguesias de Odemira presta serviços de transporte social, os quais são realizados mediante a solicitação dos residentes e, a maioria das deslocações asseguradas são realizadas por motivos de saúde, verificando-se uma forte incidência de trajetos entre os locais de residência e os centros de saúde, extensões dos centros de saúde ou Hospital do Alentejo Litoral.

Tabela 60 – Transporte escolar assegurado por circuitos de transporte público

Circuito	Percurso
Linha Garvão – Odemira	Garvão – Aldeia Amoreiras – São Martinho Amoreiras – Amoreiras (est) – Colos (cruz) – Colos – Relíquias – Portela Junqueiro – Vale Ferro – Cabaços – Montinho – Telheiro – Bemposta – Odemira
Linha Monte Estrada – Odemira	Monte da Estrada – Escola Primária – Relíquias – Portela Junqueiro – Montinho – Capelinha – Fonte Boa - Telheiro – Bemposta – Odemira
Linha Santiago do Cacém – Vila Nova de Milfontes	Santiago do Cacém – Aldeia Chãos – Vale Traves – Tarro – Tanganheira – Cercal do Alentejo – Alpendurada – Brunheiras – Vila Nova de Milfontes
Linha Praia da Zambujeira - Odemira	Praia da Zambujeira – Canal – São Teotónio – Boavista dos Pinheiros – Portas de Transval - Odemira

¹⁴ Para o cálculo desta cobertura da rede, considerou-se que para se ter acesso a transporte, deverá existir pelo menos uma vez no dia e a paragem mais próxima se encontrar até 800 metros do local de residência.

Circuito	Percurso
Linha Cercal do Alentejo - Odemira	Cercal do Alentejo – Fonte Nova – Aldeia Cano (cruz) – Aldeia Cano – Campo Redondo – Ribeira Seissal (cruz) – Ribeira Seissal – Colos – Santa Luzia (cruz) – Santa Luzia – Funcheira – Garvão – Espinhos – Ourique
Linha Corte Malhão – São Martinho das Amoreiras	Corte Malhão – Barranco Laranjeiras – Monte Cerro – São Martinho das Amoreiras
Linha Sines – Vila Nova de Milfontes	Sines – Cruzamento EN261-3 – Monte Novo – Margavel – Porto Covo (cruz) – Porto Covo – Bica – Ribeira da Azenha (cruz) – Malhadinhas – Brunheiras – Galeado – Vila Nova de Milfontes
Linha Sabóia - Odemira	Sabóia – Frieza – Bem Casados (cruz) – Portela da Fonte Santa – Camacho – Boavista dos Pinheiros – Foros das Quintas – Portas de Transval – Odemira
Linha Beja – Odemira – Praia Zambujeira	Beja – Penedo Gordo – Santa Vitória – Ervidel – Corte Vicente Eanes (cruz) - Corte Vicente Eanes – Aljustrel – Messejana – Santa Luzia – Colos – Relíquias – Odemira – Boavista dos Pinheiros – São Teotónio – Praia da Zambujeira
Linha Cercal do Alentejo – Odemira II	Cercal do Alentejo – Silveiras – Vale Pedra – Foros Caiada (cruz) – Foros Caiada – Bicos – Bicos (cruz) – Fornalhas Novas – Fornalhas Novas (cruz) – Valongo – Vale de Santiago – Santa Luzia – Santa Luzia (cruz) – Colos – Remal de Colos – Relíquias – Portela Junqueiro – Montinho – Capelinha – Fonte Boa – Telheiro – Bemposta – Odemira
Linha Relva Grande – São Teotónio	Relva Grande – Moita (cruz) – Quintas – São Teotónio
Linha Odeceixe – Odemira – Cercal – Santiago do Cacém	Odeceixe – São Miguel – Brejão (cruz) – Azenha do Mar - Brejão (cruz) – São Teotónio – Odemira – São Luís – Cercal do Alentejo – Tanganheira – Tarro – Vale Traves – Aldeia Chão – Santiago do Cacém
Linha Odeceixe – Santiago do Cacém	Odeceixe – Brejão (cruz) – São Teotónio – Odemira – São Luís – Cercal do Alentejo – Pouca Farinha - Tanganheira – Tarro – Vale Traves – Aldeia Chão – Santiago do Cacém
Linha São Teotónio – Vale Touriz	São Teotónio – Quintas – Casa Nova da Cruz – Várzea carvalho – Moitinhas (cruz) – Moitinhas – Vale Touriz – Corte Sevilha – Sabóia
Linha Odemira - Odemira	Odemira – Portas Transval – Algoceira – Flor Brejo (cruz) – Almogrove (cruz) – Longueira – Almogrove – Choça (cruz) – Cavaleiro – Fataca – (cruz) – Malavado – Portas Transval - Odemira

Fonte: Plano de Transportes Escolares 2023/2024



Mobilidade e espaço público - em síntese:



20,3%

da população residente utiliza o transporte coletivo como meio para se deslocar (2021)



Odemira é o concelho da Região do Alentejo Litoral em que a maior percentagem da população utiliza o transporte coletivo nas suas deslocações



56,5% utiliza transporte individual



22,9% desloca-se a pé

Duração média dos movimentos pendulares da população residente no concelho de Odemira que estuda ou trabalha (2021):



Duração média global

17,32 min.



Duração média em transporte coletivo

24,24 min.



Duração média em transporte individual

18,28 min.



5,07%

Proporção da população que entra no concelho (2021)



7,22%

Proporção da população que sai do concelho (2021)

8.8. Cidadania e Participação

A participação cívica deve promover-se e estimular-se, devendo para tal existir uma cultura de participação, cooperação e decisão colaborativa, com cidadãos estimulados a participar e decisores estimulados a promoverem a participação daqueles. Desta forma a participação será tanto maior quanto maior for a perceção da população de que a mesma tem influência e faz a diferença no seu dia-a-dia ou nas decisões tomadas.

Dos estudos públicos sobre a participação, a nível nacional e europeu, conclui-se que os portugueses rejeitam a ideia de que as eleições sejam o aspeto central da avaliação que fazem da qualidade da sua participação e do seu envolvimento no sistema político, mas é também notório que os portugueses tendem a confiar pouco nas suas instituições¹⁵. De acordo com Lopes (2010)¹⁶ as instituições em quem os portugueses menos confiam são as instituições políticas (partidos políticos, governo e Assembleia da República) e as instituições em quem mais confiam são as instituições internacionais (Nações Unidas e Parlamento Europeu).

Assim neste capítulo iremos analisar os dados existentes referentes à participação no sistema eleitora, nomeadamente as taxas de abstenção, bem como o movimento associativo existente no território e os vários mecanismos e instituições implementados por forma a incutir, facilitar e promover a participação de vários agentes e pessoais individuais locais.

Ao nível do sistema eleitoral, verifica-se que a taxa de abstenção em Odemira, nas últimas eleições realizadas para as diversas instituições: locais, nacionais e europeias, foi superior a 30% em todas elas, verificando-se um crescimento da taxa de abstenção quanto mais distantes são as instituições a nível territorial. Desta forma enquanto que a taxa de abstenção nas eleições para a Câmara Municipal em 2021 foi de 33,8%, a taxa de abstenção para o Parlamento Europeu foi de 60,9%, em 2019.

A taxa de abstenção nas eleições para a Câmara Municipal, diminuiu entre 2017 e 2021 em Odemira, registando em 2021 a menor taxa de abstenção entre os municípios do Alentejo Litoral e com valores abaixo dos registados a nível nacional.

¹⁵ O estudo *European Social Survey* (2002 a 2008), demonstra que no caso concreto do índice de confiança dos cidadãos nos respetivos Paramentos, 35% dos portugueses confiam muito pouco ou nada nesta instituição, sendo que na Dinamarca este índice é de 4% e em Espanha de 16%.

¹⁶ Lopes, Lurdes Nazaré (2010); A confiança nas instituições em Portugal; Lisboa: ISCTE-IUL (https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3842/4/master_lurdes_nazare_lopes.pdf)

Tabela 61 – Taxa de Abstenção nas eleições para as Câmaras Municipais (%), por local de residência

	2013	2017	2021
Portugal	45,0	47,4	41,0
Alentejo	41,7	42,2	37,8
Alentejo Litoral	41,9	41,9	37,5
Alcácer do Sal	40,5	40,3	38,2
Grândola	38,1	34,9	34,7
Odemira	37,4	37,9	33,8
Santiago do Cacém	45,5	48,7	42,7
Sines	47,6	43,4	35,3

Fonte: INE

Na mesma data, realizou-se a eleição para a Assembleia Municipal, na qual a taxa de abstenção foi ligeiramente superior à da Câmara Municipal, registando-se aqui um crescimento da taxa de abstenção em 0,2 pontos percentuais, comparativamente às eleições de 2017, para a mesma instituição.

Comparativamente com a abstenção registada a nível nacional e regional, a mesma continua a ser inferior em Odemira.

Tabela 62 – Taxa de Abstenção nas eleições para as Assembleias Municipais (%), por local de residência

	2013	2017	2021
Portugal	46,4	45,0	47,4
Alentejo	43,1	41,7	42,2
Alentejo Litoral	44,8	42,0	41,9
Alcácer do Sal	37,7	40,5	40,4
Grândola	44,9	38,1	34,9
Odemira	41,3	37,5	37,9
Santiago do Cacém	48,1	45,5	48,7
Sines	50,3	47,6	43,4

Fonte: INE

No que se refere às eleições para a Assembleia da república, Odemira teve um crescimento da taxa de abstenção entre 2019 e 2022, de 0,7 pontos percentuais.

Tabela 63 – Taxa de Abstenção nas eleições para a Assembleia da República (%), por local de residência

	2011	2015	2019	2022
Portugal	48,6	51,4	44,1 *	41,9
Alentejo	43,2	47,0	42,0	42,5
Alentejo Litoral	44,3	47,3	41,5	41,7
Alcácer do Sal	42,2	47,7	41,1	42,6
Grândola	44,1	47,0	39,9	39,1
Odemira	43,4	45,7	40,8	41,5
Santiago do Cacém	43,1	46,1	41,6	41,5
Sines	50,0	52,2	44,6	44,4

Fonte: INE

Para a eleição do Presidente da República, registou-se também um crescimento da taxa de abstenção entre 2016 e 2021, sendo ainda assim Odemira o segundo concelho do Alentejo Litoral com menor taxa de abstenção.

Tabela 64 – Taxa de Abstenção nas eleições para a Presidência da República (%), por local de residência

	2011	2016	2021
Portugal	60,8	51,3	53,5
Alentejo	56,8	50,6	54,6
Alentejo Litoral	57,0	49,7	53,9
Alcácer do Sal	57,2	49,2	54,5
Grândola	60,1	49,3	51,0
Odemira	54,0	48,9	52,8
Santiago do Cacém	55,4	48,6	53,9
Sines	62,0	54,1	58,8

Fonte: INE

Por fim, é na eleição para o parlamento europeu que a taxa de abstenção apresenta um maior valor: 60,9%, sendo ainda assim inferior à registada a nível nacional. Para esta instituição é também de salientar que a taxa de abstenção em Odemira tem vindo a diminuir desde 2004, à semelhança do que se tem vindo a verificar a nível nacional.

Tabela 65 – Taxa de Abstenção nas eleições para o Parlamento Europeu (%), por local de residência

	2004	2009	2014	2019
Portugal	69,3	66,2	63,2	61,2
Alentejo	67,1	64,5	62,8	62,1
Alentejo Litoral	67,6	63,4	62,3	60,3
Alcácer do Sal	67,1	61,2	60,6	59,4
Grândola	68,3	61,0	59,4	56,5
Odemira	67,2	63,2	62,4	60,9
Santiago do Cacém	65,8	63,7	62,7	60,8
Sines	71,5	67,4	66,2	63,2

Fonte: INE

Mas a cidadania e participação da população não deve ser observada e tida em conta apenas tendo em conta a participação, ou não, nos processos eleitorais. Existem outros processos e mecanismos que permitem essa participação cívica, seja em estruturas formais e de cariz consultivo às organizações institucionais, seja através de movimentos associativos, desportivos e/ou recreativos.

No que se refere a mecanismos que promovam a participação de instituições e pessoas individuais, existem em Odemira diversos conselhos, comissões e projetos, que passamos a apresentar em seguida.

1. Banco Local de Voluntariado de Odemira (BLV de Odemira)

O BLV de Odemira, é promovido pela Câmara Municipal, e pretende promover o encontro entre voluntários e entidades promotoras de voluntariado no concelho de Odemira. Desta forma, tem como objetivos: a) Promover o encontro entre a oferta e procura de voluntariado; b) Sensibilizar cidadãos e organizações para o voluntariado; c) Divulgar projetos e oportunidades de voluntariado; d) Contribuir para o aprofundamento de conhecimento do voluntariado a nível local; e) Aumentar a participação no voluntariado em geral, nas instituições e nos grupos.

Os projetos de voluntariado existentes em Odemira, de acordo com o site da Câmara Municipal de Odemira em dezembro de 2022, são 22, desenvolvendo atividades em várias áreas de atuação.

2. Voluntariado Jovem nas Férias de Verão

Através do projeto “Mexeste O Jovem”, promovido pela Câmara Municipal de Odemira, pretende-se promover a cidadania ativa, a participação cívica e envolver os jovens durante o período de férias de verão. O projeto decorreu nos meses de julho e agosto de 2022 e foi dirigido a jovens com idades entre os 12 e os 25 anos, prevendo-se a sua continuidade no futuro.

O “Mexeste O Jovem” envolveu os jovens em diversas entidades locais que aderiram ao desafio lançado pelo Município de Odemira para preparar ações onde a sua colaboração fizesse a diferença, tendo em vista o seu crescimento pessoal e comunitário. Ajudar, ser solidário e ocupar as férias de verão de forma positiva e divertida foram as motivações dos jovens participantes.

Esta iniciativa integra-se no programa municipal na área da juventude “Odemira Acredita em Ti”, programa alargado a várias áreas de intervenção que tem vindo a incentivar a cidadania ativa junto dos jovens.

3. Conselho Municipal de Juventude

O Conselho Municipal de Juventude, de acordo com o seu regulamento, surge com o intuito de proporcionar aos jovens munícipes um espaço aberto de debate, construção de propostas de políticas públicas de juventude, partilha de oportunidades, opiniões e de incentivo ao seu direito à participação e cidadania.

A sua composição integra: O Presidente da Câmara Municipal; 1 membro da Assembleia Municipal de Odemira de cada partido ou grupo de cidadãos eleitores representados na Assembleia Municipal; O representante do município no conselho regional de juventude; 1 representante de cada associação juvenil com sede no município inscrita no Registo Nacional de Associações Jovens (RNAJ); 1 representante de cada associação de estudantes do ensino básico e secundário com sede no município; 1 representante de cada federação de estudantes inscrita no RNAJ cujo âmbito geográfico de atuação se circunscreva à área do concelho ou nas quais as associações de estudantes com sede no município representem mais de 50 % dos associados; 1 representante de cada organização de juventude partidária com

representação nos órgãos do município ou na Assembleia da República e 1 representante de cada associação jovem e equiparadas a associações juvenis, nos termos do n.º 3 do artigo 3.º da Lei n.º 23/2006, de 23 de junho, de âmbito nacional.

4. Juventude Participativa

O projeto Juventude Participativa, decorre da Assembleia Municipal Jovem, onde são escolhidas as propostas a implementar, de acordo com um tema específico e orçamento definido. O projeto juventude participativa é o grupo de jovens responsável pela concretização dessas mesmas propostas vencedoras, tendo de, para tal cumprir objetivos e um orçamento limitado.

Com o objetivo de promover e potenciar comportamentos de cidadania nos jovens, valorizando as suas opiniões, ideias e perspetivas, o projeto pretende dotar os jovens de uma maior consciência das exigências de execução de um projeto, gerir recursos e dificuldades e criar soluções.

5. Concelho Municipal de Educação

O Conselho Municipal de Educação é uma instância de coordenação e consulta, que tem por objetivo promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando e acompanhando o funcionamento do referido sistema e propondo as ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo. Este conselho integra representantes dos diferentes atores da comunidade educativa do Concelho de Odemira. Atualmente o conselho municipal de educação é composto por 19 entidades.

6. Conselho Municipal de Desenvolvimento Económico

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Económico é um órgão consultivo e de apoio ao executivo municipal em matéria de delineação de políticas e ações que têm impacto no desenvolvimento económico do concelho.

O CMDE tem como missão acompanhar e aconselhar a promoção e execução de projetos que impulsionem o desenvolvimento económico do Concelho, devendo, para o efeito, conhecer e avaliar a realidade económica de Odemira. O CMDE assume -se como motor por excelência da reflexão, à escala concelhia, sobre as dinâmicas de

desenvolvimento económico, social e territorial, desempenhando um papel importante na disseminação dos valores do desenvolvimento económico pela sociedade do Concelho de Odemira. A composição deste conselho tem pelo menos 21 elementos, entre membros da câmara e assembleia municipal, a representantes de diversas instituições e órgãos territoriais privados, públicos e sindicais.

7. Conselho Municipal de Segurança

O Conselho Municipal de Segurança é uma entidade de âmbito municipal com funções de natureza consultiva, de articulação, informação e cooperação. Esta entidade está regulada pela Lei 33/98 de 18 de julho, e tem como objetivos: a) Contribuir para o aprofundamento do conhecimento da situação de segurança na área do município, através da consulta entre todas as entidades que o constituem; b) Formular propostas de solução para os problemas de marginalidade e segurança dos cidadãos no respetivo município e participar em ações de prevenção; c) Promover a discussão sobre medidas de combate à criminalidade e à exclusão social do município; d) Aprovar pareceres e solicitações a remeter a todas as entidades que julgue oportunos e diretamente relacionados com as questões de segurança e inserção social.

O Conselho Municipal de Segurança de Odemira é presidido pelo Presidente da Câmara Municipal e constituído por mais 41 entidades.

8. Conselho Cinegético Municipal

Os Conselhos Cinegéticos e da Conservação da Fauna são órgãos consultivos que se constituem a nível municipal e aos quais compete: a) Propor à administração as medidas que considerem úteis á gestão e exploração dos recursos cinegéticos; b) Proporcionar que o fomento cinegético e o exercício da caça, bem como a conservação da fauna, contribuam para o desenvolvimento local, nomeadamente para a melhoria da qualidade de vida das populações rurais; c) Apoiar a administração na fiscalização das normas legais sobre a caça e na definição em medidas tendentes a evitar danos causados pela caça à agricultura; d) Emitir parecer, no prazo de 15 dias, sobre a concessão de ZCA e ZCT, a criação e transferência de ZCN e ZCM, bem como sobre a anexação de prédios rústicos a zonas de caça e, ainda, sobre a transferência de gestão de terrenos cinegéticos não ordenados e suas renovações, findo o qual pode o procedimento prosseguir e vir a ser decidido sem o parecer; e) Emitir parecer sobre as prioridades e

limitações dos diversos tipos de zona de caça; f) Facilitar e estimular a cooperação entre os organismos cujas ações interfiram com o ordenamento dos recursos cinegéticos.

Deste concelho, para além do Presidente da Câmara Municipal, fazem parte: 3 Representantes dos Caçadores do Concelho de Odemira; 2 Representantes das Associações de Agricultores do Concelho de Odemira; 1 Representante das Zonas de Caça Turística do Concelho de Odemira; 1 autarca de freguesia e 1 representante do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P

9. Conselho Local de Ação Social

O Conselho Local de Ação Social de Odemira é um órgão local de concertação e congregação de esforços com vista à prossecução do desenvolvimento dos objetivos do Programa da Rede Social.

Tem como finalidade a conceção e avaliação da política social local para que, através da renovação/inação de estratégias de intervenção e do planeamento estratégico, promova o desenvolvimento social do concelho. É dotado de Regulamento Interno próprio e é constituído por organismos públicos, entidades sem fins lucrativos, podendo ainda integrar entidades com fins lucrativos e pessoas dispostas a contribuir de modo relevante para o desenvolvimento social local. Atualmente este órgão é constituído por 121 entidades

10. Comissão Local para a Interculturalidade

Compõem a Comissão Local para a Interculturalidade de Odemira 43 entidades e cidadãos.

Esta comissão tem como funções: a) Participar na conceção, aprovar, monitorizar e avaliar o Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes; b) Fazer propostas de alteração ao Plano; c) Tirar o melhor partido do fenómeno migratório para o desenvolvimento local da região; d) Discutir temas ligados à temática das migrações no local, em termos de integração; e) Garantir a participação dos migrantes nas políticas locais a respeito das migrações, nas diferentes vertentes; f) Promover a articulação entre parceiros locais, incluindo administração central e local, instituições e empresas; g) Potenciar iniciativas facilitadoras da boa execução do Plano, nomeadamente através da mobilização das pessoas singulares e coletivas que sejam fundamentais para a sua concretização; h) Contribuir para uma melhor compreensão do fenómeno migratório ao nível local; i) Assegurar uma melhor correspondência entre necessidades e oferta

migratória; j) Contribuir para a divulgação do Plano e da respetiva implementação, a nível local, seja junto da opinião pública, seja dos profissionais das diferentes organizações públicas e privadas que de uma forma direta ou indireta desenvolvem competências em prol das migrações.

11. Comissão Municipal do Idoso

A Comissão Municipal do Idoso é um órgão com função consultiva, de articulação, informação, promoção dos direitos das pessoas idosas de forma a garantir o seu bem-estar, dignidade e qualidade de vida.

A CMI tem como principais objetivos: a) Definir e articular uma política de apoio a pessoas idosas a nível municipal; b) Informar e sensibilizar as famílias e a comunidade sobre os direitos das pessoas idosas; c) Difundir informação; d) Agilizar procedimentos para acesso a serviços disponíveis; e) Promover intervenções alternativas para apoio a pessoas idosas.

A CMI é composta por 16 entidades.

12. Comissão Municipal de Proteção Civil

A Comissão Municipal de Proteção Civil é um organismo municipal, que assegura a articulação entre todas as entidades e instituições de âmbito municipal. Com atuação em operações de proteção e socorro, emergência e assistência previsíveis ou decorrentes de acidente grave ou catástrofe, garante os meios considerados necessários, adequados e proporcionados à gestão da ocorrência.

São competências da Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC): a) Acionar a elaboração, acompanhar a execução e remeter para aprovação pela Comissão Nacional dos Planos Municipais de Emergência; b) Acompanhar as políticas diretamente ligadas ao sistema de proteção civil que sejam desenvolvidas por agentes públicos; c) Garantir que as entidades e instituições que integram a CMPC acionam, ao nível municipal, no âmbito da sua estrutura orgânica e das suas atribuições, os meios necessários ao desenvolvimento das ações de proteção civil; d) Difundir comunicados e avisos às populações e às entidades e instituições, incluindo os órgãos de comunicação social.

13. Comissão Proteção de Crianças e Jovens

A CPCJ de Odemira, constituída desde abril de 2005, tem como missão intervir para promover os direitos da criança e do jovem quando esteja em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, ou quando esse perigo resulte de ação ou omissão de terceiros ou da própria criança ou jovem. (art.º 3, Lei n.º 147/99 de 1 de setembro na sua redação atual).

Representa uma solução integrada dado que congrega diversas instituições da comunidade, organizadas na composição restrita (5 entidades) e na composição alargada da comissão (11 entidades).

14. Orçamento Participativo

O Orçamento Participativo é um processo democrático participado, através do qual os cidadãos identificam para que destino preferem que uma parte dos recursos públicos disponibilizados pelo Município seja empregue. Este processo tem como principais objetivos uma maior aproximação das políticas públicas às necessidades dos cidadãos e, potenciar o exercício de uma cidadania participada, ativa e responsável, uma vez que para além da escolha, os cidadãos são chamados à apresentação de propostas.

O Orçamento Participativo do Município de Odemira assenta num modelo de carácter deliberativo, sendo dividido em dois períodos, um primeiro em que os cidadãos são convidados a apresentar as suas propostas de investimento e um segundo onde os cidadãos decidem através de votação as propostas vencedoras a incluir no Orçamento Municipal do ano seguinte.

Em 2022 foram apresentadas 19 propostas, tendo 14 delas sido submetidas a votação. Existiu uma participação de 1649 votantes.

15. Fórum do território

No âmbito da participação e cidadania, Odemira promove o Fórum do Território o qual é um espaço de participação cívica e reflexão para a co-construção de um território com mais qualidade de vida, para o qual é chamada à participação toda a comunidade.

O Fórum do Território pretende promover uma nova cultura de participação e de bem-estar com impacto em todos os lugares de Odemira. Enquanto processo participativo, tem por missão promover a informação, a análise e o debate de questões, mudanças, recursos e políticas relevantes para a população e atores do território. Constituindo-se

como um espaço de diálogo de diversas perceções, preocupações, necessidades, valores e interesses, o Fórum fomenta a concretização prática de iniciativas que reforcem a colaboração, reconciliação e empoderamento de comunidades mais solidárias, resilientes e capacitadas para participar na tomada de decisão.

Os objetivos gerais do Fórum são: a. Definir uma Agenda Territorial Local para 2030, a partir de uma visão comum, estabelecida pelo próprio Fórum que articula as dimensões ambientais, sociais, económicas, culturais, saúde e institucionais; b. Partilhar o conhecimento que os habitantes têm do território, a par de outras fontes de conhecimento, como ponto de partida para a implementação de iniciativas que resultem num bem-estar coletivo e na melhoria da qualidade de vida; c. Fomentar o diálogo construtivo e a cultura de participação entre os habitantes, a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia relativamente à articulação de instrumentos legais, prioridades estratégicas e de investimento público para o município. d. Criar uma cultura de Território, incluindo as suas dimensões materiais e imateriais, e apoiar a capacidade de negociação entre atores comprometidos em assegurar a sustentabilidade das atividades económicas a par da conservação dos recursos naturais como a água, o solo, a biodiversidade e a paisagem.

Se as iniciativas até aqui apresentadas, tendo como objetivo, ou na sua base, a participação de instituições ou pessoas particulares são de iniciativa da Câmara Municipal ou dela dependentes, existem no território um grande número de iniciativas de origem privada/ comunitária que se iniciaram muitas vezes através de grupos informais de pessoas para fazer face a necessidades sentidas na comunidade. Dessa forma, o território tem no seu movimento associativo uma grande força e valor, existindo 175 Associações sediadas no concelho de Odemira.

Analisando de uma forma mais pormenorizada podemos agrupar estas associações da seguinte forma¹⁷:

Tipologia da Associação	Nº de Associações	Nº de freguesias
Associações de Desenvolvimento	12	9
Associações Juvenis	6	5
Ass. Humanitárias e de Caráter Social	36	12
Associações de Moradores	5	5

¹⁷ Podem ser consultadas de forma mais pormenorizada as associações presentes no território, no anexo II

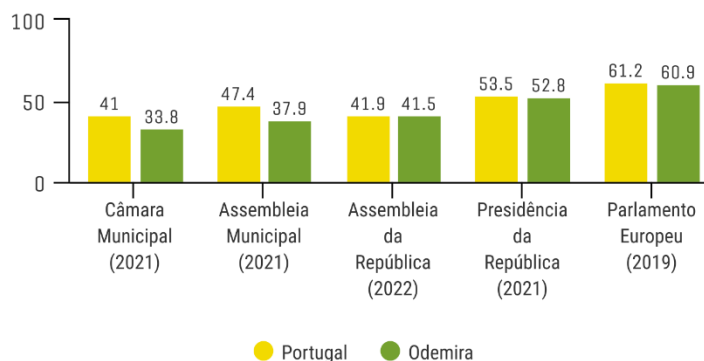
Tipologia da Associação	Nº de Associações	Nº de freguesias
Associações de Columbofilia	2	2
Ass. Culturais, Recreativas e Desportivas	83	16
Associações do Setor Agrícola	7	1
Ass. de Caçadores e Pescadores	20	11
Associações de Pais	5	5



Cidadania e Participação - em síntese:

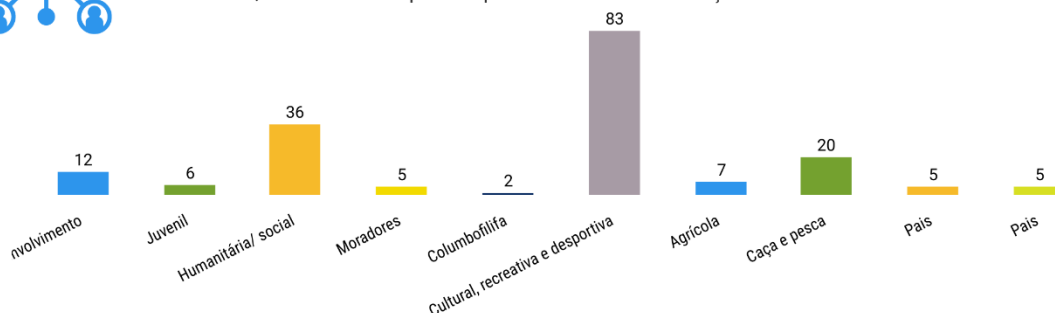
Taxa de abstenção em Portugal e Odemira, nos últimos atos eleitorais

Odemira teve nas últimas eleições realizadas, independentemente do órgão a eleger, taxas de abstenção inferiores ao registado a nível nacional.



Associações no território de Odemira

O movimento associativo está com forte dinamismo no território, ainda que seja sobretudo nas áreas cultural, recreativa e desportiva que existem mais associações.



15



Mecanismos implementados no território de participação cívica

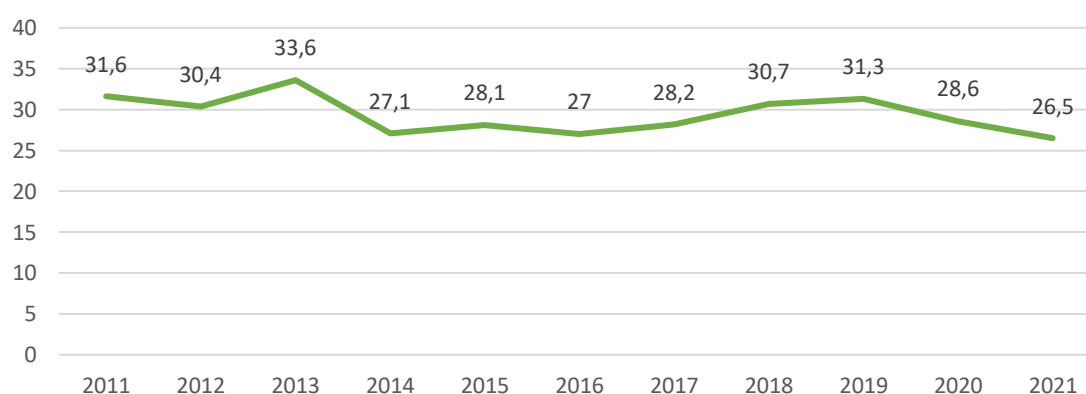
1. Banco Local de Voluntariado de Odemira
2. Voluntariado Jovem nas Férias de Verão
3. Conselho Municipal de Juventude
4. Projeto Juventude Participativa
5. Conselho Municipal de Educação
6. Conselho Municipal de Desenvolvimento Económico
7. Conselho Municipal de Segurança
8. Conselho Cinegético Municipal
9. Conselho Local de Ação Social
10. Comissão Local para a Interculturalidade
11. Comissão Municipal do Idoso
12. Comissão Municipal de Proteção Civil
13. Comissão Proteção de Crianças e Jovens
14. Orçamento Participativo
15. Fórum do território

8.9. Segurança

A segurança e criminalidade, tem ao longo dos tempos, sofrido alterações ao nível da perceção e reconhecimento por parte da sociedade, verificando-se por isso alterações ao nível das denúncias e também do que é considerado crime (a violência doméstica e os crimes contra animais de companhia são exemplo desta evolução).

No que respeita à taxa de criminalidade¹⁸, e analisando a última década, o concelho de Odemira regista uma diminuição, tendo uma taxa de 31,6‰ em 2011 e de 26,5‰ em 2021. O ano de 2021 é efetivamente o que nos últimos anos apresenta uma taxa mais baixa.

Gráfico 27 – Evolução da taxa de criminalidade no concelho de Odemira, entre 2016 e 2021 (‰)

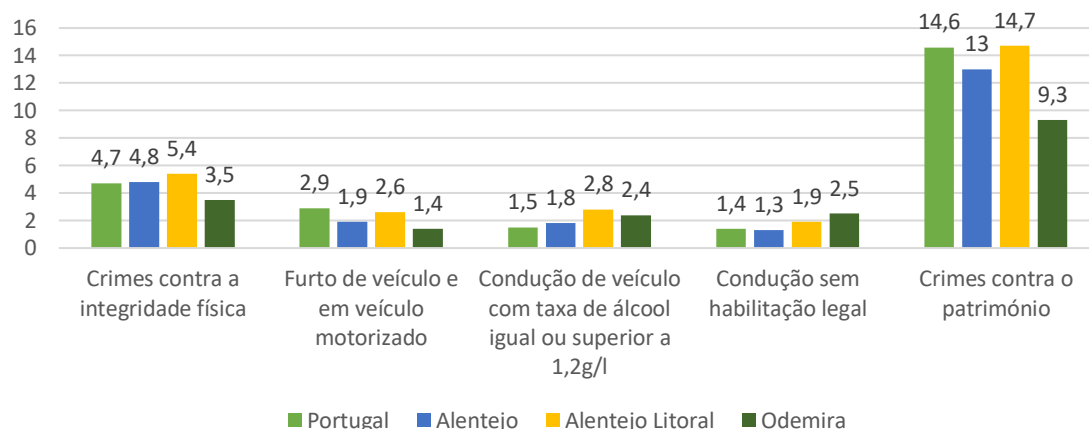


Fonte: INE

Analisando com maior pormenor o ano de 2021, verifica-se que são os crimes contra o património os que representam um maior peso (9,3 ‰), situação que é similar ao que se regista a nível nacional e regional. Seguem-se os crimes contra a integridade física com um valor de 3,5‰. Se compararmos os valores de Odemira com os que se verificam a nível nacional ou regional, podemos perceber que as taxas registadas no concelho de Odemira são inferiores, nestas duas tipologias de crimes mais frequentes, contudo ao nível da condução sem a habilitação legal, verifica-se o inverso, Odemira tem uma taxa de 2,5‰, enquanto a nível nacional se regista uma taxa de 1,4 ‰ e na região do Alentejo 1,3‰.

¹⁸ **Taxa de criminalidade:** Relação entre o número de crimes e a população residente (INE)

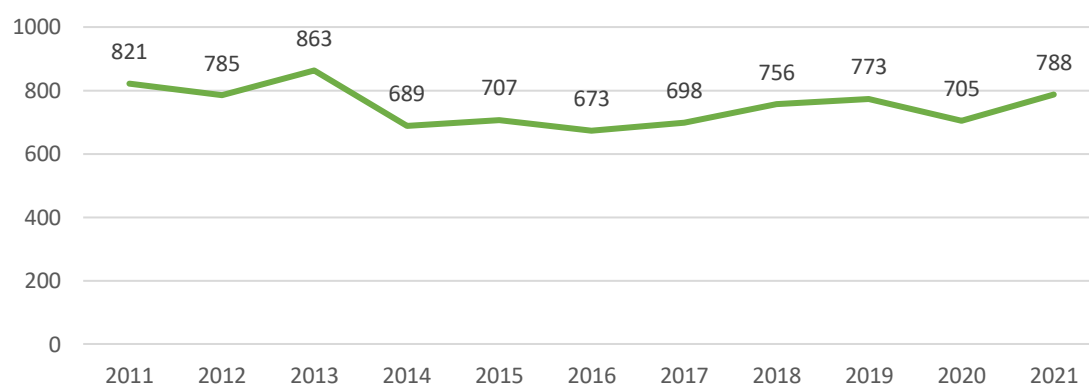
Gráfico 28 – Taxa de criminalidade, por área de residência e por categoria de crime em 2021
(‰)



Fonte: INE

Relativamente ao número de crimes registados em Odemira, analisando os últimos 10 anos verifica-se uma oscilação, tendo-se registado em 2013 o maior número de crimes (863) e em 2016 o menor número – 673. Em 2021, registaram-se 788 crimes, um valor que aumentou quando comparado com o ano anterior (705).

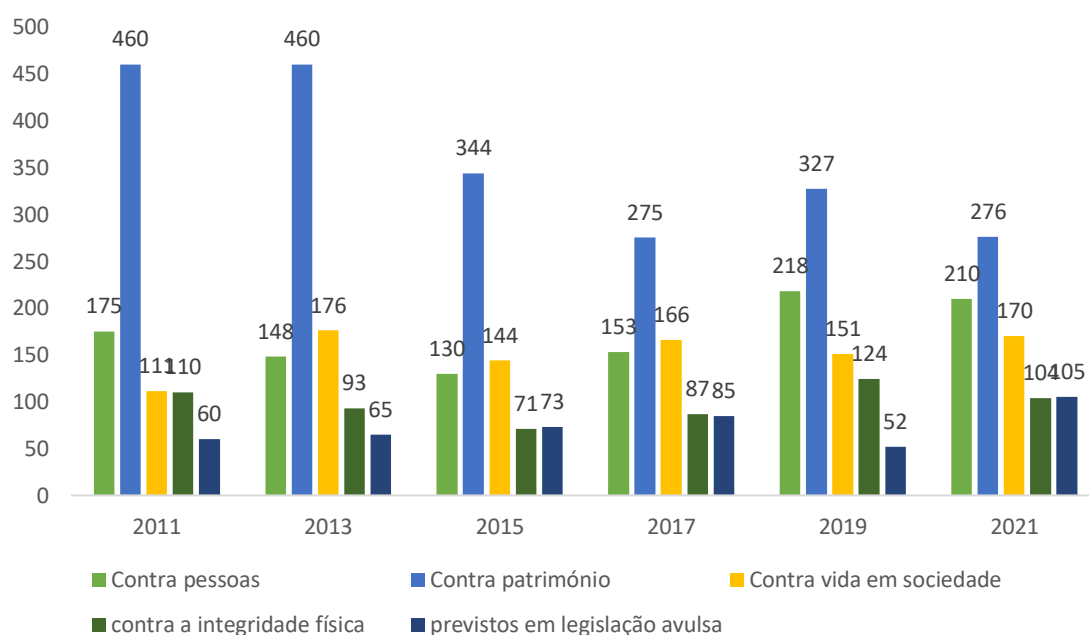
Gráfico 29 – Evolução dos crimes registados pelas autoridades no concelho de Odemira entre 2011 e 2021 (N.)



Fonte: INE

Dos crimes registados pelas autoridades locais, em 2021 destacam-se as categorias de: crime contra o património (276), seguindo-se o crime contra pessoas (210) e contra a vida em sociedade (170). Estas foram, desde 2011, as categorias com maior número de crimes registados, ainda que a segunda e terceira categoria, se tenham alternando entre si.

Gráfico 30 – Evolução dos crimes registados pelas autoridades no concelho de Odemira entre 2011 e 2021, por tipologia de crime mais comum (N.)

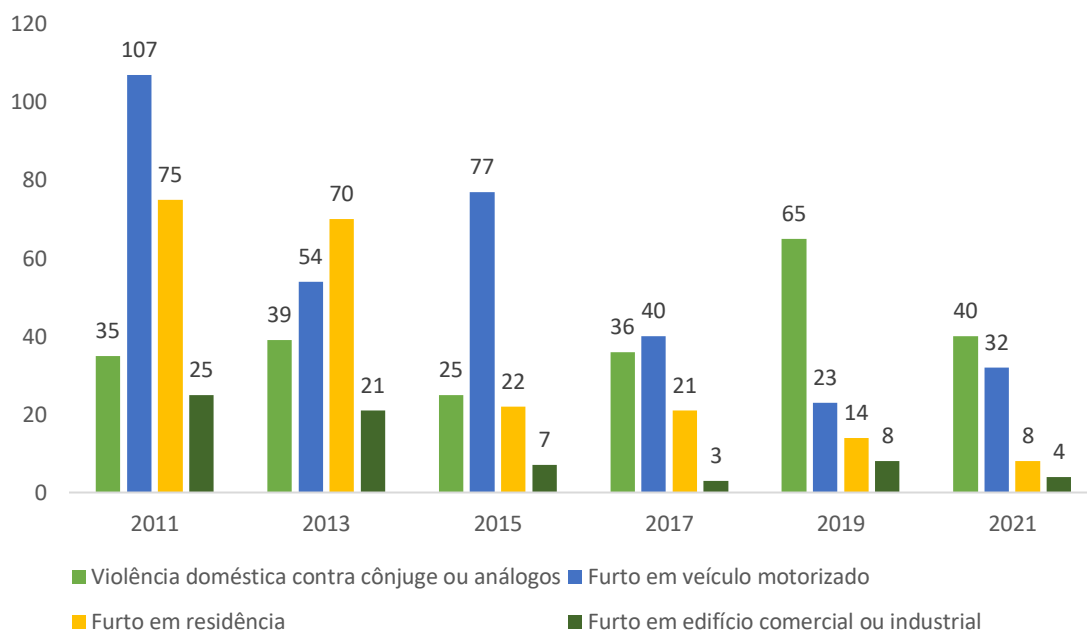


Fonte: INE

Em 2021, os crimes que mais se destacam nos registos das autoridades locais são o de violência doméstica (40) e o de furto em veículo motorizado (32).

Quando observamos os dados destas categorias de crime, vemos que a violência doméstica e o furto em veículos motorizados têm uma maior preponderância desde 2015, enquanto anteriormente as categorias mais registadas eram as de furto em veículos motorizados e furtos em residências.

Gráfico 31 – Evolução dos crimes registados pelas autoridades no concelho de Odemira entre 2011 e 2021, por categoria de crime mais comum (N.)



Fonte: INE

Os idosos a viverem isolados são também um grupo que, para além de um conjunto de outras vulnerabilidades, se encontra potencialmente exposto a episódios de crime e violência. Neste sentido, a Guarda Nacional Republicana, através da Secção de Prevenção Criminal do Destacamento Territorial de Odemira, sinaliza e realiza o acompanhamento regular de idosos que se encontram a viver isolados. Do total de 155 idosos sinalizados, 67,1% encontram-se a residir nas freguesias de Sabóia e Santa Clara-a-Velha, com 53 e 51 idosos, respetivamente.

Tabela 66 – Idosas/os isolados nas freguesias do concelho de Odemira em 2023 (N.)

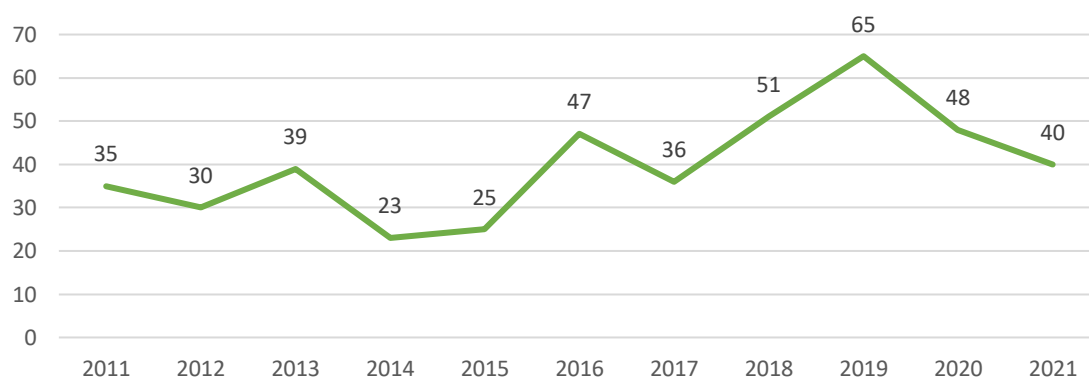
Freguesias	Nº de idosos a viverem isolados	%
Boavista dos Pinheiros	1	0,6%
Colos	1	0,6%
Longueira/Almograve	1	0,6%
Luzianes-Gare	24	15,5%
Relíquias	-	-
Sabóia	53	34,2%

Freguesias	Nº de idosos a viverem isolados	%
Santa Clara-a-Velha	51	32,9%
São Luís	2	1,3%
São Martinho das Amoreiras	16	10,3%
São Salvador e Santa Maria	-	-
São Teotónio	5	3,2%
Vale de Santiago	-	-
Vila Nova de Milfontes	1	0,6%

Fonte: GNR de Odemira

Violência doméstica

Gráfico 32 – Evolução dos crimes de violência doméstica contra cônjuge ou análogos registados no concelho de Odemira entre 2011e 2021 (N.)



Fonte: INE

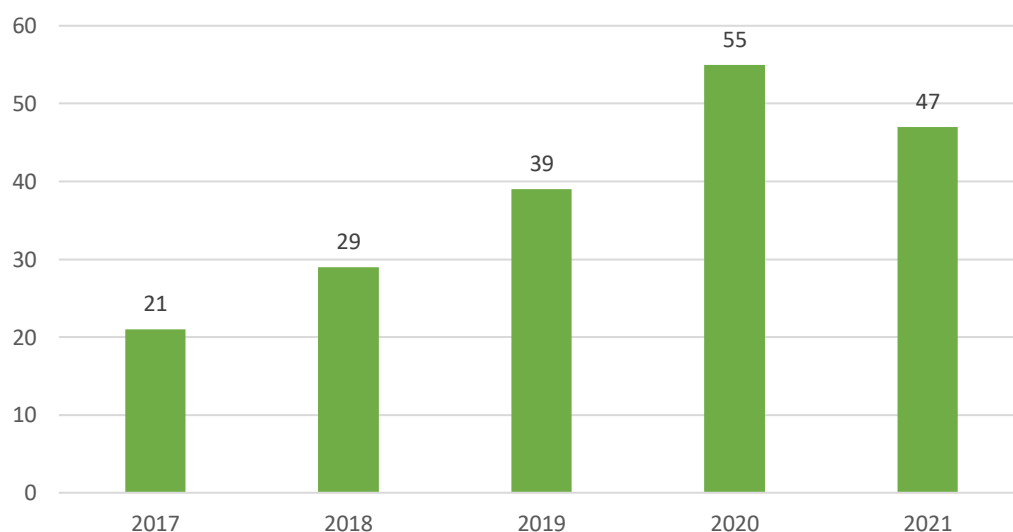
O GAVA - Gabinete de Apoio à Vítima da TAIPA, com funcionamento na sede do concelho e complementada com deslocações a outras localidades, sempre que se justifique um atendimento de proximidade, é uma estrutura de atendimento que atende vítimas de violência doméstica e violência contra a mulher, através do Protocolo para a Territorialização da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica estabelecido com a Secretaria de Estado para a Cidadania e Igualdade e o Município de Odemira em 2019. Deste Protocolo fazem parte um conjunto de entidades parceiras (CIG, Segurança social, IEFP, DGESTE Alentejo, DGAE, ARS Alentejo, Ministério Público, Medicina Legal, DGRSP, CPCJ Odemira, GNR, Bombeiros, Universidade de Évora e Universidade do Algarve) que se constituem numa comissão técnica de acompanhamento, com vista a desenvolver um processo de territorialização das

respostas de prevenção, proteção e combate à violência doméstica e violência contra a mulher, através de uma ação em rede, multidisciplinar, intersectorial e numa perspetiva interseccional da intervenção e da problemática.

O GAVA disponibiliza apoio psicológico, informação jurídica e encaminhamento social, de forma gratuita e confidencial, através de uma equipa multidisciplinar e com formação especializada, sendo ainda desenvolvidas ações de informação e sensibilização para diferentes públicos estratégicos tais como militares da GNR, bombeiros, profissionais de saúde, comunidade educativa, e ainda para a população em geral.

Entre 2019 e 2023 o Gabinete de Apoio à Vítima realizou o atendimento e respetivo apoio a 209 vítimas do concelho de Odemira, sendo 93,8% mulheres, 50,2% com o 3º CEB ou Secundário concluído, 79,4% de nacionalidade portuguesa e 48,3% tendo entre 26 e 45 anos de idade.

Gráfico 33 – Processos na CPCJ de Odemira em que uma das, ou a problemática sinalizada é a “violência doméstica”, entre os anos de 2017 e 2021 (N.)



Fonte: CPCJ de Odemira

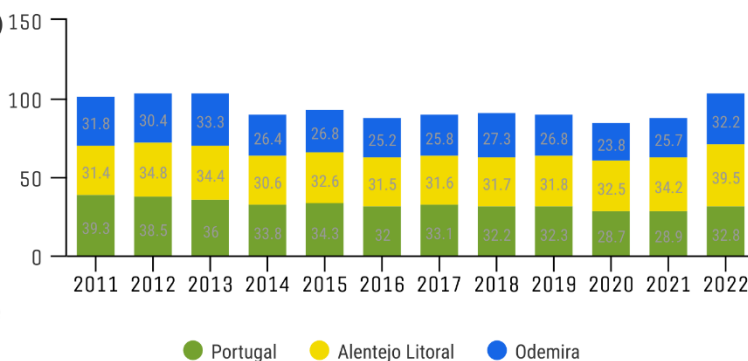


Segurança - em síntese:



Taxa Criminalidade (2011 a 2022)

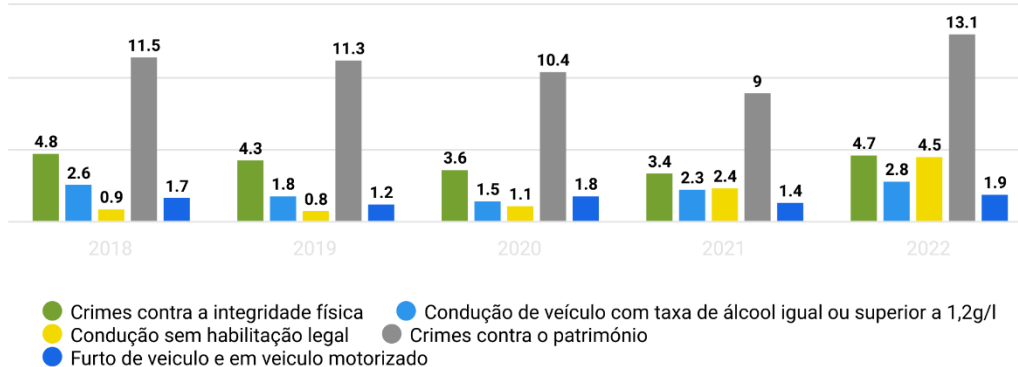
A taxa de criminalidade registada no concelho de Odemira nos últimos 10 anos foi maioritariamente inferior à da região Alentejo litoral e de Portugal. Entre 2021 e 2022 registou-se um aumento de mais da taxa de criminalidade em Odemira, tal como aconteceu a nível regional e nacional.



Taxa criminalidade, por categoria de crime, Odemira (2018 a 2022)

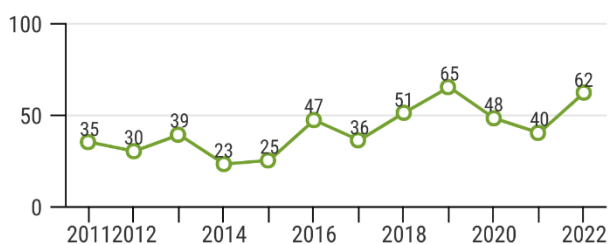


Os crimes contra o património são os mais registados no território, seguindo-se os crimes contra a integridade física.



Violência Doméstica contra cônjuge ou análogos (2011 a 2022)

O registo da categoria de crime: violência doméstica tem oscilado na última década.



52

Vítimas acompanhadas pelo GAVA em 2021



47

Casos sinalizados à CPCJ de Odemira com a problemática de violência Doméstica em 2021

8.8. Grupos Vulneráveis

8.8.1. Famílias

Com o intuito de melhor se caracterizar as famílias em situação de risco residentes no concelho de Odemira, identificam-se alguns dos principais indicadores de vulnerabilidade presentes nas famílias apoiadas.

Indicadores de vulnerabilidade

A situação pandémica veio agravar as situações de vulnerabilidade já existentes, bem como, despoletar novas situações de fragilidade económica e social. As famílias que se encontram em situação de risco ou de maior vulnerabilidade económica e social, apresentam, de forma relativamente transversal, alguns indicadores e condições comuns, nomeadamente:

- **Baixos rendimentos**, devido a condições de trabalho precárias, baixos salários, pensões ou subsídios de valores reduzidos;
- **Desemprego**, resultando frequentemente em situações de fragilidade e carência económica, bem como, possível impacto na saúde física e mental;
- **Deficiência e/ou Doença**, que quer seja física ou mental, e de acordo com o grau de dependência / incapacidade, contribui para maior fragilidade social e económica do agregado familiar;
- **Isolamento social**, nomeadamente pessoas idosas, que devido às limitações de contacto social, se encontram em situação de maior fragilidade, também pela dificuldade em aceder a serviços;
- **Dimensão do agregado familiar**, que sendo famílias numerosas ou monoparentais, poder-se-ão encontrar em situação de maior fragilidade económica;
- **Rede de apoio familiar inexistente ou insuficiente**, são exemplo pessoas que vivem sós, com baixos rendimentos, algumas das quais com psicopatologia e/ou com comportamentos de dependência / consumos. Podem também incluir-se os cuidadores informais, que devido a falta de apoio na tarefa de cuidar se encontram mais vulneráveis quer economicamente, quer física, psicológica e socialmente.

Monoparentalidade e famílias numerosas

A monoparentalidade, apesar de não poder ser considerada um problema, pode ser um indicador relevante, e poderá ser potenciadora de situações de risco ou vulnerabilidade quando associada a outros fatores. Assim, em 2021, registaram-se no concelho de Odemira, 1.238 núcleos familiares monoparentais (cerca de 11% do número total de famílias residentes no concelho), sendo que destes, 1.023 são constituídos pela mãe e os seus filhos, aproximadamente 83% do total de famílias monoparentais.

Tabela 67 – Núcleos familiares monoparentais, por grupo etário, no concelho de Odemira (2021)
(N.º)

Grupo etário (pai ou mãe)	Total de núcleos familiares monoparentais	Núcleos familiares monoparentais masculinos	Núcleos familiares monoparentais femininos
Total	1238	215	1023
Menos de 20 anos	0	0	0
20 - 24 anos	10	1	9
25 - 29 anos	33	4	29
30 - 34 anos	66	3	63
35 - 39 anos	112	20	92
40 - 44 anos	164	27	137
45 - 49 anos	163	32	131
50 - 54 anos	136	30	106
55 - 59 anos	101	23	78
60 - 64 anos	67	12	55
65 ou mais anos	386	63	323

Fonte: INE, Censos 2021

Olhando para os grupos etários dos núcleos familiares monoparentais, verifica-se que os valores mais expressivos são nas famílias em que a mãe ou pai têm 65 ou mais anos (31%), seguidos dos que se encontram entre os 40 e 44 anos e dos 45 aos 49 anos (ambos representando 13% das famílias monoparentais).

O nível de escolaridade predominante entre os(as) progenitores(as) nas famílias nestas famílias é o ensino secundário, seguido do 1º ciclo do ensino básico, respetivamente 24% e 20%.

Tabela 68 – Núcleos familiares monoparentais, residentes no concelho de Odemira, por nível de escolaridade (2021) (N.º)

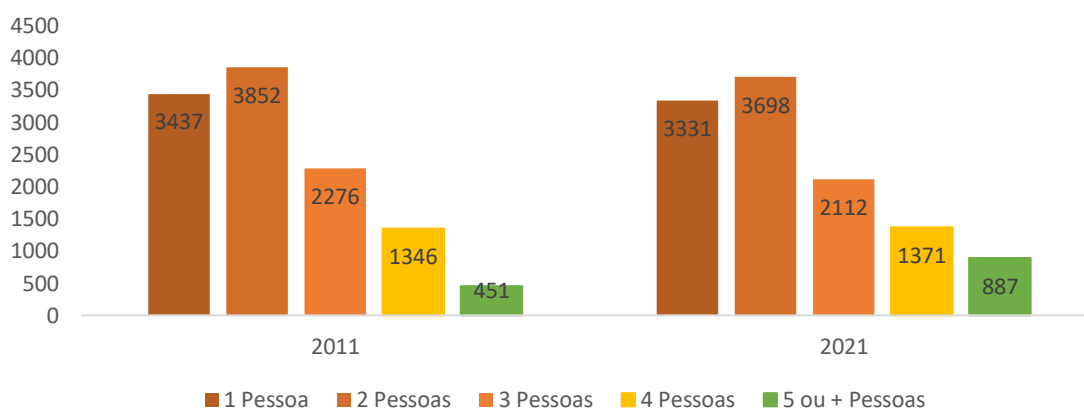
Freguesia	Total	Nível de escolaridade (pai ou mãe)						
		Sem nível	1º CEB	2º CEB	3º CEB	Ens. Sec.	Ens. Pós sec.	Ens. Superior
Odemira (concelho)	1238	210	246	101	213	298	14	156

Fonte: INE, Censos 2021

Perante o contexto da monoparentalidade, os progenitores com crianças e/ou jovens a cargo, encontram desafios e constrangimentos que acentuam a sua eventual dependência de apoios sociais, é o caso da dificuldade de acesso a respostas sociais para a infância, com horários alargados que permitam às famílias o trabalho por turnos e aos fins-de-semana, possibilitando dessa forma a sua integração no mercado de trabalho, a saudável ocupação dos tempos livres e desenvolvimento da criança, bem como outras variáveis da conciliação da vida familiar, pessoal e profissional.

Se a existência de famílias monoparentais pode ser um indicador de risco não é menos verdade que as famílias numerosas, pelo esforço financeiro adicional a que são sujeitas, se constituem também como um grupo de risco potencial. No concelho de Odemira, existiam em 2021, 887 famílias com cinco ou mais pessoas, 7,8% do número total de famílias residentes no concelho.

Gráfico 34 – Famílias clássicas segundo a dimensão (2011 - 2021) (N.º)



Fonte: INE, Censos 2021

Ajuda alimentar

Para algumas das famílias mais vulneráveis a ajuda alimentar constitui uma importante resposta no suprimento de necessidades básicas, na medida em que proporciona a distribuição de géneros alimentares, através de associações ou entidades sem fins lucrativos, contribuindo para a resolução ou minimização de situações de carência alimentar.

Em 2023, existiam, em Odemira, seis respostas sociais de ajuda alimentar, localizadas em seis freguesias, nomeadamente, São Teotónio, Vila Nova de Milfontes, Sabóia, São Luís, São Martinho e São Salvador e Santa Maria.

O conjunto das respostas de ajuda alimentar totalizavam 339 utentes, tendo a capacidade de responder a um total de 349, apresentando uma taxa de ocupação de 97%.

Apesar da capacidade de resposta não estar a ser utilizada a 100%, importa referir que o aumento da relevância deste apoio, na medida em que o número de cabazes distribuídos aumentou em 80%, entre 2019 e 2021 (de 347 para 625), e o número de famílias apoiadas apresentou, no mesmo período, um crescimento de 148% (passando de 27 para 67). Alterações significativas que ocorreram num contexto marcado pela perda acentuada de rendimentos de muitas das famílias mais vulneráveis.



Famílias - em síntese:

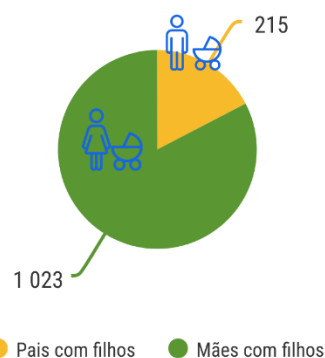
1.238

núcleos familiares monoparentais
(2021)

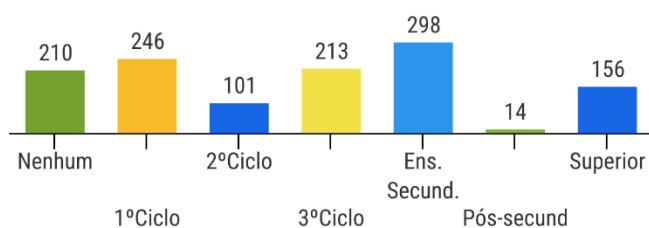


Em **31,2%** das famílias monoparentais o progenitor tem 65 ou mais anos (2021)

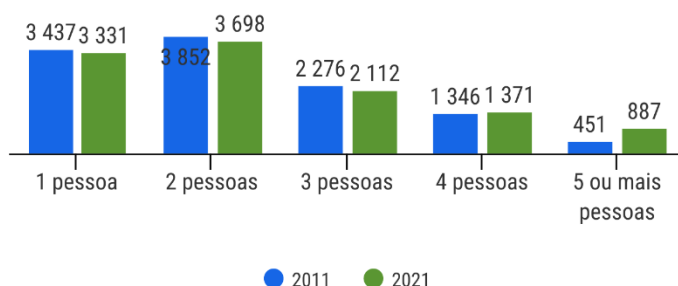
Nº de famílias monoparentais, por sexo do progenitor (2021)



Nível escolaridade das Famílias monoparentais (2021)



Famílias clássicas segundo a dimensão (2011-2021)



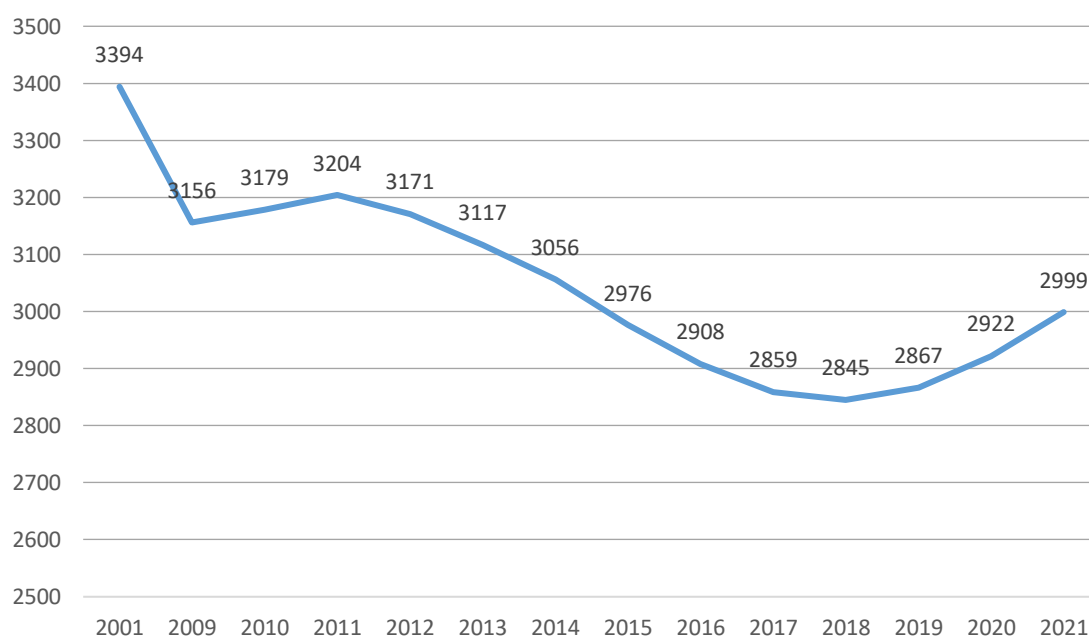
7,8% do total das famílias residentes em Odemira era numerosa (2021)

8.8.2. Crianças e Jovens

A população mais jovem, a nível nacional, tem vindo a diminuir ao longo dos últimos anos, verificando-se uma percentagem cada vez menor em relação à população total. Se em 2001 a população até aos 14 anos representava cerca de 16,2% dos residentes em Portugal, em 2021 representam cerca de 12,9%.

Também no território de Odemira este é um fenómeno que se verifica, tendo-se registado um decréscimo percentual da população até aos 14 anos, a qual passou de 13% em 2001 para cerca de 10% em 2021. Ainda assim, a partir de 2018 tem-se verificado um aumento gradual da população nesta faixa etária, fator para o qual a nova regulamentação da Lei de estrangeiros, alterada em 2017, não é indiferente, verificando-se no território um grande fluxo migratório de população em idade ativa.

Gráfico 35 – População residente no concelho de Odemira, menores até aos 14 anos de idade, entre os anos 2001 e 2021 (N.º)



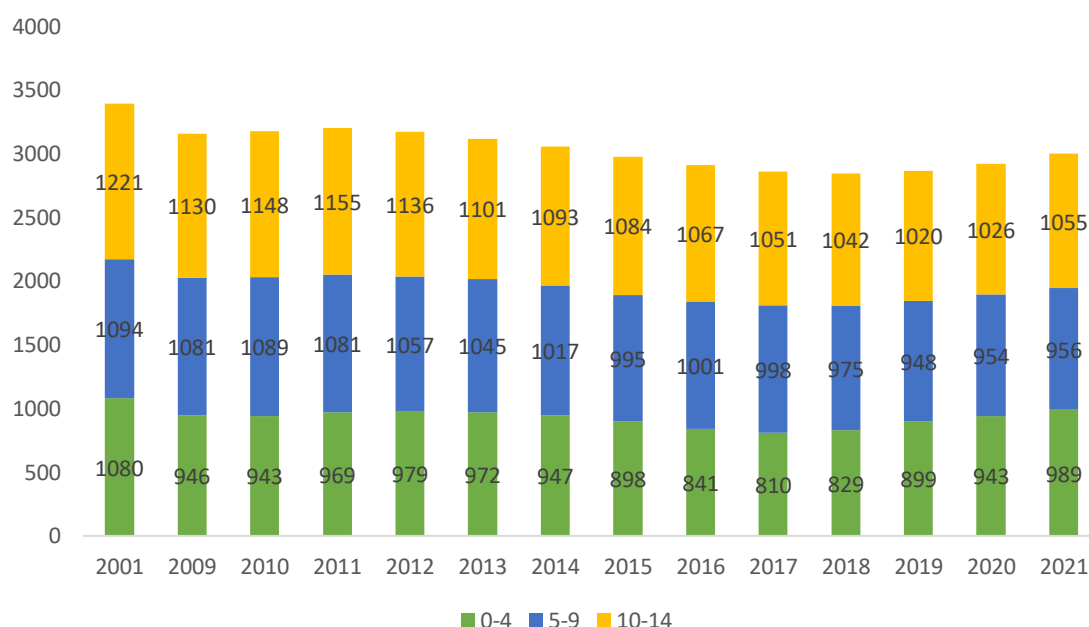
Fonte: PORDATA

Pre - INE: dados provisórios Censos 2021

Analisando a evolução da população residente por grupo etário, até aos 14 anos, verifica-se essa mesma tendência, uma diminuição global analisando aos dados entre 2001 e 2021, ainda que após 2018 se tenham registado um aumento nos três grupos etários: 0-4 anos, 5-9 anos e 10-14 anos.

Entre os dois últimos registos censitários (2011 e 2021), apenas entre o grupo etário 0-4 anos se regista um ligeiro crescimento (+20 crianças).

Gráfico 36 – População residente no concelho de Odemira, até aos 14 anos de idade, por grupos etários, entre 2001 e 2021 (N.º)



Fonte: PORDATA

Ao analisar a evolução da população residente com menos de 25 anos, nos últimos vinte anos, é possível verificar que tem sido registado um decréscimo em todas as faixas etárias, há exceção das crianças com idades compreendidas entre os 5 e 9 anos, entre os anos 2001 e 2011 e, dos jovens entre os 20 e 24 anos, entre os anos 2011 e 2021. É de salientar contudo, que este último grupo já se encontra em idade ativa, pelo que novamente o fator migratório é aqui preponderante.

Tabela 69 – Taxa de variação da população residente no concelho de Odemira, 2011-2021, por grupo etário até 24 anos (N.)

	0 – 4 anos	5-9 anos	10-14 anos	15-19 anos	20-24 anos
2001-2011	-9,8	0,2	-8,5	-27,1	-17,3
2011-2021	-0,8	-11,1	-7	-3,6	25,9

Fonte: PORDATA

Observando os dados disponíveis por freguesia, verifica-se que são as freguesias de São Teotónio e de Vila Nova de Mil Fontes as que apresentam maior número de residentes até aos 14 anos de idade, sendo na freguesia de Boavista dos Pinheiros que se verifica uma maior percentagem de população desta faixa etária, 14%.

Tabela 70 – População residente no concelho de Odemira, até aos 14 anos de idade, por freguesia (N.º e %) (2021)

Território	Total (n.º)	%
Odemira (concelho)	2955	10%
Boavista dos Pinheiros	270	14%
Colos	61	7%
Longueira/Almograve	184	8%
Luzianes-Gare	32	9%
Relíquias	105	11%
Sabóia	58	6%
Santa Clara-a-Velha	41	6%
São Luís	211	11%
São Martinho das Amoreiras	82	8%
São Salvador e Santa Maria	354	10%
São Teotónio	773	9%
Vale de Santiago	54	7%
Vila Nova de Milfontes	730	13%

Fonte: INE, Censos 2021

Nos anos censitários de 2001, 2011 e 2021, o concelho de Odemira registou valores do Índice de Dependência de Jovens inferiores aos obtidos a nível nacional e das regiões do Alentejo e Alentejo Litoral, verificando-se que este índice de dependência tem vindo a diminuir, passando no concelho de Odemira de 21% em 2001, para 15% em 2021. No ano de 2021, existia assim no território, por cada cem pessoas entre os 15 e os 64 anos de idade, quinze residentes com idade inferior a 15 anos.

Tabela 71 – Índice de Dependência de Jovens Nacional, Regional e Municipal, Odemira (2001, 2011, 2021) (%)

Território	2001	2011	2021
Portugal	24,1	22,7	Pre 20,2
Alentejo	21,8	21,7	Pre 20,4
Alentejo Litoral	20,3	20,0	Pre 18,8
Odemira	21,0	20,1	Pre 15,0

Fonte: PORDATA
Pre - INE: dados preliminares Censos 2021

Ao nível da intervenção realizada pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Odemira foi possível apurar a seguinte informação:

Em 2021, com um volume processual de 200 processos, a CPCJ de Odemira instaurou 86 novos processos, tendo sido arquivados nesse ano 122.

Analisando a evolução processual desde 2017, verifica-se que existiu um aumento de volume entre 2017 e 2019, tendo depois desse ano verificando-se um ligeiro decréscimo do volume processual, o qual pode estar relacionado com as medidas de contingência implementadas pela pandemia por Covid-19, as quais obrigando a períodos de ensino à distância, teletrabalho e isolamento, pode ter levado a um menor número de sinalizações e consequentemente a processos instaurados.

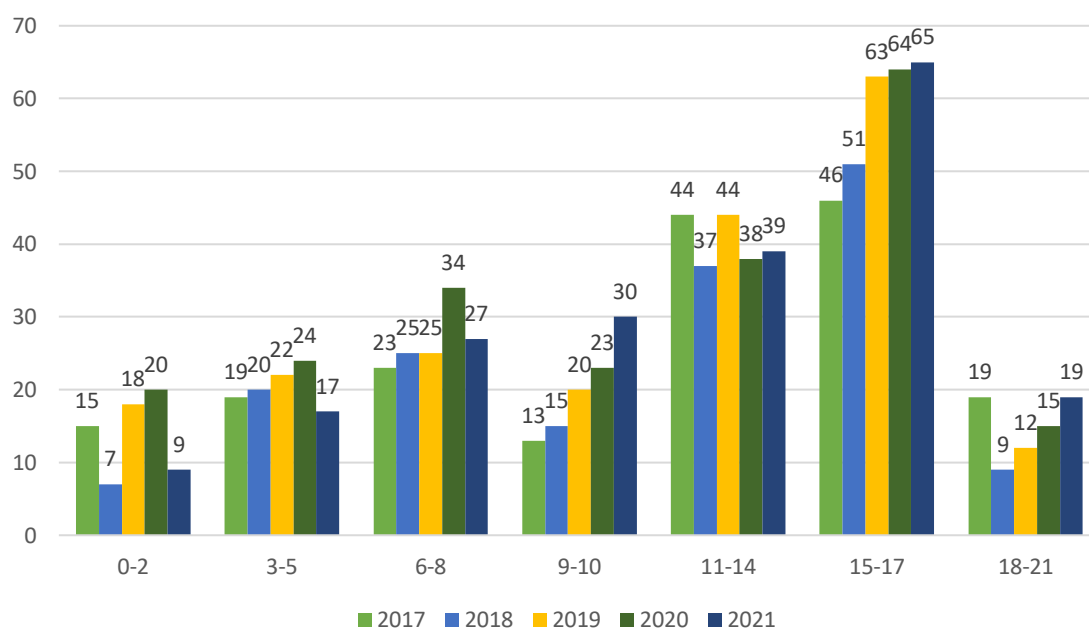
Tabela 72 – Volume processual da CPCJ de Odemira (N.)

Anos	Volume processual	Proc. transitados	Proc. instaurados	Proc. reabertos	Novos proc.	Proc. arquivados	Proc. ativos
2017	179	106	55	18	52	97	72
2018	169	73	76	20	74	82	87
2019	204	87	90	27		106	104
2020	202	92	80	30	77	100	99
2021	200	99	82	19	86	122	92

Fonte: CPCJ de Odemira

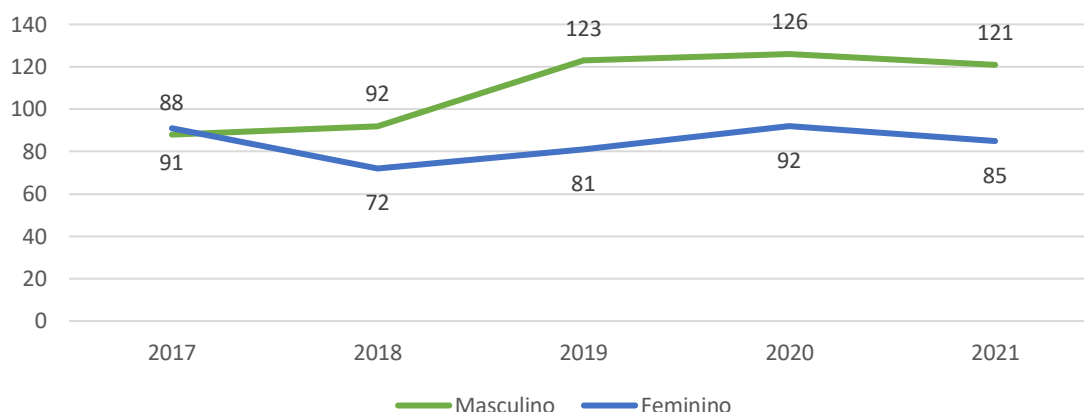
Pode ainda verificar-se que o grupo etário entre os 15 e 17 anos é aquele em que, desde 2017, se verificam maior número de processos, seguido da faixa etária entre os 11 e 14 anos. Verifica-se ainda que na faixa etária 15-17 anos o volume processual tem aumentado gradualmente desde 2017.

Gráfico 37 – Volume processual por grupo etário, de 2017 a 2021 (nº)



Relativamente ao sexo das crianças acompanhadas pela CPCJ em Odemira, com exceção de 2017, sempre foram na sua maioria do sexo masculino, registando-se em 2021 uma diferença de mais 36 processos acompanhados de crianças e jovens do sexo masculino em relação ao sexo feminino.

Gráfico 38 – Crianças e jovens acompanhados pela CPCJ de Odemira entre os anos 2017 e 2021, por sexo (N.)



Fonte: CPCJ de Odemira

No que se referem às problemáticas mais sinalizadas à CPCJ de Odemira, verifica-se que a exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança (ECPCBEDC) é a problemática mais sinalizada nos últimos 5 anos.

Tabela 73 – Distribuição das principais problemáticas **sinalizadas** nos processos transitados, instaurados e reabertos da CPCJ de Odemira nos anos 2017 a 2021 (N.º)

	CJACABED ¹⁹	Negligência ²⁰	Outras Sit. de Perigo ²¹	SPDE ²²	ECPCBEDC ²³	Mau-trato
2017	7	9	2	20	27	5
2018	16	5		21	41	7
2019	22	14	5	15	50	5
2020	39	32	7	27	86	5
2021	44	32	11	31	74	6

Fonte: CPCJ de Odemira

¹⁹ **CJACABED**: Criança/Jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada

²⁰ Estão incluídos casos de negligência, negligência grave, negligência ao nível da saúde, negligência ao nível educativo, negligência ao nível psico-afetivo, negligência por falta de supervisão e acompanhamento familiar, negligência face a comportamentos da criança e do jovem.

²¹ Estão incluídas todas as outras problemáticas que não se encontram discriminadas na tabela apresentada.

²² **SPDE**: Situações de perigo em que esteja em causa o Direito à Educação

²³ **ECPCBEDC**: Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança.

Em 2021, é também esta a problemática maioritária nos processos acompanhados pela CPCJ, verificando-se que é nas faixas etárias entre os 6 e 10 anos que a sua predominância é maior. Entre as faixas etárias 11-17 anos, a problemática predominante dos casos acompanhados é a de criança/jovem que assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada.

Tabela 74 – Crianças/ Jovens acompanhados pela CPCJ de Odemira no ano 2021 por grupo etário e problema diagnosticado (N.º)

Grupo etário	CJACABED	Negligência	SPDE	ECPCBEDC	Maus-tratos	Outros	Total
0-2		3		4			7
3-5		5		4	1		10
6-8	2	6		9	1		18
9-10		7		15	1	1	24
11-14	6	5	3	4	2	1	21
15-17	18	5	17	6		2	48
18-21	2		9				11
Total	28	31	29	42	5	4	

Fonte: CPCJ de Odemira

Ao nível da nacionalidade das crianças e jovens acompanhados pela CPCJ em 2021, verifica-se que são maioritariamente portuguesas, seguindo-se as crianças de nacionalidade indiana, mas em número muito inferior.

Tabela 75 – Crianças/ Jovens acompanhados pela CPCJ de Odemira no ano 2021 por nacionalidade (N.º)

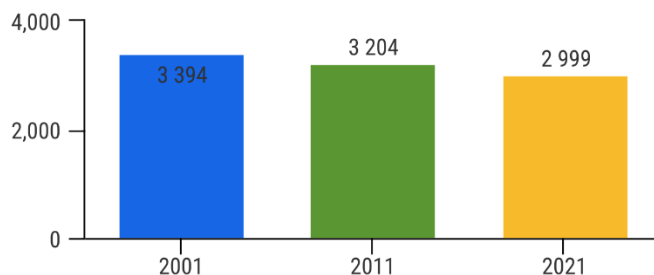
Nacionalidade	Nº
Alemanha	9
Angola	1
Bangladesh	5
Brasil	4
Desconhecida	10
Estados Unidos	1
Índia	14
Israel	1
Itália	1
Nepal	5
Noruega	3
Países Baixos	2
Portugal	157
Tailândia	1

Fonte: CPCJ de Odemira



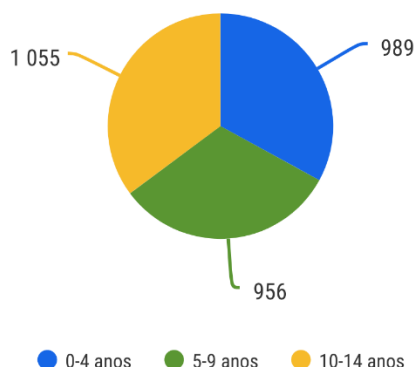
Crianças e jovens - em síntese:

Evolução do n.º de crianças e jovens no concelho (até aos 14 anos de idade)



- Em 2021, a população com idade igual ou inferior a 14 anos representava **10%** da população do concelho
- O número de crianças e jovens até aos 14 anos no concelho de Odemira tem vindo a **aumentar desde 2018**;

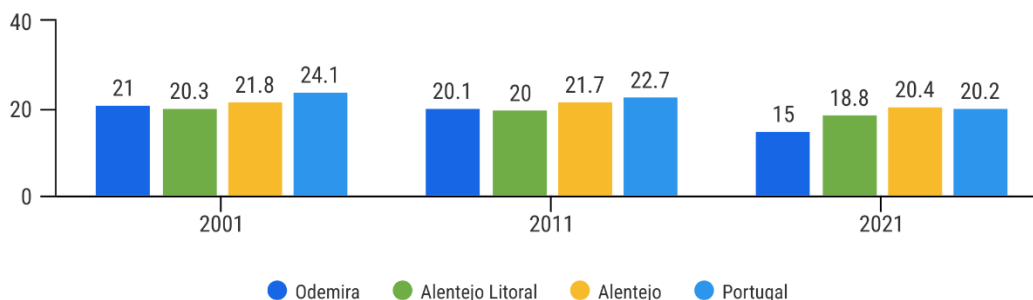
Distribuição da população por grupo etário (2021)



→ As freguesias com menor % de crianças e jovens são: Colos, Sabóia, Santa Clara-a-Velha e Vale de Santiago

→ A maior diminuição de população até aos 14 anos, nos últimos 10 anos, verificou-se nas idades compreendidas entre os **5 e 9 anos**, na qual se registou uma **taxa de variação negativa** de 11,1%

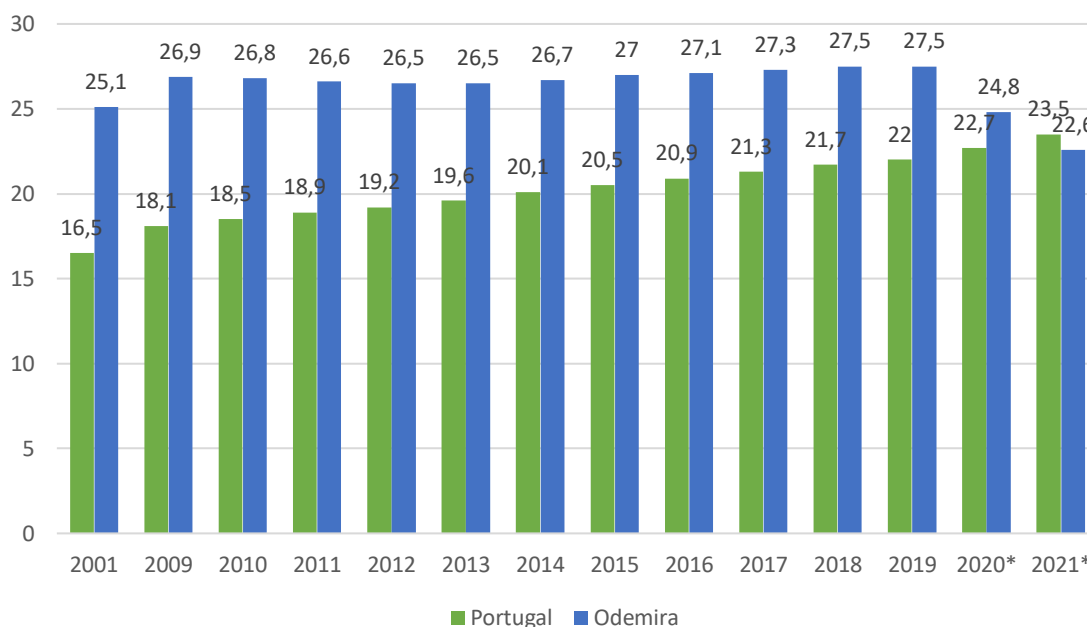
Índice de dependência de jovens (2001, 2011 e 2022)



8.8.3. Pessoas Idosas

A população com mais de 65 anos, inversamente ao que se verifica nas crianças e jovens, tem vindo a aumentar ao longo dos últimos anos a nível nacional e regional. No concelho de Odemira, contudo, essa tendência não se tem verificado nos 2 últimos anos, verificando-se uma diminuição percentual da população com 65 e mais em relação à população residente no concelho. Ainda assim apenas em 2021 se verifica que a % de população residente com 65 ou mais anos em Odemira é inferior à registada a nível nacional.

Gráfico 39 – % da população residente no concelho de Odemira, com 65 ou mais anos de idade, entre os anos 2001 e 2021 (%)



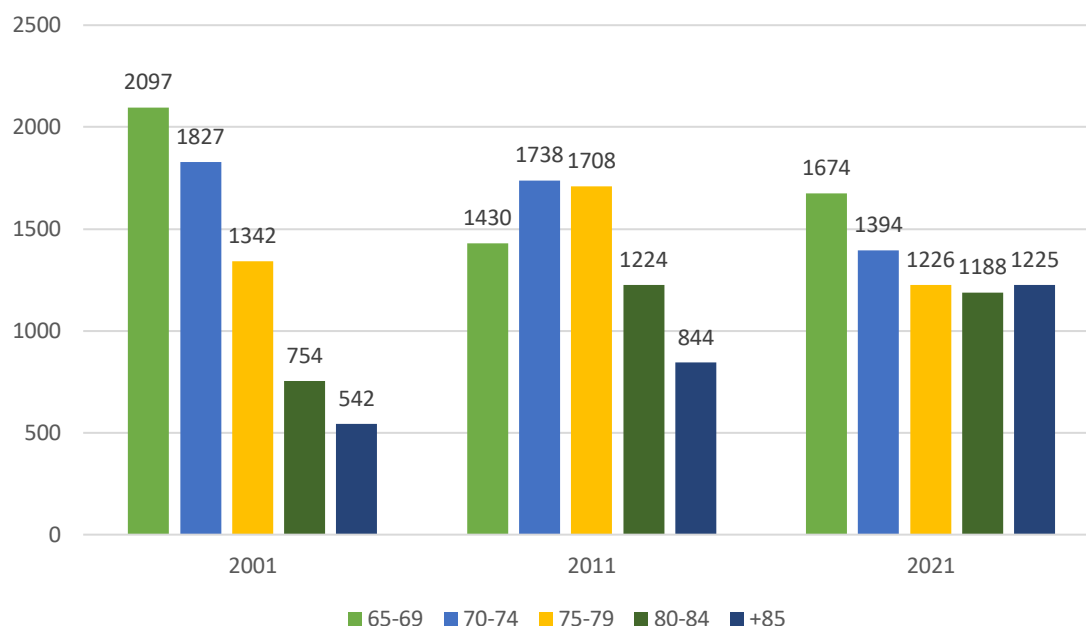
Fonte: PORDATA

*Valor preliminar nos anos 2020 e 2021

Através de uma análise ao número de residentes, por grupo etário, destaca-se que, o número de pessoas com idades entre os 80 e 84 anos tem vindo a aumentar desde 2001.

Na década 2001-2011 os grupos entre os 65 -69 anos e 70-74 anos sofreram uma diminuição de população residente, o que não se verificou nos restantes sub-grupos. Já na década seguinte são os sub-grupo dos 70-74 anos, 75-79 e 80-84 anos que se verifica uma diminuição de população residente.

Gráfico 40 – População residente no concelho de Odemira, com 65 ou mais anos de idade, por grupos etários, entre 2001 e 2021 (N.º)



Fonte: PORDATA

Ao analisar a evolução da população residente com mais de 65 anos, nos últimos vinte anos, é possível verificar que tem sido registado um decréscimo na faixa etária entre os 70-74 anos, verificando-se oscilações nestes 20 anos nas restantes faixas etárias, destacando-se a inversão do que se registou na década anterior nas faixas etárias: 75-79, 80-84 e mais de 85 anos, verificando-se na última década uma diminuição percentual desta população.

Tabela 76 – Variação percentual da população residente no concelho de Odemira, com 65 ou mais anos de idade, por grupo etário

	65–69 anos	70–74 anos	75–79 anos	80– 84 anos	85 e + anos
2001 - 2011	-31,8	-4,9	27,3	62,3	55,6
2011 - 2021	17,1	-19,8	-28,2	-2,9	45,2

Fonte: PORDATA

Relativamente à população residente com mais de 65 anos, por sexo, verifica-se que a maioria é do sexo feminino.

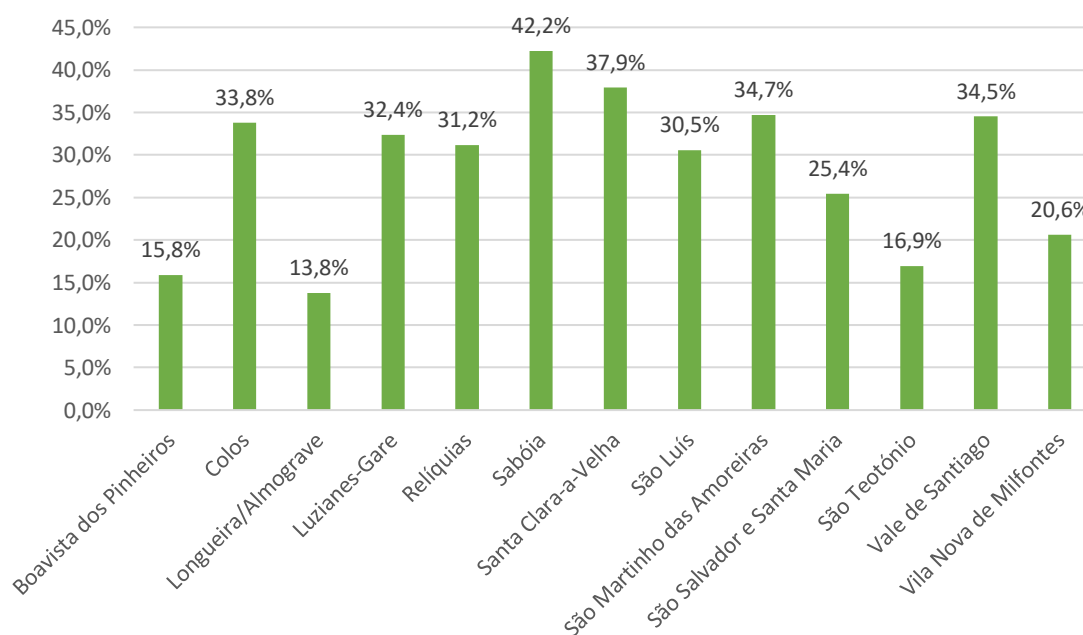
Tabela 77 – População residente no concelho de Odemira, com 65 ou mais anos de idade, segundo o sexo (N.º e %) (2021)

	Total (+65)		Total			
	N.º	% da pop. residente	M		F	
			N.º	%	N.º	%
Odemira	6689	22,6	3071	45,9	3618	54,1

Fonte: INE – Censos 2021

Ao nível territorial, é na freguesia de Saboia que se verifica uma maior percentagem de residentes com mais de 65 anos, representando estes 42% da população residente da freguesia. No sentido oposto, é na freguesia de Longueira/Almogrove que existe uma menor percentagem de população residente com mais de 65 anos.

Gráfico 41 – População residente no concelho de Odemira, com 65 ou mais anos de idade, por freguesia (2021) (% em relação ao total da pop. Residente da freguesia)



Fonte: INE, Censos 2021

Desde 2011 que se verifica um aumento dos valores do índice de envelhecimento quer a nível nacional, regional e do concelho de Odemira. Em 2001, registava-se em Odemira um índice de envelhecimento de 193,3 aumentando esse valor para 223,6 em 2021, um valor que está acima do registado a nível nacional – 182,7.

Já no que se refere ao índice de dependência de idosos, enquanto a nível nacional este tem aumentado, passando de 24,4 em 2001 para 36,9 em 2021, no concelho de Odemira verifica-se uma diminuição, fruto dos fluxos migratórios de população em idade ativa para o município.

Tabela 78 – Índice de Dependência de Idosas/os e Índice de Envelhecimento a nível nacional, regional e municipal (2001, 2011, 2021Pro) (%)

Território	Índice de Dependência de Idosas/os ²⁴			Índice de Envelhecimento ²⁵		
	2001	2011	2021 (Pre)	2001	2011	2021 (Pre)
Portugal	24,4	28,5	36,9	101,6	125,8	182,7
Alentejo	35,3	37,8	44,6	161,9	174,1	219,0
Alentejo Litoral	33,3	37,7	42,0	164,4	188,2	223,2
Odemira	40,6	43,6	33,5	193,3	216,7	223,6

Fonte: PORDATA

De acordo com os censos 2021, podemos ainda verificar que no concelho de Odemira, existem 3331 agregados domésticos com apenas 1 pessoa de 65 ou mais anos. Este valor representa mais de 49% da população residente em Odemira com mais de 65 anos e que tendencialmente residirá só. As freguesias onde se regista um maior número de agregados nestas circunstâncias são as de São Teotónio (668) e Vila Nova de Milfontes (587).

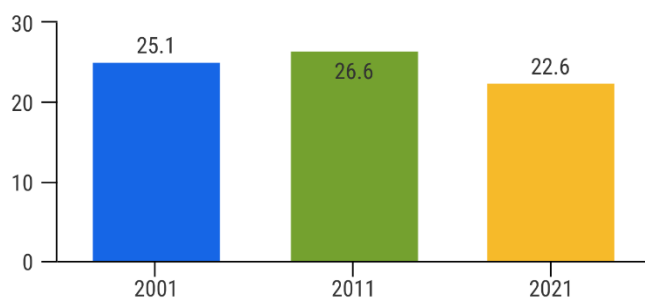
²⁴ **Índice de Dependência de Idosos:** Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (INE).

²⁵ **Índice de Envelhecimento:** Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (INE).



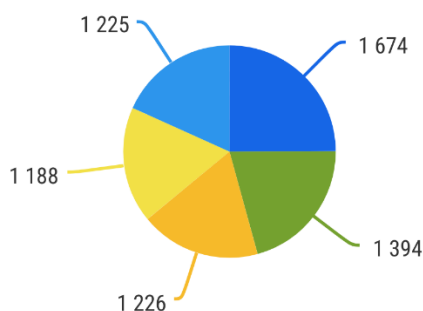
Pessoas Idosas - em síntese:

% população idosa no concelho (com 65 ou mais anos de idade)



- Em 2021, a população com 65 ou mais anos de idade representava **22,6%** da população do concelho
- A maior variação positiva registada dentro do grupo etário com 65 ou mais anos, entre os anos de 2011 e 2021, verificou-se ao nível da população com **idade igual ou superior a 85 anos**, registando-se uma **variação de 45,2%**

Distribuição da população por grupo etário (2022)

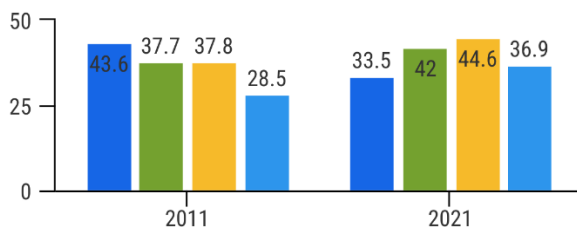


● 65-69 anos ● 70-74 anos ● 75-79 anos ● 80-84 anos
● 85 e mais anos

As freguesias com maior percentagem de pessoas com 65 e mais anos (relativamente ao seu número total de residentes) são: Saboia (42,2%) e Santa Clara-a-Velha (37,9%);

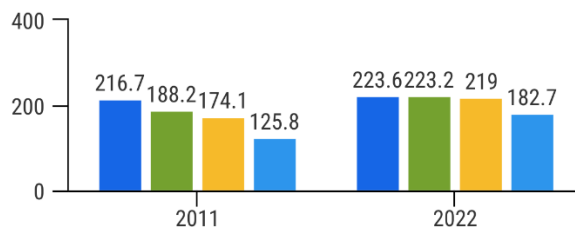
Verifica-se em 2021 um maior número de pessoas idosas do sexo feminino, face ao sexo masculino, existindo uma diferença percentual de 8,2 valores

Índice de dependência de idosos (2011 e 2021)



● Odemira ● Alentejo Litoral ● Alentejo ● Portugal

Índice de envelhecimento (2011 e 2021)



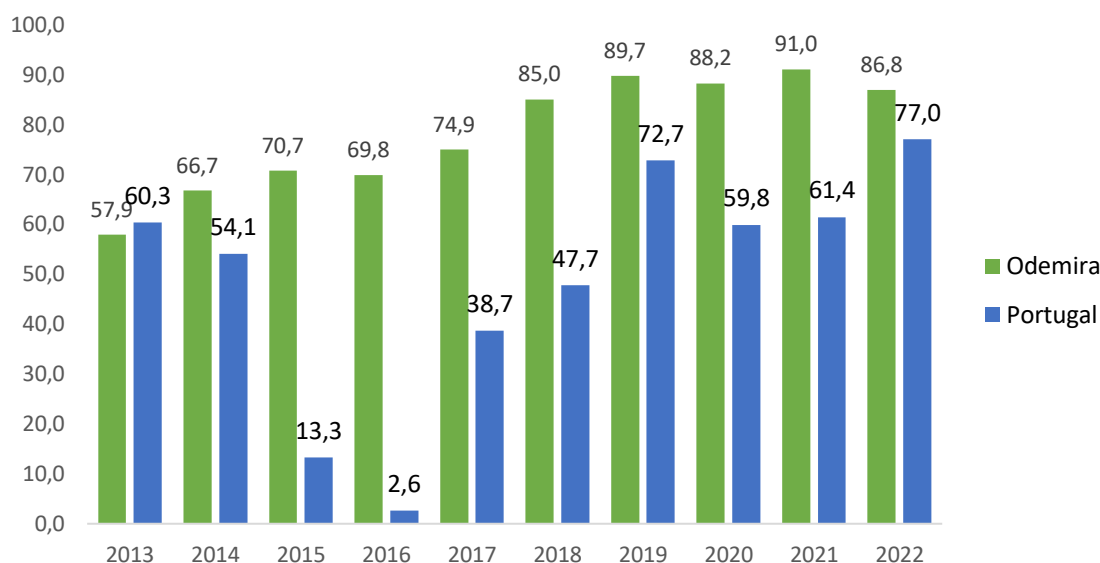
● Odemira ● Alentejo Litoral ● Alentejo ● Portugal

8.8.4. Migrantes e Minorias Étnicas

As populações de migrantes e pertencentes a minorias étnicas apresentam-se aqui como população potencialmente vulnerável, ou em situação de vulnerabilidade, pela falta de rede de suporte a que normalmente está sujeita, bem como devido a outras dificuldades de integração sejam por fatores linguísticos, religiosos e/ou culturais.

O concelho de Odemira apresenta, na última década, uma tendência de crescimento continuado do seu saldo migratório positivo. Ainda que existam alguns anos, com os de 2016, 2020 e 2022, em que se verifica uma ligeira redução do valor registado relativamente ao ano anterior, esta nunca é suficiente para inverter a tendência de crescimento. Acompanhando ainda a tendência de crescimento verificada no país, a partir de 2017.

Gráfico 42 – Saldo Migratório²⁶ no Concelho de Odemira e em Portugal, entre 2013 e 2022 (%)



Fonte: Pordata

²⁶**Saldo migratório:** Diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo (INE).

“Como a maioria dos países não possui valores exatos sobre imigração e emigração, o saldo migratório é geralmente calculado com base na diferença entre a variação populacional e o crescimento natural entre dois períodos (saldo migratório ajustado). Por conseguinte, as estatísticas sobre saldos migratórios são afetadas por todas as imprecisões estatísticas nas duas componentes desta equação, especialmente a variação populacional (metainformação – Eurostat).”

Se atendermos às projeções da população residente realizadas pelo INE, para as unidades territoriais de nível II (NUT II), verifica-se que, durante a próxima década, na Região Alentejo, o saldo migratório irá manter uma tendência de crescimento. Se tomarmos como referência o ‘cenário central’, com crescimento/ desenvolvimento intermédio, prevê-se uma estabilização do saldo migratório em valores positivos, até 2035. Apenas no ‘cenário baixo’ o saldo migratório se prevê negativo ao longo da próxima década, mas ainda assim, a apresentar valores absolutos pouco significativos.

Tabela 79 – Cenários futuros do saldo migratório (projeções 2025, 2030, 2035)

Território	Saldo migratório (projeções)								
	2025			2030			2035		
	Baixo	Central	Alto	Baixo	Central	Alto	Baixo	Central	Alto
Portugal	-3577	11339	29415	-3143	12266	30813	-2951	12622	31193
Norte	-5477	-1832	2568	-5279	-1467	2801	-5059	-1176	2865
Centro	992	4817	9448	1061	4846	9528	1026	4693	9307
AML	2069	7028	13028	2096	7087	13257	2008	6886	13092
Alentejo	-58	609	1463	-39	725	1710	-31	814	1916
Algarve	440	1523	2840	444	1589	3039	417	1612	3151

Fonte: INE, Projeções da população residente

Importa destacar que, antes de se apresentarem os dados referentes à imigração no concelho de Odemira, é importante referir que existem algumas condicionantes à análise deste fenómeno, nomeadamente, a alteração à Lei da Nacionalidade (2007) (que contribuiu para o aumento do número de naturalizações e, simultaneamente, para o decréscimo do número de imigrantes), o desconhecimento do número de descendentes de imigrantes residentes e de imigrantes naturalizados e o número de cidadãos estrangeiros que têm sido acolhidos ao abrigo dos acordos de cooperação no domínio da saúde²⁷.

De acordo com a informação do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), a população estrangeira residente no concelho de Odemira tem sido crescente na última década. O número de estrangeiros residentes no concelho, com título de residência,

²⁷ No ano de 2017, foram atribuídos 1.914 vistos de estada temporária para tratamento médico (+69,7% face a 2008 e +16,9% face a 2016), simultaneamente foram atribuídos, nesse mesmo ano, 637 vistos para acompanhamento de familiar) (Relatório Estatístico Anual 2018, Observatório das Migrações – Imigração em Números).

aumentou entre 2011 e 2021, passando de 3160 para 10927, ou seja, um aumento de 246% em 10 anos.

Tabela 80 – População estrangeira residente nos municípios do distrito de Beja, com Título de Residência (2011, 2013, 2015, 2017, 2019 e 2021) (N.º)

Território	População estrangeira					
	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Distrito de Beja	6966	6781	7445	8497	12175	15953
Aljustrel	117	108	122	109	125	178
Almodôvar	135	125	131	144	200	247
Alvito	110	77	89	88	77	82
Barrancos	8	15	12	16	17	18
Beja	1205	1185	1170	1277	1499	1808
Castro Verde	163	164	153	158	189	201
Cuba	173	167	165	147	163	451
Ferreira do Alentejo	339	377	557	627	596	692
Mértola	126	112	100	116	145	181
Moura	751	676	437	327	273	249
Odemira	3160	3189	3975	4912	8157	10927
Ourique	200	165	178	232	319	383
Serpa	243	212	193	205	272	386
Vidigueira	236	209	163	139	143	150

Fonte: SEF – Sefstat (Portal de Estatística)

Em 2021, segundo os Censos, residiam no concelho 8.319 indivíduos com nacionalidade estrangeira (correspondendo a 28,16% da população residente no concelho), dos quais 82,9% eram naturais de países de fora da União Europeia.

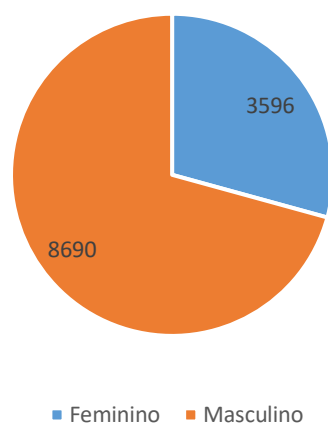
Tabela 81 – População estrangeira residente no concelho de Odemira, por sexo e nacionalidade (2021) (N.º)

Território	Total	Homem	Mulher
Estrangeira	8319	5894	2425
Estrangeira da União Europeia	1424	687	737
Estrangeira fora da União Europeia	6895	5207	1688

Fonte: INE, Censos 2021

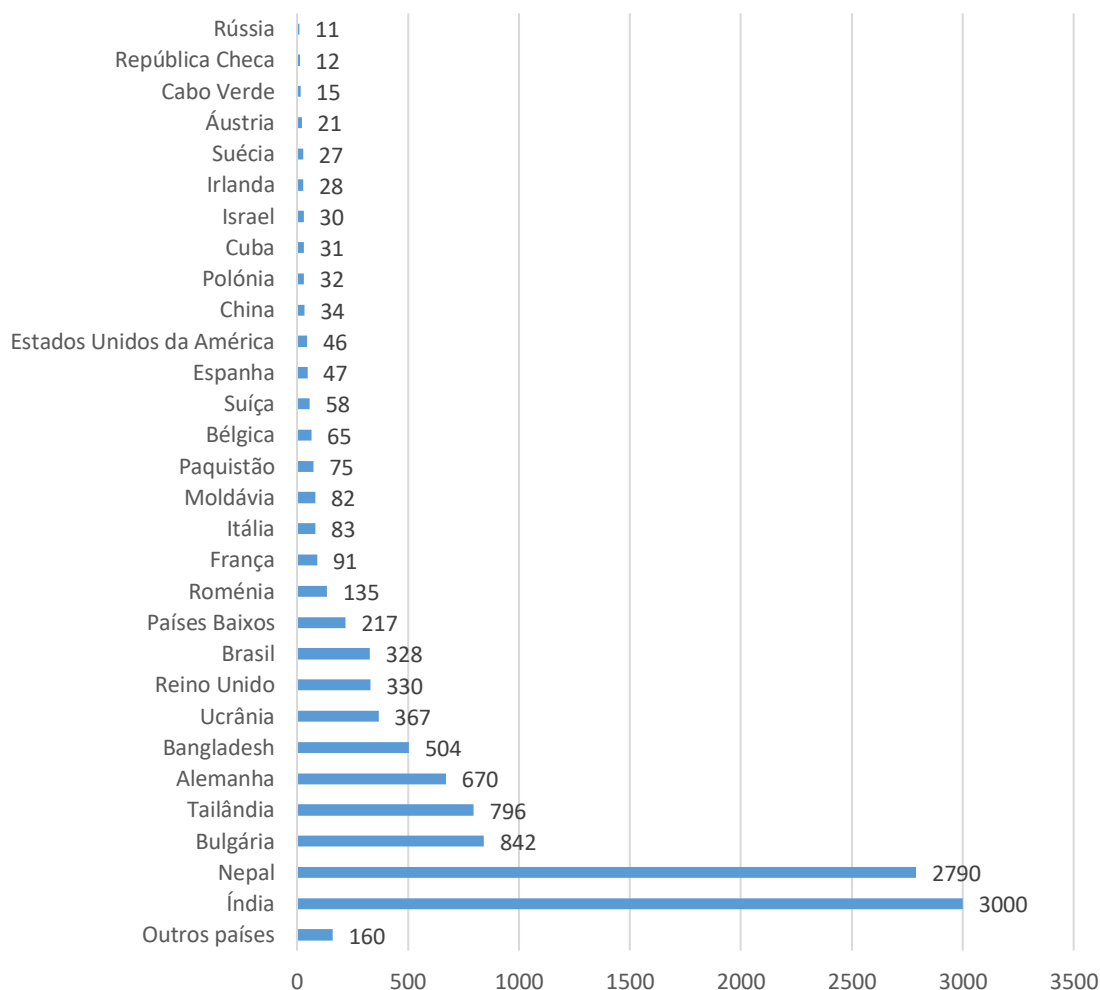
Analisando os dados por sexo, e regressando aos dados fornecidos pelo SEF, verifica-se uma diferença significativa, pois dos 12 286 indivíduos estrangeiros residentes em Odemira em 2022 (com título de residência atribuído pelo SEF), 8690 são homens e 3596 são mulheres. Verifica-se assim que no grupo dos residentes estrangeiros, as pessoas do sexo masculino superam em 142% as do sexo feminino.

Gráfico 43 – População estrangeira residente no concelho de Odemira, segundo o sexo (2022) (N.º)



Fonte: PORDATA/ SEF

Gráfico 44 – População estrangeira residente no concelho de Odemira, segundo a nacionalidade, 2021



Fonte: SEF – Sefstat (Portal de Estatística)

Como é possível verificar no gráfico anterior, os nacionais da Índia e do Nepal (3000 e 2790 indivíduos, respetivamente) são a maioria da população estrangeira residente no concelho de Odemira, seguidos pelas nacionalidades búlgara, tailandesa e alemã.

Esta população, de acordo com os censos de 2021, concentrava-se maioritariamente nas freguesias de São Teotónio, Longueira/ Almogrove e Vila Nova de Milfontes, que apresentavam os maiores números de residentes estrangeiros, respetivamente, 3889, 1182 e 992. No entanto, entre estas três freguesias, destacam-se as freguesias de Longueira/ Almogrove e de São Teotónio, pela proporção de estrangeiros face ao total da população residente. Nestes casos, na freguesia de Longueira/ Almogrove a maioria da população é estrangeira, 50,6%, em São Teotónio verifica-se uma proporção de 44,7%.

Tabela 82 – População residente no concelho de Odemira segundo a nacionalidade da população, por freguesia (2021) (N.º)

Território	Total	Total de pop. estrangeira		Da União Europeia	Fora da União Europeia
		N.º	%		
Odemira (concelho)	29538	8319	28,2	1424	6895
Boavista dos Pinheiros	1975	455	23,0	84	371
Colos	820	57	7,0	21	36
Longueira/Almograve	2334	1182	50,6	40	1142
Luzianes-Gare	374	94	25,1	67	27
Relíquias	995	275	27,6	202	73
Sabóia	922	80	8,7	39	41
Santa Clara-a-Velha	633	91	14,4	66	25
São Luís	1883	198	10,5	118	80
São Martinho das Amoreiras	1047	312	29,8	182	130
São Salvador e Santa Maria	3373	654	19,4	50	604
São Teotónio	8699	3889	44,7	423	3466
Vale de Santiago	823	40	4,9	12	28
Vila Nova de Milfontes	5660	992	17,5	120	872

Fonte: INE, Censos 2021

No ano letivo de 2021/2022, registavam-se 788 alunos estrangeiros a frequentar o ensino obrigatório em Odemira, sendo os Agrupamentos de São Teotónio e de Odemira os que apresentam os maiores números de alunos matriculados, nomeadamente, 253 e 249.

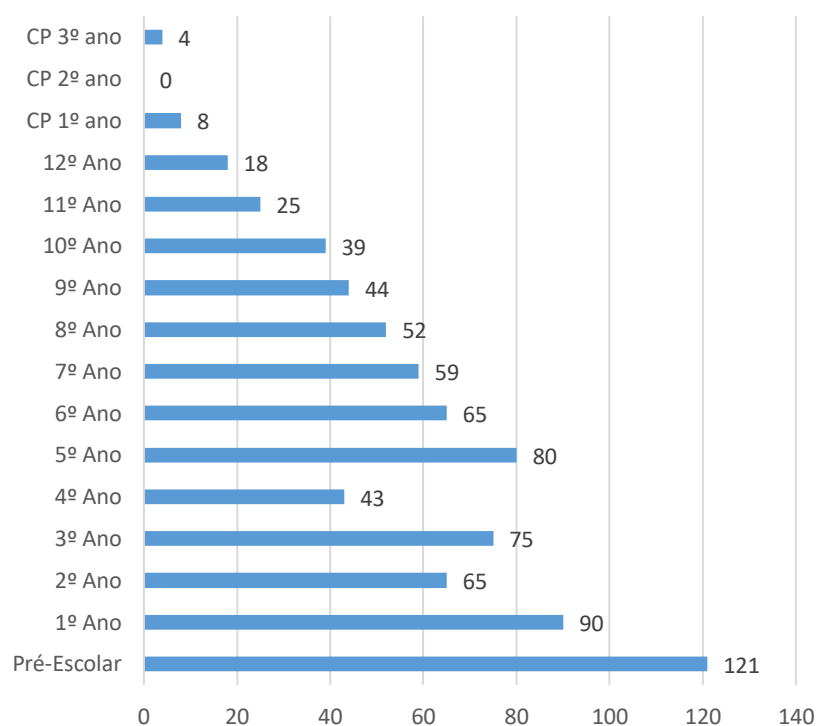
Relativamente à distribuição destes alunos pelos anos curriculares, verifica-se que a sua presença é mais expressiva no pré-escolar, 1º e 5º ano, nomeadamente 121, 90 e 80 alunos inscritos.

Tabela 83 – Alunos estrangeiros no concelho de Odemira, por agrupamento/ colégio (2021/2022) (N.º)

Agrupamento / colégio	Número de alunos estrangeiros
AE de Colos	59
AE de Odemira	249
AE de Sabóia	37
AE de São Teotónio	253
AE de Vila Nova de Milfontes	91
Colégio de Nossa Srª da Graça	99
Total	788

Fonte: DGEstE Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares – DSR Alentejo

Gráfico 45 – Alunos estrangeiros no concelho de Odemira, por ano curricular (2021/2022) (N.º)

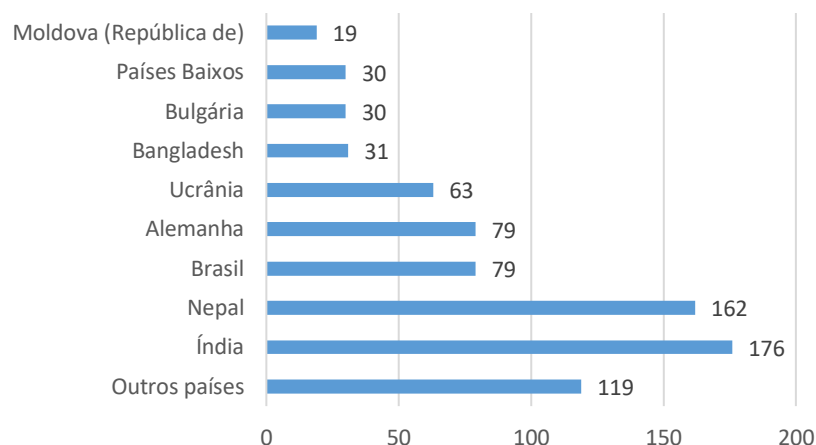


Fonte: DGEstE Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares – DSR Alentejo

No que respeita à nacionalidade dos alunos estrangeiros, destacam-se os nacionais da Índia e do Nepal. Em conjunto, os estudantes com estas nacionalidades (338) perfazem 42,9% do total de estudantes. Num segundo plano, os nacionais do Brasil e da

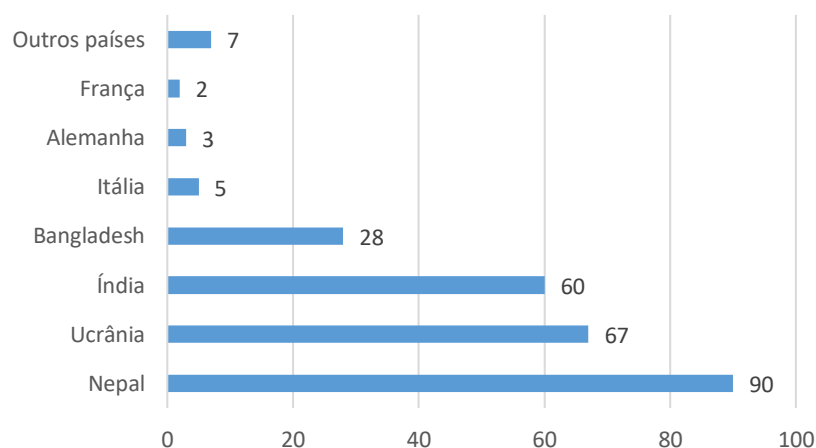
Alemanha ocupam o terceiro e quarto lugar, com o mesmo número de estudantes (79), perfazendo, cada uma das nacionalidades, 10,0% dos alunos estrangeiros.

Gráfico 46 – Alunos estrangeiros a frequentar o ensino obrigatório em Odemira, segundo a nacionalidade, 2021/2022 (Nº)



Fonte: DGEstE Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares – DSR Alentejo

Gráfico 47 – Estrangeiros a frequentar formação profissional em Odemira, segundo a nacionalidade, 2022 (Nº)



Fonte: Câmara Municipal de Odemira

Respostas locais

O **Projeto ST E8G**, enquadrado na 8ª geração do Programa Escolhas, Alto Comissariado para as Migrações, tendo a TAIPA como entidade promotora e sendo executado em parceria com a Câmara Municipal de Odemira, Freguesia de S. Teotónio, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Odemira e Agrupamento de

Escolas de S. Teotónio, procura promover a integração social, escolar e comunitária das crianças e jovens migrantes.

O projeto integra crianças e jovens migrantes em atividades que contribuem para o sucesso escolar, a diminuição do absentismo escolar e o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais. Procura ainda envolver a comunidade migrante em atividades que promovam as suas competências de cidadania e participação cívica, com vista à valorização da diversidade cultural e à diminuição de atitudes e comportamentos discriminatórios para com este grupo da população.

Em 2022, o projeto registou 168 participantes, maioritariamente provenientes do Nepal e da Índia. Destes, 104 (62%) eram crianças e jovens (60 do sexo masculino e 44 do sexo feminino).

O CLAIM - Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes de Odemira - garante o atendimento, informação e apoio a todo o processo do acolhimento e integração dos migrantes, articulando com as diversas estruturas locais, e promovendo a interculturalidade a nível local. Procura, de forma descentralizada, responder às necessidades que se colocam aos cidadãos imigrantes em áreas como a regularização da situação migratória; nacionalidade; reagrupamento familiar; habitação; trabalho; segurança social; retorno voluntário; saúde; educação; formação profissional; empreendedorismo; e apoio ao associativismo.

O seu funcionamento é garantido através de protocolo multilateral de colaboração, assinado entre um consórcio de parceiros públicos e privados. Nomeadamente, a TAIPA, enquanto entidade promotora, e as entidades financiadoras: Município de Odemira, Associação de Produtores Agrícolas “Lusomorango”, as empresas agrícolas “Sudoberry”, “Vitacress” e “The Summer Berry Company Portugal” e as Empresas de Trabalho Temporário “Multitempo” e “ACMR”. O Município financia ainda parte da equipa, ao abrigo do Plano Municipal para a Integração de Migrantes (apoiado pelo FAMI).

Entre 2014 e dezembro de 2023, o CLAIM realizou um total de 17.653 atendimentos. Este conjunto alargado de atendimentos, integrou, entre julho de 2018 e outubro de 2022, o atendimento a 3.205 cidadãos migrantes, maioritariamente do sexo masculino (74%), da faixa etária entre os 26 e os 35 anos (41%) e sendo nacionais de países terceiros (95%), especialmente oriundos do Nepal e da Índia. É ainda de salientar que,

entre estes, aproximadamente 40% têm o equivalente ao 3º ciclo do ensino básico e 39%, o ensino secundário completo.

Quanto aos motivos que originam os atendimentos e apoio realizados pelo CLAIM, destacam-se de forma significativa: o 'reagrupamento familiar' e os diversos assuntos em torno da regularização da 'permanência em território nacional'.



Migrantes - em síntese:

Saldo migratório do concelho de Odemira



- A população estrangeira residente no concelho de Odemira, em 2021, representava **28,16%** do total da população residente;
- Na última década, o município apresenta um saldo migratório permanentemente positivo, sendo 2011 o ano que apresenta um valor mais baixo (41,5);
- As previsões da população residente para 2025, 2030 e 2035 confirmam esta tendência positiva no saldo migratório da Região do Alentejo Litoral

82,9% da população estrangeira residente no concelho de Odemira tem como país de origem um país de fora da União Europeia, sendo os mais representados: a **Índia**, o **Nepal** e a **Tailândia**



No ano letivo 2021/2022, Odemira tinha **788 alunos** estrangeiros



O 'reagrupamento familiar' e a regularização da 'permanência em território nacional', são os principais motivos que levam os imigrantes a procurar o apoio do CLAIM Odemira



São Teotónio é onde reside a maior proporção dos cidadãos estrangeiros no concelho **29,5%**

8.8.5. Pessoas com deficiência e/ou incapacidade

A abordagem sobre deficiência e incapacidade adotada depois dos Censos 2001, assume as definições da Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF). Desta forma, entende-se por “deficiência” o estado da pessoa, face às alterações ou anomalias das estruturas e funções do corpo, incluindo as funções mentais. O termo “incapacidade” reporta-se aos diferentes níveis de limitações funcionais relacionados com a pessoa e com o seu meio ambiente (englobando deficiências, limitações na atividade e restrições de participação).

Desta forma, nos Censos 2011 e 2021, a aferição dos tipos de deficiência foi realizada através de questões relacionadas com limitações funcionais (andar ou subir degraus, ver, ouvir, tomar banho ou vestir-se sozinho, memória ou concentração e compreender os outros ou fazer-se compreender).

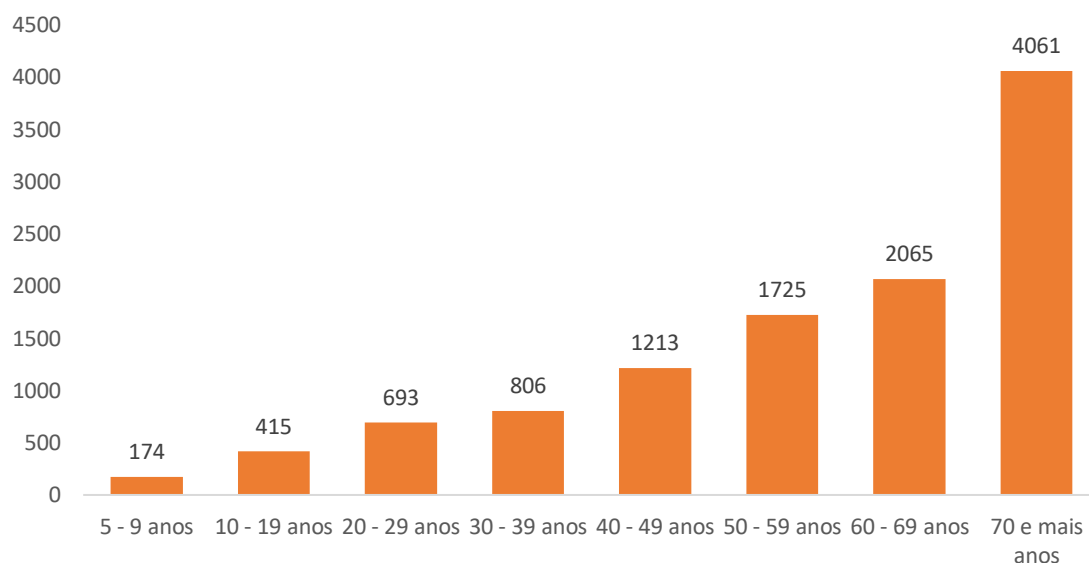
Em 2021, 4.867 residentes no concelho de Odemira, referiram ter pelo menos uma das dificuldades enumeradas. Na sua maioria homens (2.471 residentes: 50,8%) e com 70 ou mais anos.

Tabela 84 – População residente no concelho de Odemira, com pelo menos uma dificuldade, por sexo (2021) (N.º e %)

Território	Total população residente	População residente com pelo menos uma dificuldade			% da população com pelo menos uma dificuldade
		Total	Homens	Mulheres	
Odemira	29.538	4867	2471	2396	16,48

Fonte: INE, Censos 2021

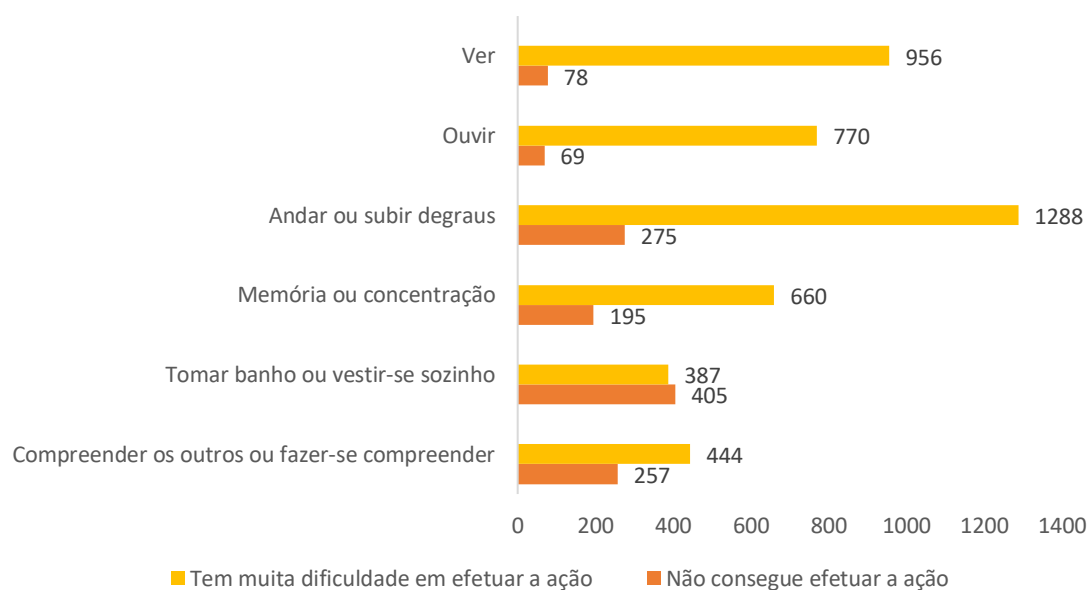
Gráfico 48 – População residente no concelho de Odemira, com pelo menos uma dificuldade, por grupo etário (2021) (N.º)



Fonte: INE, Censos 2021

Em 2021, as questões relativas ao autocuidado (405 pessoas), à mobilidade (275) e à comunicação (257) foram identificadas em maior número como não sendo possíveis de executar pelas pessoas que reportaram ter, pelo menos, uma dificuldade.

Gráfico 49 – População residente no concelho de Odemira, com pelo menos uma dificuldade, por tipo e grau de dificuldade (2021) (N.º)



Fonte: INE, Censos 2021

Quase metade (48,3%) da população residente com pelo menos uma dificuldade identificada, tem a reforma ou pensão como principal meio de vida.

Tabela 85 – População residente no concelho de Odemira, com 15 e mais anos de idade e com pelo menos uma dificuldade, segundo o principal meio de vida (2011) (N.º)

Principal meio de vida	População residente com + de 15 anos e pelo menos uma dificuldade	
	N.º	%
Odemira (total concelho)	10776	100,0
Trabalho	3832	35,6
Reforma / Pensão	5205	48,3
Subsídio de desemprego	214	2,0
Rendimento social de inserção	77	0,7
Outro subsídio temporário (doença, maternidade, etc.)	110	1,0
Rendimento da propriedade ou da empresa	117	1,1
A cargo da família	744	6,9
Outra situação	477	4,4

Fonte: INE, Censos 2021

Importa salientar que, a partir de 2001, na medida em que o recenseamento demográfico passou a identificar (em conjunto) os residentes com diferentes níveis de limitações funcionais relacionados com a pessoa e com o seu meio ambiente, passou a englobar deficiências, limitações na atividade e restrições de participação no mesmo grupo. Desta forma, os números recolhidos e apresentados não traduzem, de forma isolada, a população com deficiência, com as suas especificidades, integrando-os no mesmo subgrupo da população residente que, por via da idade e do envelhecimento, apresentam um número crescente de incapacidades.

Respostas locais

A APCO - Associação de Paralisia Cerebral de Odemira, é a única entidade do concelho totalmente dedicada, através das suas várias respostas, a trabalhar com pessoas com deficiência durante todo o seu espectro de vida, assumindo o compromisso de contribuir para que Odemira seja uma comunidade inclusiva.

No âmbito das respostas disponíveis para pessoas com deficiência existem:

Um CACI - **Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão**, no qual se desenvolvem atividades para jovens e adultos, cujas capacidades não permitem, temporária ou permanentemente, o exercício de uma atividade produtiva, tendo capacidade para 25 pessoas (futuramente, através das novas instalações, alargada para 30).

A **Equipa Local de Intervenção Precoce de Odemira** (ELI) que apoia crianças dos 0 aos 6 anos que apresentem alterações ao nível do seu desenvolvimento, que limitem a sua participação nas atividades típicas para a sua idade e contexto social ou em risco grave de atraso de desenvolvimento, bem como as suas famílias. Nos últimos anos esta equipa acompanhou: 90 crianças em 2018; 108 em 2019; 122 em 2020; 121 em 2021; e 118 crianças em 2022.

O CRI - **Centro Recursos para a Inclusão**, que apoia a inclusão dos/as alunos/as com necessidade de mobilização de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, em parceria com as estruturas da comunidade, no que se prende com o acesso ao ensino, à formação, ao trabalho, ao lazer, à participação social e à vida autónoma, promovendo o máximo potencial de cada um/a, intervindo prioritariamente em contextos naturais, seja no espaço da escola ou na ligação aos recursos da comunidade. Em 2021, o CRI acompanhou 73 crianças.

A APCO disponibiliza ainda outras respostas. Nomeadamente, o **Gabinete de Apoio a Programas Incluídos na Comunidade** (GAPRIC), um serviço destinado a pessoas com deficiência e doença mental não institucionalizadas, que procura mobilizar os recursos existentes na comunidade (empresas, autarquias, entidades e serviços diversos), para a realização de atividades significantes e estruturantes incluídas na comunidade, atendendo às necessidades de cada pessoa (12 pessoas em 2021); um **Lar Residencial**, que garante alojamento coletivo de utilização temporária ou permanente a adultos com deficiências que os impossibilitem de residir no seu seio familiar (24 pessoas em 2021); e o **Serviço de Apoio Domiciliário** (SAD), que presta cuidados individualizados e personalizados no domicílio, a pessoas (e suas famílias) com deficiência, quando estas estão impossibilitadas de assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e/ou as atividades de vida diária (2 pessoas em 2021).



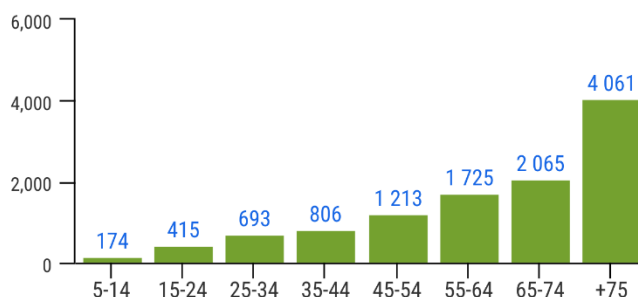
Pessoas com deficiência e/ou incapacidade - em síntese:

Em 2021:

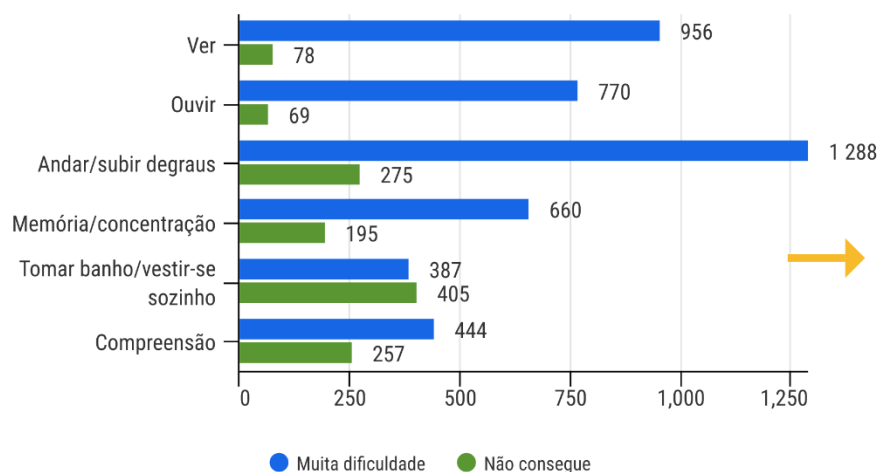
16,5% da população residente tinha pelo menos 1 dificuldade

A maioria da população que relatou dificuldades ou incapacidade tinha 70 ou mais anos

População residente no concelho de Odemira com pelo menos uma dificuldade, por grupo etário (2021)

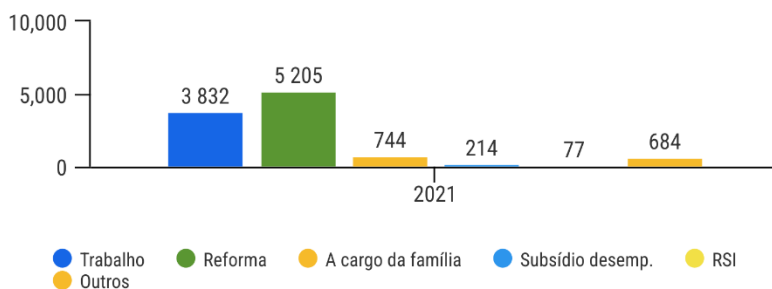


População residente no concelho, por tipo e grau de dificuldade (2021)



As incapacidades no âmbito do **autocuidado**, da **mobilidade** e da **comunicação**, foram identificadas em maior número pelas pessoas que as reportaram

Principal meio de vida das pessoas com uma ou mais dificuldades (2021)



O **trabalho** e a **reforma** são as principais fontes de rendimento das pessoas com 15 ou mais anos, com pelo menos uma dificuldade, residentes no concelho de Odemira

9. ÁREAS PRIORITÁRIAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Neste capítulo procuraremos caracterizar as áreas identificadas, pelos atores locais auscultados, como prioritárias para a intervenção social no concelho de Odemira. Estes atores foram identificados pelo núcleo executivo do CLASO, atendendo às entidades parceiras e à atuação e conhecimento que detêm do território, seja a um nível mais micro (como entidades de intervenção local em determinada área específica), como a um nível mais macro (entidades de atuação distrital/ regional).

As áreas prioritárias foram identificadas numa análise cruzada da perceção dos diferentes atores auscultados através de instrumentos de recolha de informação distintos como: questionários online, workshops presenciais e online, com atores sociais e políticos do território.

Pretende-se neste capítulo aprofundar, nas áreas agora identificadas como prioritárias, alguns dos dados já apresentados anteriormente, procurando informação mais pormenorizada e recorrendo a atores locais. Procura-se ainda enunciar os constrangimentos existentes ao desenvolvimento social nesses mesmos domínios, identificados pelos atores locais, e também aquelas que são as atuais respostas existentes no território, de modo a perspetivar possíveis linhas de ação.

9.1. Saúde

O domínio da saúde influencia o bem-estar e qualidade de vida da população, podendo ser vários os fatores que afetam a mesma e que vão desde fatores biológicos, comportamentais, socioeconómicos e ambientais. A promoção da saúde é desta forma fundamental para o desenvolvimento social dos territórios e envolve um conjunto alargado de setores para que se possa atuar nos seus múltiplos campos de influência.

No âmbito do processo de levantamento de problemas e necessidades associadas a este domínio, os atores sociais destacaram como problema prioritário de intervenção,

no concelho de Odemira a **insuficiente capacidade de resposta dos cuidados de saúde face às necessidades existentes no território.**

A insuficiente capacidade de resposta identificada é percecionada de uma forma global no território, bem como em diversos domínios mais específicos como seja a saúde mental, a reabilitação e o planeamento familiar.

De acordo com o BI-CSP, a UCSP de Odemira tendo um total de 33.101 utentes inscritos, 21,49% estão sem médico de família, o que desde logo dificulta o acesso a um conjunto de direitos e serviços no âmbito da saúde, uma vez que a organização do SNS passa na sua primeira linha por este profissional de saúde.

Não sendo fácil o acesso aos serviços de saúde primários, seja por não ter médico de família ou pela inexistência de alguns serviços de saúde acessíveis e próximos, nomeadamente em determinadas zonas do território, ou para determinada população sem acesso a transporte próprio, podem estes fatores potenciar um maior consumo de serviços de urgência, quando tal não se justifica. Em 2015, a Região do Alentejo era onde se verificava a maior percentagem de episódios de urgência por utilizadores frequentes do Serviço de Urgência (+4 visitas ano) – 31%.

A saúde mental é uma parte inseparável da saúde geral e do bem-estar do indivíduo, bem como é uma das áreas de maior relevância para a saúde das populações, sendo priorizada a nível nacional mediante o Programa Nacional para a Saúde Mental da DGS, o qual pretende *“Assegurar a toda a população portuguesa o acesso a serviços habilitados a promover a sua saúde mental, prestar cuidados de qualidade e facilitar a reintegração e a recuperação das pessoas com doença mental.”*²⁸

Em 2022, a Organização Mundial de Saúde (OMS) refere no seu relatório mundial de saúde mental: transformas a saúde mental para todos, que “A saúde mental é intrínseca e instrumental para a vida de todas as pessoas. Influencia a forma como pensamos, sentimos e agimos. Ela sustenta a nossa capacidade de tomar decisões, construir relacionamentos e moldar o mundo em que vivemos. A saúde mental também é um direito humano básico. E é crucial para o desenvolvimento pessoal, comunitário e socioeconómico.”

²⁸ <https://www.sns.gov.pt/institucional/programas-de-saude-prioritarios/programa-nacional-para-a-saude-mental/>

Os resultados do estudo sobre a prevalência de doenças mentais na população adulta portuguesa sugerem que Portugal é o país da Europa com maior prevalência de doenças mentais na população adulta: em 2016, um em cada cinco portugueses/es sofreu de uma doença psiquiátrica e quase metade já teve uma perturbação depressiva, de ansiedade ou de demência durante a sua vida.

Os fatores sociais da saúde mental incluem questões económicas e sociais. Assim o contexto social e económico específico de cada indivíduo (como a pobreza e nível de rendimento), ao longo do ciclo de vida, a diferente exposição a eventos adversos ao longo da vida (como a violência interpessoal e doméstica), bem como as condições específicas de vulnerabilidade e resiliência que estes contextos e exposição produzem, colocam os indivíduos em situações diferentes para atingir o mais elevado padrão de saúde mental e bem-estar psicológico. É desta forma indispensável que a atuação ao nível preventivo e corretivo, na área da saúde mental, envolva atores de diferentes esferas da vida: sociais, educativos, económico-laborais, entre outros.

De acordo com o Conselho Nacional de Saúde, as perturbações mentais são a principal causa de incapacidade e a terceira causa em termos de carga da doença, sendo responsáveis por cerca de um terço dos anos de vida saudáveis perdidos devido a doenças crónicas não transmissíveis.

A região do Alentejo tem acompanhado a tendência nacional de aumento da proporção de utentes com registo de demências, perturbações da ansiedade e perturbações depressivas.

Em 2018 a região do Alentejo apresentava uma proporção de 13,4% de utentes com registo de perturbações depressivas, 7% com registo de perturbações de ansiedade e 0,8% com registo de demência, entre as/os utentes inscritos ativos em cuidados de saúde primários, estas perturbações têm vindo a aumentar na região desde 2011. A proporção de utentes que registaram patologias de perturbações de ansiedade e demência, era de 8,8%, nesse mesmo ano, o valor mais elevado registado a nível nacional.

Tabela 86 – Proporção de utentes com registo de demências, perturbações da ansiedade e perturbações depressivas entre as/os utentes inscritos ativos em Cuidados de Saúde Primários (%), por região de saúde (2011-2018)

	2011	2012	2014	2016	2018
Perturbações depressivas					
Norte	5,42	6,61	8,86	9,83	11,1
Centro	6,88	7,88	9,73	11,14	13,2
Lisboa e Vale do Tejo	3,71	5,23	6,63	8,00	10,0
Alentejo	6,05	7,23	9,62	11,13	13,4
Algarve	2,40	3,34	5,04	6,79	8,5
Portugal Continental	5,34	6,85	8,98	9,32	
Demência					
Norte	0,44	0,55	0,75	0,79	0,8
Centro	0,51	0,60	0,78	0,87	1,0
Lisboa e Vale do Tejo	0,31	0,47	0,64	0,73	0,8
Alentejo	0,56	0,70	1,01	1,09	1,2
Algarve	0,19	0,28	0,49	0,63	0,7
Portugal Continental	0,40	0,53	0,72	0,79	
Perturbações da ansiedade					
Norte	3,34	4,16	5,65	6,46	7,0
Centro	4,27	4,94	6,32	7,35	8,3
Lisboa e Vale do Tejo	1,88	2,79	3,81	4,96	5,9
Alentejo	4,14	4,97	6,70	7,86	8,8
Algarve	1,44	2,09	3,45	4,71	5,4
Portugal Continental	3,51	3,77	5,07	6,06	

Fonte: Programa Nacional para a Saúde Mental - 2017

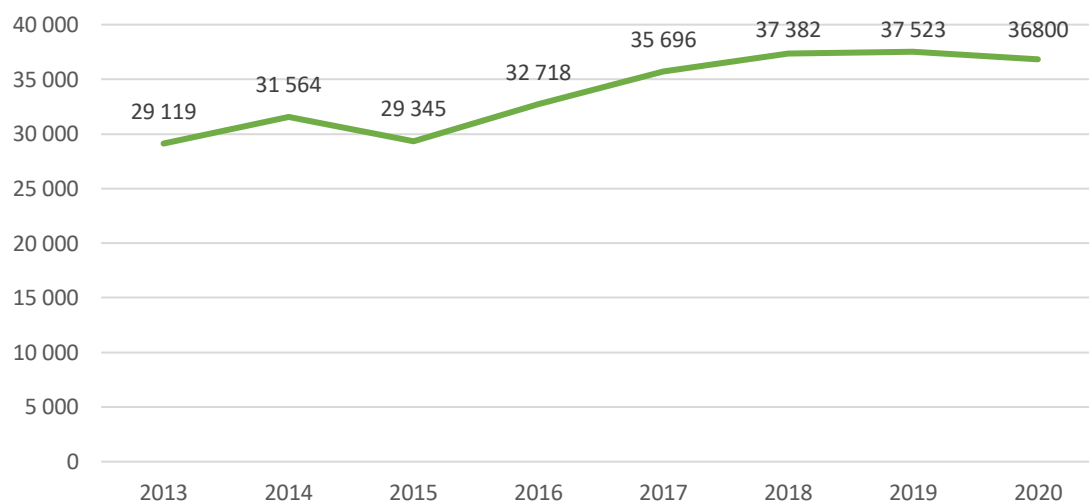
Analisando mais concretamente o concelho de Odemira, verifica-se a existência de fatores que podem contribuir para o aumento e manutenção das situações de doença mental, nomeadamente, um maior número de pessoas com demência, associado ao gradual envelhecimento da população no concelho, bem como as dependências como o alcoolismo.

O ULS Litoral Alentejano não dispõe de dados relativos à população afetada por doenças mentais ou psiquiátricas (em acompanhamento), o que constitui uma fragilidade evidente no sentido do conhecimento fundamentado acerca da evolução do número de doentes. Ainda assim, é de referir que, no triénio 2019-2011, a taxa de mortalidade padronizada na população com idade inferior a 75 anos onde a causa de morte foram lesões autoprovocadas voluntariamente, foi de 23,5‰ valor superior ao

registado na ARS Alentejo (15,4‰) e no território nacional (6,9‰). Também ao nível dos diagnósticos ativos ao nível das perturbações depressivas, a ULS Litoral Alentejano registava em 2013 um valor de 7,2%, sendo o quarto diagnóstico ativo mais predominante. Analisando a proporção de inscritos com diagnóstico ao nível das perturbações depressivas, verifica-se uma maior incidência nas mulheres (11,4%) do que nos homens (2,7%).

Ao nível dos dados disponibilizados pelo INE (Estatísticas da Saúde, 2020), o número de consultas externas hospitalares na Região do Alentejo, no ano de 2020, na especialidade de Psiquiatria foi de 36.800, um número que tinha vindo a aumentar desde 2015 e que diminuiu ligeiramente entre 2019 e 2020.

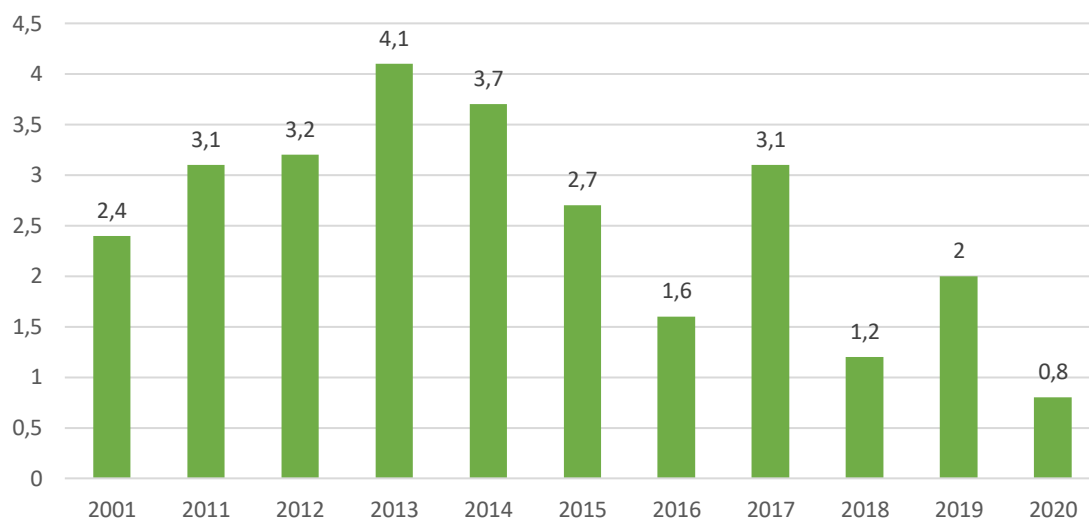
Gráfico 50 - Consultas médicas na unidade de consulta externa de Psiquiatria dos hospitais públicos e em parceria público-privada região Alentejo 2013 e 2020 (N.º)



Fonte: INE

A taxa de mortalidade padronizada por suicídio, em 2017, na população com menos de 65 anos, situou-se em 10,1‰ na região do Alentejo, valor superior ao registado a nível nacional – 6,6‰. É ainda de ressaltar que este valor, quando analisado por género, é bastante superior no sexo masculino (14,3‰ Região do Alentejo) do que no feminino (6,1‰).

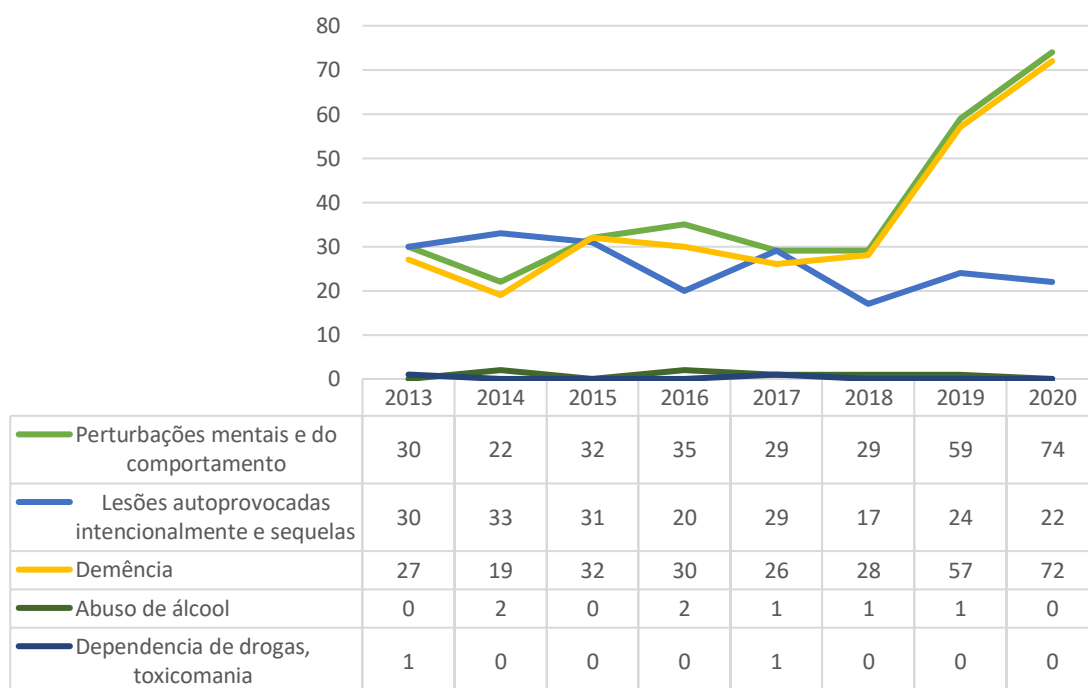
Gráfico 51 – Mortes no município de Odemira por suicídio entre 2001 e 2020 (%)



Fonte: PORDATA

Analisando os dados disponíveis relativos às causas de morte (lista OCDE adaptada), nomeadamente as relacionadas com as lacunas identificadas pelos atores locais, da população residente no Alentejo Litoral, entre 2013 e 2020, verifica-se que em 2020 foram as mortes motivadas por perturbações mentais e do comportamento e por demência as que foram registadas em maior número.

Gráfico 52 – Algumas causas de morte (lista OCDE adaptada) da população residente na região do Alentejo Litoral entre 2015 e 2020 (N.º)



Com efeito, e apesar da não existência de dados concretos na área da saúde mental no concelho, foi possível verificar que esta é uma área de preocupação para os atores locais, sendo a área da saúde a segunda considerada mais prioritária pelos inquiridos (sendo considerada a área da saúde incluindo saúde mental e consumos) e indicada como prioritária nos vários *workshops* realizados.

De acordo com as perceções recolhidas, esta é uma problemática transversal a todo o território municipal e cujas principais dificuldades ocorrem devido à insuficiência de recursos humanos e de respostas estruturais, que origina uma sobrecarga ao nível das respostas existentes (e nem sempre as mais adequadas) e com impacto nas famílias /cuidadoras/es informais, que em muitos casos não estão capacitadas e/ou não têm disponibilidade para tal, uma vez que trabalham, e/ou não têm capacidade económica para garantir uma resposta adequada no setor privado. Desta forma, criam-se situações de grande desproteção das pessoas com doença mental.

Atualmente, não existem consultas de Psicologia nos serviços de proximidade, sendo as situações mais urgentes encaminhadas para o Hospital em Santiago do Cacém.

Em linha com estes dados está o facto de nos países ocidentais industrializados, as perturbações psiquiátricas e os problemas relacionados com a saúde mental se terem tornado a principal causa de incapacidade e uma das principais causas de morbilidade e morte prematura (Plano Nacional de Saúde Mental, 2007-2016). Em 2010, as perturbações depressivas eram o terceiro motivo de carga global de doença e em 2030 prevê-se que sejam o primeiro, a nível mundial, com agravamento das taxas de suicídio e para-suicídio.

Segundo o Conselho Nacional de Saúde Mental (2013), existem grupos populacionais mais vulneráveis e fatores de risco para o aparecimento de doença mental. O desemprego, empobrecimento e ruturas familiares estão entre as causas mais frequentes para o aumento do risco de doença mental, nomeadamente, depressão, aumento de consumo de álcool e suicídio. Os homens têm um risco aumentado de doenças mentais, bem como jovens desempregadas/os, e grupos com maior dependência (crianças, idosos/os e pessoas com doenças crónicas incapacitantes).

A prevalência de sintomas depressivos aumenta com a idade, sendo superior na população reformada, desempregada ou inativa (em comparação com a população empregada), bem como na população sem escolaridade e com o ensino básico (em comparação com o ensino secundário e superior) (INE, 2015). Esta evidência fundamenta a perceção dos atores locais que indicam que no município de Odemira

existem alguns fatores que contribuem para o aumento do número de pessoas com diagnóstico de doença mental: o aumento do índice de envelhecimento e de dependência da população idosa no concelho; situações de isolamento em alguns grupos da população residente, com particular destaque para os idosos; o consumo de álcool, tabaco e outras drogas; a baixa escolaridade da população e a vulnerabilidade económica das famílias.

Portugal foi pioneiro na área da saúde mental, sendo um dos primeiros países europeus a adotar uma lei nacional – Lei de Bases da Saúde Mental, em 1963, que propunha um modelo de cuidados baseado na comunidade e que permitiu a criação de centros de saúde mental em todos os distritos e o aparecimento de movimentos, tais como a psiquiatria social e a ligação aos cuidados de saúde primários. Nesse sentido, em 1998, é aprovada a Lei 36/98 e o Decreto-Lei n.º35/99, a Lei de Saúde Mental, que estabelece os princípios gerais da política de saúde mental e regula o internamento compulsivo de pessoas com doença mental.

No entanto, apesar dos avanços positivos nesta área, nomeadamente, a criação de serviços descentralizados e o desenvolvimento de programas e estruturas de reabilitação psicossocial, ainda se verifica uma falta de planeamento e de apoio consistente dos serviços de saúde mental em Portugal. Segundo o Plano Nacional de Saúde Mental (2007-2016), os serviços de saúde mental em Portugal, sofrem de insuficiências graves, a nível da acessibilidade, da equidade e da qualidade de cuidados. Dos resultados obtidos, destacam-se:

- O número de pessoas com doença mental, que procura os serviços de saúde (1,7%), é extremamente baixo relativamente ao que seria de esperar (sabe-se que 5 a 8% da população sofre de uma perturbação psiquiátrica de certa gravidade em cada ano).
- O internamento é a resposta preferencial (83%) e que consome a maioria dos recursos, quando a evidência científica prova que as intervenções na comunidade, são as mais efetivas e as preferidas pelos utentes e suas famílias. É importante referir que, desde 2013, tem-se registado uma ligeira redução no número de internamentos, a qual poderá ser devida a uma diminuição da acessibilidade aos serviços especializados, mas também ao trabalho comunitário desenvolvido pelos serviços locais (Programa Nacional para a Saúde Mental 2017).

Apesar dos esforços e avanços, os recursos humanos atribuídos à saúde mental são ainda poucos, o que tem condicionado o desenvolvimento e a melhoria de serviços neste setor, o que é preocupante dado o impacto das doenças mentais na vida das pessoas. Existem, no entanto, algumas oportunidades que poderão ajudar a superar algumas das dificuldades, nomeadamente, as equipas prestadoras da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental (RNCCISM), e as unidades de psiquiatria e saúde mental nos hospitais gerais.

Também a integração da saúde no objetivo 3 da agenda 2030 para o Desenvolvimento sustentável, nomeadamente reconhecendo a promoção da saúde mental e a prevenção das perturbações mentais e associadas ao consumo de substâncias como metas, poderá reforçar, junto dos decisores políticos, a importância da implementação de medidas de promoção e tratamento da saúde mental em Portugal.

De acordo com os resultados obtidos no Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) de 2021, parte significativa da população com 16 ou mais anos reportou ter sentido um efeito negativo da pandemia COVID-19 sobre a saúde mental (26,6%), sendo sobretudo as mulheres que mais identificaram esta (30,2%).

Já ao nível dos consumos de substâncias psicoativas (SPA) e, de acordo com o inquérito realizado no Dia da Defesa Nacional (SICAD, 2019), o Alentejo é a região do país com maior prevalência de consumos de bebidas alcoólicas e de comportamentos de risco associados ao álcool. Os dados do Estudo sobre o Consumo de Álcool, Tabaco, Droga e Outros Comportamentos Aditivos e Dependências (ECATD, 2019) também destacam o Alentejo com a maior proporção de consumidores que ingeriram bebidas alcoólicas nos últimos 12 meses e 30 dias, comparativamente à média nacional, sendo a região do país onde os consumos de álcool bem como os comportamentos de risco acrescidos são mais prevalentes e frequentes em comparação com o total nacional.

A ARS Alentejo tem a este nível a Divisão de Intervenção nos comportamentos aditivos e nas dependências, a qual pretende atuar na promoção da redução do consumo de substâncias psicoativas, prevenção dos comportamentos aditivos e diminuição das dependências.

De acordo com a perceção dos atores, verifica-se no concelho um consumo de álcool, que segundo estes se encontra associado a questões culturais, sendo agravada pela banalização do seu consumo e pela facilidade no seu acesso.

O consumo abusivo de álcool, bem como de outros produtos, provoca danos severos na saúde física (são exemplo as doenças crônicas do fígado) e é igualmente um fator de risco para o aparecimento de problemas no foro da saúde mental (nomeadamente, perturbações depressivas).

De acordo com o Inquérito aos Jovens Participantes no Dia da Defesa Nacional 2018, 51,9% dos jovens tinham um consumo binge²⁹ e 33,9% de embriaguez³⁰ nos últimos 12 meses entre os jovens de 18 anos, valores esses muito superiores aos identificados para a população adulta (9,7% e 5,4%, respetivamente), revelando-se preocupante esta tendência nacional no que se refere ao consumo de álcool.

Neste âmbito, o SICAD implementou a rede de referência/articulação no âmbito dos Comportamentos Aditivos e Dependências a qual pretende articular serviços para a disponibilização de respostas necessárias e eficientes para a deteção, diagnóstico precoce e tratamento integrado, tendo em vista a reabilitação da/o doente e respetiva família. Esta rede tem 3 níveis de intervenção os quais, na Região do Alentejo, têm os seguintes intervenientes:

Nível 1	Forças de Segurança ACES e ULS (UCSP/ USF; Serviços de Urgência) Sistema Judicial (tribunais e estabelecimento prisional)
	Equipas de Intervenção Local em Dependências (tratamento e reinserção) Comissão para a dissuasão da toxicodependência
Nível 2	Unidades de desabituação
Nível 3	Unidades de alcoologia
	Departamentos de saúde mental e unidades especiais de saúde mental
	Comunidade terapêutica

Fonte: Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências: Rede de referência/ articulação no âmbito dos Comportamentos Aditivos e das Dependências (2013)

²⁹ *Binge* – Consumo de 4 ou mais copos (sexo feminino) ou 6 ou mais copos (sexo masculino) de uma qualquer bebida alcoólica na mesma ocasião

³⁰ *Embriaguez* – Ficar a cambalear, dificuldade em falar, vomitar não recordar o que aconteceu.

Destacam-se como respostas existentes na ARS Alentejo, para pessoas com problemas Aditivos e Dependências:

Unidade	Consulta Descentralizada	Consulta Adolescente
CRI Baixo Alentejo	-	IPDJ de Beja
CRI Alentejo Central	Centro de Saúde de Vendas Novas	IPDJ de Évora
CRI Norte Alentejano Equipa Portalegre e Equipa de Elvas	Centro de Saúde de Ponte de Sôr	IPDJ de Portalegre
CRI Litoral Alentejano	Centro de Saúde de Odemira	CRI

O Centro de Respostas Integradas do Litoral Alentejano depende da Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (DICAD) da Administração Regional de Saúde do Alentejo.

Esta unidade local de saúde para além de intervir nas chamadas substâncias ilícitas (heroína, cocaína, canábis, ...) e nas legais como a álcool, intervém ainda na prevenção e tratamento de comportamentos aditivos e dependências sem substância (o jogo, o gaming, redes sociais...).

No que respeita às causas apontadas para os problemas relacionados com a saúde, incluindo a saúde mental, são referidas pelos atores locais:

1. Insuficientes Recursos Humanos e dificuldade no seu recrutamento;
2. Falta de capacidade das estruturas de saúde existentes para assegurar o acompanhamento adequado e com a regularidade requerida;
3. Insuficiência de respostas comunitárias que proporcionem um acompanhamento regular e inexistência de respostas concelhias de acompanhamento estruturadas;
4. Insuficiência económica da população que impede o acesso a respostas/serviços privados;
5. Sobrecarga e *burnout* dos profissionais de saúde;
6. Dificuldade de acesso aos serviços de saúde disponíveis (inexistência de transportes, distância a percorrer, horários desajustados, morosidade de marcação de consultas, etc.)

No âmbito da prevenção e intervenção em saúde mental (onde se inclui os consumos e dependências), importa ainda referir a importância da promoção dos fatores protetores, que poderão ser a chave para intervenções bem-sucedidas ao nível da mitigação de problemas neste âmbito e para a capacitação da saúde dos indivíduos e suas famílias. Assim, destacam-se como fatores protetores: bons níveis de autoestima, existência de recursos sociais de apoio, resiliência, capacidade de adaptação à mudança, prática de exercício físico, higiene do sono, alimentação saudável, existência de boas relações interpessoais, existência de redes de suporte, emprego, estabilidade económica, controlo de doenças crónicas, vigilância periódica de saúde e literacia em saúde.

Neste sentido no concelho de Odemira integra a Rede Portuguesa dos Municípios Saudáveis, da qual fazem parte mais de 35 municípios, que têm como objetivo apoiar e promover a definição de estratégias locais suscetíveis de favorecer a obtenção de ganhos em saúde. No concelho de Odemira são assim implementadas algumas ações e projetos no âmbito da saúde por forma a prevenir e atuar junto da população, e dos quais se destaca:

1. Unidade Móvel de Saúde (UMS) - A UMS é um programa que assume a finalidade de dar resposta ao objetivo fundamental da Lei de Bases da Saúde, “Obter a igualdade dos cidadãos no acesso aos cuidados de saúde, seja qual for a sua condição económica e onde quer que vivam, bem como garantir a equidade na distribuição de recursos e na utilização de serviços”. A UMS presta cuidados multidisciplinares (de natureza preventiva, curativa, de reabilitação e paliativa), numa lógica de proximidade com qualidade, colmatando as assimetrias geográficas do concelho, de forma a garantir o máximo de equidade nos cuidados de saúde.
2. Cartão Social Municipal +65 – Cartão que proporciona benefícios aos agregados familiares em situação de carência socioeconómica, com apoios específicos para a população idosa na área da saúde.
3. O Cartão abem – integrando a Rede Solidária do Medicamento este cartão destina-se a proporcionar benefícios na aquisição de medicamentos a agregados familiares carenciados do Concelho de Odemira, que de outra forma ficariam condicionados na aquisição e respetiva toma de medicação prescrita, permitindo-se o acesso generalizado ao medicamento por parte de toda a população mais carenciada do concelho de Odemira, com carácter prolongado no tempo ou para suprir situações de inesperada carência económica.
4. Projeto Viver Ativo – este projeto pretende melhorar a qualidade de vida da população inativa do concelho, por intermédio da prática de atividade física regular. São

desenvolvidas atividades de ginásio adaptadas à população a que se destina, passeios a pé, jogos tradicionais, visitas culturais, convívios, entre muitas outras ações.

5. Gabinete Cui(DAR)+ - pretende dar resposta às necessidades dos cuidadores, através de uma estrutura de apoio centrada em 3 níveis de bem-estar (Psicológico, Social e Físico). Este apoio é concretizado através das seguintes respostas: o apoio psicológico; o encaminhamento social; o descanso e substituição do Cuidador; ensinos ao domicílio; e ações de sensibilização/ workshops de capacitação em áreas temáticas que também possam promover uma maior capacitação do Cuidador e da comunidade.

Neste domínio são promovidos assim vários os projetos que fomentem a prática de atividade física regular, numa perspetiva de melhoria da saúde, bem-estar e qualidade de vida, com especial incidência em algumas faixas da população residente, nomeadamente idosos, cidadãos portadores de deficiência, populações carenciadas e jovens.

Apresentamos em seguida, uma síntese da perceção dos atores sobre as principais necessidades e problemas nesta área, assim como algumas recomendações para possível intervenção.

Tabela 87 – Necessidades e/ou problemas identificados na área da Saúde

Necessidades/ Problemas	Evidências	Recomendações
Insuficientes respostas face às necessidades existentes	21,49% utentes da UCSP de Odemira sem médico de família	Reforço da rede de transportes públicos entre freguesias e concelhos;
	Défi ce de médicos e de enfermeiros por 1.000 habitantes: 1,2 médicos e 2 enfermeiros	Implementação de respostas de transporte específicas para o acesso a serviços, sobretudo para população mais isolada;
	Inexistência de respostas próximas geograficamente ao nível de algumas consultas de especialidade, com dificuldade acrescida pelo défi ce de resposta dos transportes públicos	Implementação de soluções de proximidade e de contacto não-presencial;
	Elevado tempo de espera de resposta em consultas de especialidade	Promover a articulação entre entidades com intervenção no território que possam realizar ações ao nível da prevenção, monitorização e acompanhamento;

	Aumento de utentes com diagnóstico registado de demência, perturbações da ansiedade e depressivas	Levantamento do número de pessoas residentes no território com necessidade de acompanhamento ao nível da saúde mental;
	Taxa de mortalidade padronizada da população com menos de 75 anos, por lesões autoprovocadas voluntariamente de 23,5%	Abertura formal de unidades e equipas prestadoras de cuidados continuados integrados de saúde mental para a população adulta, infância e juventude;
	Alentejo como região nacional com mais comportamentos de risco associados ao álcool	Implementar iniciativas locais de apoio à fixação de profissionais de saúde.

9.2. Habitação

Odemira é, a seguir a Alcácer do Sal, o segundo concelho com menor densidade de alojamentos por km² na Região do Alentejo Litoral, o que é facilmente entendível perante a elevada extensão geográfica do concelho.

No que concerne à habitação social, o concelho de Odemira, em 2011, concentrava apenas 3,5% do total de edifícios de habitação social da região do Alentejo Litoral. No que respeita ao total de fogos em arrendamento habitacional os números são igualmente pouco expressivos, pois em 2012, apenas 4,2% do total de fogos de habitação social arrendados na região do Alentejo Litoral estavam no concelho de Odemira.

Reabilitação Urbana

O Município de Odemira atribui à reabilitação urbana um papel importante para a promoção da coesão territorial.

A aposta do Município de Odemira na reabilitação urbana materializa-se na criação do programa Odemira Reabilita, que define um conjunto de incentivos à reabilitação do património edificado, aplicáveis nas 14 áreas de reabilitação urbana (ARU) legalmente delimitadas no Município: Colos, Odemira, Sabóia, São Luís, São Teotónio, Vila Nova de Milfontes, Zambujeira do Mar, Amoreiras-Gare, Luzianes-Gare, Pereiras-Gare, Relíquias, Santa Clara-a-Velha, São Martinho das Amoreiras e Vale de Santiago.

Com estes incentivos, pretende-se que as intervenções públicas a desenvolver durante o horizonte temporal das respetivas Operações de Reabilitação Urbana das ARU

contribuam para a mobilização do investimento privado na reabilitação do edificado com necessidades de intervenção, promovendo, dessa forma, a revitalização dos principais núcleos urbanos do concelho e a coesão territorial. Nesse sentido, foi definido um quadro de incentivos para a reabilitação urbana centrado em três componentes:

- Na simplificação administrativa e reconhecimento de boas práticas;
 - Adequação das exigências técnicas dos projetos de arquitetura e especialidades
 - Agilização dos processos de operações urbanísticas
 - Gabinete de apoio à reabilitação urbana
 - Prémio de Reabilitação Urbana do Município de Odemira
- Na redução e isenção de taxas e impostos;
 - Redução do IVA
 - Isenção ou redução do IMI
 - Isenção do IMT
 - Isenção de taxas municipais relativas a operações urbanísticas
- E na comparticipação financeira a fundo perdido e condições especiais para empréstimos.
 - Apoio financeiro ao investimento no âmbito de atividades económicas
 - Condições de financiamento especiais para reabilitar
 - Condições de financiamento especiais para arrendar

Estratégia Local de Habitação

A Estratégia Local de Habitação de Odemira, em vigor até 2026, reconhece o papel decisivo de uma aposta vinculada na provisão de habitação de interesse social para garantir uma resposta concreta e adequada às carências habitacionais anteriormente identificadas, apresentando uma estratégia suportada nos seguintes objetivos:

Objetivo Estratégico 1 – Dar resposta às carências habitacionais do território.

Pretende-se desenvolver soluções habitacionais adequadas às diferentes famílias que vivem em condições indignas: famílias que residem em Odemira (maioritariamente de nacionalidade portuguesa) com necessidades habitacionais permanentes; famílias que integram trabalhadores migrantes com necessidades habitacionais também permanentes; famílias que integram trabalhadores migrantes com necessidades habitacionais de médio prazo; e famílias constituídas por trabalhadores sazonais com necessidades habitacionais temporárias. A eficácia de implementação das soluções habitacionais para os diferentes “destinatários” depende de uma profunda articulação e envolvimento de atores públicos e privados.

Objetivo Estratégico 2 – Melhorar a atratividade do ambiente urbano de Odemira.

Centra-se no conjunto de intervenções de qualificação do espaço público e reabilitação do edificado público, em particular com as intervenções programadas no âmbito do PEDU que não foram objeto de contratualização, bem como as intervenções de reabilitação do edificado público e privado, dinamizadas no quadro das ARU e do programa Odemira Reabilita, que contribuam para melhoria do estado de conservação do edificado e dinamizem o mercado de arrendamento, mormente através do aumento da oferta de habitações no segmento acessível.

Objetivo Estratégico 3 – Implementar um modelo de governação partilhada da ELH.

Foca-se na definição e implementação de um modelo de governação ancorado no envolvimento de um conjunto de entidades fundamentais para a operacionalização da ELH, incluindo a monitorização, avaliação e comunicação dos resultados da sua implementação, bem como na capacitação institucional para a mobilização e divulgação da Nova Geração de Políticas de Habitação.

Apresentamos em seguida, uma síntese da percepção dos atores sobre as principais necessidades e problemas nesta área, assim como algumas recomendações para possível intervenção.

Tabela 88 – Necessidades e/ou problemas identificados no âmbito da Habitação

Necessidades/ Problemas	Evidências	Recomendações
Dificuldade de acesso a habitação	Insuficiente oferta de habitação no mercado, livre e de para arrendamento ou compra	Intensificar a estratégia de implementação da nova geração de políticas de habitação, nomeadamente, o arrendamento apoiado e o arrendamento acessível em habitações municipais
	Falta oferta de habitação social	
	Elevada procura de habitação Preços elevados/ especulação imobiliária	
	Condições de arrendamento exigentes (acima das condições das pessoas e famílias que procuram habitação)	Prosseguir uma implementação eficaz da atual Estratégia Local de Habitação

9.3. Mobilidade

Para os atores locais, a dificuldade de acesso a serviços e ao mercado de trabalho, são as principais consequências para os problemas ao nível da mobilidade, os quais se relacionam com o défice de horários e percursos, bem como a inadequação da tipologia de veículos existentes para as necessidades da população.

No que respeita aos movimentos pendulares da população, é possível verificar que Odemira se evidencia como o concelho da Região do Alentejo Litoral em que a maior percentagem da população utiliza o transporte coletivo nas suas deslocações para o local de trabalho ou estudo (20,3%), sendo também o território da região onde a menor proporção da população opta pelo transporte individual para essas deslocações (56,5%).

Comparando com os restantes municípios do Alentejo Litoral, Odemira apresenta desvantagens nas distâncias dos acessos aos nós de ligação ao IP1/A2. Nomeadamente, 90 Km do nó de Grândola (cerca de 60 min), 50 km do nó de Ourique (cerca de 45 min) e aproximadamente 60 km do nó de Aljustrel (cerca de 55 min).

Estima-se que, mesmo em período escolar, em Odemira, cerca de 18% da população não disponha de serviço regular de transporte público, valor que ascende aos 28% no período não escolar. Correspondendo, respetivamente a 27 lugares sem acesso, que aumentam para 49 durante os períodos não escolares.

Verifica-se assim a existência de diversas zonas de baixa densidade de concentração de população e povoamento disperso onde a oferta de transporte coletivo não consegue assegurar as necessidades de mobilidade da população residente, refletindo-se na ausência ou fraca oferta de serviço regular.

Apresentamos em seguida, uma síntese da perceção dos atores sobre os principais constrangimentos nesta área e recomendações para possível intervenção.

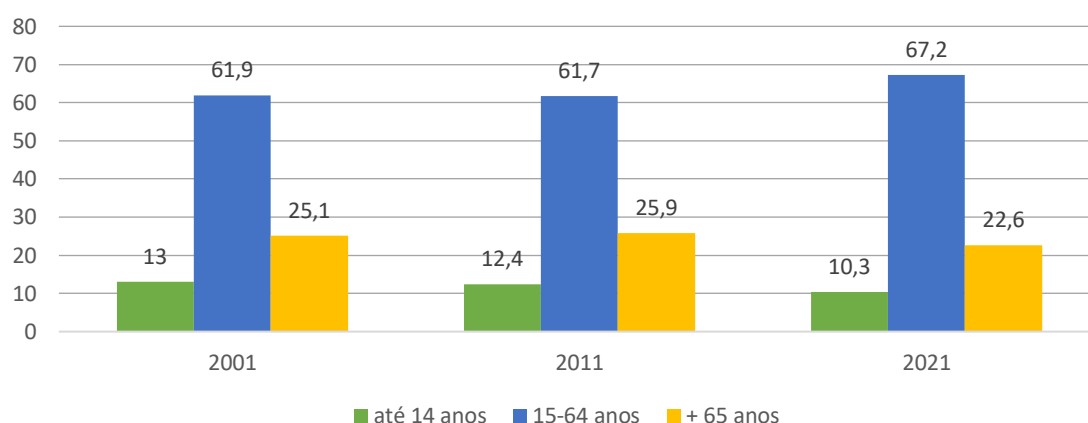
Tabela 89 – Necessidades e/ou problemas identificados no âmbito da Mobilidade

Necessidades/ Problemas	Evidências	Recomendações
Dificuldade de acesso a serviços e ao mercado de trabalho	Horários e frequência dos transportes desajustados face às necessidades	Intensificar o investimento em transporte sociais, garantidos por organizações do 3º setor e juntas de freguesia
	Transportes não adaptados a pessoas com mobilidade reduzida	
	Percursos não garantem acesso a serviços e ao mercado de trabalho (e cultura)	Utilização de minibus (a pedido) que garantam o acesso às paragens dos transportes regulares
	Baixa densidade populacional/ Elevada dimensão do território concelhio	Calendarizar a disponibilização/ utilização do transporte social e de minibus para dois períodos distintos, letivo e não letivo, de modo a colmatar as alterações da oferta de transportes regulares

9.4. Crianças e jovens

Ao nível das crianças e jovens, e tal como referido anteriormente, Odemira, à semelhança do restante território nacional, tem vindo a diminuir percentualmente a sua população até aos 14 anos.

Gráfico 53 – % de população residente no concelho de Odemira, por grandes grupos etários, entre os anos 2001 e 2021 (%)



Fonte: PORDATA

Ainda assim, o índice de dependência de jovens³¹ no município de Odemira é inferior ao registado na região do Alentejo Litoral, Alentejo e até em relação ao nível nacional, nos anos censitários. O município regista inclusive o índice mais baixo na região Alentejo Litoral em 2021, estimando-se que existiam aproximadamente quinze residentes com idade inferior a 15 anos, por cada 100 pessoas entre os 15 e os 64 anos de idade.

³¹ **Índice de dependência de jovens** é o número de menores de 15 anos por cada 100 pessoas em idade ativa, ou seja, com 15 a 64 anos. Um valor inferior a 100 significa que há menos jovens do que pessoas em idade ativa.

Tabela 90 – Índice de dependência de jovens nos concelhos do Alentejo Litoral em 2001, 2011 e 2021 (%)

	2001	2011	2021
Portugal	24,1	22,8	20,7
Alentejo	21,8	21,8	20,8
Alentejo Litoral	20,3	20,1	19,2
Alcácer do Sal	20,1	20,4	19,4
Grândola	19,4	20,8	20,5
Odemira	21,0	20,1	15,3
Santiago do Cacém	19,1	19,3	21,3
Sines	22,7	20,7	22,9

Fonte: PORDATA

Sendo este um dado positivo, atendendo à tendência nacional, é necessário garantir uma resposta qualificada e adequada às necessidades da população mais jovem do concelho, bem como medidas que apoiem a natalidade. A carência económica dos agregados familiares, a precaridade do trabalho dos cuidadores, a insuficiência de respostas que garantam o acompanhamento adequado e ajustado às necessidades das crianças e suas famílias são, entre outros, fatores que devem estar na base da reflexão e intervenção na área das crianças e jovens.

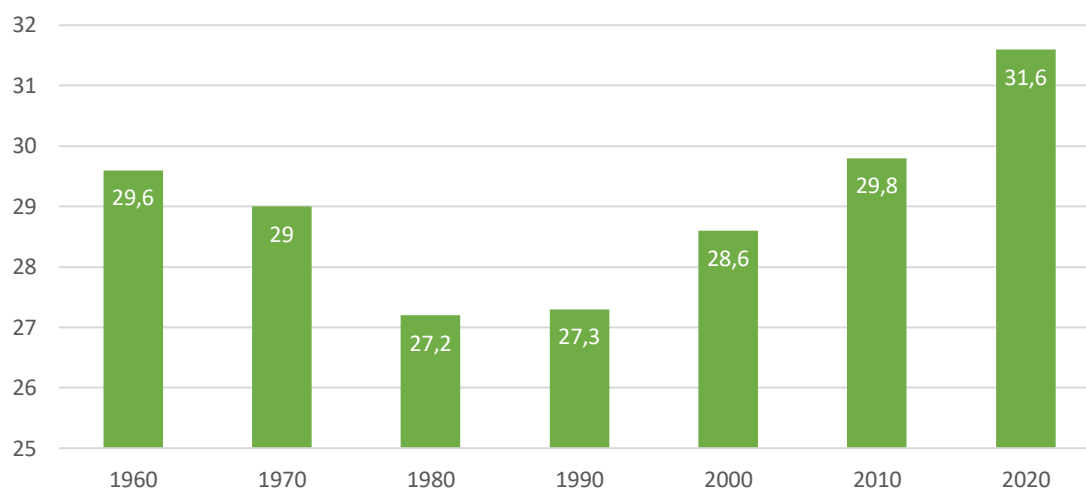
Em Odemira, verificou-se um aumento de número de nascimentos entre 2001 e 2021, registando-se 210 nascimentos em 2001 e 269 em 2021. Analisando os municípios da NUTS III – Alentejo Litoral, o município de Odemira foi onde se registou o maior número de nascimentos em 2021. Nos dados censitários anteriores, de 2011, o município de Odemira, apenas foi precedido por Santiago do Cacém que registou 259 nascimentos, enquanto em Odemira foram registados 214.

Portugal, em 2001 registava 16,2% de população jovem (entre 0 e 14 anos), uma percentagem ligeiramente inferior à registada na UE27 (16,7%), contudo essa diferença percentual tem vindo a aumentar, registando-se em 2019 uma percentagem de 13,6% de população jovem em Portugal, enquanto na União Europeia a 27 países era de 15,1%.

No que se refere à idade média da mãe ao nascimento dos filhos, Portugal regista uma idade média superior à média da UE27 desde 2013, sendo em 2020 o sétimo país da

UE27, com uma média de idade mais elevada (31,6 anos), precedido pela Irlanda (32,6), Espanha e Luxemburgo (32,3), Itália (32,2) Países Baixos e Grécia (31,7).

Gráfico 54 – Idade média da mãe ao nascimento de um filho em Portugal, 1960-2020



Fonte: PORDATA

Na região do Alentejo, em comparação com a média nacional, a idade média da mãe é ligeiramente inferior, em cerca de 6 meses, desde a década de 90. Este dado permite aferir que cada vez mais, as mulheres jovens em Portugal e no Alentejo, esperam mais tempo para o nascimento do primeiro filho, fruto de uma procura de melhores condições de vida e estabilidade profissional e pessoal, para a qual são muitos os fatores que contribuem. A conciliação da vida profissional e familiar, pode aqui ter um papel fulcral, permitindo às famílias a sua fixação no território, bem como uma perceção positiva da sua qualidade de vida.

Com o objetivo de salvaguardar os direitos das crianças, foi proclamada em 1959 a Declaração Universal dos Direitos da Criança, que assenta maioritariamente em três princípios fundamentais – direito à saúde, educação e proteção. Posteriormente, em novembro de 1989, as Nações Unidas adotaram por unanimidade a Convenção sobre os Direitos da Criança (ratificado por Portugal em setembro de 1990), documento que enuncia um amplo conjunto de direitos fundamentais – os direitos civis e políticos, e também os direitos económicos, sociais e culturais – de todas as crianças. A Convenção assenta em quatro pilares fundamentais nos quais se enquadram todos os outros direitos das crianças:

- A não discriminação, que significa que todas as crianças têm o direito de desenvolver todo o seu potencial – todas as crianças, em todas as circunstâncias, em qualquer momento, em qualquer parte do mundo.
- O interesse superior da criança deve ser uma consideração prioritária em todas as ações e decisões que lhe digam respeito.
- A sobrevivência e desenvolvimento sublinha a importância vital da garantia de acesso a serviços básicos e à igualdade de oportunidades para que as crianças possam desenvolver-se plenamente.
- A opinião da criança que significa que a voz das crianças deve ser ouvida e tida em conta em todos os assuntos que se relacionem com os seus direitos.

É com base nestes pilares que têm vindo a ser desenvolvidas estratégias, planos, programas e iniciativas nacionais e internacionais, as quais têm contribuído para a melhoria dos cuidados, condições de vida e desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social desta população.

Na área da educação, a UNESCO tem defendido “Educação Para Todos”, que integra os seguintes objetivos: alargar o acesso à educação e aos cuidados infantis, assegurar a educação primária gratuita, obrigatória e de qualidade para todos e reforçar a qualidade da educação, entre outros (UNESCO, 2015).

A transferência de atribuições e competências da administração central para as autarquias locais (Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de janeiro, Lei n.º 5-A/2002 e Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto), no âmbito da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, vem reforçar a responsabilidade da autarquia no planeamento e gestão do sistema educativo. Acresce ainda o alargamento das competências dos municípios em matéria de educação, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 144/2008 de 28 de julho, tendo a sua última alteração com o Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, com atualização pelo Decreto-Lei n.º 56/2020 de 12 de agosto.

O concelho de Odemira apresenta uma oferta educativa, desde a primeira infância até ao ensino secundário, com equipamentos inseridos na rede solidária, privada/ lucrativa e pública.

De acordo com a Carta Social (2023) existem as seguintes respostas sociais no concelho direcionadas para as crianças e jovens: Creche, Estabelecimento de ensino

Pré-escolar (Jardim de Infância), Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL) e Intervenção precoce.

No total, são 31 equipamentos para crianças e jovens, com uma capacidade total de 1327 crianças e jovens, dos quais 1136 estão ocupadas. Estas respostas englobam a intervenção com crianças com deficiência e em situação de perigo.

Tabela 91 – Respostas sociais para Infância e Juventude no concelho de Odemira (N.º)

Respostas sociais para Infância e Juventude	N.º total de equipamentos	Capac.	Ocup.
Centro de Atividades de Tempos Livres	5	190	153
Creche	4	267	248
Estabelecimento de Educação Pré-escolar	21	791	661
Intervenção Precoce	1	79	74

Fonte: Carta Social (consultada em abril 2023)

Atualmente a ocupação do número total de equipamentos com resposta social de **creche** é de 93%, verificando-se a existência desta resposta social apenas em 4 das freguesias do concelho: São Salvador e Santa Maria, Vila Nova de Milfontes, São Teotónio e Boavista dos Pinheiros. Também as respostas de **Centro de Atividades de Tempos Livres** e de **Intervenção Precoce** se encontram com uma taxa de ocupação bastante elevada: 80,5% e 93,7% respetivamente.

Nos últimos anos tem-se verificado um investimento do Governo na **Educação Pré-escolar**, de forma a garantir o ensino público para crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos e Odemira não é exceção, sendo nesta faixa etária que se verifica um maior número de respostas existentes. Mas não apenas nesta faixa etária se verifica investimento, como referido no Diagnóstico da Infância e Juventude de Odemira 2022, tem-se implementado políticas promotoras da educação e do desenvolvimento pleno das crianças e jovens, destacando-se por exemplo a estratégia integrada de intervenção que conjuga a Carta Educativa, o Projeto de Desenvolvimento Sociocomunitário de Educação e o Observatório das Políticas Educativas do Concelho de Odemira.

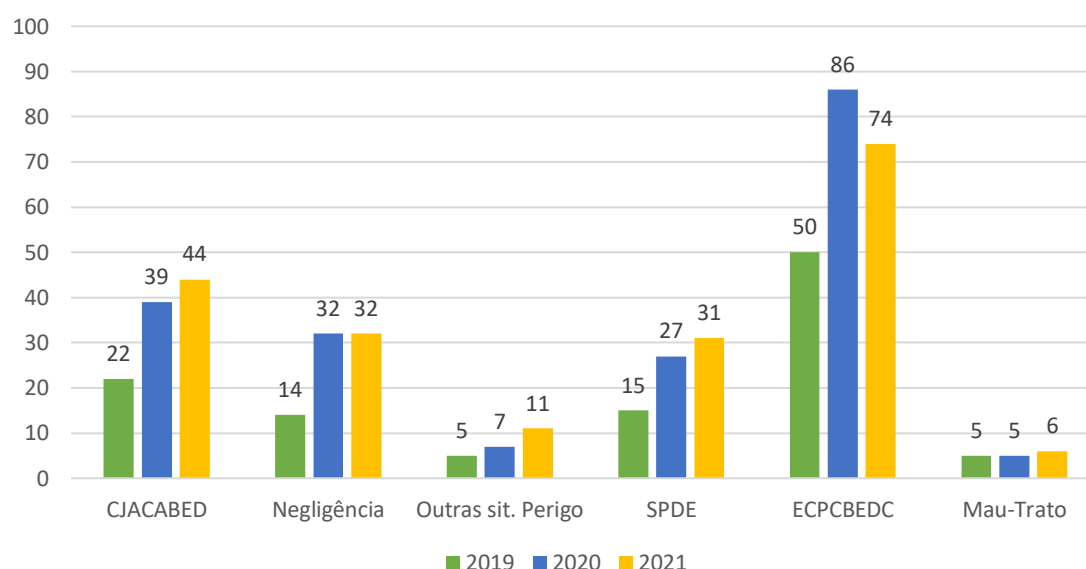
Apesar destas respostas para a infância e juventude, é percecionado pelos atores locais como sendo esta uma área de intervenção prioritária, sendo as respostas existentes insuficientes.

Do diagnóstico da Infância e Juventude, realizado no âmbito do programa Adélia, ressalta que, apesar das taxas de retenção e desistência no Ensino Básico registarem

uma tendência de diminuição nos últimos anos letivos, é ainda significativo o número de jovens, principalmente do sexo masculino, que não transitam de ano letivo no ensino secundário.

Também ao se analisar os últimos relatórios de gestão processual da CPCJ de Odemira, se verifica a sinalização de crianças e jovens por diversos motivos e dos quais se destacam: a exposição a violência doméstica, o absentismo/ abandono/ insucesso escolar e a negligência.

Gráfico 55 – Sinalizações na CPCJ, em 2019, 2020 e 2021, por tipologia de perigo³² (Nº)



Fonte: CPCJ

No âmbito da proteção, destaca-se o investimento que tem sido realizado pela Comissão Nacional de Crianças e Jovens, bem como das CPCJ nos diversos territórios. Esta intervenção não se centra exclusivamente no acompanhamento e intervenção nas situações de perigo (no âmbito do processo de promoção e proteção), mas também apresenta um carácter formativo.

De acordo com os atores locais são diversos os fatores que contribuem para a existência destas situações sinalizadas que vão desde a estrutura familiar, a precariedade da situação laboral das famílias, baixa escolaridade dos pais, baixos

CJACABED: Criança/Jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada

SPDE: Situações de perigo em que esteja em causa o Direito à Educação

ECPCBEDC: Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança.

recursos económicos até à desresponsabilização no acompanhamento dos filhos e competências parentais insuficientes.

Com o objetivo de prevenir e reduzir comportamentos de risco de crianças e jovens, bem como de problemáticas associadas a esta faixa etária, a autarquia e os agentes educativos locais têm vindo a atuar em complementaridade por forma a criar sinergias locais para a prevenção e atuação nestas situações, bem como para o desenvolvimento de ações que promovam um saudável crescimento e um aumento da qualidade de vida. Exemplo disso é a elaboração de documentos estratégicos, como o OdeTE – Odemira Território Educativo, onde se verifica a existência de uma triangulação entre a Carta Educativa, o Observatório das Políticas Educativas do Concelho de Odemira e o Projeto de Desenvolvimento Sociocomunitário de Educação. Mas são várias as respostas e projetos existentes no território e que estão direcionadas para esta população, das quais se destaca:

Projetos/Medidas	Objetivos	Promotores
Cidade Educadora		CM de Odemira
ELI	Intervenção centrada na criança (com alterações nas funções ou estruturas do corpo que limitam a participação nas atividades típicas para a respetiva idade e contexto social ou com risco grave de atraso de desenvolvimento), bem como com as suas famílias no âmbito educativo, da saúde e da ação social	Associação de Paralisia Cerebral de Odemira
Selo Escola Saudável	Promoção e Educação para a Saúde (PAPES)	Escola Saboia
Conselho Municipal da Juventude	Promover um espaço aberto de debate, construção de propostas de políticas públicas de juventude, partilha de oportunidades, opiniões e de incentivo ao seu direito à participação e cidadania	CM Odemira
Projeto Adélia – Apoio à Parentalidade positiva	promover a participação e a autonomia da criança, a sua saúde, o bem-estar social e emocional de acordo com as suas características e idade.	CPCJ + CM Odemira
Projeto “Juventude Inspiradora”	- Proporcionar uma visão aproximada da realidade juvenil do Concelho de Odemira; - Ligação entre a Câmara Municipal e a população juvenil; - Participação nas decisões sobre as propostas de políticas na área da juventude; - Participação na implementação e avaliação das ações desenvolvidas	CM Odemira
Projeto “Juventude Participativa”	Promover e potenciar comportamentos de cidadania nos jovens, valorizando as suas opiniões, ideias e perspetivas.	CM Odemira
ST E8G	acolher a diversidade cultural como uma mais-valia para o território e tem definido como objetivo: Promover a integração social, escolar e comunitária das crianças e jovens migrantes, através da criação e fomentação de respostas colaborativas na Freguesia de S. Teotónio.	Taipa
Emunicipa-te	atribuir bolsas a jovens residentes ou estudantes do concelho, com idades entre os 18 e 30 anos, para o financiamento de projetos de “gap years” (anos sabáticos) com duração de seis a dez meses.	CM Odemira
Cartão OJovem	Promover o acesso a diversos descontos em compras e serviços para jovens residentes no município, até aos 35 anos de idade	

Projetos/Medidas	Objetivos	Promotores
Mexe-te O Jovem	Promover a cidadania ativa, a participação cívica e envolver os jovens durante o período de férias de verão foi o objetivo do projeto de Voluntariado Jovem “Mexe-te O Jovem”, decorre nos meses de julho e agosto, dirigido a jovens com idades entre os 12 e os 25 anos.	CM Odemira
Projeto Miragem	Combate ao absentismo e abandono escolar	CM Odemira + Cooperativa Cultural Costa Nostra

Apresentamos em seguida, uma síntese da perceção dos atores sobre os principais constrangimentos nesta área e recomendações para possível intervenção.

Tabela 92 – Necessidades e/ou problemas identificados no âmbito da intervenção com Crianças e Jovens

Necessidades/ Problemas	Evidências	Recomendações
Insuficientes respostas para crianças e jovens	Insuficientes respostas pós-letivas/ não-letivas para crianças e jovens a partir do 2º ciclo	Potenciar projetos Municipais dirigidos para a população juvenil fora dos tempos escolares/letivos (programas de férias, etc.)
	Insuficientes espaços de lazer, desenvolvimento artístico e desporto	
	Dificuldade de as famílias garantirem o acompanhamento das crianças e jovens	Criar programas ocupacionais/ respostas de CATL
	Facilidade de circulação de estupefacientes, inclusive em meio escolar	Promover e potenciar atividades desportivas e culturais para a população juvenil
	Aumento dos comportamentos de risco	Potenciar programas de prevenção e atuação a comportamentos de risco, nomeadamente consumos e adições
	Vagas insuficientes em creches	Reforço das vagas existente em Creches
	Poucas respostas adequadas e inclusivas para crianças e jovens com deficiência	Promover e adaptar respostas inclusivas

9.5. Migrantes

As populações de migrantes e pertencentes a minorias étnicas apresentam-se aqui como população potencialmente vulnerável, ou em situação de vulnerabilidade, pela falta de rede de suporte a que normalmente está sujeita, bem como devido a outras dificuldades de integração sejam por fatores linguísticos, religiosos e/ou culturais.

Os atores locais identificam como principal problema existente ao nível da população migrante, as inadequadas condições de vida, em vários domínios como a habitação, trabalho, acesso à saúde e educação; bem como a dificuldade de integração da população migrante na comunidade, identificando vários os contributos para que tal suceda, como: elevado nº de migrantes, o não domínio da língua, sazonalidade no território, dificuldades de integração de crianças no sistema de ensino, culturas de proveniência e a própria política migratória atual.

De acordo com a informação do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), a população estrangeira residente no concelho de Odemira tem sido crescente na última década. O número de estrangeiros residentes no concelho, com título de residência, aumentou entre 2011 e 2021, passando de 3160 para 10927, ou seja, um aumento de 246% em 10 anos.

Em 2021, segundo os Censos, residiam no concelho 8.319 indivíduos com nacionalidade estrangeira (correspondendo a 28,16% da população residente no concelho), dos quais 82,9% eram naturais de países de fora da União Europeia.

Se atendermos às projeções da população residente realizadas pelo INE, para as unidades territoriais de nível II (NUT II), verifica-se que, durante a próxima década, na Região Alentejo, o saldo migratório irá manter uma tendência de crescimento. Se tomarmos como referência o ‘cenário central’, com crescimento/ desenvolvimento intermédio, prevê-se uma estabilização do saldo migratório em valores positivos, até 2035. Apenas no ‘cenário baixo’ o saldo migratório se prevê negativo ao longo da próxima década, mas ainda assim, a apresentar valores absolutos pouco significativos.

Apresentamos em seguida, uma síntese da perceção dos atores sobre os principais constrangimentos nesta área e recomendações para possível intervenção.

Tabela 93 – Necessidades e/ou problemas identificados no âmbito da intervenção com migrantes

Necessidades/ Problemas	Evidências	Recomendações
Inadequadas condições de vida	Habitação (sobrelotação, sem condições, etc.)	Investir nas intervenções em que já existe experiência em Odemira, de forma a que se estructurem de forma permanente e não numa lógica de projeto. Mantendo a regularidade, tanto da promoção da integração social, escolar e comunitária da população migrante, como o apoio em áreas como a regularização da situação migratória; nacionalidade ou reagrupamento familiar.
	Trabalho (condições, horários, salários, etc.)	
	Dificuldades de acesso à saúde	
	Educação (datas de ingresso, língua, etc.)	
Dificuldade de integração da população migrante na comunidade	Elevada % de residentes imigrantes	Manter uma implementação eficaz do PMIM Implementar medidas complementares, focadas na comunidade recetora, com vista a facilitar a inclusão da população migrante
	Não domínio da língua da comunidade de acolhimento	
	Integração das crianças no sistema de ensino ao longo do ano letivo, sem o período de adaptação	
	Comunidades fechadas	

9.6. Pessoas Idosas

Em contra corrente com o restante território nacional, no concelho de Odemira verificou-se um aumento da população residente e uma diminuição da população com mais de 65 anos, entre 2011 e 2021. Ainda assim, verificava-se que em 2021 existiam no território cerca de 226 idosos por 100 jovens com menos de 15 anos (índice de envelhecimento).

O **isolamento social** e a **insuficiente cobertura de respostas sociais** no território para esta população são, entre outros fatores, os que, para os *stakeholders* presentes nos *workshops* e que responderam ao questionário *on-line*, se apresentam como fundamentais para uma reflexão e intervenção na área do envelhecimento no concelho.

O envelhecimento demográfico nos países industrializados é uma realidade, e Portugal não é exceção, sendo o segundo país da União Europeia, com maior percentagem de pessoas idosas (23,8%, em 2022) (PORDATA), logo depois da Itália (23,9%).

O envelhecimento populacional advém quer do declínio da fecundidade, quer do aumento da longevidade, fatores que se têm vindo a alterar nas sociedades ocidentais, quer por fatores sociais e do mercado de trabalho, quer pelo próprio desenvolvimento da área da saúde e melhoria na qualidade de vida das populações. Nos últimos anos, tem-se registado uma queda da natalidade, com visível decréscimo da população jovem (0 a 14 anos de idade) e da população em idade ativa (15 a 64 anos de idade) e aumento da população idosa (65 e mais anos de idade). Em 1981 Portugal registava cerca de 45 idosos por cada 100 jovens, registando-se em 2022 183 idosos por cada 100 jovens.

Analisando os dados entre 2013 e 2023, verifica-se que a maior taxa de variação populacional, para a população com mais de 65 anos, ocorreu na faixa etária entre os 95 e 99 anos, registando-se um aumento de 83,8%.

Em 2023, a esperança de vida à nascença em Portugal era de 81,2 anos (em média), quando em 2001 era de 77 anos e em 2011 de 80 anos (PORDATA).

Em 2023, 2,5 milhões de pessoas em Portugal tinham mais de 65 anos (cerca de 24% da população total). Segundo as projeções do INE, o agravamento do envelhecimento demográfico irá manter-se durante 40 anos. Prevê-se que, até 2080, o número de jovens irá diminuir de 1,4 milhões, em 2017, para 0,9 milhões, o número de idosos aumentará

para 2,8 milhões, o índice de envelhecimento mais do que duplicará (passando de 147 para 317 idosos, por cada 100 jovens) e a população em idade ativa diminuirá de 6,7 para 3,8 milhões de pessoas. Esta tendência é transversal a todas as regiões de Portugal (INE, Projeções de População Residente 2015-2080).

Tabela 94 – Indicadores de população (Portugal)

	2013	2023
Taxa bruta de natalidade	7,9‰	8,1‰
Índice de envelhecimento	133,8%	186,2%
Índice de longevidade	49,5%	48,9%
Taxa de fecundidade	34‰	38,6‰

Fonte: PORDATA

O envelhecimento da população é um fator que tem implicações em diferentes domínios, como a saúde, proteção social e no próprio mercado de trabalho.

Em 2023, cerca de 46% da população ativa tinha mais de 45 anos. De acordo com os censos de 2021, a taxa de inatividade da população com mais de 65 anos era de 54%, tendo-se registado uma taxa de variação de 17,9 entre 2021 e 2011. Esta alteração sociodemográfica é necessária ter em conta inclusivamente ao nível orçamental do país.

Em Portugal, o risco de pobreza na população idosa continua sem diminuir, de acordo com o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento³³, realizado em 2023 sobre rendimentos do ano anterior, o aumento da pobreza abrangeu todos os grupos etários, embora de forma mais significativa os menores de 18 anos (mais 2,2 p.p. relativamente ao ano anterior), nos adultos em idade ativa aumentou 0,4 p.p. e a da população idosa aumentou 0,1 p.p.

Para responder a estes desafios decorrentes do envelhecimento da população, têm sido definidas e implementadas medidas e iniciativas intergovernamentais, algumas das quais integram a Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável (ENEAS) (2017-2025).

Um dos Eixos Estratégicos da ENEAS assenta na “promoção de iniciativas e práticas que visem reduzir a prevalência, adiar o aparecimento e controlar o agravamento e o

³³ INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, realizado em 2023

impacto das doenças crónicas e da redução das capacidades físicas e mentais nas pessoas idosas e potenciar a sua autonomia”. Para garantir a satisfação das necessidades de saúde e sociais das pessoas idosas é fundamental que existam no território estruturas, equipamentos e serviços adequados a essas mesmas necessidades. As respostas para pessoas idosas devem também privilegiar a sua inserção social e comunitária, garantindo sempre que possível a permanência das pessoas no seu domicílio e meio familiar e social.

De acordo com a Carta Social (consultada em junho 2024), o concelho apresenta as seguintes respostas sociais para pessoas idosas: Centro de Dia (CD), Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD).

Relativamente ao número de equipamentos com Acordos de Cooperação com o ISS, IP para as referidas respostas sociais, destaca-se que à data de junho de 2024, existiam no território um total de 24 respostas sociais, todas elas pertencentes à rede solidária.

Tabela 95 – Respostas sociais para pessoas idosas no concelho de Odemira (N.º)

Território	Respostas sociais para pessoas idosas								
	ERPI			Centro de Dia			SAD		
	Total	Rede solidária	Rede privada	Total	Rede Solidária	Rede privada	Total	Rede Solidária	Rede privada
Odemira (concelho)	8	8	0	7	7	0	9	9	0

Fonte: Carta Social (consultada em junho de 2024)

Atualmente, a ocupação nos equipamentos, considerando o número total de vagas das referidas respostas sociais, encontra-se na ordem dos 49%, de acordo com a Carta Social, ainda que os atores locais referenciem algumas insuficiências de capacidade, nomeadamente ao nível da resposta de ERPI.

Tabela 96 – Capacidade e ocupação das respostas sociais para pessoas idosas no concelho de Odemira (N.º)

Território	Respostas sociais para pessoas idosas					
	CD		SAD		ERPI	
	Rede Solidária		Rede Solidária		Rede Solidária	
	Capac.	Ocup.	Capac.	Ocup.	Capac.	Ocup.
Odemira (concelho)	280	76	670	241	293*	293*

Fonte: Carta Social (consultada em junho de 2024) / * ISS, IP – Centro Distrital de Setúbal

Analisando as respostas sociais existentes para as pessoas idosas por freguesia, verifica-se a existência de respostas nas freguesias de: Sabóia, Colos, São Salvador e Santa Mari, São Martinho das Amoreiras, São Teotónio, Vila Nova de Milfontes, São Luís e Relíquias.

A solidão e/ou isolamento foi identificado, pelos atores locais, como um dos principais problemas existentes ao nível da população idosa, sendo também identificado a insuficiente capacidade das respostas sociais existentes e ao nível dos cuidados continuados.

As questões relacionadas com o isolamento e/ou solidão dos idosos foram identificadas como sendo prioritárias pelos atores sociais e transversais em todo o território, ainda que em freguesias e lugares mais afastados do centro da vila, estas situações sejam ainda mais preocupantes já que a rede de transportes e o acesso a bens e serviços ficam ainda mais dificultados e condicionados.

Os atores referem como principal causa a ausência de suporte familiar, que devido a diversos fatores se afastou ou não tem capacidade de apoiar e cuidar dos progenitores (emprego e habitação, apontadas como principais fatores para este afastamento). A precariedade das habitações, os baixos rendimentos, o aumento de dependência, doenças crónicas, problemas de saúde mental, e respostas sociais insuficientes em determinados espaços do território, bem como a rede de transportes públicos deficitária, aumenta o risco de isolamento social nesta população. Este problema interfere com a saúde física e mental, afetando negativamente a qualidade de vida desta população. Neste âmbito os atores sociais identificam as redes de vizinhança e de proximidade, como agentes fulcrais para a diminuição e atenuação deste problema.

No concelho de Odemira, em 2021, eram 3331 os residentes com mais de 65 anos que viviam sozinhos, destes 1112 tinham mais de 75 anos. Geograficamente, são as freguesias de São Teotónio e Vila Nova de Milfontes, onde se verifica um maior número de residentes com 65 ou mais anos a residir nestas circunstâncias, 668 e 587 residentes respetivamente.

É importante destacar que, existe no território a Comissão Municipal do Idoso, a qual desencadeou a elaboração da carta social da população sénior do concelho de Odemira, documento que definiu como objetivos de intervenção no domínio das pessoas idosas no território: Promover o envelhecimento ativo; assegurar o acesso dos idosos a direitos de cidadania e, envolver a família e a comunidade na inclusão social dos idosos.

Em síntese, o concelho de Odemira tem assistido a um envelhecimento da sua população, existindo neste momento um elevado número de pessoas idosas. Também a heterogeneidade do território caracteriza os fatores que podem acentuar as necessidades sentidas pela população idosa. Se em zonas mais rurais, o isolamento social da população idosa é percecionado como sendo agravado pela fragilidade da rede de transportes públicos, noutras zonas é referido que o fato de não existir oferta no mercado imobiliário e o afastamento físico de redes de suporte informais.

Assim, das necessidades mais prementes relativamente à área das pessoas idosas, no concelho de Odemira, centram-se na perceção de que existem pessoas idosas em situação de isolamento social, as quais não conseguem aceder a serviços e respostas que lhes permitam ter melhor qualidade de vida.

Os organismos do poder local, bem como, as instituições que prestam apoio a esta população têm vindo a desenvolver projetos e respostas complementares que contribuem para atenuar estes problemas, no entanto, são insuficientes face às reais necessidades. O planeamento e reorganização de serviços de apoio às pessoas idosas, que contemplassem as reais necessidades das mesmas, bem como a otimização da rede de transportes e a criação de estratégias alternativas de cuidados informais, poderão ser essenciais para contribuir para o aumento da mobilidade, participação e qualidade de vida desta população.

Apresentamos em seguida, uma síntese da perceção dos atores sobre os principais constrangimentos nesta área.

Tabela 97 – Necessidades e/ou problemas identificados no âmbito das Pessoas Idosas

Necessidades / problemas	Evidências	Recomendações
Isolamento social das pessoas idosas	Rede de transportes insuficiente	Melhorar a rede de transportes públicos, ao nível de percursos, horários e acessibilidades para pessoas com incapacidades

Necessidades / problemas	Evidências	Recomendações
	Falta de respostas locais	Realizar o mapeamento de situações de isolamento social de pessoas idosas no concelho Atualizar a Carta Social da população Idosa (com articulação de respostas existentes, formação específica de equipas, respostas e projetos para envelhecimento saudável, captação de cuidadores formais e informais, etc.)
	Suporte familiar insuficiente	Aumentar a dinamização da rede de voluntariado em projetos de visita a idosos Reforçar a dinamização programas de promoção de envelhecimento ativo, quer ao nível motor, quer ao nível neuropsicológico

9.7. Pessoas com Deficiência

A atual Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência (ENIPD 2021-2025), reconhece que a inclusão das pessoas com deficiência é um objetivo que valoriza todos os cidadãos e cidadãs de uma comunidade, na medida em que apenas uma sociedade que inclui todas as pessoas pode concretizar o seu verdadeiro potencial.

A inclusão das pessoas com deficiência implica reconhecer que estamos perante cidadãos e cidadãs com características e realidades muito diversas, com graus diferenciados de autonomia e/ou funcionalidade. Pelo que, os desafios que se colocam à sua inclusão são de natureza diversificada e carecem de apoios distintos que garantam o pleno exercício dos direitos de cidadania de cada membro de uma sociedade democrática, contribuindo para um reforço da inclusão e uma maior participação cívica em todas as vertentes da vida comunitária.

A ENIPD identifica ainda, como dimensões fundamentais de uma sociedade inclusiva, onde a cidadania é exercida em igualdade, equidade e com garantia de não discriminação, permitindo a participação plena em todos os domínios da vida:

- A capacidade para o acesso ao exercício dos direitos e deveres e de inclusão plena passa pela educação adequada às características e especificidades de cada pessoa, em qualquer nível de ensino, convocando igualmente ao trabalho em condições de igualdade e com dignidade, livremente escolhido, o acesso à formação profissional e à qualificação e ao desenvolvimento do potencial e à garantia de reabilitação vocacional e profissional.
- Uma sociedade inclusiva prevê sistemas de apoio financeiro, serviços de apoio social, de saúde e de reabilitação de qualidade, ajustados às necessidades de cada pessoa e às especificidades do ciclo de vida em que se encontra, privilegiando a autonomia e a garantia da autodeterminação das pessoas com deficiência, contribuindo para a construção de comunidades mais resilientes e inclusivas. De igual modo, sem garantia das acessibilidades, quer físicas quer de informação e comunicação, a participação plena fica limitada, inibindo a efetivação dos direitos e deveres de cidadania.

O relatório Pessoas com Deficiência em Portugal - Indicadores de Direitos Humanos, publicado em dezembro de 2023 pelo Observatório da Deficiência e Direitos Humanos, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, identifica, para o período de 2015 a 2022, a evolução de indicadores nas áreas da Discriminação e Acesso à Justiça, Educação, Trabalho e Emprego, Condições de Vida

e Proteção Social. Identificando os avanços alcançados, mas também as desigualdades que persistem ou se agravam em Portugal para as pessoas com deficiência. Apesar de não incluir dados desagregados por regiões ou concelhos, apresenta um conjunto de dados importantes para a compreensão dos fenómenos de discriminação e acesso a direitos por parte das pessoas com deficiência, dos quais se destacam aqui os mais relevantes.

Discriminação com Base na Deficiência e Acesso à Justiça

Em 2022, cerca de 24,1 % das queixas apresentadas ao abrigo da lei Antidiscriminação referem-se à “recusa ou a limitação de acesso aos transportes públicos”, seguindo-se, com 15,4%, as queixas relativas “a recusa ou a limitação de acesso ao meio edificado ou a locais públicos ou abertos ao público”;

Em 2022, 24,9 % dos contactos estabelecidos com a Linha Cidadão com Deficiência (da Provedoria de Justiça) estavam relacionados com prestações sociais, pensões e respostas sociais;

Sendo a acessibilidade física dos tribunais e dos serviços jurídicos relacionados, fundamental para garantir o direito de acesso e participação na justiça, importa referir que, em 2018, de acordo com o referido relatório, de um total de 294 edifícios, 55 (19 %) não ofereciam acessibilidade suficiente para pessoas com mobilidade reduzida e 74 (25 %) não cumpriam normas de acessibilidade adequadas.

Educação

O abandono escolar precoce é mais frequente entre alunos/as com deficiência do que entre alunos/as sem deficiência. Em 2020, a taxa de abandono escolar precoce nos alunos e alunas com deficiência, com idades entre os 18 e os 24 anos em Portugal, era de 22,1 %, ou seja, 1,8 pontos percentuais acima da taxa média na UE-27 (20,3 %) e muito superior à média dos/as alunos/as sem deficiência em Portugal na mesma faixa etária (+13,6 p.p.). Se considerarmos os jovens com idades entre os 18 e os 29 anos que deixaram de estudar sem completar o ensino secundário, a desigualdade agrava-se. Neste grupo, em 2020, a taxa de abandono escolar precoce entre jovens com deficiência em Portugal situava-se nos 28,7% (7,4 p.p. acima da taxa média europeia 21,3%) e atingia quase o triplo da taxa verificada entre jovens sem deficiência do mesmo grupo etário (9,8%);

Quanto ao acesso dos estudantes com deficiência ao ensino superior, verifica-se uma tendência positiva, registando-se um acréscimo de 35 % no número de estudantes com deficiência no Ensino superior (3.753) em Portugal no ano letivo 2022/2023 face ao ano letivo 2021/2022 (2 779);

Entre 2017/2018 e 2022/2023 o número de estudantes com deficiência a frequentar o ensino superior aumentou 128,3%, sendo que 88,7% estavam inscritos em instituições de ensino públicas. No mesmo período, o número de estudantes com deficiência diplomados/as do ensino superior aumentou em 76,6 %;

No ano letivo 2022/2023, de um universo de 77.483 bolsas atribuídas, 1,67% (1.295) foram atribuídas a estudantes com deficiência e/ou incapacidade, representando um aumento de 143% face a 2017/2018.

Trabalho e Emprego

A taxa de atividade das pessoas com deficiência em Portugal em 2020 era bastante inferior à das pessoas sem deficiência (73,5 % e 87,3 %, respetivamente). No entanto, entre 2015 e 2020, a taxa de atividade da população com deficiência em Portugal cresceu 6,2 pontos percentuais, face a um crescimento de apenas 1,4 pontos percentuais na população sem deficiência;

Em 2020, as pessoas com deficiência grave, em Portugal, registavam uma taxa de emprego de 46,3%, enquanto no caso das pessoas sem deficiência os valores sobem para 76,9%;

Entre 2015 e 2020, a taxa de emprego subiu mais na população com deficiência (+7,6 p.p.) do que na população sem deficiência (+5,4 p.p.), no entanto, a taxa de desemprego recuou menos na população com deficiência (-3,8 p.p.) do que na população sem deficiência (-4,8 p.p.);

Entre 2015 e 2021, registou-se um aumento de 27,1 % no número de trabalhadores/as com deficiência em empresas do setor privado (com mais de 10 trabalhadores/as), representando 0,65 % (15.317) do total de trabalhadores destas empresas;

Em 2022, 3% (22 238) dos/as trabalhadores/as das administrações públicas tinham deficiência, registando um crescimento de 37,5% relativamente a 2015.

Proteção Social e Condições de Vida

Em Portugal, em 2022, dois terços (62,3%) das pessoas com deficiência com mais de 16 anos, e enfrentavam risco de pobreza antes de transferências sociais, subindo este valor para 86,1% no caso das pessoas com deficiência com 65 e mais anos;

Entre 2015 e 2020, apesar das melhorias registadas no risco de pobreza ou exclusão social após transferências sociais para a população com deficiência com mais de 16 anos, tendo recuado 5,5 pontos percentuais, manteve-se a desigualdade entre pessoas com e sem deficiência, nos valores deste indicador;

Em 2022, após transferências sociais o risco de pobreza ou exclusão social nos agregados de pessoas com deficiências mais severas é quase o dobro (31,4%) do verificado nos agregados de pessoas sem deficiência (16,7%);

Em 2022, em Portugal, quase 1 em cada 3 agregados familiares com adultos com deficiência reportaram ter “dificuldade” ou “grande dificuldade” em fazer face às despesas habituais, contra apenas 1 em cada 5 de agregados sem pessoas com deficiência.

Incapacidades e Emprego

Mesmo que nos limitemos aos resultados dos Censos 2021 - que recolheram dados sobre a existência de dificuldades na realização de seis tipos de atividades/funções definidas no modelo recomendado pela Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa (UNECE) para utilização em recenseamentos da população: ver, ouvir, andar ou subir degraus, memória ou concentração, tomar banho ou vestir-se sem ajuda, compreender os outros ou fazer-se compreender – evidenciam-se um conjunto de desigualdades relevantes.

Se centrarmos a análise apenas nos 4 domínios de funcionalidade essenciais considerados pelo INE (ver, ouvir, andar e cognição/memória), e na probabilidade de estar empregado (não considerando os residentes em alojamentos coletivos, os estudantes e os reformados) evidencia-se o seguinte:

- Independentemente da idade, ser mulher com incapacidade em efetuar uma das 4 ações diminui a probabilidade de emprego relativamente aos homens na mesma condição de incapacidade;
- Aos 45 anos, uma mulher com incapacidade em ver tem menor probabilidade de estar empregada (89,2%) do que uma mulher com a mesma idade que tenha incapacidade de memória ou concentração (90,2%), em ouvir (90,8%) ou em andar ou subir degraus (91,0%);
- No caso dos homens, nas mesmas condições de incapacidade, as referidas probabilidades passam para 92,1%, 92,8%, 93,3% e 93,4%;
- A incapacidade em ver, diminui em 4,0 p.p. a probabilidade de estar empregado;
- A incapacidade de memória ou concentração, diminui em 2,9 p.p. a probabilidade de emprego;
- A probabilidade de estar empregado diminui 2,3 p.p. para aqueles com incapacidade em ouvir;
- E por último, a incapacidade em andar ou subir degraus diminui em 2,1 p.p. a probabilidade de emprego.

De seguida, uma síntese da percepção dos atores sobre os principais constrangimentos nesta área e recomendações para possível intervenção.

Tabela 98 – Necessidades e/ou problemas identificados no âmbito da Deficiência

Necessidades/ Problemas	Evidências	Recomendações
Crianças, jovens e adultos com deficiência, sem acesso a respostas adequadas Dificuldades de inclusão adequada de alunos com necessidades educativas especiais e/ou com deficiência	Insuficientes respostas sociais para pessoas com deficiência e doença mental Inexistência de respostas adequadas após a conclusão da escolaridade obrigatória (18 anos de idade ou após o 12º ano concluído)	Valorização e alargamento dos recursos físicos e humanos das respostas existentes Reestruturação inclusiva de serviços existentes, bem como de ofertas de lazer, desportivas e culturais
	Inexistência de estruturas e recursos específicos na área da saúde para fazer o acompanhamento clínico e terapêutico de crianças, jovens e adultos com deficiência	

Necessidades/ Problemas	Evidências	Recomendações
Dificuldades de mobilidade e acessibilidade para pessoas com deficiência	Existência de barreiras à mobilidade e acessibilidade de pessoas com deficiência	Plano de eliminação de barreiras arquitetônicas
	Ausência de transportes para pessoas com mobilidade reduzida (incluindo os transportes escolares)	Investimento na conversão de transportes de acordo com necessidades da população

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E SITES CONSULTADOS

Administração Regional da Saúde do Alentejo, IP (2014). Plano Regional de Saúde 2014-2016. ARS Alentejo;

Administração Regional da Saúde do Alentejo: ULS Litoral Alentejano. Perfil Local de Saúde, 2019

Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP (2017). Plano Estratégico 2017-2019. ARS Alentejo;

Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP. ARS Alentejo (2019), Perfil de Saúde do ACeS Alentejo Central;

Calheiros, M. M. (2006). A construção social do mau-trato e negligência parental: Do senso comum ao conhecimento científico. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.

Câmara Municipal de Odemira (2015) Odemira Território Educativo – Odete

Câmara Municipal de Odemira (2015); Odemira Território Educativo: Projeto de desenvolvimento sociocomunitário de educação – Carta educativa

Câmara Municipal de Odemira; Estratégia Local de Habitação de Odemira 2022-2026

Camilo, C. & Garrido, M. (2013). Desenho e avaliação de programas de desenvolvimento de competências parentais para pais negligentes: Uma revisão e reflexão. *Análise Psicológica*. 3 (XXXI), 245-268.

Cardoso, A., Silva, A. & Marín, H. (2015). Competências parentais: construção de um instrumento de avaliação. *Revista de Enfermagem Referência*, série IV, 4, 11-20.

Cardoso, J. (2016). Parque habitacional não ocupado em Portugal: Análise e proposta de ação. Instituto Superior Técnico.

Carvalho, A. (2015). Associativismo e Participação – O Caso da Associação Cultural Desportiva e Social da Ereira. Dissertação de Tese de Mestrado em Educação de Adultos e Desenvolvimento Local, apresentada ao Departamento de Educação da Escola Superior de Educação de Coimbra.

Comissão de Proteção das Crianças e Jovens de Odemira (2022); diagnóstico de Infância e Juventude de Odemira.

Comissão de Proteção das Crianças e Jovens de Odemira. Relatório Anual de Atividades 2017.

Comissão de Proteção das Crianças e Jovens de Odemira. Relatório Anual de Atividades 2018.

Comissão de Proteção das Crianças e Jovens de Odemira. Relatório Anual de Atividades 2019.

Comissão de Proteção das Crianças e Jovens de Odemira. Relatório Anual de Atividades 2020.

Comissão de Proteção das Crianças e Jovens de Odemira. Relatório Anual de Atividades 2021.

Comissão Local para a Interculturalidade (2020); ODEMIRA INTEGRA_3G, Plano Municipal para a Integração de Migrantes

Conselho Nacional de Saúde. Sem mais tempo a perder – Saúde mental em Portugal: um desafio para a próxima década. Lisboa: CNS, 2019.

Coordenação Nacional para a Saúde Mental (2008). Plano Nacional de Saúde Mental 2007-2016. Lisboa: Ministério da Saúde.

Delgado, A. (1996). Grandes síndromes en pediatría: Maltrato en el niño. Bilbao: Imprenta Boan.

Dinis, C., Ribeiro, M.T. & Francisco, R. (2014). Promoção de competências parentais: adesão das famílias involuntárias. In M. T. Ribeiro, P. T. Matos H. R. Pinto (Eds.), Mediação Familiar: Contributos de investigações realizadas em Portugal (pp. 110-124). Lisboa: Universidade Católica Portuguesa Ed.

Direção Geral da Saúde (2013). Programa Nacional de Saúde Infantil e Juvenil. Lisboa: DGS.

Direção Geral da Saúde (2015). Plano Nacional de Saúde – Revisão e extensão a 2020. Lisboa: DGS.

Direção Geral da Saúde (2017). Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2017-2025: Proposta do grupo de trabalho interministerial.

Direção Geral da Saúde (2017). Programa Nacional para a Saúde Mental 2017. Lisboa: DGS.

Direção Geral da Saúde (2019) – Comunicado sobre Mortalidade Infantil. Lisboa: DGS.

Direção Geral da Saúde (2022). Plano Nacional de Saúde 2030. Lisboa: DGS.

Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021 – 2025.

Évora, Mariana Anginho (2022); Ricos e Pobres no Sudoeste Alentejano: Os efeitos da Produção Agrícola de Frutos Vermelhos e da Imigração na Freguesia de São Teotónio; ISCTE

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (2015). Desafios e Mudanças. IHRU.

Instituto Emprego e formação profissional, IP – Delegação Regional do Alentejo, Direção de serviços de planeamento, gestão e controlo (2022) Formação Profissional Alentejo – Síntese mensal de execução física

Instituto Nacional de Estatística (2019). Causas de morte 2019 (Edição 2021). Lisboa: INE, IP.

Instituto Nacional de Estatística (2019). Estatísticas da Saúde 2020 (Edição 2022). Lisboa: INE, IP.

Instituto Nacional de Estatística (2020). Anuário Estatístico 2021. Lisboa: INE, IP.

Instituto Segurança Social, I.P. – CDIST de Setúbal – UAD-NAGPGI (2021) Indicadores de Ação Social e Proteção Social – Concelho de Odemira

Melo, A. & Alarcão, M. (2009). Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental: Proposta de um Modelo Global de Organização. *Psicologia & Sociedade*, 21 (1), 55-64.

Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Gabinete de Estratégia e Planeamento (2017). Relatório de Portugal: Terceiro ciclo de revisão e avaliação da implementação do Plano Internacional de Ação de Madrid sobre o Envelhecimento (MIPAA). MTSS.

Observatório da Deficiência e Direitos Humanos (2023). Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa. Pessoas com Deficiência em Portugal - Indicadores de Direitos Humanos 2023.

Observatório das Migrações (2018). Imigração em Números – Relatório Estatístico Anual 2022.

O Que nos Dizem os Censos Sobre as Dificuldades Sentidas pela População com Incapacidades, 2023, Instituto Nacional de Estatística, I.P..

Ribas Jr., R. & Bornstein, M. (2005). Parenting knowledge: Similarities and differences in brazilian mothers and fathers. *Interamerican Journal of Psychology*, 39 (1), 5-12.

Ribas Jr., R., Moura, M. & Bornstein, M. (2007). Cognições maternas acerca da maternidade e do desenvolvimento humano: Uma contribuição ao estudo da psicologia parental. *Revista Brasileira de Crescimento & Desenvolvimento Humano*, 17 (1), 104-113.

Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências: Rede de referenciação/ articulação no âmbito dos Comportamentos Aditivos e das Dependências (2013).

TAIPA (2022); Diagnóstico Social – dados do programa incorpora: dados das áreas da educação e emprego

TAIPA; CLAIM- Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes de Odemira- em Odemira desde junho 2014

UNESCO, Education for All 2000-2015: achievements and challenges; EFA Global Monitoring Report, 2015; Summary.

Viegas, J. M. L. (2004). Implicações Democráticas das Associações Voluntárias: o Caso Português numa Perspetiva Comparativa europeia. Sociologia – Problemas e Práticas. Oeiras: Celta, pp. 33-50.

Sites consultados:

- <https://aesaboia.edu.gov.pt/>
- <https://bicsp.min-saude.pt/>
- <https://ec.europa.eu/eurostat>
- <https://portal.ae1odemira.edu.pt/>
- <https://www.inr.pt/inicio>
- <http://www.cns.min-saude.pt/2019/12/16/sem-mais-tempo-a-perder-saude-mental-em-portugal-um-desafio-para-a-proxima-decada/>
- <http://www.inr.pt>
- <http://www.ulsam.min-saude.pt/>
- https://apav.pt/apav_v3/index.php/pt/estatisticas-apav
- <https://associativismo.cm-Odemira.pt/associacoes/associacoes-de-a-z>
- <https://bicsp.min-saude.pt/>
- <https://diariodarepublica.pt/>
- <https://ec.europa.eu/eurostat>
- <https://ffms.pt/pt-pt/estudos/pobreza-e-desigualdade-estao-aumentar>
- <https://infoeuropa.eu/rocid.pt>
- <https://sefstat.sef.pt/>
- <https://www.aecolos.com/>
- <https://www.agrupamentosaoateotonio.net/>
- <https://www.bportugal.pt>
- <https://www.cig.gov.pt/portal-violencia-domestica/>
- <https://www.cm-odemira.pt/>
- <https://www.dgert.gov.pt/medidas-de-emprego>
- <https://www.iefp.pt/estatisticas>
- <https://www.ine.pt>

- <https://www.ordemenfermeiros.pt/arquivo/colegios/Documents/RedeReferenciacaoArticulacaoProblemasLigadosAlcool.pdf>
- <https://www.pordata.pt>
- <https://www.portaldahabitacao.pt>
- <https://www.seg-social.pt/rede-social>
- https://www.sicad.pt/PT/EstatisticaInvestigacao/EstudosConcluidos/Paginas/detalhe.aspx?itemId=207&lista=SICAD_ESTUDOS&bkUrl=/BK/EstatisticaInvestigacao/EstudosConcluidos
- <https://www.sns.gov.pt/>
- www.cartasocial.pt
- <https://www.gee.gov.pt/pt/indicadores-diarios/ultimos-indicadores/33268-rendimento-e-condicoes-de-vida-ine-2>

11. ANEXOS

Anexo I – Questionário de percepções das organizações parceiras

Anexo II – Associações presentes no concelho de Odemira, por tipologia

Tabela 99 – Associações de Desenvolvimento do concelho de Odemira

Nome	Freguesia
ADA – Associação para o Desenvolvimento de Amoreiras-Gare	Amoreiras-Gare
ADMIRA - Associação para o Desenvolvimento da Região do Mira	S. Teotónio
Associação Cultural, Desenvolvimento Económico e Social do Brejão	S. Teotónio
Associação Cultural e de Desenvolvimento de Pescadores e Moradores da Azenha do Mar	S. Teotónio
Associação de Desenvolvimento Integrado de Luzianes-Gare	Luzianes-Gare
Associação para o Desenvolvimento do Pereiro Grande	Relíquias
COLOS XXI - Associação para o Desenvolvimento da Freguesia de Colos	Colos
ESDIME - Cooperativa de Solidariedade Social	Messejana
GAIA - Grupo de Ação e Intervenção Ambiental - Núcleo Alentejo	S. Martinho das Amoreiras
“Os Amigos de São Luís” – Associação de Desenvolvimento Local	S. Luís
TAIPA – Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado do Concelho de Odemira	Odemira
Toca da Zorra - Associação de Desenvolvimento Local	S. Luís

Fonte: CM Odemira

Tabela 100 – Associações Humanitárias e de Caráter Social do concelho de Odemira

Nome	Freguesia
Agrupamento de Escuteiros de Colos – AGR 1179	Colos
APCO – Associação de Paralisia Cerebral de Odemira	Odemira
Associação de Reformados Pensionistas e Idosos da Freguesia de S. Teotónio	São Teotónio
Associação de Reformados e Idosos da Vila Nova de Milfontes	Vila Nova De Milfontes
Associação de Solidariedade Social de Vila Nova de Milfontes - Infantário Lápis de Cor	Vila Nova De Milfontes
Associação de Solidariedade Social Nossa Senhora do Mar	Zambujeira Do Mar
Associação Humanitária da 3ª Idade D. Ana Pacheco	Sabóia
Associação Humanitária Dadores de Sangue Vale Santiago	Vale Santiago
Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Odemira	Odemira
Associação Humanitária de Dadores De Sangue de Vale de Santiago	Vale Santiago
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Milfontes	Vila Nova De Milfontes
Associação para um Mundo Humanitário - Tamera	Relíquias
Associação Solidariedade Social Vila Nova Milfontes - Creche, Jardim Infância E Atl	Vila Nova De Milfontes
Casa do Povo de Relíquias	Relíquias
Casa do Povo de Santa Clara-a-Velha	Santa Clara-A-Velha
Casa do Povo de S. Luís	S. Luís
Casa do Povo de S. Martinho das Amoreiras	S. Martinho Das Amoreiras
Centro Paroquial de São Teotónio	São Teotónio
Delegação da Cruz Vermelha de Colos	Colos
Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia De S. Luís	S. Luís
Fábrica da Igreja Paroquial de Bicos	Bicos
Fábrica da Igreja Paroquial de Colos	Colos
Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Clara-A-Velha	Santa Clara-A-Velha
Fábrica da Igreja Paroquial de S. Teotónio	São Teotónio
Fábrica da Igreja Paroquial de Vale De Santiago	Vale De Santiago
Fábrica da Igreja Paroquial de Vila Nova De Milfontes	Vila Nova De Milfontes
G.R.A.C.E. - Associação Grupo para a Reconciliação em Áreas se Crise e Educação	Colos
Instituto N.ª Sr.ª de Fátima	Vila Nova De Milfontes
Jardim de Infância Nossa Senhora da Piedade, IPSS	Odemira
Núcleo dos Combatentes do Concelho de Odemira	São Teotónio
Paróquia de Odemira	Odemira

PLAS – Plataforma Social de Odemira	Odemira
Santa Casa da Misericórdia de Odemira, IPSS	Odemira
Serviços Sociais dos Trabalhadores do Município de Odemira	Odemira
Sociedade Recreativa S. Teotónio, IPSS	São Teotónio

Fonte: CM Odemira

Tabela 101 – Associações Juvenis do concelho de Odemira

Nome	Freguesia
Agrupamento do CNE - 1170	Odemira
Agrupamento do CNE - 1179	Colos
Agrupamento do CNE - 9035	São Teotónio
Agrupamento do CNE - 938	Vila Nova de Milfontes
Associação de Estudantes da Escola Secundária de Odemira	Odemira
Centro Ambiental de Cabaços – Associação Juvenil (ONGA)	Relíquias

Fonte: CM Odemira

Tabela 102 – Associações Culturais, Recreativas e Desportivas do concelho de Odemira

Nome	Freguesia
A Copa da Vida - Associação para Cultura e Natureza	Colos
Adventure Extreme - Associação Cultural e Recreativa	Bicos
AMO - Associação Multicultural de Odemira	Odemira
Associação Arco do Tempo	São Teotónio
Associação Atneu do Catorze	São Luís
Associação Cultural da Ribeira do Seissal e Campo Redondo	Colos
Associação Cultural Desportiva de Bicos - 'Águias de Campilhas'	Bicos
Associação Cultural Desportiva de S. Martinho das Amoreiras	S. Martinho das Amoreiras
Associação Cultural Desportiva e Recreativa das Brunheiras	Vila Nova de Milfontes
Associação Cultural e Recreativa 'Os Amigos De Santa Clara-A-Velha'	Santa Clara-a-Velha
Associação Cultural R. D. dos Moradores do Almogrove	Longueira/Almogrove
Associação Cultural Recreativa Desportiva Zambujeirense	Zambujeira do Mar
Associação Cultural Recreativa e Desportiva da Longueira	Longueira/Almogrove
Associação Cultural Senzala	São Luís
Associação Cultural Treliza Campaniça	Odemira
Associação da Casa do Povo de Vila Nova de Milfontes	Vila Nova de Milfontes
Associação de Paintball Milfontes	Vila Nova de Milfontes
Associação Foz do Mira	Vila Nova de Milfontes
Associação Grupo Coral de Odemira	Odemira
Associação Intercultural Corte Brique	Santa Clara - a- Velha
Associação Mover Alentejo Rural	Vale de Santiago
Associação Os Piscos	Vila Nova de Milfontes
Associação Rio - Reviver e Inovar Odemira	Vila Nova de Milfontes
Associação Sócio-Cultural do Bemparece	Odemira
Associação Sóciocultural dos Troviscais	S. Luís
Banda Filarmónica de Odemira	Odemira
Caco - Associação de Artesãos do Concelho de Odemira	Odemira
Cautchú - Associação de Promoção e Desenvolvimento de Desporto	S. Teotónio
Centro Cultural Recreativo e Desportivo de Fornalhas Velhas	Vale de Santiago
Centro Desportivo e Cultural do Cavaleiro	S. Teotónio
Clube Airsoft do Sw Alentejano	Vila Nova de Milfontes
Clube BTT de Odemira	Odemira
Clube de Futebol Esperança da Bemposta	Odemira
Clube de Karate Shotokan de Odemira	Odemira
Clube Desportivo Praia de Milfontes	Vila Nova de Milfontes

Clube de Ténis do Sudoeste	Vila Nova de Milfontes
Clube Fluvial Odemirense	Odemira
Clube Náutico de Milfontes	Vila Nova de Milfontes
Clube Rotas do Sudoeste	Odemira
Clube TT 'À Conquista da Serra'	S. Martinho das Amoreiras
CNLA - Clube Náutico do Litoral Alentejano	Vila Nova de Milfontes
Companhia Equestre do Mira 'Os Perdidos'	Odemira
Cultivamos Cultura - Associação Cultural	S. Luís
Fábrica das Artes - Associação Cultural	Vila Nova de Milfontes
Farol do Mira - Associação Cultural	Vila Nova de Milfontes
Fundação O Cerro - Cultura e Ensino	S. Luís
Futebol Clube Pereirense	Pereiras-Gare
GESTO - Grupo de Estudos do Território de Odemira	Odemira
Grupo Coral de Vila Nova de Milfontes	Vila Nova de Milfontes
Grupo Desportivo e Recreativo de Relíquias	Relíquias
Grupo Desportivo Recreativo de Amoreiras-Gare	S. Martinho das Amoreiras
Grupo Desportivo Recreativo e Cultural do Castelão	S. Luís
Grupo Desportivo Recreativo Luzianes-Gare	Luzianes-Gare
Grupo Desportivo Renascente	S. Teotónio
Grupo Esperança Unida do Malavado	S. Teotónio
Grupo Motard de Sabóia 'Os Javardos do Mira'	Sabóia
Grupo Motard 'Lontras do Mira'	Boavista dos Pinheiros
Jazz e Não Só - Associação Cultural	Odemira
Juventude Clube Boavista	Boavista dos Pinheiros
Motor Clube de Milfontes	Vila Nova de Milfontes
Nã Drome - Clube de BTT do Sudoeste	S. Teotónio
Núcleo Desportivo e Cultural de Odemira	Odemira
'O Beira Serra'- Grupo Desportivo, Cultural, Recreativo Naverredondense	Sabóia
Odemira + - Associação Desenvolvimento e Promoção de Odemira	Odemira
Odemirate - Associação Cultural e Artísticas de Odemira	Odemira
Organizações 24 - Associação Promotora Desporto Aventura	Odemira
Sabóia Atlético Clube	Sabóia
São Teotónio Nã Drome - Associação das Tradições Locais	S. Teotónio
Sociedade Recreativa Colense	Colos
Sociedade Recreativa de Vale de Santiago	Vale Santiago

Sociedade Recreativa Musical Sanluizense	S. Luís
Sociedade Recreativa S. Teotoniense	S. Teotónio
Sociedade Recreativa Vale Santiago	Vale Santiago
Sonhadores das Moitinhas - Associação Campestre	Sabóia
Sopa dos Artistas - Associação Local De Artistas Plásticos	São Teotónio
Sport Brejão e Benfica	S. Teotónio
Sport Clube Odemirense	Odemira
Sporting Clube Santaclarense	Santa Clara-a-Velha
Sporting Clube Vale Beijinha	S. Luís
Tempo Sem Pressa - Associação de Caminhadas e Atrelagem de Odemira	S. Luís
Três em Pipa - Associação de Criação Teatral e Animação Cultural	Odemira
Viver Milfontes - Associação Cultural Recreativa e Desportiva	Vila Nova de Milfontes
ZUT - Associação Cultural	Santa Clara-a-Velha

Fonte: CM Odemira

Tabela 103 – Associações de Columbofolia de Odemira

Nome	Freguesia
Sociedade Columbófila ' Asas do Litoral Alentejano'	Boavista dos Pinheiros
Sociedade Columbófila de Odemira	Odemira

Fonte: CM Odemira

Tabela 104 – Associações do Setor Agrícola de Odemira

Nome	Freguesia
ACL - Associação de Criadores de Limousine	Odemira
ADS - Agrupamento de Defesa Sanitária	Odemira
AHSA – Associação dos Horticultores, Fruticultores e Floricultores dos Concelhos de Odemira e Aljezur	Odemira
ARBUTUS – Associação para a Produção do Medronho	Odemira
Associação de Apicultores do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina	Odemira
Associação de Beneficiários do Mira	Odemira
CAPRIMIRA – Associação de Criadores da Raça Charnequeira	Odemira

Fonte: CM Odemira

Tabela 105 – Associações de Caçadores e Pescadores de Odemira

Nome	Freguesia
Associação Caçadores Boeira	Sabóia
Associação de Caçadores de S. Martinho das Amoreiras	S. Martinho das Amoreiras
Associação de Caçadores e Pescadores de Fornalhas Velhas	Vale de Santiago
Associação de Caçadores e Pescas de Cortes Pereiras	Santa Clara-a-Velha
Associação de Caçadores Nave Redonda	Sabóia
Associação de Caça e Pesca Desportiva de S. Teotónio	S. Teotónio
Clube Bassfriends	Colos
Clube Caçadores e Pescadores de Sabóia	Sabóia
Clube de Caçadores da Relva Grande	
Clube de Caçadores 'Os Fixes de Colos'	Colos
Clube de Caçadores 'Os Veteranos' da Aldeia das Amoreiras	S. Martinho das Amoreiras
Clube de Caça e Pesca de Relíquias	Relíquias
Clube de Caça e Pesca Desportiva do Brejão	S. Teotónio
Clube de Caça e Pesca Odemirense	Odemira
Clube Desportivo Caça e Pesca S. Miguel	S. Teotónio
Clube Desportivo de Caça e Pesca 'Asas da Serra'	
Clube Desportivo de Caça e Pesca do Cavaleiro	S. Teotónio
Clube de Tiro e Caça de Vila Nova de Milfontes	Vila Nova de Milfontes
Clubes de Caça e Pesca do Castelão	S. Luís
Rosa dos Ventos - Clube de Pesca Desportiva do Almogrove	Longueira/Almogrove

Fonte: CM Odemira

Tabela 106 – Associações de Pais de escolas do concelho de Odemira

Nome	Freguesia
Associação de Pais do Agrupamento de Escolas de Colos	Colos
Associação de Pais Do Agrupamento de Escolas de Odemira	Odemira
Associação de Pais do JI e EB de Vila Nova de Milfontes	Vila Nova de Milfontes
Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas S. Teotónio - Sorrisos	S. Teotónio
Associação de Pais e Encarregados de Educação Do Colégio N ^a Sr ^a da Graça V.N. Milfontes	Vila Nova De Milfontes

Fonte: CM Odemira

Tabela 107 – Associações de Moradores existentes no concelho de Odemira

Nome	Freguesia
Associação de Amigos de Vale Ferro	Relíquias
Associação de Festas da Boavista	Boavista dos Pinheiros
Associação de Moradores de Algoceira e Vale do Bispo	Algoceira
Associação de Moradores de Vale Bejinha e Carrasqueira	S. Luís
Comissão de Melhoramentos de Aldeia das Amoreiras	S. Martinho das Amoreiras

Fonte: CM Odemira